



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

BRENNAND DE SOUSA BANDEIRA

**ESTUDO DA AFETIVIDADE DE MORADORES DO CENTRO DE FORTALEZA-CE
FRENTE AO PLANO HABITACIONAL PARA REABILITAÇÃO DA ÁREA
CENTRAL**

FORTALEZA

2012

BRENNAND DE SOUSA BANDEIRA

ESTUDO DA AFETIVIDADE DE MORADORES DO CENTRO DE FORTALEZA-CE
FRENTE AO PLANO HABITACIONAL PARA REABILITAÇÃO DA ÁREA
CENTRAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial como obtenção para o título de mestre em psicologia. Área de concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

FORTALEZA

2012

Dados internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- B164e Bandeira, Brennand de Sousa.
 Estudo da afetividade de moradores do centro de Fortaleza-CE frente ao Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza-CE / Brennand de Sousa Bandeira. – 2012.
 257 f. : il. color. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2012.
 Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.
 Orientação: Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.
1. Cidades e vilas – Centro (Fortaleza-CE) – Aspectos Psicológicos. 2. Edifícios históricos - Centro (Fortaleza-CE) – Conservação e restauração. 3. Psicologia Ambiental - Centro (Fortaleza-CE). 4. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 5. Solo urbano – Uso - Centro (Fortaleza-CE). I. Título.

CDD 307.34162098131

BRENNAND DE SOUSA BANDEIRA

ESTUDO DA AFETIVIDADE DE MORADORES DO CENTRO DE FORTALEZA-CE
FRENTE AO PLANO HABITACIONAL PARA REABILITAÇÃO DA ÁREA
CENTRAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Aprovado em: 24/08/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. José Albio Moreira Sales
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para a realização desta pesquisa. Não posso deixar de destacar três que, para mim, foram fundamentais: a professora Zulmira Bomfim, o professor José Albio e minha esposa Neidinha Castelo Branco.

À primeira, pela aposta em alguém que veio de um meio quase adverso aos problemas delicados da Psicologia. Agradeço à Zulmira, além de tudo, pelos momentos de extrema paciência divididos nos momentos da orientação.

Ao segundo por ser, praticamente, o maior incentivador de meus introitos acadêmicos. Agradeço a José Albio e sua companheira Zezé pela amizade muitas vezes confortadora, regeneradora e inspiradora de grandes voos.

À terceira, por representar parte de minha própria vida. À Neidinha Castelo Branco agradeço pelo companheirismo, fortaleza e coragem transmitidas, sentimentos sem os quais dificilmente conseguiria suplantar todas as dificuldades inerentes a este trabalho.

À professora Gleice Azambuja Elali pelas sugestões tão bem apontadas no processo de qualificação, bem como por sua valorosa presença em minha banca.

Ao professor Jesus Garcia Pascual por ter se demonstrado amigo em várias ocasiões ao longo deste mestrado.

Aos integrantes do LOCUS, em especial às alunas Tuanne e Tauna, por terem dividido comigo os difíceis momentos na coleta de dados.

Aos colegas de mestrado, pelos alegres e divertidos momentos dentro e fora da sala de aula. Estendo a todos o meu abraço e melhores votos em suas vidas acadêmicas.

Ao meu querido secretário Wilson, dispersador do caos em minha casa, principalmente em tempos de mestrado.

Sou grato à FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer, e muito, a todos aqueles que me permitiram o acesso ao sagrado ambiente do lar compartilhando de suas opiniões, sentimentos e emoções. Material do qual, afinal, é feita a vida.

Por fim, à minha amada família, em especial àquela constituída pelo meu pai-herói Valdeci, minha adorada mãezinha Auxiliadora, pertinaz incentivadora de minha sorte futura, e minhas duas irmãs, igualmente amadas, Patrícia e Isabel.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as relações afetivas dos moradores do Centro de Fortaleza-CE. A investigação se pauta pela colaboração interdisciplinar entre o diagnóstico socioambiental do espaço urbano e a aplicação dos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010), uma metodologia de apreensão dos afetos oriunda da Psicologia Ambiental e Psicologia Social. O diagnóstico socioambiental do centro histórico foi elaborado adotando-se, como parâmetro, os elementos *sistema viário* e o *uso e ocupação do solo*, constantes na Lei nº 7987, de 23 de dezembro de 1996 (Lei de Uso e Ocupação do Solo). Referenciados na situação sociourbana do uso habitacional, nossa análise identificou 04 (quatro) regiões com características socioambientais relativamente distintas entre si. A amostra foi composta por 100 sujeitos de ambos os sexos (residentes do Centro Histórico) escolhidos por conveniência. Aplicamos os instrumentos geradores dos Mapas Afetivos e complementamos a pesquisa com um questionário contendo 15 questões fechadas sobre as condições de moradia do Centro. A metodologia do instrumento gerador dos Mapas Afetivos possibilitou-nos apreender os sentimentos e emoções dos sujeitos a partir das seguintes imagens afetivas: **Pertencimento, Contraste, Destruição, Agradabilidade, Atração e Insegurança**. Na análise complementar dos Mapas Afetivos, os dados estatísticos trabalhados pela análise de variância ANOVA, levou em consideração cada imagem e os setores já comentados. Os resultados indicaram diferenças significativas entre os níveis de **Agradabilidade, Pertencimento, Destruição e Atração** em relação aos setores previamente diagnosticados. Os resultados obtidos na pesquisa mostraram-se relevantes para a compreensão dos afetos e significados estabelecidos pelo sujeito em sua relação com o bairro. Tais dados, se associados ao processo de participação popular proposto pelos planos, podem constituir importantes achados para a projeção de diretrizes urbanas e sociais mais condizentes com os aspectos vividos pelo público-alvo dos planos.

Palavras-chave: Urbanismo. Centro-Histórico. Psicologia ambiental. Mapas afetivos. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This research proposes to investigate affective relationships among the residents of Fortaleza's core. The study is guided by an interdisciplinary collaboration between the environmental diagnosis of urban space and the application of instruments generators of Affective Maps (BOMFIM, 2010), a methodology of affections apprehension originated from the Environmental Psychology and Social Psychology. The environmental diagnosis of the historic core was designed adopting as parameter elements *highway system* and *the use and occupation of soil*, listed in Law No. 7987 of December 23, 1996 (Use and Soil Occupation's Law). Referenced in the sociourban situation of housing use, our analysis identified 04 (four) regions with relatively distinct environmental characteristics among themselves. The sample was composed by 100 subjects of both genders (residents of the Historic Core) chosen for convenience. We apply the tools generators of Affective Maps and complement the survey with a questionnaire containing 15 closed questions about the living conditions of the core. The methodology of the Affective Maps' generator tool enabled us to apprehend the feelings and emotions of the subjects from the following affective images: **Belonging, Contrast, Destruction, Agreeableness, Attraction and Insecurity**. In additional analysis of Affective Maps, statistics worked out by ANOVA, took into account each image and sectors already commented. The results indicated significant differences among the levels of **Agreeableness, Belonging, Destruction and Attraction** in relation to sectors previously diagnosed. The results obtained in the study were relevant for the understanding of emotions and meanings established by the subjects in their relationship with the neighborhood. Those data, if associated with the process of popular participation proposed by the plans may be important findings for the projection of urban and social policies more consistent with aspects experienced by the target audience of the plans.

Keywords: Urbanism. Historic Core. Environmental Psychology. Affective Maps. Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da cidade levantada por Silva Paulet em 1818	50
Figura 2 – Café Java, Praça do Ferreira no início do século XX	53
Figura 3 – Praça do Ferreira. Fotografia de 1925	54
Figura 4 – Praça do Ferreira na década de 60	56
Figura 5 – Planta Exata da cidade de Fortaleza e subúrbio de Adolpho Herbster – 1875.....	59
Figura 6 – Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza por Nestor de Figueiredo	61
Figura 7 – Plano Diretor de Hélio Modesto - 1963. Hierarquização do sistema viário	62
Figura 8 – Limites do Centro expandido e limites do Centro Histórico de Fortaleza	90
Figura 9 – Cartografia dos <i>setores de intervenção estratégica</i> para o Centro Histórico ..	92
Figura 10 – Representação do Centro Histórico e delimitação dos entornos habitacionais	94
Figura 11 – Hierarquia do sistema viário no <i>Entorno 1</i>	96
Figura 12 – Usos e ocupações no <i>Entorno 1</i>	98
Figura 13 – Hierarquia viária no <i>Entorno 2</i>	101
Figura 14 – Usos e ocupações no <i>Entorno 2</i>	102
Figura 15 – Sistema viário <i>Entorno 3</i>	104
Figura 16 – Usos e ocupações do <i>Entorno 3</i>	106
Figura 17 – Sistema viário do <i>Entorno 4</i>	108
Figura 18 – Usos e ocupações do <i>Entorno 4</i>	111
Figura 19 – Av. Dom Manuel c/ Duque de Caxias sentido norte-sul	130
Figura 20 – Av. Dom Manuel c/ Duque de Caxias sentido oeste-leste	130
Figura 21 – Av. Dom Manuel. Uso misto	130
Figura 22 – Av. Dom Manuel. Uso residencial	130
Figura 23 – Av. Dom Manuel com Rua Pero Coelho Residência remanescente	130
Figura 24 – Caracterização habitacional do <i>Entorno 1</i>	131
Figura 25 – Av. Duque de Caxias. Ao fundo o Banco Central e o Cond. Ed. Coronado ...	141
Figura 26 – Conjunto de quitinetes defronte ao Colégio Marista Cearense	141
Figura 27 – Comércio na Av. Duque de Caxias	141
Figura 28 – Edifício Fortaleza ao fundo à esquerda	141
Figura 29 – Quitinete defronte a Praça do Sagrado Coração de Jesus	141
Figura 30 – Condomínio Ed. Jalcy ao fundo	141

Figura 31 – Caracterização habitacional do <i>Entorno 2</i>	142
Figura 32 – Hospital César Cals à esquerda	152
Figura 33 – Novas instalações do Beco da Poeira	152
Figura 34 – Barracas no canteiro central	152
Figura 35 – Av. do Imperador com Pedro I	152
Figura 36 – Av. do Imperador	152
Figura 37 – Início da Av. do Imperador	152
Figura 38 – Caracterização habitacional do <i>Entorno 3</i>	153
Figura 39 – Galeria Liberato Barroso	162
Figura 40 – Pedro I esq. com Gal. Sampaio	162
Figura 41 – Rua Gal. Sampaio	162
Figura 42 – Rua Pedro Pereira	162
Figura 43 – Rua Floriano Peixoto	162
Figura 44 – Gal. Sampaio esq. com Pedro Pereira	162
Figura 45 – <i>Entorno 4</i> , vias, marcos, pontos nodais e limites.....	163
Figura 46 – Rua São Paulo (quitinetes)	164
Figura 47 – Rua São Paulo (quitinetes)	164
Figura 48 – Rua Senador Alencar (quitinetes)	164
Figura 49 – Rua Senador Alencar (quitinetes)	164
Figura 50 – Rua Senador Pompeu (quitinetes)	164
Figura 51 – Rua Liberato Barroso	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Relação faixa etária x Agradabilidade entre os entornos.....	175
Gráfico 2	– Relação faixa etária x Destruição entre os entornos.....	176
Gráfico 3	– Relação faixa etária x Atração entre os entornos.....	177
Gráfico 4	– Relação faixa etária x Pertencimento entre os entornos.....	178
Gráfico 5	– Relação tempo de moradia x Agradabilidade entre os entornos.....	179
Gráfico 6	– Relação tempo de moradia x Destruição entre os entornos.....	180
Gráfico 7	– Relação tempo de moradia x Atração entre os entornos.....	181
Gráfico 8	– Relação tempo de moradia x Pertencimento entre os entornos.....	182
Gráfico 9	– Local que representa o Centro	183
Gráfico 10	– O que o sujeito gosta no Centro	185
Gráfico 11	– O que o sujeito não gosta no Centro	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo do instrumento voltado para elaboração do Mapa Afetivo do Centro.....	119
Quadro 2 – Quadro síntese das imagens afetivas encontradas no Centro	128
Quadro 3 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no <i>Entorno 1</i>	129
Quadro 4 – Mapa Afetivo do sujeito 1ME1C.....	132
Quadro 5 – Mapa Afetivo do sujeito 8FE1C	133
Quadro 6 – Mapa Afetivo do sujeito 2ME1K	134
Quadro 7 – Mapa Afetivo do sujeito 17ME1C	135
Quadro 8 – Mapa Afetivo do sujeito 36ME1C	136
Quadro 9 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no <i>Entorno 2</i>	140
Quadro 10 – Mapa Afetivo do sujeito 48FE2C	143
Quadro 11 – Mapa Afetivo do sujeito 28ME2K	144
Quadro 12 – Mapa Afetivo do sujeito 25ME2C	145
Quadro 13 – Mapa Afetivo do sujeito 37ME2A	146
Quadro 14 – Mapa Afetivo do sujeito 24ME2C	147
Quadro 15 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no <i>Entorno 3</i>	151
Quadro 16 – Mapa Afetivo do sujeito 11ME3K.....	154
Quadro 17 – Mapa Afetivo do sujeito 30ME3C	155
Quadro 18 – Mapa Afetivo do sujeito 51ME3A	156
Quadro 19 – Mapa Afetivo do sujeito 32ME3C	157
Quadro 20 – Mapa Afetivo do sujeito 33FE3C	158
Quadro 21 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no <i>Entorno 4</i>	161
Quadro 22 – Mapa Afetivo do sujeito 10ME4K.....	165
Quadro 23 – Mapa Afetivo do sujeito 23ME4K	166
Quadro 24 – Mapa Afetivo do sujeito 39ME4A	167
Quadro 25 – Mapa Afetivo do sujeito 41FE4K	168
Quadro 26 – Mapa Afetivo do sujeito 40ME4K	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização geral da amostra dos habitantes do Centro. Fortaleza, 2012.....	123
Tabela 2 – Diferença de médias entre as imagens Agradabilidade, Contraste, Destruição, Atração, Pertença e Insegurança em função do Entorno (n=100).....	172
Tabela 3 – Diferença de médias entre as imagens Agradabilidade, Contraste, Destruição, Atração, Pertença e Insegurança em função do tipo de moradia (n=100).....	174
Tabela 4 – Frequência dos tipos de poluição (n=100).....	187

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A PÓLIS E O PLANO	19
2.1	A Ciência urbana: do otimismo à crise	21
2.1.1	<i>CIAM: Da cidade máquina à cidade por escalas</i>	22
2.1.2	<i>O Planejamento Urbano e a crítica pluridisciplinar</i>	27
2.1.3	<i>A estratégia da cidade espetáculo</i>	32
2.2	Possibilidades de um novo Planejamento Urbano no Brasil	40
3	O CENTRO DIANTE DO DESCENTRAMENTO	46
3.1	De Centro à “Periferia”	48
3.2	Os Planos para Fortaleza	58
3.3	Reabilitação dos centros históricos	65
4	POR UMA ONTOLOGIA DOS AFETOS	70
4.1	O Centro sobre o enfoque da Psicologia Ambiental e Psicologia Social	76
4.1.1	<i>Significação social do espaço: cognição e afeto</i>	81
4.2	A articulação de dois saberes	85
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	89
5.1	A delimitação da área pesquisada	89
5.1.1	<i>Características socioambientais do Entorno 1</i>	94
5.1.2	<i>Características socioambientais do Entorno 2</i>	99
5.1.3	<i>Características socioambientais do Entorno 3</i>	102
5.1.4	<i>Características socioambientais do Entorno 4</i>	107
5.1.5	<i>Panorama socioambiental do Centro</i>	112
5.2	Instrumento gerador dos Mapas Afetivos e o questionário	114
5.3	Procedimentos metodológicos e percursos da pesquisa	119
5.4	Caracterização da amostra	121
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	127
6.1	Articulando os dados	127
6.1.1	<i>Entorno 1 e suas Imagens Afetivas</i>	129
6.1.2	<i>Entorno 2 e suas imagens de Destruição</i>	139
6.1.3	<i>Entorno 3 e a predominância das imagens de Destruição</i>	150
6.1.4	<i>Entorno 4 entre o Contraste e a Destruição</i>	161

6.1.5	<i>Análise complementar dos Mapas Afetivos</i>	172
6.1.6	<i>A Dimensão Temporal e a Afetividade</i>	175
6.1.7	<i>Outros resultados</i>	183
7	CONFRONTO COM AS DIRETRIZES URBANAS DO PHRACF	189
8	CONCLUSÃO	195
	REFERÊNCIAS	199
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	205
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS	207
	APÊNDICE C – MAPAS AFETIVOS	210
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM MORADORES DO BAIRRO CENTRO DE FORTALEZA-CE	255
	ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	257

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 70, alguns anos antes de aqui estabelecer-me como estudante do ensino médio, vivi momentos de puro deslumbramento com a gigante desconhecida chamada Fortaleza. Poucos tempo depois, em 1977 (aos 10 anos de idade), participaria de um curso preparatório com objetivo de ingressar no Colégio Militar de Fortaleza. Foram 03 meses residindo num apartamento térreo situado no cruzamento infernal (já àquela época) da Avenida Heráclito Graça com Rui Barbosa. Obrigações, isolamento e ambiente urbano adverso, as primeiras experiências “negativas” com a cidade. O ano de 1979 marca definitivamente a minha vinda de Iguatu-CE para Fortaleza. Posso dizer que já cheguei ambientado. Além da breve temporada na cidade, ocorrida 02 anos antes, muita coisa já havia sido gravada no imaginário do menino interiorano: as matinês de domingo no exuberante Cine São Luís; as manhãs de sol intenso (e sem barracas) na Praia do Ideal, onde banhistas usavam esteiras de palha e bronzeadores que mais pareciam óleo de dendê; as tardes de milho cozido na Praça Portugal, àquela época um longínquo e aprazível logradouro da Aldeota; as feiras nos primeiros mercantis da cidade; o badalo do “chegadinha” e do picolé “Gelatti” a ressoar pelas quilométricas calçadas da Visconde do Rio Branco e, claro, os inesquecíveis passeios de pedalinho no lago artificial do Parque Cidade das Crianças, com suas onças, jacarés e tudo o que tínhamos direito.

Boa parte dos sítios acima mencionados – à exceção da Praça Portugal – localiza-se no Centro Histórico ou em suas imediações. De lá para cá, sempre mantive vínculos com esse território de nossa cidade, seja como usuário de alguns de seus equipamentos culturais (fechados ao longo dos anos), seja como eventual consumidor de sua diferenciada oferta de serviços e mercadorias. Posso, pois, dizer que venho acompanhando as transformações ocorridas em nosso Centro dos anos 70 para cá.

O período em que estive na faculdade de arquitetura (1988 – 1995) foi marcado pelo processo de consolidação na lógica de produção neoliberal do espaço e, conseqüentemente, na gestão político-administrativa de controle e reprodução do espaço urbano.

A chamada “Era Juraci”¹ coincide, pois com esse período de assunção ideológica de cidade como grande mercadoria, embora, a rigor, nenhuma ação deliberadamente elaborada nos moldes do chamado Planejamento Estratégico tenha sido executada por aqui.

¹Período em que o PMDB local, sob a chefia do médico cirurgião Juraci Magalhães, ocupa o poder municipal da cidade de Fortaleza-CE em 1990 e segue até o ano de 2004.

Sob a gestão do PMDB, o espaço urbano fortalezense sofreu, sem qualquer planejamento, reformas de impacto em alguns equipamentos e logradouros públicos de grande importância simbólica para cidade; a região central, inclusive. Para completar, essas ações intervencionistas prescindiram de qualquer canal de diálogo com a sociedade organizada. Para Machado (2011), além da gestão do PMDB caracterizar-se pela aversão à interlocução com a sociedade, a decisão de dividir a cidade em 06 regionais administrativas (a partir de 1997) gerou problemas de fragmentação institucional nas ações, superposição de competências e funções, reforçando a já costumeira prática do loteamento político da cidade. Aliado a esse fato, a gestão do PMDB enfraqueceu o processo de institucionalização do planejamento com a extinção do IPLAM (Instituto de Planejamento Municipal).

Os fóruns de discussão promovidos pelo PLANEFOR², a partir de 1997, despertaram em mim o interesse inicial pela temática urbana. Participei, enquanto ouvinte, de interessantes debates sobre mobilidade urbana e “revitalização” do Centro Histórico fortalezense. O PLANEFOR, a despeito de sua filiação às grandes entidades corporativas e empresariais do Ceará, adiantou-se em alguns anos – pelo menos em sua proposta discursiva – aos avanços que mais tarde seriam concretizados – em lei – pelo Estatuto da Cidade³, embora hoje tenhamos a consciência de que a ideia de envolvimento comunitário defendido pelo PLANEFOR estava alinhada *ipsis litteris* aos conceitos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico à moda Barcelona (VAINER, 2000).

Quatro anos após a graduação, fui convidado pela prefeitura de Icó-CE para assumir a coordenação técnica local do Plano Diretor daquela cidade. Foi meu primeiro contato com uma proposta de trabalho multidisciplinar. Apesar do plano de Icó-CE ter sido elaborado no ano 1999, portanto pouco antes da aprovação da lei do Estatuto das Cidades, a participação popular sem sua elaboração foi garantida graças às conquistas constitucionais de 1988 (em seus artigos 182 e 183) encetadas pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana.

²O PLANEFOR (Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza) inspirado na ideia de gestão compartilhada promovido pelo movimento chamado Pacto de Cooperação, buscou estabelecer uma linha de ação norteada pela experiência de Barcelona, Espanha. Os principais objetivos do PLANEFOR – segundo sua própria filosofia de trabalho – para enfrentar os graves problemas do nosso “atraso” frente ao perfil competitivo das metrópoles globalizadas, eram: Mobilizar a comunidade na busca pela participação cidadã na construção da RMF; Contribuir paralelamente com os governos estaduais e municipais na tarefa de planejar a RMF; Projetar a RMF para o crescimento internacional buscando conciliar desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos habitantes; e finalmente buscar eficiência nos investimentos estabelecendo as prioridades quando na implementação dos projetos e convergência de ações consensuadas pela diversidade de agentes urbanos. (PLANEFOR, 2001).

³O Estatuto da Cidade, Lei 10.257 vigorada a partir de 10 de julho 2001, é um dispositivo legal que guarda em seu bojo inúmeros avanços na esfera jurídica e institucional, avanços que virtualizam a concretização da justiça social principalmente no que tange o acesso à terra urbana, a habitação e os equipamentos de interesse social. Teremos oportunidade de discorrer mais adiante sobre essa importante lei (BRASIL, 2011).

Estes artigos seriam mais tarde regulamentados pela aprovação da Lei do Estatuto das Cidades. Outra oportunidade na área só viria a aparecer em 2009 com a habitação de interesse social. No início daquele ano, integrei a equipe, também multidisciplinar, do ESPLAM (Escritório de Planejamento Municipal), empresa privada sediada em Fortaleza, para elaborarmos o PLHIS (Planejamento Local de Habitação de Interesse Social) de 08 (oito) municípios do interior cearense. O foco das questões urbanas, agora, direcionava-se à habitação de interesse social. Permaneci na equipe até abril de 2010, quando tive de sair em virtude das exigências impostas pela FUNCAP, pois optei pela condição de bolsista.

Essas duas experiências anteriores me deixaram muito à vontade para acolher o Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza (também este, um plano que envolve a habitação de interesse social) como tema correlato à minha pesquisa interdisciplinar em Psicologia Ambiental.

Para além dos questionamentos ideológicos, o apelo do desenvolvimento sustentável e democrático – direta e indiretamente ligado às questões de segregação sociourbana – figura na base de todos os discursos atuais que lidam com o problemático destino das cidades. Autores das mais diferentes áreas do conhecimento não só reconhecem a falência do modelo de desenvolvimento urbano implementado durante o pós-guerra – principalmente nos chamados países periféricos – como alguns deles desmontam o mito do planejamento urbano, acusado de mascarar – ideologicamente – os reais problemas das cidades em favor de interesses hegemônicos (ARANTES, 2002; CASTELLS, 2009; LEFEBVRE, 1999; MARICATO, 2000; VAINER, 2000; VILLAÇA, 1999).

A despeito da postura patrimonialista das elites sociais e do próprio Estado, os movimentos pela reforma urbana (gestados desde a década de 60) avançaram tanto os recursos jurídicos como na possibilidade em fiscalizá-los. Os entraves encontrados na aplicação da lei são próprios da luta dialética pela conquista da cidadania. Todavia, nem mesmo a inclusão social e a metodologia participativa dos planos pós-Estatuto da Cidade foram capazes de superar o paradigma tecnicista que orienta a formulação das diretrizes urbanísticas propostas pelo planejamento democrático e participativo.

As oficinas participativas têm por objetivo envolver o público, visando o debate sobre as propostas e diretrizes do Plano, estas, entretanto, são pré-configuradas em diagnósticos técnicos que avaliam as características socioambientais do objeto de intervenção. A partir destas propostas, o público debate as alternativas que melhor atendem suas prioridades. Boa parte das prioridades elencadas pelo público é incorporada aos planos, entretanto, nem sempre estas refletem o teor das práticas urbanas que se desenvolvem na vida

cotidiana (LEFEVBRE, 1999), os significados que os indivíduos constroem em sua relação com o lugar (CORRALIZA; BERENGUER, 2010), o papel afetivo que expressa a implicação do sujeito com o espaço onde mantém suas relações (BOMFIM, 2010).

Embora reconhecendo que, politicamente, o planejamento participativo representa o que há de mais atualizado na confecção de planos urbanos, sua metodologia não contempla aspectos que são intrínsecos à vivência do sujeito em sua relação com o ambiente. A influência do espaço sobre a *Afetividade*⁴ (e vice-versa) é o que objetivamos estudar nesse trabalho, não apenas pela constatação factual de nossas primeiras trocas simbólicas com a cidade. O processo afetivo é algo que se desdobra na cotidianidade e, segundo Corraliza e Berenguer (2010), constitui a primeira resposta de um processo perceptivo que envolve a construção dos significados dados ao espaço.

Inspirados nas recentes conquistas participativas e na possibilidade de olhares contra-hegemônicos desejamos colaborar para o diálogo interdisciplinar buscando investigar aspectos da *Afetividade* dos moradores do Centro inseridos em distintos contextos socioambientais deste heterogêneo bairro de nossa cidade.

Sob a abordagem da Psicologia Ambiental, buscaremos compreender os aspectos sociais e comportamentais dos sujeitos inseridos no Centro Histórico de Fortaleza-CE. Tais aspectos, tipicamente humanos, falam das subjetividades inerentes àqueles que habitam o nosso bairro mais tradicional, das vivências que partilham (ou não) entre si, dos rebatimentos psicossociais que o uso continuado do espaço pode ter sobre o comportamento das pessoas (MOSER, 2005) e, também, no que isso pode reverter em transformações para o ambiente a partir da implicação dos sujeitos com o mesmo (BOMFIM, 2010). Portanto, trata-se antes de uma investigação interdisciplinar envolvendo os aportes teóricos da Psicologia Ambiental, Psicologia Social com a colaboração do saberes arquitetônicos e urbanísticos.

Em **A PÓLIS E O PLANO**, estabelecemos um recorte disciplinar a partir do urbanismo moderno proposto pelo grupo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), seus desdobramentos internos, críticas e propostas pluridisciplinares que sistematicamente questionaram tal propositura e que determinou largamente a produção do conhecimento teórico e técnico no campo gestor das cidades. Em seguida expomos as

⁴A categoria Afetividade (sentimentos e emoções), estudada por Sawaia (2004) com base na teoria histórico-cultural de Vygotski, na ontologia dos afetos de Espinosa e nas reflexões marxistas de Agnes Heller sobre a emoção e a necessidade como fenômenos ideológicos, foi a categoria fundamental investigada na tese de Bomfim (2010). A autora investigou os processos afetivos de estudantes de São Paulo e Barcelona e o marco teórico de sua tese, norteado pelos mesmos autores acima, foi secundado pelo aporte da Psicologia Ambiental resultando na construção de uma metodologia capaz de apreender os afetos: o instrumento gerador dos Mapas Afetivos.

reflexões de alguns autores sobre a crise do urbanismo moderno e o abandono das propostas de cidade total influenciada pelo modelo keynesiano de estado. Estes conceitos foram suplantados pela ideia de cidade fragmentada, assim compreendida pelo que esta revela em potenciais simbólicos e mercadológicos especialmente planejados para atender a demanda do capital globalizado. O Planejamento Estratégico à moda Barcelona é o maior representante de tal modelo. Por último ressaltaremos conquista do Planejamento Participativo no contexto sociopolítico brasileiro, assim aceito por reconhecermos o importante papel que este representa para consolidação do recente processo democrático e participativo, não somente em sua etapa de confecção, mas, sobretudo, na gestão fiscalizada que estes planos defendem.

Em **O CENTRO DIANTE DO DESCENTRAMENTO**, será tratada a problemática atual dos Centros históricos urbanos diante do contexto de descentralização e fragmentação do espaço exacerbado pela reestruturação da produção capitalista. Exemplificando especialmente o caso da cidade de Fortaleza, identificaremos os processos históricos que levaram à perda de hegemonia da região central na capital cearense, focando em alguns dos planos urbanísticos que ao longo do percurso histórico tentaram solucionar os problemas decorrentes da expansão urbana apoiados nas concepções modernas do desenho urbano. Por último abordaremos o Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central fortalezense buscando situar as principais propostas defendidas pelo plano que busca fomentar a função habitacional como principal elemento de ressignificação deste emblemático bairro.

Enfocando os aspectos simbólicos que resultam da relação humana com espaço urbano, em **POR UMA ONTOLOGIA DOS AFETOS** iniciamos por explicitar o marco teórico que norteia a nossa pesquisa, bem como os aportes epistemológicos que fundamentaram a construção da categoria *Afetividade* (SAWAIA, 2004). Esta é tomada como a categoria investigativa da Psicologia Social que norteia nossa abordagem em Psicologia Ambiental. A título de reflexão inserimos neste capítulo o clássico conceito de *Apropriação do Lugar* (POL, 1996) – tomado da Psicologia Ambiental – com o objetivo de auxiliar nossa análise de resultados bem como ressaltar a sua pertinência para ações que objetivam a intervenção estatal no meio urbano. Para concluir, estabelecemos uma breve discussão sobre a articulação entre o saber urbanístico e a Psicologia Ambiental delimitando por fim o tipo de abordagem que adotamos especificamente para esta disciplina e estabelecendo – de forma mais detalhada – os objetivos que buscamos atingir em nossa investigação.

Os **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** se dividiram em duas etapas e abordagens distintas de aplicação. Primeiramente o conhecimento urbanístico nos possibilitou estabelecer critérios para uma análise socioambiental do Centro tomando o uso habitacional

como elemento de referência. O locus habitacional em sua relação com o *sistema viário* e outros *usos e ocupações*, oficialmente codificados pela LUOS nº 7987 de 23 de dezembro de 1996, nos permitiram identificar 04 situações socioambientais de habitação no Centro Histórico. Em seguida apresentamos o “escopo” da metodologia do instrumento gerador dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010), os percursos da pesquisa e a caracterização da amostra.

Na **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS** analisamos os Mapas Afetivos sempre buscando articulá-los aos diagnósticos socioambientais previamente formulados pela abordagem urbanística do Centro. Para isso nos valem de recursos imagéticos tais como fotografias de satélite e instantâneos locais que serviram de apoio para nossa análise interdisciplinar. A análise estatística complementar dos Mapas Afetivos foi também referenciada a partir dos setores urbanísticos classificados pela análise socioambiental e seus resultados foram cruzados com a faixa etária e tempo de moradia dos sujeitos investigados. Algumas questões do instrumento gerador dos Mapas Afetivos permitiram-nos ainda outros tipos de análises estatísticas simples e de grande utilidade para compreendermos quais os fatores que mais agradam e desagradam no Centro, bem como revelaram-nos a representatividade que certos locais ocupam no imaginário dos sujeitos moradores do Centro. O instrumento contendo 15 questões fechadas sobre o Centro revelou-se redundante para nossa investigação, por isso incorporamos à pesquisa muito pouco de seus resultados.

No **CONFRONTO COM O PHRACF** buscamos analisar o Plano de Habitação para Reabilitação da Área Central destacando algumas de suas diretrizes urbanas participativas e, cotejando com os resultados encontrados em nossa pesquisa, estabelecemos pontos de reflexão no sentido de identificar congruências e incongruências entre as diretrizes urbanística do plano e as expressões dos moradores que uma vez analisadas nos possibilitaram compreender suas percepções, significados e afetos vividos no e com o espaço urbano do Centro Histórico.

2 A PÓLIS E O PLANO

“Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir.”⁵
(ARISTÓTELES)

Desde o início da civilização, os esquemas formais das cidades obedeciam a padrões de dominação de ordem técnica-política. É, portanto, ao domínio tecnológico, custeado e absorvido pelo controle político, que se deve a própria existência das civilizações; desde as organizações teocráticas da antiga Mesopotâmia e Egito, passando pela experiência dual (religiosa e humanista) dos gregos e romanos, mergulhando novamente sob o domínio teocrático da Idade Média, para renascer antropocentricamente, agora sobre o domínio do mercado até os dias atuais. “A história da arquitetura e dos fatos urbanos realizados é sempre a história da arquitetura das classes dominantes.” (ROSSI, 1977, p. 26).

O termo *arkhitektôn* (o construtor principal ou mestre de obras) designa uma atividade ao mesmo tempo em que determina uma hierarquia, um posto. São profissionais que, por sua excelência no ofício de edificar, foram chamados a materializar os ideais de grandeza e poder do *staff* político dominante.

Vitrúvio, por exemplo, inicia o seu famoso tratado, “Da Arquitetura”, com uma peroração emblemática em honra a Otávio, Imperador Romano do primeiro século antes de Cristo. Vejamos alguns trechos:

Na verdade, quando notei que tinhas em conta não somente o zelo pela vida comum de todos e com a organização do Estado, mas também pela conveniência dos edifícios públicos para que a Cidade não fosse por ti apenas engrandecida com províncias, e para que a majestade do império possuísse a egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não devesse descuidar de fazer-te o quanto antes publicar essas coisas, visto que, primeiramente, fora eu instruído por teu pai a respeito delas e educado quanto a suas virtudes. (POLIÃO, 2002, p. 49).

Entretanto, desde a antiguidade, a interdependência entre o saber tecnológico e o poder político nunca impediu o exercício do pensamento na busca por questionar a ordem estabelecida. As soluções para implantação de novos aglomerados urbanos, propostas por Vitrúvio (Roma) e Hipódamos (Atenas), implicavam em medidas que contrariavam certas determinações de ordem religiosa e social. Algumas considerações defendidas pelos dois arquitetos (principalmente o segundo) jamais foram assumidas pelo comando político

⁵Citação extraída da obra **Carne e Pedra** de Richard Sennet (2010, p. 11).

justamente por afrontarem concepções religiosas e sociais extremamente arraigadas nas duas culturas acima referidas. (ARISTÓTELES, 2011; POLIÃO, 2002).

Logicamente, não há sentido em falar da luta de classes (no sentido que a conhecemos) fora do contexto dialético e político verificado a partir do final da Idade Média, quando as tensões entre o senhorio feudal e os mercadores se acirraram tanto mais os segundos (antes itinerantes) foram se estabelecendo e consolidando seus negócios nas antigas fortificações romanas que ficavam bem próximas à vida campesina (LEFEBVRE, 1999). É no processo de ruptura do sistema feudal de produção, promovido pela crescente valorização dos meios de produção urbanos (sempre mais especializados), que a luta de classes se evidenciará cada vez mais.

Os casos de Vitruvius e Hipodamos, ambos relacionados à produção do saber urbano na antiguidade – principalmente em duas experiências de civilização tão emblemáticas para nossa formação sociocultural – servem apenas de exemplo para reafirmarmos que o conhecimento sobre as cidades desde sempre foi tutelado pelas classes que dominam o jogo político.

É objetivo nosso lançar um olhar histórico (e necessariamente dialético) sobre o panorama da produção dos saberes voltados para analisar as questões impostas pelo fenômeno urbano. Essa relação se verifica mais intensamente a partir da inflexão socioeconômica ocorrida na produção do espaço iniciada no século XVIII com a nascente revolução industrial.

Iniciamos o nosso recorte histórico a partir das primeiras décadas do século XX quando a apreensão da cidade é assumida como objeto passível de ser analisado em sua totalidade. O Urbanismo Moderno nasce fundamentalmente das novas concepções de arquitetura onde o desenho urbano assume papel de suprema relevância no ordenamento e planejamento das cidades. Estas pretensões científicas em seu desiderato de encarar o espaço urbano, seja como campo de intervenções esquemáticas (zoneamento), seja como experimento para novas possibilidades plásticas (novas cidades), influenciou largamente a forma de se pensar o território urbano, vindo a constituir-se numa tradição do conhecimento que, apesar de sua crise atual, ainda estabelece raízes “epistemológicas” persistentes no solo do ensino arquitetônico e urbanístico, a despeito da montanha de críticas multidisciplinares que vem sofrendo desde sua aparição.

2.1 A Ciência urbana: do otimismo à crise

“Admiro a ousadia dos técnicos atuais do urbanismo que, quando aplicam esta ciência a uma cidade, consideram antes de tudo a aparência das coisas, como se a consideração dos habitantes que formam a cidade não se impusesse previamente.”

(MARCEL POÈTE)⁶

Se o Pré-Urbanismo do século XIX – utópico ou real – foi pensado ou executado sob o ponto de vista de alguns generalistas (historiadores, político ou econômicos), o urbanismo surgido no século XX, assumindo-se como Ciência, passaria a ser apanágio de especialistas do espaço, arquitetos em sua maioria.

Diferentemente dos pré-urbanistas, os pensadores das cidades no século XX as enxergam somente sob o ponto de vista técnico. A *despolitização* do urbanismo, segundo Choay (2010), seria decorrente de um processo evolutivo do capitalismo industrial que, ultrapassado a fase militante e heroica do primeiro século, adentraria numa fase de liberalização total, onde suas classes dirigentes buscariam desvincular-se de certas ideias e propostas socialistas que foram nascendo com a própria era industrial.

A impossibilidade de efetivar suas ideias (*in totum*) no campo concreto das cidades, seja por condições econômicas desfavoráveis, seja pelas imensas barreiras administrativas e políticas que encontravam, afirmariam o urbanismo – a partir de então – numa corrente de pensamento onde a polêmica e criatividade alinhar-se-iam ao movimento utópico (CHOAY, 2010).

Não cabe em nosso atual estudo estabelecer as premissas que guiaram as ideias das várias correntes urbanistas surgidas no século XX e analisadas brilhantemente por Choay (2010) em sua antologia “Urbanismo: Utopias e Realidades”. Pretendemos focar na corrente que se universalizou e perdurou a tal ponto que influenciou várias gerações de arquitetos e urbanistas nas mais díspares localidades do planeta: o urbanismo moderno.

O prestígio do urbanismo moderno, defendido por Le Corbisier, Walter Gropius, Ozenfant, Hilberseimer e etc., foi duramente criticado desde o seu começo. As questões urbanas do século XX despertam – com toda sua complexa problemática – a atenção de saberes como a Sociologia, por exemplo, que em conjunto com a Antropologia Cultural, segundo Habbermas (1999), são disciplinas que tradicionalmente se ocuparam da prática cotidiana nos contextos do *mundo da vida*, por esse motivo consideram todas as formas de

⁶Citação retirada do livro “O urbanismo: utopias e realidades” de Françoise Choay (2010).

orientação simbólica da ação social. O mesmo não se dá com a produção do pensamento urbanista. Por sua corporificação eminentemente técnica, ainda hoje o planejamento urbano se caracteriza pelo cognitivismo instrumental de suas propostas, *modus operandi* que se alinha, ou antes, submete-se ao aparelhamento ideológico da Economia Política. As Ciências da Economia e da Política são variantes da *ação racional* com acerto de fins relativos aos problemas da maximização de lucros e da aquisição e utilização do poder político que, com suas diretividades especializadas, organizam e controlam o chamado *mundo do sistema* (HABBERMAS, 1999).

Podemos estabelecer, didaticamente, a crítica feita ao urbanismo moderno e seus desdobramentos históricos em três vertentes: uma *interna*, comandada por arquitetos e pensadores tributários ao próprio movimento progressista; uma *externa* (ou de segundo grau) ao urbanismo, de corte epistemológico variado e focado em proposições urbanas não apriorísticas embasadas na cidade real; por fim, uma terceira crítica de abordagem marxista que vai questionar em profundidade o planejamento urbano – mais fortemente a partir da década de 60 – sendo, até a atualidade, o principal contraponto às propostas do planejamento estratégico voltadas para a cidade globalizada e que orientam firmemente o modelo de planejamento participativo brasileiro.

2.1.1 CIAM – da cidade máquina à cidade por escalas

Segundo Choay (2010) Tony Garnier, em sua obra “A Cidade Industrial”, influenciaria enormemente a primeira geração de arquitetos ditos racionalistas⁷. Encontrava-se ali, segundo a autora, as primeiras proposições de cidade que buscavam conjugar a necessária ordem utilitária da cidade industrial às soluções plásticas tão próprias ao sentido poético do arquiteto.

O urbanismo progressista vai consolidar-se, de fato, enquanto modelo acabado, somente após o fim da Primeira Grande Guerra quando permite o progresso técnico e se consolidam, artisticamente, as vanguardas plásticas. Nos Países Baixos, na Rússia, na Alemanha e na França, apesar de separados por culturas, situações políticas e econômicas bastante distintas, os arquitetos racionalistas pesquisaram e produziram – quase que

⁷O conceito de arquitetura racionalista foi utilizado pelos historiadores da arquitetura para designar o movimento que se afirma depois da guerra de 1914, em favor das formas puras (contra o *Art Nouveau* e a favor do cubismo); ele proscree qualquer decoração e ornamentação dos edifícios e preconiza a exploração radical das fontes da técnica e da indústria (CHOAY, 2010).

simultaneamente – ideias bastantes semelhantes do que seriam a cidade futura (CHOAY, 2010).

A ideia-chave de modernidade estava permeada em todas as concepções progressistas de urbanismo que, a partir de 1928, instituíram os chamados Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, mais conhecidos sob a sigla CIAM. Estas assembleias representavam um conjunto de manifestos, declarações e publicações que consolidaram um corpo doutrinário junto a um discurso, de certa forma, contra-hegemônico e de feitiço internacional, que visava se contrapor às tradições academicistas dentre as quais faziam parte o ensino da arquitetura de então (RODRIGUEZ; SEGRE, 2008).

Em 1933, o grupo do CIAM reúne-se em Atenas com o intuito de elaborar a formulação doutrinária chamada *Carta de Atenas*. Neste documento, que seria uma espécie de bem comum a todos os urbanistas, reúnem-se os princípios basilares de um novo paradigma progressista, desta vez, fundamentado em novos materiais e técnicas construtivas possibilitadas a partir da I Grande Guerra. O ideário modernista apostava firmemente na aplicação eficiente da técnica, mas não somente; aliado à evolução técnica, o equilíbrio na distribuição dos elementos urbanos (sempre muito bem equacionados plasticamente) seria fator capaz de resolver todas as grandes questões urbanas legadas pelo século XIX (CHOAY, 2010).

Não se pode negar, entretanto, o teor profundamente humanista, profusamente encontrado nos princípios urbanos defendidos pela Carta de Atenas. Humanismo que, aliás, foi herdado das concepções pré-urbanistas do século XIX, com a diferença de que as antigas propostas progressistas (mesmo em sua utopia) eram motivadas pela problemática política e social suscitada com a industrialização, até então em pleno processo de crescimento (CHOAY, 2010). Mesmo quando o grupo do CIAM adverte para os entraves políticos, econômicos e sociais que serão capazes de emperrar a realização dos seus planos, o fazem sob um ponto de vista estritamente descritivo, onde a reflexão e a crítica passam ao largo das causas sociais e econômicas que estruturavam a sociedade industrial. Para os idealizadores da Carta, a resolução dos problemas da cidade se resumia na falta de conscientização da classe dirigente e na correta educação de seus usuários, além é claro, da energia aplicada para resolvê-los, senão vejamos:

Não basta que a necessidade do estatuto do solo e de certos princípios de construção sejam admitidos. É preciso ainda, para passar da teoria aos atos, o concurso dos seguintes fatores: Um poder político tal como se o deseja, clarividente, convicto, decidido a realizar as melhores condições de vida, elaborada e expressas no plano; uma população esclarecida para compreender, desejar, reivindicar aquilo que os

especialistas planejaram para ela; uma situação econômica que permita empreender e prosseguir os trabalhos, alguns dos quais serão consideráveis. (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 34).

Ainda em relação à Economia: “A noção de *rendimentos*, introduzida como axioma da vida moderna, não implica absolutamente o lucro comercial máximo, mas uma produção suficiente para satisfazer as necessidades humanas.” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 26) Mostrava-se evidente, em várias outras passagens, o teor claramente despolitizado da Carta.

Quanto à grande esperança tecnicista dos urbanistas modernos, esta pode ser obviamente encontrada nas propostas elencadas pela Carta de Atenas. A chave do urbanismo está nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular. (CARTA DE ATENAS, 1933).

A partir dessas quatro funções-chave, o Urbanismo Moderno propõe um modelo totalizante de cidade, onde a integração completa e harmônica desses elementos traduziria todas as aspirações humanas de bem-estar, cultura e espiritualidade. Havia a intenção clara, por parte dos modernos, de resolver o que para eles seria a raiz dos graves problemas enfrentados pelas grandes cidades do século XX: o caos instalado nas urbes era o resultado do despreparo e desorganização destas em acolher o crescente maquinismo gerado pela evolução tecnológica. Uma vez equacionado – especialmente – os problemas de moradia, trabalho, lazer e circulação, a cidade se converteria no locus da realização espiritual e coletiva de seus usuários (CARTA DE ATENAS, 1933).

O excessivo compromisso com a eficácia de suas proposições (matematicamente calculadas) vai implicar um rígido quadro de vida (CHOAY, 2010). Com Le Corbusier, a geometria – de fato necessária ao processo produtivo industrial fordista – ganha importância vital na constituição e manutenção da cidade maquinizada.

A percepção da ruptura total com a linha de produção existente no passado levaram os urbanistas modernos a ignorarem as práticas urbanas no seio das cidades. O alinhamento entre a dinâmica urbana febril e o maquinismo fabril levaram os urbanistas modernos a assumirem os valores ligados à fria e necessária eficácia produtiva das indústrias como essenciais para compreender as questões urbanas. Segundo Choay (2010), a mecanização, padronização, rigor e geometrismo passam a ser aceitos como novos valores, aos quais se alinhavam, também, os estilos da vanguarda artística. Corbusier afirmava:

A geometria é a base... Toda a época contemporânea é, pois, de geometria, eminentemente; ela orienta seus sonhos para as satisfações com a geometria. As

artes e o pensamento moderno, depois de um século de análise, procuram para além do fato accidental e a geometria os conduz a uma ordem matemática. (CHOAY, 2010, p. 23).

A ambição do projeto e sua dimensão histórica criaram um sentimento de exaltação que, para Choay (2010), possibilitaram posturas refratárias a qualquer ideia que questionasse o arcabouço teórico das ideias modernistas, o que gerou um conformismo tendente ao academicismo. “Hoje podemos pensar em praticar o urbanismo moderno, porque está na hora e porque uma paixão coletiva foi desencadeada pelas mais brutais necessidades e guiada por um alto sentimento de verdade [...]” (LE CORBUSIER, 1925 *apud* RODRIGUEZ; SEGRE, 2008, p. 2).

Os preceitos defendidos pelo modernismo tomariam parte nas mentes e corações dos arquitetos até praticamente o CIAM de 1947 (primeiro do pós-guerra), quando notadamente, a partir de 1950, uma nova geração de arquitetos dentro do próprio seio do movimento CIAM⁸ começa a questionar os paradigmas impostos pela Carta de Atenas. Trata-se de críticas que se contrapõem ao modelo funcionalista e a-histórico, tão caro aos princípios da Ciência Urbana na primeira fase do CIAM, que vai até 1937, última edição do congresso antes da 2ª Grande Guerra.

Os temas do entre guerras, privilegiados pelo CIAM, giravam entre a Habitação Social e a Cidade Funcional. Os novos temas propostos pelo CIAM 8 já vinham sendo maturados desde a Segunda Guerra Mundial e buscaram afastar-se do tronco original de ideias defendidas pela Carta de Atenas. Foi no CIAM 8, acontecido em 1951, que um novo grupo (conhecido como geração do meio) coloca em pauta as novas discussões que iriam por fim questionar firmemente as ideias de cidade funcional para retomarem a problemática da cidade tradicional (RODRIGUEZ; SEGRE, 2008).

A partir do tema “Núcleo”⁹ – tema inclusive inusitado aos repertórios anteriores dos CIAM`s – novos debates foram entabulados no sentido de contrapor às ideias funcionalistas, o conceito de cidade em escalas. A problemática das cidades passaria cada vez menos, a partir dos próximos congressos, a ser defendida como uma questão de forma e função. Para as novas gerações que compunham o CIAM, a questão das associações humanas era vista de forma inadequada pelos idealizadores da Carta de Atenas. As cidades possuíam

⁸O movimento CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) foi encabeçado pelo arquiteto franco-suíço, Le Corbusier, com o intuito de unificar os modernos princípios de desenho e consolidar um movimento de vanguarda sendo o primeiro congresso realizado em 1928 em La Sarraz – Suíça (RODRIGUEZ; SEGRE, 2008).

⁹O Núcleo é uma ideia racionalista que corresponderia como o centro cívico das cidades. Local onde se agregam os edifícios representativos das dimensões públicas – política, educacional e cultural.

diferentes níveis de escalas. A casa, a rua, o bairro e a cidade constituíam-se em elementos de análise de diferentes contextos espaciais que se inter-relacionavam em diversos níveis comunitários. A mudança de paradigma dos jovens líderes do CIAM estava provavelmente embasada nos estudos orgânicos do biólogo Patrick Geddes, que incorporava o conceito de comunidade no processo de organização das cidades (RODRIGUEZ; SEGRE, 2008).

Outro ponto de discórdia entre os líderes dos CIAM e as novas lideranças que se insurgiam a partir do CIAM de 1951, era a contraposição dos conceitos Centro Cívico x Centro Comunitário. Enquanto a antiga geração CIAM insistia na ideia de grande Centro Cívico como lócus da representação política e cultural da cidade, onde o simbolismo do espaço seria “oferecido” pelas formas arquitetônicas e urbanísticas, os grupos divergentes do CIAM apostavam numa concepção analítica dos espaços existentes como lugares onde se processam as relações humanas.

Quanto à questão habitacional, pedra de toque para o urbanismo moderno desde o seu princípio, os grupos mais jovens iram contrapor-se à ideia de quadra (como segunda escala ou elemento formador da cidade), o conceito de rua. Segundo o nível de escala das cidades, a rua ou o espaço que se forma entre as construções, seria o elo primário que possibilitaria ao usuário (como agente fundamental) integrar-se ao processo de estruturação da cidade.

Dessa forma, entre a casa e a cidade, a rua e o bairro (segundo e terceiro elos na cadeia de inter-relações) estabeleceriam novos conceitos entre a arquitetura e o urbanismo valorizando as inter-relações humanas com o espaço que seriam reforço para a identidade comunitária e o sentimento de pertencimento. Diferentemente, a noção de quadra, pensada técnica e abstratamente a partir da unidade padronizada de habitação, seria o equacionamento espacial das unidades habitacionais visando sempre à otimização e à eficácia funcional (RODRIGUEZ; SEGRE, 2008).

Esses jovens pensadores urbanos estavam voltados sim para a intervenção urbana, mas numa concepção humanista profundamente ligada às relações comunitárias que se estabeleciam na cidade real. O fator comum que integrava essas críticas era o foco no elemento humano e em suas relações tendo por motivação principal o retorno à discussão da cidade existente.

Os pontos levantados pelas críticas internas ao CIAM levaram à sua crise e dissolução no final dos anos 50 do século passado e serviram de semente que permitiram orientar os novos pensamentos urbanísticos pós-CIAM, tanto por parte de ex-integrantes do movimento como por aqueles que nunca foram seus membros.

2.1.2 O Planejamento Urbano e a crítica pluridisciplinar

Algumas das ideias progressistas e culturalistas colocadas em prática no início do século XX geraram, quase que simultaneamente, um movimento crítico externo aos arbitrários postulados do urbanismo, postulados estes sistematicamente guiados por uma visão distanciada das questões urbanas que se impunham na cidade real. Patrick Geddes já em 1910, a partir da sua obra “Cidades em Evolução” (*Cities in Evolucion*, no título original) propõe uma visão sistêmica de cidade onde a problemática do fenômeno urbano está longe de ser respondida pelo recurso técnico e estético proposto pelos pensadores do urbanismo de uma forma geral (KOHLSDORF, 1985).

Segundo Kolsdorf (1985), a expressão *planejamento urbano* provém da Inglaterra e dos EUA, caracteriza-se desde o seu nascedouro por estabelecer uma visão crítica ao urbanismo. O *planning* constitui-se de elaborações que se traduzem através de procedimentos racionais que tem por finalidade a preparação de tomada de decisões no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos.

Além de engajado nas questões urbanas, principalmente na luta pela regulação dos procedimentos legais do planejamento urbano, Geddes (1994) propunha metodologias inovadoras para formulação do Planejamento Urbano a partir do levantamento do desenvolvimento histórico da urbe. O levantamento incluía, além das condições mesológicas locais (que responderiam às solicitações técnicas), o estudo cronológico das camadas culturais da cidade estabelecidas num eixo histórico onde os erros e acertos do passado e presente pré-configurariam as respostas corretas a serem direcionadas para o futuro. Cabia, pois ao planejador coordenar os especialistas, dispersos e desconexos em seus saberes, numa direção e visão sintetizadoras, capazes de produzir uma compreensão unificada. Elevar a discussão do urbanismo como proposta pedagógica capaz de universalizar o interesse pela cidade era o objetivo das chamadas *Mostras de Urbanismo* promovidas pelo biólogo escocês (GEDDES, 1994). Esta talvez seja uma de suas propostas mais ousadas e visionárias que antecipa em quase um século as questões vigentes sobre cidadania somente hoje levadas em conta pelos atuais planos urbanísticos.

Quase contemporâneos aos trabalhos de Geddes (entre 1920 e 1940) surgiam nos EUA os primeiros estudos sociológicos voltados especificamente para compreender a problemática do fenômeno urbano. A Escola de Chicago fundamentaria, assim, a temática e a base teórica da sociologia urbana durante um bom período.

Dois conceitos se destacaram em especial na Escola de Chicago. O primeiro referencia-se numa abordagem ecológica para abarcar o problema da dinâmica no interior das cidades. A segunda abordagem foca a questão urbana a partir de uma visão comportamental principalmente dos usuários da cidade.

Para explicar a dinâmica socioespacial que se estabelece nas zonas urbanas, principalmente, o conceito de ecologia urbana vai estabelecer uma analogia com os processos ecológicos encontrados na Natureza. Dessa forma, para essa abordagem, o posicionamento de determinados povoados ou a distribuição dos diferentes tipos de bairro no contexto social, obedeceriam aos mesmos padrões ecológicos de adaptação¹⁰ onde os indivíduos mais aptos ocupariam as melhores posições geográficas. Segundo Giddens (2005), a perspectiva ecológica tende a dar pouca ênfase à importância do esquema e do planejamento conscientes na organização das cidades, considerando o desenvolvimento urbano como “natural”.

Ambas as propostas defendidas pela Escola de Chicago, tanto a ecológica como aquela que encara o urbanismo como modo de vida, não servem de guarida para as abordagens éticas-políticas da sociologia urbana produzida no pós-guerra e que embasariam as críticas de corte marxistas ao planejamento urbano, principalmente no ambiente da América Latina.

Para Castells (2009), os estudos da ecologia urbana negligenciam – sob a capa do organicismo ecológico – um traço fundamental do espaço humano: a diferenciação contraditória dos grupos sociais e o fato de que a apropriação do espaço não é uma luta individual por pura competição, mas está inserida num contexto de produção social onde os indivíduos ocupam diversos componentes da estrutura social.

Ainda no período do entre guerras, o historiador Lewis Mumford retoma a obra de Geddes justamente no auge do chamado urbanismo moderno. Introduzindo certas posturas que se afirmavam contra o urbanismo, Mumford (1965) defendia o contato direto com a realidade em estudos teóricos onde a observação dos processos era feita no local, visando predominantemente à prática.

Nossos complicados rituais de mecanização não podem tomar o lugar do diálogo humano, do drama, do círculo vital de companheiros e associados, da sociedade de amigos. São essas coisas que sustentam o crescimento e a reprodução da cultura humana, e sem elas toda a complicada estrutura passa a ser sem significado – e até mesmo hostil, de maneira ativa – às finalidades da vida (MUMFORD, 1965, p. 721).

¹⁰Os processos de *competição, invasão e adaptação* seriam inerentes ao comportamento dos seres vivos em sua condição natural de sobrevivência no espaço (GIDDENS, 2005).

Os conceitos de tempo e história referem-se às criações permanentes, e a cidade passava a ser compreendida como local ou ponto crítico das relações sociais do nosso século. Em contraposição às concepções rígidas e abstratas de cidade, defendidas pelo pensamento modernista, Mumford preconiza o retrospecto, o presente e a perspectiva histórica da cidade como o método capaz de captar a cidade, processual em seu dinamismo. Nesse sentido, o conhecimento histórico passa a ser conduzido como elemento transformador do passado (KOHLSDORF, 1985).

Para Mumford (1965), a cidade estaria submetida a processos cíclicos de *crescimento, expansão e desintegração* em decorrência da própria natureza da civilização. Dessa forma, a cidade – como um ímã – teria a tendência de abarcar a vida orgânica multilateral de uma comunidade, tornando-as formas petrificadas e superespecializadas, que só poderiam permanecer à custa de adaptação e do maior desenvolvimento. Em sua hipótese, a desintegração como meio da cidade se abrir às novas exigências de vida, só podia ser conhecida sob o signo da destruição, ou seja, pela guerra ou pela ruína econômica. Diante dessa hipótese, a primeira necessidade da cidade seria uma intensificação do autoconhecimento coletivo numa visão mais profunda dos processos da História como primeiro passo para a disciplina e o controle (MUMFORD, 1965).

A percepção da cidade industrial, principalmente a partir o período pós-guerra, como fazendo parte de um *continuum* histórico onde estão concentrados todos os potenciais de remanejamentos culturais, abre a possibilidade para inclusão de outros aportes disciplinares e metodológicos que, apoiados na própria visão histórica, se debruçam sobre a questão urbana de forma multidisciplinar. O planejamento urbano, pois vai se definindo como estudo que reúne vários raciocínios disciplinares (sociologia, economia, físico-espaciais e técnicos) que se voltam – de forma unívoca – para o controle urbano a partir do diagnóstico das cidades seguido das diretrizes resolutivas sobre as mesmas. O planejamento urbano passaria dessa forma a se afirmar cada vez mais como instituição associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometido (KOHLSDORF, 1985).

Para além da crítica ao urbanismo, formulada – antes da II Guerra Mundial – por alguns importantes pensadores que historicamente consolidaram o saber do planejamento urbano, uma segunda leva de reflexão – não menos importante para construção do corpo disciplinar do planejamento urbano – é produzida no período pós-guerra, notadamente a partir da década de 60.

Inspirados em certas pesquisas da psicologia social, particularmente na psicologia infantil, publicadas logo depois da Segunda Grande Guerra por autores como Anna Freud e J.

Bowlby, pesquisas foram desenvolvidas visando comprovar que, ao contrário de espaços racionalmente elaborados e planejados, o ambiente positivamente vivenciado, ainda que negativamente considerado pelas normas reguladoras do urbanismo, seriam capazes de assegurar sentimentos de bem-estar psicológico e afetivo aos seus moradores. Para estes autores, o urbanismo não havia ainda considerado esses aspectos existenciais do comportamento humano frente ao meio urbano. A análise demonstrava – a partir de pesquisas realizadas em algumas unidades de vizinhança, segundo os princípios da Carta de Atenas – que o comportamento social poderia variar segundo a população alvo. As propostas de unidades de habitação rigidamente padronizadas seriam inviáveis para comunidades que possuíam fortes ligações comunitárias, por exemplo. O ponto de vista da higiene mental desenvolveu-se a partir do estudo da delinquência juvenil, a recrudescência das doenças mentais em adultos, o emprego dos lazeres e a evolução familiar.

A outra crítica que se abateu sobre a política de desenvolvimento urbano e sobre as propostas de desenho urbano, apregoadas pelos urbanistas modernos e seus continuadores, é a abordagem vitalista de Jane Jacobs, mais uma voz que se levanta a favor da riqueza de aspectos culturais que só a cidade tradicional seria capaz de oferecer. Para Jacobs, o meio construído poderia agir sobre o psiquismo humano tanto com poder de agressão como por capacidade de integração. Relação que ainda não havia sido suficiente medida na década de 60 (CHOAY, 2010). “O pseudoplanejamento urbano implacável, simplista e o pseudodesenho urbano que temos atualmente é uma forma de desconstruir cidades [...]”, comentava Jacobs (2009, p. 454) a respeito do despreparo da máquina administrativa quanto às reais necessidades das populações menos assistidas das cidades americanas.

A ideia de *higiene mental* teve uma repercussão prática nos EUA e o livro de Jane Jacobs “Morte e Vida nas Grandes Cidades” estabeleceu parâmetros de remodelação para vários centros de grandes cidades norte-americanas. Jacobs (2009) defendia o uso e a interrelação diversificada das cidades, pois só esta seria o alicerce fundamental da economia, da vitalidade social e do magnetismo urbanos. Outra grande novidade proporcionada pela concepção de higiene mental diz respeito à associação da população ao processo de planejamento, ideia que só seria incorporada aqui no Brasil a partir dos anos 90, oriunda da pressão dos movimentos sociais pela reforma urbana.

Quase concomitante à publicação da famosa obra de Jane Jacobs, Kevin Lynch desenvolveu sua abordagem psicológico-comportamental – também inspirada, segundo Choay (2010), pela ideia de higiene mental – partindo da sintaxe da morfologia urbana como fator fortemente ressonante no comportamento humano. Abandonando a ideia de planejamento

como modelo de intervenção apriorística, Lynch vai buscar no ponto de vista do habitante da cidade – numa condição *a posteriori* – uma metodologia fundamentada na psicologia experimental e no questionário capaz de tornar o usuário da cidade em ponto de interlocução para o planejador urbano. A cidade não seria percebida pelos que habitam nela como um quadro ou obra de arte. A percepção do espaço seria organizada em função de uma série de laços existenciais práticos e afetivos que unem os seus usuários ao espaço urbano (CHOAY, 2010). Através de uma pesquisa antropológica, Lynch (1999) observa os diferentes parâmetros de relação espacial estabelecida nas mais diversas situações culturais (inclusive em sociedades pré-civilizatórias) e destaca nos elementos (naturais ou construídos) a função de estabilizar o sentimento de insegurança provocado pelo ambiente externo. O conceito de *legibilidade* impõe-se em função dessas necessidades existenciais de orientação, vitais para o bem-estar e criatividade humana.

Para se compreender a legibilidade, segundo Choay (2010), o elemento em si é desnecessário enquanto percepção isolada. É preciso concebê-la tal como se apresenta na dinâmica urbana em forma de sintaxe (marcos, limites, caminhos, nós e direções). A cidade deveria ser estruturada pelo dinamismo de certo número de figuras significantes que diferem de acordo com a topografia, a população, sua composição e seus interesses.

A riqueza da imagem seria função da riqueza e da variedade de significantes que a compõem. O meio onde se move o indivíduo tem a qualidade específica de ser significativo, fato que nunca foi assumido de forma clara nem pelo urbanismo progressista nem pelas propostas culturalistas. Nenhum conhecimento da geometria poderia conduzir à concepção de um projeto legível; somente a experiência da cidade poderia fazê-lo (CHOAY, 2010). Entretanto, a substituição da noção de modelo pela quantidade de informação proposto pelo planejamento urbano, segundo Choay (2010) sofrerá na prática o choque com as práticas mentais e a urgência da ação. A possibilidade de uma aplicação global bem cuidada do planejamento é preterida em função das urgências político-sociais em vários níveis tais como a resolução dos clássicos problemas de circulação, das migrações, das questões recorrentes de habitação *principalmente de países em desenvolvimento* (destaque do autor).

Choay (2010) vai mais além em sua crítica quanto às possibilidades de ação do planejamento urbano. Numa exemplificação de como o planejamento urbano agiria na construção de uma cidade nova, a autora constata que, mesmo o diagnóstico multidisciplinar, só poderá ser usado se fosse dentro de uma concepção prévia que nenhuma quantidade de informação poderia fundamentar: “Cidade asfalto ou cidade verde, cidade *casbah* ou cidade fragmentada, em matéria de planejamento urbano, a ciência do real é tão somente uma

proteção contra o imaginário; não constitui um fundamento que permita eliminar o arbitrário.” (CHOAY, 2010, p. 51). Essas opções de base seriam, para autora, fruto de uma decisão humana.

2.1.3 A estratégia da cidade espetáculo

As críticas marxistas ao planejamento urbano (e às intervenções dele decorrentes), a partir da experiência europeia e norte-americana, vão encontrar solo fértil na conturbada problemática urbana da América Latina, principalmente através da produção acadêmica.

A partir da aplicação de projetos de renovação urbana propostas para algumas importantes cidades europeias e norte-americanas, verificada no período pós-guerra (condizente com o fenômeno da explosão demográfica e intensa urbanização planetária), autores como Lefebvre (1999), Castells (2009) e Harvey (1998) fundamentaram críticas poderosas ao conteúdo ideológico por trás das formulações do planejamento urbano. A teorização sociológica do espaço formulada por eles, influenciaram profundamente autores do urbanismo latino-americano nas próximas décadas quando as cidades passariam pela reestruturação de seu perfil produtivo (notadamente a partir do final dos anos 80) quando se deu o Consenso de Washington¹¹. Passemos em revista alguns dos pontos principais defendidos pelas críticas marxistas à produção social do espaço, elaboradas fundamentalmente a partir da década de 70.

No capítulo VIII de seu “A Revolução Urbana”, Lefebvre (1999) dedica parte de sua obra para especificar o tipo de conhecimento e a ação produzida pelo urbanismo. A incapacidade de conceber a problemática das questões urbanas nascidas das práticas sociais determinou – no urbanismo – um *modus operandi* que, para Lefebvre (1999), constitui o que ele denominou de ilusão urbanística.

O urbanista substitui, tranquilamente, a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provêm, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e as estratégias a que servem. E se sabe, isso é imperdoável, e sua cobertura ideológica se rompe, deixando aparecer uma estranha nudez. (LEFEBVRE, 1999, p. 141).

¹¹Em 1989 um grupo de representantes do governo norte-americano, representantes das organizações financeiras mundiais (FMI, Banco Mundial, BID, etc.), representantes de vários países denominados de “emergentes” (aspas da autora) reúnem-se para deliberar metas e diretrizes voltadas para reestruturação produtiva das nações e das cidades com vistas a atender a demanda de novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano (MARICATO, 2008).

A “cegueira” do urbanista se daria pelo fato de não perceber que ele seria parte integrante de um jogo onde prevaleceriam os interesses daqueles que o comandavam. Sob a batuta dos interesses capitalistas, os fatores de produção transformariam, em última análise, o espaço social em mercadoria final e matriz sobre a qual todas as relações produtivas se estabeleceriam. A diferença entre esta nova produção do espaço e as anteriores seria a concepção global e total do espaço social. A estruturação do espaço, assim executada, não somente visaria à produção da mais-valia, mas a uma reestruturação completa da produção subordinada esta aos centros de informação e decisão.

Para Lefebvre (1999), o urbanismo teria a missão de dissimular essa gigantesca operação ao ocultar, sob uma aparência positivista, humanista e tecnológica, essa estratégia de dominação espacial em sua luta contra a queda tendencial do lucro médio e outros fatores, que serão responsáveis pela crise do capitalismo, com o fim dos chamados anos dourados.

Fazendo a distinção entre planos de urbanismo e planificação urbanística (termo do autor), Castells (2009) toma os primeiros como parte de uma produção ideológica com uma proposição política tipicamente discursiva buscando atuar sobre a dimensão ideológica em geral e não diretamente sobre o sistema urbano. Os planos seriam, antes de tudo, textos ideológicos. Maricato (2000) explanará, com muita propriedade, o teor eminentemente ideológico e discursivo da experiência brasileira com os chamados planos diretores e planejamentos urbanos ao explanar brilhantemente o “descolamento” entre o discurso e a prática social de tais planejamentos.

Numa concepção teórica marxista de base althusseriana, mas intrinsecamente ligada à pesquisa empírica, Castells (2009) se propõe a centrar suas análises a partir de casos concretos de recentes (na época) operações urbanas ocorridas em alguns exemplos de cidades jardins britânicas, do movimento político social da renovação urbana acontecida nos EUA e na planificação cognominada de “A Reconquista de Paris”. Através de uma análise dialética das relações estabelecidas entre as estruturas de poder (política e econômica) e as práticas sociais (especialmente conduzidas pelos movimentos sociais), Castells (2009) chega a algumas conclusões sobre o papel da planificação urbana engendrada pelos processos sociais. Eis algumas delas:

- a) as operações de planificação urbana estudadas desenvolvem a lógica estrutural capitalista e respeitam os limites assim expostos;
- b) a crise no sistema urbano não ocasiona por si a intervenção do planejador, esta é potencializada a partir da expressão social daquela e da filtragem do aparelho político que se organiza a partir do sistema urbano;

- c) pode haver também intervenção urbana sem que provenha de uma crise no sistema urbano, mas a partir de uma lógica interna do aparelho de Estado;
- d) a prioridade concedida às intervenções deriva da relação de forças existente ao nível das relações de classe e dependerá da resultante política dessas forças. No caso das reivindicações populares das Cidades Jardins Britânicas, a ação planificadora versou essencialmente sobre o consumo; tratando-se da ofensiva da classe dominante na reconquista de Paris, o conjunto dos elementos foi objeto de uma intervenção reguladora (CASTELLS, 2009).

A natureza do ambiente não é apenas o resultado da ação da classe dominante e do aparelho de Estado, Castells enfatiza a importância dos grupos desprivilegiados em luta para modificarem suas condições de vida. Essas reivindicações – estimuladas pelas contradições do sistema urbano – são “acolhidas” dependendo da correlação das forças políticas que estão em jogo (GIDDENS, 2005).

“Qualquer intervenção exigida por uma contradição manifesta, mas não concretizada (devido a uma lei estrutural que a impede, ou por causa da conjuntura de uma relação de forças) é substituída por uma intervenção correspondente sobre o ideológico.” (CASTELLS, 2009, p. 451).

Nos anos 70, com o fim da era do crescimento, o planejamento urbano até então associado ao disciplinamento e ingerência sobre o crescimento das cidades, perde seu caráter de evidência tornando-se alvo da política neoliberal que buscou na terra urbana a capacidade de subverter o processo de crise da economia mundial (ARANTES, 2002).

Durante a crise da década de 70, boa parte dos ideólogos neoconservadores de origem anglo-saxônicos responsabilizaram setores do pensamento urbano – ligados às concepções keynesianas – pelo desvirtuamento e inibições das localizações empresariais ótimas apontando que aquela posição política teria redundado no abandono e degradação das áreas centrais. Entretanto, segundo Hall (2009), o fator decisivo para uma reconversão de opiniões e escolhas públicas se deu ao final da última administração trabalhista britânica, quando foi elaborado um diagnóstico que apontava para as causas estruturais por trás da nova pobreza reconhecida pelo *establishment* político trabalhista. A miséria de indivíduos e famílias explicava-se, segundo o relatório, pela falência sistêmica de todo um projeto de época. Toda a ação política, como não poderia deixar de ser, se converteria em favor do ressurgimento econômico a qualquer custo. Dessa forma, em contraposição à orientação e controle da expansão urbana propostos nos trinta anos seguintes à II Grande Guerra, o que se viu foi a repentina obsessão pelo crescimento. Ao perfil de planejador ligado ao

funcionalismo público e local começa a surgir, na Inglaterra, ao dispor das autoridades públicas, os escritórios de desenvolvimento revestidos da especialidade de planejamento agora com perfil empreendedor. Entretanto a fórmula que daria concretude a toda essa obsessão pelo crescimento adviria dos EUA através do conceito “revitalização urbana” (HALL, 2009).

As primeiras revitalizações de áreas portuárias foram implementadas nos Estados Unidos, onde o capital privado, em parceria com os poderes gestores das cidades, tinha como objetivo, além da valorização imobiliária dos terrenos urbanos, a “periodização do espetáculo urbano”, ou seja, a superação pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social (ARANTES, 2002).

Investigando os processos sociais por trás da renovação urbana acontecida nos EUA, Castells (2009) constatou que a significação social alcançada (a partir da intervenção) teve impacto sobre outra dimensão social diferente da que originalmente se propunha, como por exemplo, a de desviar o foco da atenção da luta racial contra os militantes negros.

Segundo Harvey (1998), as intervenções que seguiriam buscavam escamotear os distúrbios sociais advindos do descontentamento urbano – sobretudo nos bairros negros – com propostas fragmentárias onde caberia à espetacularização da arquitetura cumprir o papel de integrar os anseios culturais por reconhecimento étnico em várias frentes de atuação social. Baltimore City teria surgido com essa diretriz de promover o redesenvolvimento urbano celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade como contraponto à cidade sitiada sentida pelo cidadão comum.

Esta fórmula de empreendedorismo urbano, que começou com a “rousificação”¹² de Boston e Baltimore, proliferou por várias outras cidades americanas consolidando a ideia ou conceito de intervenção urbana como produção de locais de sucesso. A eficácia ideológica do investimento acabou por eleger uma nova elite financeira capaz de liderar as coalizões pró-crescimento e manipular com habilidade a opinião pública a favor de uma urbanização comercial em larga escala (ARANTES, 2002).

¹²Termo associado ao famoso empreendedor urbano, o norte americano James Rouse, responsável dentre outras coisas pela construção dos primeiros *shoppings centers* abertos dos EUA na década de 50. Destacou-se também pela construção – na década de 60 – de comunidades residenciais planejadas onde ao contrário dos bairros da cidade tradicional americana, buscava promover o surgimento da vizinhança e com isso o sentimento de pertencimento comunitário e na década de 70 foi responsável pelo que ele mesmo denominou por “Festival Marketplace” que seriam as intervenções responsáveis pelas renovações urbanas nas cidades. O sucesso dos investimentos urbanos de James Rouse levou a revista Time a publicar uma matéria sob o título “The man who made cities fun again”. (JAMES, 2012).

A certidão de nascimento dessa nova geração urbanística teria surgido, pois no calor dos movimentos políticos e sociais ocorridos no final da década de 60 e consolidada na crise capitalista dos 70, a partir de quando o empreendedorismo voltado para o setor urbano apostou na espetacularização da arquitetura e do desenho urbano como estratégia para o crescimento financeiro.

A cidade como máquina de produzir riqueza (HALL, 2009) é, pois, o resultado de uma megacoalção das elites centrada na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Toda essa conjuntura favorece a acima de tudo a ideia de economia (de senso comum) segundo a qual o crescimento, assim gerido, seria acompanhado por uma chuva de empregos (ARANTES, 2002).

A problemática enfocada pelo planejamento estratégico volta-se para a capacitação das cidades em sua esfera econômica e cultural numa corrida global pelos investimentos de ordem internacional (VAINER, 2000).

Segundo Vainer (2000), os princípios defendidos pelo planejamento estratégico foram inspirados nos conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial originalmente sistematizado pela Harvard Business School. Segundo seus defensores, os governos locais deveriam adotar as mesmas diretrizes seguidas pelas empresas, por estarem as cidades submetidas aos mesmos desafios e condições das empresas.

Com base na estratégia discursiva montada pelos pensadores do planejamento estratégico, Vainer (2000) vai identificar no projeto de cidade – por eles defendidos – a articulação de certas ideias análogas ao jargão comumente adotado pelo mundo financeiro, a saber: *cidade-mercadoria*, *cidade-empresa* e *cidade-pátria* (esta última, para o autor, em contradição aparente quando não articulada aos princípios anteriores).

O conceito de *marketing urbano* é explicitamente acolhido pela ideia de que a cidade em si – em contexto de competição global com outras cidades – é uma mercadoria que deve ser vendida. O problema reside, segundo Vainer (2000), na complexidade de cidade dessa forma tomada como objeto venal. A imensa diversidade de interesses concentrados nas cidades levariam os planejadores a examinarem adequadamente os infinitos mercados consumidores aos quais ela (cidade) poderia ser vendida. Entretanto não seria esta a opção de venda defendida pelos autores do planejamento estratégico. Para eles, a venda da cidade seria, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem de uma maneira ou de outra, os insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para feiras de convenção,

parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança... (BORJA; CASTELLS, 1997 *apud* VAINER, 2000).

O mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localização – vinculada ao capital especulativo – é o que qualifica a cidade como mercadoria. Para ser vendida e comprada, a cidade precisa ser transformada em mercadoria, por outro lado, o objeto cidade, não pode ser transmudado em qualquer mercadoria, mas em mercadoria de luxo destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2000).

Se o urbanismo moderno buscava no arranjo espacial – do modelo empresarial taylorista – o rebatimento no espaço da cidade, o planejamento estratégico fundamenta sua linha de ação e pensamento na concepção gerencial das empresas. Aquilo que seduzia (na indústria) os urbanistas do entre guerras era o arranjo da produção mecanizada. A racionalidade, ordem e funcionalidade da produção industrial deveriam ser buscadas a todo custo no planejamento e organização das cidades. Já os chamados neoplanejadores enxergam no potencial gestor e organizacional das empresas inseridas no contexto da globalização a fórmula de sucesso a ser copiada para a administração das cidades.

A analogia da *cidade-empresa* defende a possibilidade de transposição do planejamento estratégico de sua seara natal (a corporação privada) para o território urbano (público). Para Vainer (2000), apesar dessa transposição ou adaptação da logística administrativa urbana, própria das cidades, para o modelo gestor empresarial nunca foi suficientemente explicada pelos defensores teóricos do planejamento estratégico. Por outro lado, os planejadores catalães, experts nesse tipo de planejamento, não parecem preocupados com esse tipo de *problema teórico* (destaque do autor). Conceber a cidade como empresa, segundo as noções do planejamento estratégico, é adaptá-la como agente econômico que atua num contexto de mercado e que encontra no próprio mercado a *regra* e o *modelo* (destaque do autor) do planejamento e execução de suas ações. Para se garantir a mesma eficácia empresarial (competitividade e produtividade) o planejamento estratégico encontrará na figura do *business man* (especialista no *métier*) a ponte que não só estabelecerá o diálogo entre o público e o privado, mas representará os interesses do mercado para que estes estejam apropriadamente presentes no processo decisório do planejamento estratégico.

A defesa pela superação da separação rígida entre a esfera pública e privada (esta última entendida sem nenhuma ambiguidade pelo interesse de mercado) promovida pelo

Planejamento Estratégico é o ponto de reflexão que Vainer (2000, p. 88) lança sobre o processo de privatização escancarado da cidade:

Assim o fim da *separação rígida* quer dizer, em bom catalão, participação direta – sem mediações – dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execuções de políticas... Até que ponto não seria abusivo continuar, a esta altura, a qualificá-las de públicas?

Na verdade, a analogia *cidade-empresa* transcende às propostas meramente administrativas ou gerenciais que o *establishment* político deve assumir com respeito à cidade. Um novo conceito de cidade está sendo redesenhado. O conjunto de cidade e de poder local está sendo redefinido. O grande problema é que a constituição e legitimação dessa nova cidadania, outorgada aos segmentos estratégicos, caminha junto à supressão de grupos com “escassa relevância estratégica” (aspas do autor) (VAINER, 2000).

Paradoxalmente, o projeto de *cidade-empresa* – da mesma forma que sua símile empresarial – para ser levado adiante – precisa da convergência de sentimentos e opiniões. Precisa de consenso. O problema é que, diferentemente da gestão unívoca das empresas, trabalhar o consenso num universo de forças políticas e sociais tão díspares como os encontrados na cidade requer uma ideia embasada num fato fortemente vivenciado por todos. Esse fato era (ainda é) o contexto de crise urbana encontrado em algumas estruturas ambientais, mormente naqueles setores da cidade que se encontra em estado de abandono e degradação física. Daí, o Planejamento Estratégico nem sequer existiria se a ideia de *cidade-pátria* não houvesse sido implantada com muita competência dentro desse contexto de crise das estruturas urbanas tradicionais. Entretanto, para Vainer (2000), não era a crise em si (em toda sua complexidade sociocultural) que interessava aos ideólogos do Planejamento Estratégico, mas a *tomada de consciência* de uma crise – por parte do maior espectro social possível – especificamente maléfica ao desenvolvimento econômico e “social” das cidades (leia-se à liberdade gestora da cidade-empresa).

A ideia, portanto, que fecha a tríade conceitual defendida pelo Planejamento Estratégico é a de *patriotismo civil*, ou seja, o patriotismo de cidade, ao contrário do sentimento de crise, não é condição para que o projeto aconteça, mas já é o resultado do sucesso da ação estratégica. Para Vainer (2000, p. 94), é o paradoxo realizado: “O plano estratégico fala em nome de uma cidade unificada cuja construção pretende engendrar através da promoção do patriotismo.”

A consciência geral da crise serve de prenúncio ao sentimento de patriotismo que o Planejamento Estratégico deseja implementar:

Uma vez conquistada a trégua social pelo reconhecimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições de paz social no contexto da cidade-empresa e, agora também da cidade-pátria (VAINER, 2000, p. 95).

Ressignificadas as metodologias de planejamento, revolucionado o conceito de cidade e “recuperada” a unidade e a identidade dos usuários da cidade em prol do projeto empresarial, Vainer (2000) questionará que sentidos assumem daí em diante a política. Este novo modo de planejar – consagrado pelo consenso, mais ou menos, generalizado – pressupõe cada vez mais a despolíticação da cidade, o desmonte de estruturas organizacionais que questionam os destinos da mesma e conflitam com os interesses impostos pela ideologia da *cidade-pátria*.

Há uma forte tendência de desvincular a problemática da cidade dos embates político-partidários. Como principal motor político se aposta na personalização da liderança em governos locais, representativos e carismáticos. O sujeito principal que deve aglutinar essa ideia de cidade unificada e pacificada é a figura do chefe político carismático (com forte personalidade e de comportamento dinâmico), capaz de conduzir o processo empreendedor de elevar a cidade ao nível de uma competição (com outras cidades) regional e internacional por investimentos cada vez maiores, principalmente no setor terciário (VAINER, 2000).

A transferência desses modelos centralizadores para realidade latino-americana inclui problemas adicionais que diz respeito às possibilidades das articulações sociais associadas às dificuldades de transpor o abismo social e qualidade de vida das cidades.

O planejamento estratégico do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que abriu um novo período de assimilações para as políticas urbanas no Brasil, não considerou as raízes culturais de uma discussão teórico-histórica, da forma como foram concebidas nas cidades europeias (VICENTINI, 2001).

Em seu artigo “Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas”, Vicentini (2001) conclui que as dificuldades de implementação dos modelos e teorias urbanas no Brasil – por todo século XX – sempre demonstraram pontos de fragilidade justamente na concretização de seus aspectos sociais e políticos frente à realidade brasileira.

Essa questão, como não poderia deixar de ser, revela-se pela dicotomia do Planejamento Estratégico – a seu ver, não assumida pelos novos planejadores – frente às questões das grandes cidades latino-americanas com seus graves problemas de espaços consolidados por décadas de exclusão diante das condições impostas para consecução de novas práticas de gestão urbana a serem realizadas sob a concepção de uma nova matriz de

acordos sociais. Quando o conjunto dessas ações são reassimiladas e transpostas soam, portanto, como simulacro ou são inviabilizadas por um contexto diverso que, no atual processo de remodelação econômica mundial, exclui parcelas de atuações com possibilidades de uma readequação das cidades como um bem estratégico (VICENTINI, 2001).

Para concluir, Vicentini (2001) acredita que o “insucesso” dos paradigmas presentes nas grandes reformas urbanas contemporâneas está justificado pela estrutura socioeconômica geral da população da América Latina, resultando em assimilações incompletas das políticas de gestão urbana ou em cenários mal acabados de projetos urbanos.

A importação de padrões dos países desenvolvidos e, ainda por cima, aplicados a uma pequena parte da cidade contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente (MARICATO, 2000).

“Em realidade, as grandes cidades brasileiras necessitam de investimentos em infraestrutura básica e em políticas populares de recuperação da qualidade de vida urbana.” (VICENTINI, 2001, p. 29).

2.2 Possibilidades de um novo Planejamento Urbano no Brasil

Castells (2009), como foi afirmado anteriormente, costumava distinguir entre planos urbanísticos e planificação urbana. Em sua nomenclatura específica, o plano urbanístico estaria na dimensão do discurso, portanto seu papel seria dotar de sentido ideológico posturas políticas que nem sempre condiziam com as práticas sociais decorrentes das contradições advindas do sistema urbano. A planificação urbana, essa sim, dependeria muito mais de uma leitura da correlação de forças em jogo para conferir sua real possibilidade de intervenção na dimensão concreta *e não menos ideológica* (grifo do autor) da sociedade.

Para Villaça (1999), a produção e reprodução do Planejamento Urbano no Brasil – nos últimos 50 anos – só pode ser compreendida pelo viés da ideologia. A mudança constante de nomenclatura, metodologia de elaboração e conteúdo programático dos planos ao longo da história, seria para o referido autor, estratégias de dominação das classes políticas hegemônicas na tentativa de contornar as tendências de enfraquecimento no controle pela dominação.

A defasagem entre o plano-discurso e a práxis interventiva, esta última quase sempre reclamada pelas contradições do sistema urbano, é o traço fundamental que caracteriza a experiência de planejamento urbano no contexto histórico-cultural brasileiro (MARICATO, 2000).

Muitos são os fatores que marcam a “irracionalidade” nas tomadas de decisões que caracterizam a política de desenvolvimento urbano nacional. Dentre algumas dessas causas, Maricato (2000, 2008) destaca o processo de formação acadêmica de nossa elite, caracterizada por uma tradição “livresca” (no dizer de Sérgio Buarque de Holanda) promotora do discurso “pronto”, importado dos grandes centros europeus (inicialmente) e dos EUA (atualmente).

Villaça (1999) considera a inserção do Planejamento Urbano no Brasil, a partir de 1875, sob a égide das ideias estéticas e sanitaristas da burguesia europeia. Entretanto, mesmo copiando o discurso alheio, o conceito voltado para ideia de embelezamento das cidades era algo aceito e apoiado pela sociedade. Havia também uma continuidade das ações administrativas desses planos que seguiam à risca as metas impostas pelo discurso. Isso se dava, segundo Villaça (1999), porque não havia distinção entre a classe dirigente e a classe econômica. A partir de 1930 a burguesia urbana assume a hegemonia política e ideológica na produção do espaço. Não é mais o embelezamento da cidade que interessava e sim sua eficiência, sua resolutibilidade técnica. A cidade da produção precisava ser eficaz. Seria, entretanto no contexto de industrialização da sociedade brasileira que se daria o período de inutilidade e incoerência da maioria dos planos. O crescimento progressivo das cidades, aliado à cultura patrimonialista de nossas elites tentariam engendrar-se dentro do modelo keynesiano, vigente nas nações centrais, mas em condições bastante diferentes das encontradas pelos países centrais do capitalismo. Dado a dupla impossibilidade de atender a demanda total dos problemas urbanos (de um lado) e de escancarar o orçamento público apenas para atender às demandas de produção capitalista de outro (sem sofrer críticas por isso), a preocupação social abordada no texto do plano, passa a ser cada vez menos priorizada (MARICATO, 2000).

Esse desalinhamento entre o discurso e a prática atravessa todo o período do pós-guerra. Maricato (2000, 2008) vai apontar que será justamente na década de 70 (sob o controle racionalista e tecnocrático do regime militar), período em que o Planejamento Urbano brasileiro atinge o auge de sua institucionalização (e de sua produção acadêmica), que as grandes cidades mais vão crescer fora da legalidade.

Por outro lado, a autora supracitada e Villaça (1999) buscam desconstruir o mito – muito comum entre os especialistas – de que o problema do caos urbano nas cidades brasileiras seria decorrente da falta de planejamento urbano e instrumentos normativos. Ao contrário, os autores sustentam que é através do discurso ideológico contido nos planos que o Estado encontra os meios de escamotear o perfil autoritário e segregacionista de nossa elite,

principalmente em se tratando das questões fundiárias. O controle sobre a cidade legal (flexibilizada pela pequena corrupção) e a postura de *laissez faire* sobre a maior parte da cidade, que expande à revelia da lei, obedece a uma ordem estrutural imposta pela lógica do capital.

A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (MARICATO, 2008, p. 45).

Dentre as consequências principais do crescimento espontâneo (e sem controle) que caracteriza o processo de desenvolvimento das metrópoles brasileiras, Maricato (2000) destaca duas de grande impacto: a depredação ambiental e a escalada da violência (marcada pelos índices de homicídio que caracterizam as áreas de maior pobreza homogeneia).

Para Maricato (2000), as áreas ambientalmente frágeis – por não interessar ao mercado – são as que “restam” para moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização das mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, etc. Mais do que conhecida é a tragédia anunciada que se abate invariavelmente sobre as ocupações habitacionais em fundos de vale e encostas. Todo começo de ano o desabrigo, a morte e o desespero toma conta das “cidades ilegais”.

Da mesma forma, a violência urbana está estreitamente associada ao problema do inchaço suburbano que as cidades vêm experimentando nesses últimos 40 anos. Equívoca-se o senso comum ao achar que o problema da violência é maior nos bairros socialmente favorecidos. Os maiores índices de homicídios em São Paulo encontram-se justamente nos bairros periféricos, marcados pela ilegalidade na ocupação, e onde o investimento público fica a dever em todos os aspectos (MARICATO, 2008).

O plano Diretor foi, mais uma vez, a resposta encontrada pela constituição de 1988 ao aguçamento dos movimentos urbanos e entidades sociais que organizadas rechaçaram a ideia de Plano na proposta de Iniciativa Popular Constitucional de Reforma Urbana apresentada por seis entidades nacionais e subscrita por mais de 130.000 eleitores. As entidades sociais buscaram dar prioridade à conquista de instrumentos específicos que pudessem garantir a função social da propriedade (MARICATO, 2008).

Dentro desse contexto favoravelmente democrático e participativo, ainda que numa escala bastante reduzida, Ermínia Maricato, do alto de sua experiência administrativa junto a governos progressistas e com base nos avanços instrumentais regulamentados pelo

Estatuto das Cidades, aposta numa proposta inclusiva de Planejamento Urbano. Entretanto, para que essa se dê no campo da práxis, seria preciso mais que os discursos que recheiam de boas intenções os Planos Diretores. Uma postura de ação se faria necessária.

Para autora, algumas posturas dos Planos Diretores precisam ser superadas se realmente deseja-se propor uma atitude realmente científica capaz de atacar os problemas urbanos brasileiros em vez de escamoteá-los. Vejamos algumas delas:

Primeiramente, é importante ***criar uma consciência da cidade real e indicadores de qualidade de vida***. Os dirigentes municipais encontram – justificadamente – bastante resistência em ampliar o conhecimento da cidade real para toda a população, inclusive para os mais pobres. Essa ação poderia fazer crer que a situação das populações mais vulneráveis aos problemas urbanos seria pior ainda, o que de certa forma mexeria ainda mais com o problema da alta estima e das possibilidades atrativas do solo urbano. Esse seria um papel que caberia, sobretudo, às universidades e centros de pesquisa. A falta de informação sobre a realidade urbana brasileira é algo patente inclusive em âmbitos do poder como o legislativo e o judiciário.

Dar visibilidade aos conflitos através de espaços criados para o debate democrático ao invés de ignorá-los seria outro importante pressuposto para classe dirigente brasileira que possui tradição no autoritarismo baseado quase sempre na repressão ou desmoralização àqueles que lhe opõem. Tanta é a ojeriza que as elites brasileiras sentem pelo confronto, que mesmo em algumas prefeituras progressistas são criadas “pastas” de participação excludentes: o orçamento participativo é costumeiramente voltado para as camadas mais populares e o conselho de desenvolvimento econômico/urbanístico volta-se para elite econômica.

Há um consenso mundial no que toca à participação nas gestões públicas e planos urbanos. As agências internacionais (ONU, Habitat, Usaid, OCDE) são unânimes em defender a participação social nos destinos de uma comunidade.

Para implementar novas práticas de planejamento a ***Reforma Administrativa*** se faz absolutamente necessária. Geralmente o aparato administrativo dá conta da cidade legal, mas para atender a grande demanda decorrente das perversas condições estruturais forjadas por anos de esquecimento da cidade “ilegal”, o poder público terá de se reestruturar de forma integrativa. A fragmentação da ação distribuída em secretarias, departamentos e autarquias favorece vícios administrativos e as práticas arcaicas responsáveis pelo loteamento político da cidade. Políticas de inclusão social requer abordagem integrada das diversas políticas setoriais de educação, cultura, econômica, ambiental etc.

O aperfeiçoamento e a democratização da informação são nesse caso imprescindíveis para o levantamento da cidade real. A cidade ilegal não é cadastrada. Sem incorporar o conhecimento científico e acompanhamento das cidades é impossível implantar uma gestão democrática.

Novas posturas na política urbana requerem novas considerações sobre os campos de atuação profissionais, que daí deverão decorrer. Assim, a *formação de quadros e agentes para uma ação integrada*, principalmente em ações emergentes da política urbana marcada pela pobreza homogênea (favelas, cortiços, loteamentos ilegais) se faz necessária uma vez que as intervenções de engenharia e arquitetura não garantem a inclusão social. Além da qualificação de pessoal no campo jurídico, da engenharia, da arquitetura e urbanismo, da economia e etc., o concurso de profissionais ligados à área social será imprescindível para reversão dos quadros de violência e marginalidade.

A inclusão do enfoque ambiental dos planejamentos urbanos vem passando por um processo de consolidação, principalmente a partir da década de 70 por conta dos movimentos ambientalistas internacionais. A inclusão da *bacia hidrográfica como referência para o planejamento e a gestão* é algo que já existe genericamente no planejamento, mas ainda na tradição do discurso. Na medida em que o esgoto e os resíduos sólidos afetam praticamente a vida de todos os usuários da mesma bacia, por exemplo, as bacias e microbacias hidrográficas são unidades obrigatórias e merecem de fato, e não apenas de direito, uma abordagem territorializada pelos planejamentos urbanos (MARICATO, 2008).

O Plano de Ação – que pode ser chamado de *Urbanismo Crítico* (destaque meu) – tem, pois, uma base solidamente justificada nos avanços políticos-institucionais das duas últimas décadas, mas está condicionado, logicamente, à correlação das forças sociais e das condições políticas de viabilizar, ou não, a adequação de seus aspectos técnicos.

Maricato (2008) deixa clara a importância do processo dialético permitido pelo contexto democrático. Situação que facilita ações propositivas no campo das práticas sociopolíticas capazes de engendram um processo participativo e pedagógico que podem desconstruir os valores da atual subordinação social no campo do Planejamento Urbano.

Os programas de recuperação de áreas consolidadas, voltados preponderantemente para o problema da habitação, abarca um repertório de usos e ocupações do solo que revelam a postura de avanço no discurso político oficial diante das mazelas expostas pela cidade esquecida. Urbanização de favelas; recuperação e prevenção de áreas sujeitas a desmoronamentos; urbanização e regularização de loteamentos ilegais; recuperação de áreas de preservação ambientais ocupadas por moradias; reforma de cortiços e *requalificação*

urbanística de áreas centrais degradadas, são alguns exemplos de desafios apoiados por uma diversificada instrumentação jurídica com os quais o planejamento urbano democrático, *made in* Brasil, intenta superar o tradicional desprezo patrimonialista da elite político-econômica pelas possibilidades participativas e integrativas da chamada cidade “ilegal”.

O PRHACF, em seu discurso e linha de elaboração pertence, pois à linhagem do Planejamento Urbano participativo e sustentável estimulado aqui no Brasil a partir dos avanços no tema da reforma urbana defendidos pela constituição de 1988. Teremos oportunidades mais adiante não só de conhecermos alguns de seus aspectos, mas também de refletirmos sobre as suas propostas para o Centro de Fortaleza.

3 O CENTRO DIANTE DO “DESCENTRAMENTO”

“Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos.”

(VILLAÇA).

Segundo Villaça (2001), o que primeiramente determina o ponto ou a localização exata de um centro urbano – genericamente considerando – seria a concentração de usos essenciais para determinada aglomeração num espaço que detém a otimização dos deslocamentos de toda uma comunidade. “É nesse ponto que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração.” (VILLAÇA, 2001, p. 241). A condição espacial privilegiada do Centro institui, pois, a dimensão temporal como valor primordial na disputa pelo seu controle.

Apesar disso, na sociedade diversificada por classes, o fator tempo reveste-se de seu caráter amplamente relativo, uma vez que as desiguais condições de disputa pelo espaço são determinadas, em parte, pelos meios tecnológicos de deslocamento detidos por setores sociais mais abastados. As diferenças entre as classes sociais configuram distintas condições de mobilidade dentro espaço urbano assim como o seu controle na busca por produzir espaços moldados às suas necessidades. As condições de maior controle (político ou econômico) na disputa pelo espaço e pelos meios de transformá-lo através dos mais variados mecanismos acabam por gerar o movimento de afastamento do Centro por parte das classes de alta renda, a princípio pela evacuação residencial e posteriormente pelo deslocamento de usos e funções, próprias ao Centro tradicional, em direção às zonas de moradias daquelas classes. Com essa análise, Villaça (2001) defende que o processo de descentralização das cidades está no “genoma” do desenvolvimento de toda aglomeração urbana (originalmente instituída pela diferença de classes). As transformações sociais porque passaram e continuam passando os centros de nossas cidades são fruto dessa disputa.

Lefebvre (1999) defende a centralidade como característica essencial do fenômeno urbano, entretanto, percebe-a conforme Villaça: como movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça.

Analisando o problema da forma urbana, Lefebvre (1999, p. 112) se contrapõe à ideia de definir o fenômeno urbano por um sistema ou como um sistema. “Ele se liga, de um lado, à *lógica da forma*, e, de outro, à *dialética dos conteúdos* (às diferenças e contradições do conteúdo).” O urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto,

supraconsciência e totalidade das consciências, cumulativo, portanto, de todos os conteúdos. Ao mesmo tempo em que – por sua totalidade – não pode ser explicado como um sistema, também não pode ser definido como objeto (substância) ou como sujeito (consciência). Trata-se de uma *forma*, daí a tendência à *centralidade*, compreendida através dos distintos modos e relações de produção, tendência que atinge atualmente, até o “centro decisional” (aspas do autor), encarnação do Estado, com todos os seus perigos; ou a tendência à *policentralidade*, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação que pode se orientar para constituição de *centros diferentes* (com a possibilidade de serem complementares) ou para dispersão e para segregação (LEFEBVRE, 1999).

Gottdiener (1997), explicando o processo de desconcentração das metrópoles norte-americanas, ressalta o que ele chama de aspecto tridimensional nas relações que produzem o espaço social. A natureza do desenvolvimento metropolitano seria dependente não somente das forças horizontais e hegemônicas do capitalismo, mas também do controle vertical imposto pelas burocracias estatais e de muitos outros aspectos das relações sócio-espaciais ligados à cultura capitalista. Dessa forma, a produção do espaço na metrópole desconcentrada se dá através de forças atuantes que concentraram certas funções dentro de locais particulares, definidos estes, pela especialização de determinadas atividades ligadas ao terciário. Essas atividades são encadeadas pelo espaço regional por modos hierárquicos de organização social, ligados pela telecomunicação, campos eletrônicos de processamento da informação e pela troca maciça de população através das formas de transporte.

Assim como a forma produtiva fenomenal do capitalismo industrial era a fábrica e seu correspondente espacial fenomenal era a cidade, no capitalismo tardio a forma fenomenal de sua produção é a corporação multinacional e aquilo que o corresponde espacialmente não é a forma corporativa de cidade, mas o espaço desconcentrado e polinucleado (GOTTDIENER, 1997).

Não foram as deficiências internas dos centros tradicionais que determinaram seu abandono por parte das classes de mais alta renda, segundo Villaça (2001), mas a fragilidade de vinculação mútua entre nossos centros e a diminuta classe que o sustinha. A exiguidade numérica das classes de mais alta renda impediu que se formasse um cinturão econômico e social em torno das regiões centrais no sentido de manter certo equilíbrio espacial entre as ditas classes e o centro. No Brasil, a ruptura dessa estabilidade foi fomentada pelo investimento em novas condições de locomoção associadas à vulgarização do automóvel e articuladas pelos interesses imobiliários em abrir novas frentes de mercado para seus empreendimentos.

No início do processo de expansão, o afastamento das classes mais abastadas, ocupando espaços contíguos ao centro principal, provocava o fenômeno de deslocamento desses mesmos centros em direção às áreas residenciais onde se instalavam as mesmas.

A novidade que começa a surgir na década de 70 é que as classes de mais alta renda passam a ocupar sítios cada vez mais distantes dos centros principais motivadas pelo aumento da mobilidade espacial proporcionada por uma mudança na taxa de motorização daquelas classes.

Analisando o problema da centralidade em dois níveis (o intraurbano e metropolitano ou regional), Sposito (1998) também busca a tendência geral de tantos quanto analisam as questões da centralidade, ou seja, considerando a dinâmica urbana pelas decisões locais dos grupos econômicos ligados à produção e comercialização de mercadorias e serviços. Segundo a autora, a redefinição da centralidade intraurbana ganhava cada vez mais relevância em função de 04 dinâmicas que marcavam (e continuam a marcar)¹³ as transformações em curso:

1) Os novos pontos, ou locais onde se instalam os equipamentos comerciais e serviços concentrados e de grande porte, determinaram impactos no papel e na estrutura do Centro principal ou tradicional;

2) A rapidez das transformações econômicas que se expressam através das formas flexíveis de produção impõe mudanças na estruturação interna das cidades;

3) A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo mas ganha novas dimensões com o impacto das transformações atuais com rebatimentos não só em cidades grandes mas também em cidades de porte médio;

4) E por último a difusão do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas bem como a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 1998).

3.1 De Centro à “Periferia”¹⁴

O processo de “periferização” da área Central de Fortaleza-CE obedece, em geral, às mesmas condicionantes sociourbanas do restante das metrópoles brasileiras (na verdade,

¹³O artigo foi apresentado no II Encontro Nacional da ANGEPE, Rio de Janeiro em 1997, portanto no auge do processo de transformações ocorridas no território urbano decorrentes do recrudescimento do processo de globalização que teve fortes influências sobre o processo gestor das cidades.

¹⁴Significado usado por José Borzachiello Silva (2009) para tipificar o processo de deslocamento de usos e funções tradicionais do Centro e a consequente atração de novos usos e atividades relacionadas às populações de baixa renda.

um fenômeno de alcance mundial) e que precedem à atual lógica de fragmentação do espaço imposta pela hegemonia das forças neoliberais, entretanto, foi justamente nesse intercurso (de consolidação do neoliberalismo a partir dos anos 80) que o processo de obsolescência do Centro fortalezense recrudesciu. O desinvestimento público nessa região ocorreu¹⁵ em simultaneidade à intensa mercadologização do solo urbano estimulada pelos promotores imobiliários e profissionais “especialistas” em detrimento dos volumosos aportes financeiros de ordem pública e privada sobre os bairros que possuíam (possuem) largos atrativos imobiliários.

As assertivas de Villaça (2001) sobre a gênese e as transformações dos Centros urbanos podem ser verificadas – com certa clareza – no desenvolvimento histórico espacial fortalezense. Este começa, evidentemente, no período colonial em pleno desenvolvimento do ciclo do gado.

Vilas como Aquiraz, Aracati e Icó, por sua condição de maior desenvolvimento econômico dentro da capitania, foram alvos de determinações régias (de orientação iluminista) que definiram a configuração urbana daquelas cidades dentro dos preceitos racionalistas do período pombalino. Essas determinações conferiam um novo aspecto ao desenho urbano através do traçado de ruas retas (às vezes largas), cortadas ortogonalmente por outras ruas (CASTRO, 1994). O largo do Theberge, em Icó, é um exemplo clássico da hierarquização do espaço urbano mononucleado, reunindo, no seu entorno, todos os símbolos de poder da época (o político, o religioso e o econômico refletido na imponência dos sobrados e das edificações barrocas).

Já Fortaleza é relatada por alguns visitantes estrangeiros, que a conheceram por volta de 1811/1812, como uma vila de umas poucas ruas arenosas, formadas por um casario de baixa qualidade material, cujas ruas, nascidas ao pé do Forte acompanhavam as curvas do riacho Pajeú. Esse modelo de organização urbana era caracterizado pela expansão linear

¹⁵Desde meados da última década, em vista da retomada dos debates políticos sobre a reabilitação dos centros urbanos pelo Brasil, vem ocorrendo ações políticas que objetivam reinserir o Centro fortalezense no contexto do desenvolvimento urbano e cultural da cidade. Dentre essas principais ações que influenciam direta e indiretamente na política urbana, destacamos a volta da sede administrativa Municipal para o Palácio do Bispo (desde 1990), a criação de uma Secretaria Regional Exclusiva para o Centro (desde 2007) e a elaboração de uma política de reabilitação habitacional (o PRHACF) elaborada em 2009 (votada em 2010). As ações políticas de reabilitação do Centro vêm sendo confirmadas por intervenções pontuais que convergem cada vez mais para essa possibilidade de requalificação. Destacamos a vinda da SECULT (já em pleno funcionamento nos andares superiores do Cine São Luís); o SESC que assume a reforma do São Luís que agora passará a ser também teatro; o INSS que reformou drasticamente o seu velho edifício situado na Pedro Pereira com Major Facundo; a reforma do fórum Autran Nunes. Além disso, merece destaque os investimentos no setor privado através da reforma de alguns velhos edifícios de escritórios e a construção de uma grande torre residencial na Rua 25 de março.

desenvolvida ao longo de rios e caminhos, comuns aos vilarejos medievais europeus (CASTRO, 1994).

Figura 1 – Planta da cidade levantada por Silva Paulet em 1818



Fonte: Cordeiro (2012).

Não havia ainda naquela pequena aglomeração urbana do século XVIII nenhum ponto que estabelecesse certa hierarquia espacial dominante, onde pudesse se dar o intercâmbio de mercadorias, visto que, além do isolamento com os maiores setores produtivos, a vila não se destacava por nenhum tipo de atividade produtiva. A independência da capitania de Pernambuco impôs a vinda de um novo e diversificado staff político, com todos os poderes inerentes ao vice-reinado brasileiro (CASTRO, 1994), entretanto, as condições políticas que fomentaram o desenvolvimento sistêmico (leia-se econômico) da província cearense somente passaram a ter efeito, a partir da instalação da Família Real no Brasil.

Buscando diminuir custos operacionais, a Corte delibera uma série de determinações administrativas relativas às questões operacionais buscando aperfeiçoar as relações entre o setor produtivo e o administrativo, visto que a posição geográfica da cidade de Fortaleza era privilegiada em relação aos setores de produção localizados no sertão.

Foram, portanto, fatores administrativos exógenos que subverteram o processo espontâneo de desenvolvimento da economia cearense (até então desarticulada) ao centralizar em Fortaleza o fluxo da produção econômica da província. Entretanto será com a Guerra de Secessão (1861 – 1865), ocorrida na América do Norte (grande centro exportador de algodão para Europa), que o Ceará passa a inserir-se na Divisão Internacional do Trabalho como centro fornecedor de algodão para o mercado Europeu. Essa demanda resulta na expansão da

cultura algodoeira que leva à implantação de um sistema ferroviário interligando Fortaleza ao sertão (DANTAS, 2009).

De 1880 a 1926, a cidade intensificou mais ainda sua ação sobre o interior com a expansão da rede ferroviária para as regiões central e sul do Ceará. A ferrovia foi de suma importância para a estruturação do espaço urbano de Fortaleza a partir das trocas mantidas, agora com o interior do Estado (SILVA, 2009). Dessa forma, a importância comercial da cidade começa de fato quando a província do Ceará volta-se para a disseminação da produção algodoeira que obriga a administração investir nos eixos de ligação ferroviários (e mais tarde rodoviários – a partir de 1950) com os setores da produção. Toda essa possibilidade de acesso irá facilitar, além da atividade comercial, o intenso processo de migração que se verificará já a partir da década de 30 por conta da precariedade da economia rural do Estado (SOUZA, 2009).

Uma vez que o sistema ferroviário só cobria parcialmente o território cearense, as antigas vias de penetração com o interior do estado (e que partiam todas do Centro) ao mesmo tempo em que estruturaram a formação de outros bairros – conforme se dava a expansão da cidade – também serviram de base para estruturação do sistema rodoviário a partir do século XX. Assim, o caminho da Parangaba (atual Av. João Pessoa), caminho do Soure (Av. Bezerra de Menezes com prolongamento da BR 222) e o caminho de Messejana (atual Av. Visconde do Rio Branco que se prolongou com a BR 116) constituem hoje as principais artérias radiais de ligação de Fortaleza com o restante da federação cearense e o país.

A cidade foi aos poucos se estruturando em decorrência do algodão e outros produtos, conquistando espaço no sertão e assumindo o posto de grande lócus coletor da produção primária do estado, situação que foi sendo reforçada à medida que um sistema viário regional (ferrovia e posteriormente rodovias) passou a integrá-la a nível regional e nacional (SILVA, 2009).

A partir de 1930 a cidade passa por um período de expansão urbana em decorrência do fluxo migratório verificado em função das baixas oportunidades encontradas no interior. Segundo Silva (2009), as favelas se proliferam em Fortaleza, inclusive por conta desse fluxo migratório. Em contrapartida não se gerou a ampliação de sua rede básica de infraestrutura urbana tais como calçamentos, energia elétrica, água encanada, transportes coletivos etc. Apontando para desvantagens materiais que o foco central da aglomeração urbana fortalezense desconhecia. Apesar disso, desde fins do século XIX e início do XX (1880-1926) Fortaleza já contava com vários serviços urbanos como o transporte coletivo,

bondes elétricos – instalados em 1914 – e sistema de água encanada desde 1865 (SILVA, 2009).

Boa parte destes serviços básicos de infraestrutura e serviços o Centro da cidade já contava a partir de 1860, período que segundo Ponte (1993) marca o processo de remodelação sócio urbana de Fortaleza que se prolongaria até as primeiras décadas de XX.

A partir de 1840 em diante, Fortaleza passa a deter a exclusividade de polo exportador / importador tornando-se assim o principal entreposto comercial da região. Sobre o influxo crescente da produção algodoeira, a capital é guindada ao posto de principal centro urbano econômico, financeiro e social do Ceará, ultrapassando Aracati que, desde o século XVIII, ostentava essa condição. Estabelecidas as bases para expansão urbana e econômica, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais patrocinarem uma série de reformas urbanas capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos os grandes centros urbanos europeus (PONTE, 1993).

Segundo Leite (2007), o eco das reformas urbanas europeias chega ao Brasil com o advento da república e atinge as principais cidades brasileiras no panorama político e econômico do final do século XIX e início do XX, difundindo o ideário da cidade ampla saneada e moderna. Contudo a tese de Ponte, segundo Dantas (2009), é a de que o planta de Herbster de 1875 (portanto bem antes do período republicano) já é uma tentativa – com a implantação dos seus *boulevards* e disciplinarização da malha urbana – de remodelar a capital pelo padrão europeu de embelezamento e racionalização da malha urbana.

As reformas urbanas implementadas no período republicano brasileiro significou a forma excludente com que a modernidade adentrou a vida pública brasileira (LEITE, 2007). A ideia de saneamento social iniciada com as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro proliferou nas principais cidades brasileiras. São Paulo, Belo horizonte impulsionadas pela cultura cafeeira e leiteira, Belém e Manaus pela cultura da borracha e Recife que, no início do século XX, mantinha-se como a mais importante capital nordestina em virtude da economia açucareira. Estas passaram por profundas remodelações em seu tecido urbano com consequências muitas vezes nefastas para as classes socialmente desfavorecidas (LEITE, 2007).

Em Fortaleza, ainda no século XIX, o aformoseamento da cidade foi também seguido de ações ordenadoras e disciplinadoras tal e qual o modelo sanitarista de reforma urbana aplicado em várias partes do mundo. Instituições foram criadas no sentido de “sanear” o Centro da cidade da presença indesejável dos pobres. Asilos de mendicidade e de alienados,

campanhas de casamento para amasiados, a construção de oficinas para os detentos da Cadeia Pública foram construídos com este objetivo (PONTE, 1993). O controle social era tão incorporado pela elite fortalezense, que a presença de pobres nas festas públicas era tida como irresponsabilidade e falta de decência (DANTAS, 2009).

Edificado em 1880 no antigo Campo do Paiol, local onde pouco tempo antes eram executados prisioneiros de todos os tipos¹⁶, o Passeio Público veio a ser um presente para a comunidade fortalezense, que enfrentou anos trevosos de seca e de peste (varíola). A praça era dividida em três planos separados em diferentes níveis, entretanto segundo Ponte (1993), não havia nenhuma determinação oficial reservando cada um para as três distintas classes sociais. O fato é que tal setorização da praça acabou acontecendo “naturalmente”, no dizer dos cronistas da época. Ponte (1993) conclui ser mais plausível que a separação se dava por força do segregacionismo social reforçado pela onda remodeladora que beneficiava especialmente a área central, espaço eleito por aqueles que e detinham a primazia do poder.

O caráter centralizador do processo de urbanização capitalista, no caso cearense, resultou em despotencialização das demais cidades do interior que perderam em importância para capital. Fato que gerou o fluxo de pessoas de outras localidades pela incapacidade destas em fornecerem bens, serviços e empregos aos expulsos do campo. Essa urbanização centralizadora, segundo Dantas (2009), levou à modificação do ritmo do Centro de Fortaleza na primeira metade do século XX.

Figura 2 – Café Java, Praça do Ferreira no início do século XX



Fonte: Cordeiro (2012).

¹⁶O Campo do Paiol passou depois a ser chamado Praça dos Mártires em homenagem aos cearenses que lutaram na Confederação do Equador e que ali haviam sido fuzilados.

O adensamento populacional provocado por esses fluxos tornou atribulado o cotidiano dos fortalezenses a partir da década de 20. O número de habitantes por essa época atinge a casa dos 100 mil. Para completar o fluxo mecanizado de automóveis, bondes, caminhões e estabelecimentos comerciais na área central induziu a transferência das elites já a partir de 1915 para uma área distante e desocupada como a de Jacarecanga. À medida que o Centro expandia, os setores socialmente mais ricos iam transferindo suas moradias para outros arrabaldes: Praia de Iracema (na década de 30 e 40) e Aldeota (anos 40/50 em diante) (PONTE, 1993).

Em 1925, a demolição dos Cafés afrancesados na Praça do Ferreira simboliza o fim da vigência da *Belle Époque* em Fortaleza. Segundo Ponte (1993), a remodelação da Praça do Ferreira, agora centro nervoso e gravitacional da cidade, é exemplar para confirmar que nos atribulados anos 20 têm início a constituição de uma nova organização sócio-urbana da cidade, agora mais pautada pela racionalidade do que pelo embelezamento.

Figura 3 – Praça do Ferreira. Fotografia de 1925



Fonte: Cordeiro (2012).

O subsequente processo de transformação do Centro em área prioritariamente comercial, prestadora de serviços e concentradora do poder vai ter peso sobre o mercado de terras, que, a partir de seus promotores, irá delinear a especulação imobiliária como mola motriz do processo de transferência residencial (DANTAS, 2009).

Para Dantas (2009), o afastamento das elites saindo primeiramente do Centro e depois de suas proximidades não pode ser atribuído somente à presença da pobreza. A modificação do traçado urbano, que passava a servir mais ao automóvel, foi também

fundamental para a compreensão do funcionamento do mercado imobiliário. A transformação da morfologia urbana permitiu, com o automóvel, o afastamento da elite que poderia morar distante da área Central.

A adoção do asfalto gerou, segundo Dantas (2009, p. 210), duas distintas relações sociais com a cidade:

[...] é notório que a estruturação da cidade está vinculada à consolidação do modo de vida urbano que aponta à tendência de diminuição das relações comunitárias, haja vista as relações passarem cada vez mais a serem mediadas pela mercadoria (promovendo a coisificação das relações) de outro, também ocorrem movimentos de contraposição a essa tendência, com a tentativa de apropriação do Centro como local de encontro e da festa de outra classe – as classes de menor poder aquisitivo que não dispõem de espaços dessa natureza na periferia.

A modificação do uso provocado pela reestruturação do espaço urbano aponta para o processo de explosão do espaço urbano, fenômeno ao qual Lefebvre associa à implosão dos centros tradicionais que ocorre de forma inter-relacionada (LEFEBVRE, 1978 *apud* DANTAS, 2009).

O processo de urbanização centralizador vai caracterizar a cidade de Fortaleza como monocêntrica, gerando um fluxo cada vez maior de transeuntes e consumidores para área central, visto que os outros pontos da cidade não ofereciam bens materiais e imateriais disponíveis. Este fluxo, obviamente democrático quanto ao acesso, passa a ser objeto de disciplinamento, na medida em que é negado às classes de menor poder aquisitivo, o usufruto de uma área economicamente privilegiada. Começa-se atribuir às classes de menor poder aquisitivo a presença do comércio ambulante, uma vez que aquele segmento social é a sua base de sustentação. Já nos anos 30 do século passado, o poder municipal vai tentar discipliná-lo através de um decreto específico (DANTAS, 2009).

Mesmo explodida, até a década de 60, Fortaleza continua acentuadamente monocêntrica. Este decreto vigora até os anos 60, quando as intervenções da prefeitura junto aos ambulantes vão se fazer notar, simplesmente, na tentativa de transferir aos grandes comerciantes a capacidade de manter o controle sobre os pequenos vendedores na principal área comercial de Fortaleza (JUCÁ, 1993 *apud* DANTAS, 2009), entretanto, a problemática maior dos ambulantes, só passa a tomar maior peso quando se consolidam os novos centros e a cidade torna-se policêntrica. A partir daí o comércio ambulante passa a ocupar espaço relevante nas políticas de urbanização implementadas.

Figura 4 – Praça do Ferreira na década de 60



Fonte: Cordeiro (2012).

O processo de polinucleação de Fortaleza começa a se desenhar de fato a partir dos anos 70, com a consolidação de uma infraestrutura de comércio e serviços nos chamados bairros nobres. Em Fortaleza, os dois bairros que inicialmente se destacaram foram a Aldeota e o Montese (SOUZA, 2009). Estas áreas fundam-se enquanto concentradoras de residências e de uma rede de comércio diversificada que vai levar à redução do atrativo do Centro.

É a possibilidade de atendimento de suas necessidades materiais e imateriais fora do centro da cidade o motivador do abandono do Centro pelos segmentos das classes de maior poder aquisitivo da sociedade fortalezense, tornando seus novos usuários, basicamente, a população de baixa renda, camelôs e pedintes (DANTAS, 2009, p. 218).

A formação de novos centros de bairro juntamente à inserção desses “novos usuários” (aspas do autor) é o que vai determinar a perda de hegemonia da região Central. O sistema de transporte coletivo estruturado numa rede viária radioconcêntrica contribui neste processo de redefinição dos usos uma vez que o Centro – salvo raras exceções – passa a ser ponto de passagem entre os vários bairros da cidade. As praças tornadas em terminais de ônibus e pontos de embarque passam a assumir um comércio de passagem, frequentados em sua grande maioria por consumidores das classes de menor poder aquisitivo (DANTAS, 2009).

O processo de conversão de Centro tradicional em Centro da “periferia” é a redefinição do Centro em relação à sua estrutura urbana que pela sua conjuntura aliada ao sistema de transporte coletivo, possibilita o fluxo e refluxo de transeuntes advindos de bairros

pobres. Com objetivo de deslocamento para outros bairros de Fortaleza estes transeuntes se dirigem para o Centro na busca de bens materiais e imateriais.

Segundo Dantas (2009), esse é o fato determinante e, ao mesmo tempo, é condicionado pela transformação das praças em terminais de ônibus e pela presença do comércio ambulante na área central. Estas condições espaciais fazem do Centro um local privilegiado para o exercício do comércio ambulante.

Apesar da fuga de instituições políticas administrativas e de equipamentos ligados às atividades de cultura e lazer, terem debandado da região Central a partir da “exigência imposta” pelos novos centros, não se pode esquecer da permanência de outras importantes entidades no Centro ligadas ao sistema financeiro e administrativo da cidade.

O que de fato ocorre, segundo Dantas (2009), é o fortalecimento, no Centro, das atividades comerciais e de serviços voltadas à demanda das classes de menor poder aquisitivo, que, aliado ao aprimoramento e fortalecimento das atividades comerciais em outras áreas da cidade, podem suscitar opiniões equivocadas a respeito dos processos que se dão na região.

O Centro não está esvaziado, mas fortalecido em sua vocação comercial e de serviços, acentuando-se sua importância em relação à periferia da cidade, ao ponto de Silva denominá-lo atualmente de “Centro da Periferia”.

O Centro que antes foi lócus do poder, local do encontro e da festa da elite fortalezense, tem a sua centralidade redefinida, passando a “lócus” do consumo que é apropriado por outros segmentos da sociedade fortalezense, tanto para o consumo, quanto em menor proporção para o lazer (DANTAS, 2009).

Na tentativa de tornar o Centro atrativo às classes de maior poder aquisitivo, uma série de projetos de urbanização com foco na questão do transporte urbano foram implementados – depois dos anos 70 – no sentido de consolidar no Centro, um espaço livre para circulação do pedestre, sem a presença considerada incômoda do carro individual e do comércio ambulante, considerados os maiores problemas da área central.

Todavia, segundo Dantas (2009), estes planos ao culpabilizarem o comércio ambulante pela perda de hegemonia da área central por parte das classes de maior poder aquisitivo, adotaram uma postura equivocada quanto à dinâmica sociourbana que verdadeiramente redundou em tal situação.

Pudemos perceber em nossa pesquisa o quanto os problemas de fluxo do Centro relacionados ao uso do automóvel e a presença do comércio ambulante, afetam o cotidiano de seus usuários e moradores e também o quanto tais problemas, podem constituir o ponto nevrálgico para o sucesso da reabilitação do Centro.

3.2 Os Planos para Fortaleza

Villaça (1999) divide a história do planejamento urbano brasileiro em três períodos: aquele que vai de 1875 a 1930 e corresponde aos planos de embelezamento e melhoramento, herdeiros da forma monumental de exaltação da burguesia e desmonte das estruturas medievais (coloniais no caso brasileiro). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussman e Pereira Passos. O segundo período que vai de 1930 até 1990 é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, capaz de resolver os chamados “problemas urbanos” e o recente planejamento que vem até a atualidade e é marcado pela reação ao segundo.

O primeiro período (1875 – 1930) representou uma época em que a classe dominante brasileira possuía uma proposta urbana previamente apresentada e discutida abertamente. Suas condições hegemônicas eram tais que permitiam a fala sem subterfúgios de seus defensores que defendiam abertamente o lucro especulativo auferido das vantagens de se remodelar o espaço urbano.

Em que pese a importância atribuída à planta de Adolpho Herbster – realizada em 1875 – sobre a expansão e sistematização do traçado urbano fortalezense (CASTRO, 1994), o plano do engenheiro objetivou com suas normas urbanísticas e viárias alinhar-se às reformas operadas em Paris pelo Barão de Haussmann acontecidas 15 anos antes.

O plano de Herbster serviu de lastro técnico que balizou o processo de embelezamento e reformas urbanas intensificadas na cidade principalmente no período republicano (PONTE, 1993).

Figura 5 – Planta Exata da cidade de Fortaleza e subúrbio de Adolpho Herbster - 1875



Fonte: Garcia (2011).

A partir de 1930 (um pouco antes) a mudança de paradigma do urbanismo de embelezamento para o urbanismo da eficiência segundo Villaça (1999) é marcada pelo período em que as obras de infraestrutura começam a ofuscar as obras de embelezamento. Período onde a economia brasileira, que até então mantinha o seu epicentro no setor agrário exportador, muda o foco de seus investimentos para obras de infraestrutura com o objetivo de atender a produção industrial que irá consolidar a revolução burguesa no Brasil a partir daí (MARICATO, 2008).

A questão é que, segundo Villaça (1999), o nível de investimento em infraestrutura, comparativamente aos investimentos realizados sobre a remodelação da cidade no primeiro período acima referido, não acompanhou, relativamente falando, o processo de enriquecimento do Estado. Ao passo que os planos de embelezamento foram todos implementados, os novos programas do Planejamento Urbano e do Urbanismo, embasados nos conceitos modernos em voga, não conseguiam atingir (nem de perto) o mesmo grau de investimento no espaço urbano que seus antecessores. Villaça (1999, p. 199), levanta a questão: “Se as obras de agora passam ser a de infraestrutura, porque os planos não foram mantidos, substituindo-se apenas as obras de embelezamento pelas de infraestrutura?”

As grandes obras urbanas saem do consumo, abertamente propagado, para privilegiar as condições gerais de produção e reprodução do capital. A cidade é vista como força produtiva (VILLAÇA, 1999).

Ao mesmo tempo, o processo de industrialização do Brasil se fez sentir em todos os recantos da nação. Acorreu para as cidades maiores grande fluxo migratório oriundos do campo em busca de melhores oportunidades gerando o processo de explosão das estruturas urbanas.

Segundo Villaça (1999), a década de 30 marca uma situação peculiar na sociedade brasileira, transitória pela própria situação de indefinição no jogo das relações político-sociais.

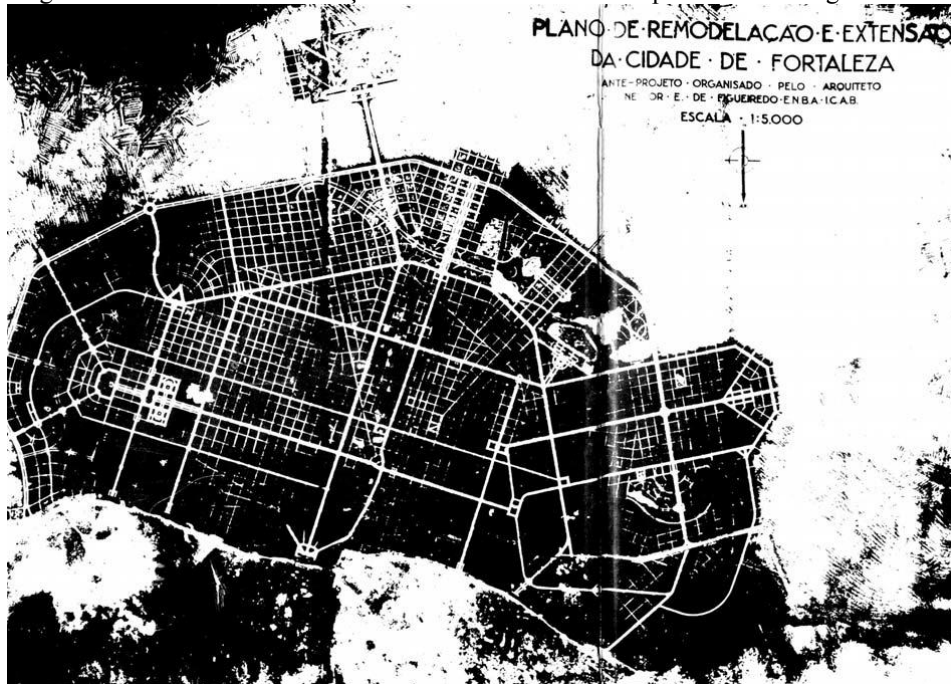
As condições em que se processam a revolução de 30 não define de forma consolidada as bases do novo poder. O fato é que nenhuma das grandes forças (classes médias e oligarquias periféricas) possui condições reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado. O Brasil estaria então diante de uma situação na qual nenhum dos grupos econômicos detém o poder político (VILLAÇA, 1999).

Somente nas décadas seguintes a burguesia urbano-industrial tomaria o domínio da sociedade brasileira. Entretanto o jogo de forças políticas impedia que o discurso político constante dos planos fosse escancaradamente protetor dos interesses especulativos como se dava no tempo dos projetos de embelezamento e remodelação das cidades. Em suma, o interesse imobiliário passa da cidade do consumo para cidade da produção. Entretanto esses interesses passariam a ser camuflados pela ideologia apregoada pelos planos urbanísticos a partir de então, pelo rol de boas intenções que os planos propunham.

Como se sabe, o Plano de Remodelação e Extensão da cidade de Fortaleza elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933 foi o primeiro de uma série de “planos de autores” que nunca seriam implementados, principalmente em seus objetivos de reestruturar a área central fortalezense. As ideias de Figueiredo foram as primeiras a proporem, depois do plano de Herbster, tentativas de sistematização para o crescimento urbano de Fortaleza. Propunha o zoneamento funcional conforme os princípios modernistas, distribuindo as atividades urbanas conforme a organização espacial prenunciava, com alargamento de vias radiais, a determinação de áreas verdes para recreação, delimitação clara dos bairros residenciais em oposição aos bairros tipicamente comerciais e industriais, dentre outras intervenções no plano do desenho urbano (FERNANDES, 2004).

Setores da administração municipal ligados aos grandes proprietários de terras, temerosos de que a implantação do novo traçado proposto por Nestor, viesse a prejudicar a posse da propriedade privada, alegaram a existência de problemas que exigiam a solução mais urgente considerando desnecessária a aprovação do plano para aquele momento (SALES, 1996).

Figura 6 – Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza por Nestor de Figueiredo



Fonte: Fernandes (2004).

Depois do Plano Nestor de Figueiredo nos anos 30, Fortaleza conheceria mais dois planos que também não teriam sucesso em sua implementação. São eles: “O Plano Diretor para Remodelação e Extensão da cidade de Fortaleza” do engenheiro e urbanista José Otacílio de Sabóia Ribeiro, elaborado em 1947 e o “Plano Diretor da Cidade de Fortaleza” elaborado em 1963 pelo urbanista Hélio Modesto.

O plano de Saboya, apesar de aprovado pela câmara, não foi posto em prática em virtude da forte pressão dos proprietários privados que se sentiam lesados pelas medidas de alargamento de vias e desapropriação de terrenos. Cabe destacar, no entanto, que boa parte das considerações advindas das propostas dos planos de Saboya Ribeiro e Hélio Modesto para região central, foi retomada pelo PRHACF, tal a pertinência e atualidade das mesmas. Dentre as ideias mais interessantes e que perduram até hoje (entre 9 de 10 urbanistas) é a da recuperação das margens do Pajeú. Saboya e Modesto propunham a intervenção física da área no sentido de promover uma transformação de escala urbana do Centro. A implantação de um grande parque cívico capaz de atender as necessidades culturais e políticas da população prevendo a atratividade entre os proprietários da época, bem como aos futuros investidores e especuladores foram pensadas prevendo o futuro abandono que hoje se verifica, muito em parte devido à estrutura obsoleta do Centro que permaneceu intocável a todos os planos realizados. A recuperação ambiental do riacho logicamente estava inclusa nestes projetos (FERNANDES, 2004).

Os planos propostos para Fortaleza, entre 1933 e 1963, enquadram-se no que Villaça (1999) chama de subperíodo do urbanismo e do planejamento urbano, caracterizado por um período de transição em que os problemas da remodelação vão aos poucos cedendo o lugar à ideia de planejamento urbano integrado. A principal novidade apresentada nos planos Agache e Prestes Maia (respectivamente Rio e São Paulo) é o destaque dado à infraestrutura, principalmente a de saneamento e transporte. Os Centros das cidades, nesse plano, assumem o posto de carros-chefes das intervenções, embora o discurso pretenda abordar a cidade inteira (VILLAÇA, 1999).

O alinhamento dos planos locais, principalmente dos dois primeiros (1933 e 1947), às questões do desenho da cidade se faz notar na própria nomenclatura dos planos, ambos carregam o termo remodelação em seus títulos. Percebe-se no Plano de Saboya Ribeiro a ênfase dada às diretrizes do desenho urbano. As preocupações em estabelecer índices e coeficientes de regulação do uso do solo e do potencial construtivo são decorrências do plano inicial e não causas. Os indicadores do Plano, segundo Fernandes (2004), estariam a serviço de uma diretriz maior, o desenho previamente estabelecido.

Figura 7 – Plano Diretor de Hélio Modesto - 1963. Hierarquização do sistema viário



Fonte: Fernandes (2004).

A crítica de Girão (1979 *apud* FERNANDES, 2004, p. 47) é explícita nesse sentido:

O plano de Saboya Ribeiro, tecnicamente, era digno de todos os elogios, mas não fora resultante de estudos mais aprofundados, mais realistas, das possibilidades econômicas da cidade [...]. Forçava-se, aprioristicamente, a obrigatoriedade de muitas soluções impossíveis, por sobre modo avançadas e atrevidas, como se um trabalho dessa espécie dependesse tão somente dos devaneios de um arquiteto ou da vaidade do governador do município, ansioso por ligar o seu nome a obra de tanto mérito e importância.

Ao contrário do que sugeriu Saboya Ribeiro, não foi possível para Hélio Modesto delinear proposições urbanísticas de porte que afetassem a estrutura da cidade como um todo. O arquiteto urbanista vai encontrar a estrutura da cidade bem mais consolidada. O enfrentamento da realidade urbana teve que se basear em estudos socioeconômicos mais apurados. As proposições elaboradas por ele concentram-se especialmente no zoneamento das funções e atividades e nos sistemas de circulação.

Dentre as propostas de zoneamento destaca-se o incentivo ao desenvolvimento dos bairros visando à criação de novos centros nos locais com potencial para originá-los e a renovação urbana da área central cujas intervenções principais seriam: implantação de um Centro Cívico Administrativo; remoção de equipamentos incompatíveis com as diretrizes do plano; implantação de uma via paisagística às margens do riacho Pajeú; implantação de locais de concentração pública na região do Poço das Dragas dentro de um esquema associado à criação da Av. Beira-mar, dentre outros.

Ainda que tardiamente, este plano teve algumas de suas medidas executadas. Dentre elas a abertura da Av. Beira Mar e seu calçadão parque, Av. Aguanambi (1972) e terminal rodoviário (1973), entretanto nenhuma de suas propostas para o Centro foi também aproveitada. (FERNANDES, 2004).

Apesar de cronologicamente situado no contexto histórico que Villaça (1999) associa à confecção dos superplanos, percebe-se que o Plano Hélio Modesto pela visão de cidade profundamente vinculada às questões do zoneamento e da circulação, é ainda filiado ao urbanismo de corte modernista.

O PLANDIRF foi elaborado em 1971 pelo consórcio SERETE S.A, S.S. Consultoria e Jorge Wilhein Arquitetos Associados. O escopo do plano abrangia medidas de reestruturação do espaço de assentamento e expansão urbana calcada no investimento em infraestrutura. Pretendia-se que estas diretrizes servissem ao aumento da fluidez dos mercados

e da força de trabalho, favorecessem a dispersão urbana e indiretamente, repercutissem no fomento do mercado imobiliário (FERNANDES, 2004).

Pela essência dos Planejamentos Integrados, a cidade não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista físico. Os problemas urbanos não poderiam mais limitar-se aos saberes da engenharia e arquitetura. A cidade é um organismo econômico e social gerido por um aparato político-institucional. Os planos devem ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar, quanto do ponto de vista espacial, integrando a cidade em sua região. Segundo Resende (1982 *apud* VILLAÇA, 1999), essa concepção de plano seria uma reação ao suposto determinismo físico do *savoir faire* anterior dos planejamentos. Uma reação puramente ideológica pois dá a entender que o fracasso anterior do planejamento, segundo Villaça (1999) devia-se àquela concepção de plano.

O descolamento de tais planos da realidade representada pelos interesses das massas populares reflete-se no conteúdo conceitual de elaboração destes planos. Centrado nas ideias de totalidade, de sofisticação técnica e de multidisciplinaridade do planejamento, atingirá seu apogeu tecnocrático com os superplanos. Estes planos se caracterizariam cada vez mais pelo distanciamento de suas propostas e as suas possibilidades de implementação por parte do poder público. A questão de fundo, segundo Villaça (1999) era que quanto mais complexo e abrangente se tornavam os planos com suas enxurradas de recomendações distribuídas em milhares de páginas, mais crescia a variedade dos problemas sociais nos quais se envolviam e com isso mais se afastavam dos interesses reais da classe dominante e portanto de suas possibilidades de aplicação.

O Plano Doxiadis inaugura em 1960 a fase dos superplanos. Plano recomendado pelo governador Carlos Lacerda para elaborar o Plano do Estado da Guanabara. O plano foi desenvolvido por técnicos diretamente do escritório na Grécia e sua versão final, entregue ao governador, foi concebida, redigida e impressa em inglês. Segundo Villaça (1999) a entrega em centenas de vias em inglês é altamente reveladora de que o plano foi feito para não ser usado.

O PLANDIRF, apesar da ênfase dada à integração metropolitana também voltou sua preocupações para os problemas intraurbanos em especial às questões historicamente recentes de renovação do espaço urbano do Centro. A partir do diagnóstico do Centro elaborado pelo novo plano, este considerava que para manter o dinamismo da zona central e sua condição de centralidade, dependeria de sua expansão horizontal e vertical equilibrada. Para isso contestava a solução de criação de novos centros em descontinuidade com o Centro tradicional – como defendia Modesto – acreditando que a solução mais eficaz para se manter

a dinâmica do Centro seria o estímulo à instalação de determinadas atividades comerciais terciárias concentradas ao longo das vias radiais. O plano aponta para concentração de centros lineares em direção aos bairros de maior concentração populacional e de renda (FERNANDES, 2004).

Esta concepção dos corredores de atividade como sabemos favoreceu aos bairros que tais corredores atravessam, gerando em seu entorno a reprodução de um comércio diversificado inclusive com a presença ostensiva também do varejo.

Segundo Fernandes (2004), a revisão do PLANDIRF em 1975 pelo Plano Diretor Físico e posteriormente em 1979 pela Lei de Uso e Ocupação do Solo consolidarão a dominância dos mecanismos capitalistas de produção do espaço de assentamento sob a égide do investimento estatal em consórcio com as forças produtivas ligadas ao capital privado.

Para Maricato (2000) e Villaça (1999) a extensa produção dos planos no Brasil, na verdade, são instrumentos ideológicos, que em sua indisponibilidade de dialogar com os reais problemas surgidos do processo descontrolado de expansão urbana, defende os interesses do poder hegemônico, sempre vinculados à rentabilidade da terra urbana.

3.3 A Reabilitação dos centros históricos

A constituição de 1988 reservou importantes avanços institucionais para uma perspectiva mais democrática na elaboração dos planos. Estas mudanças foram responsáveis por uma fase de adaptação dos planos diretores que passariam a ser retomados a partir da década de 90.

Segundo Villaça (1999), a década de 1990 ficou marcada como fim de um período na história do Planejamento Urbano Brasileiro, porque marca o início de seu processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares. Metodologicamente falando, os planos passam a se revelar pela recusa do diagnóstico técnico como mecanismo revelador dos problemas. Insere-se a ideia de que o Plano Diretor não é o lugar adequado para “as cidades” (aspas do autor) tratarem dos problemas que a crise do capitalismo ou da globalização contemporânea venha trazendo para elas. “O Plano Diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política.” (VILLAÇA, 1999, p. 237).

Para Villaça (1999), o Plano Diretor inovador dos anos 1990, elegeu o espaço urbano como objeto fundamental de sua produção, reprodução e consumo. O sentido de negar o antigo caráter dos planos como *compêndio de análise científica do urbano, ou de desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico, local e regional* (destaque meu)

vai, agora, na intenção de aproximar o plano dos limites de atuação da esfera municipal. A terra urbana passa a ser o grande objeto do Plano diretor.

Dado ao processo de politização vigente na correlação de forças que se estabeleciam em torno do Plano Diretor, alguns dos planos-diretores elaborados nos primeiros anos de 1990 foram obrigados a se curvar diante das pressões do poder hegemônico.

Para Villaça (1999), é muito significativo que as pressões maiores tenham se dado justamente sobre os aspectos do uso e ocupação do solo. Pressões estas que geraram polêmicas, mobilizaram as forças do atraso, impediram a aprovação de vários planos diretores ou esterilizaram a ação dos que foram aprovados. “Isto revela que, finalmente, veio à luz aquele aspecto que vinha sempre ocultado pela ideologia do Plano Diretor: os interesses vinculados ao espaço urbano.” (VILLAÇA, 1999, p. 239).

Com relação aos Centros urbanos tradicionais, vimos que as proposições dos interesses da classe hegemônica decorrentes do ideário de modernização, defendidos abertamente pelo Estado e mediados legalmente pelos planos centravam-se na renovação urbana, na defesa do “novo” em substituição às antigas estruturas herdadas do passado, sem compromissos com a memória, com as funções simbólicas. Verificamos esse fato – ainda que de forma breve – a partir do plano Saboya Ribeiro até as proposições do PLANDIRF. Não raro os planos metropolitanos desestimulavam os usos institucionais nos centros tradicionais ou determinava a realocação desses usos para novos centros administrativos sob o argumento da modernização e racionalização da máquina estatal (ROLNIK; BOTLER, 2004). O PLANDIRF defendeu abertamente essas medidas.

O abandono das estruturas tradicionais do espaço urbano com todo o seu potencial patrimonial e simbólico, gerou nas políticas de preservação, antenadas ao ideário urbanístico internacional através das cartas patrimoniais, a reação de regulamentar os sítios edificados que perderiam oficialmente sua “utilidade” para pertencer a um universo simbólico que remetesse à origem, à beleza e capacidade inventiva local, assim como à forma peculiar de ocupar o espaço urbano (FERNANDES; RUGANI, 2002 *apud* ROLNIK; BOTLER, 2004).

O que vai se verificar com essas ações protecionistas, segundo Rolnik e Botler (2004), é o engessamento ou paralisação dos centros tradicionais frente ao processo de modernização das cidades, política que por suas ações restritivas acabaram por desvalorizar também, o patrimônio imobiliário, acelerando o processo de esvaziamento dos Centros tradicionais. Permaneceram ou migraram para eles, parcelas da população sem renda para manter ou mesmo se apropriar daquelas informações que atribuem valor simbólico aquele

patrimônio. Começa então fortemente o processo de deterioração dos espaços públicos, proliferam os cortiços, gerando vazios urbanos no coração das cidades.

Tentativas de “revitalização” ainda na década de 80 foram implementadas mas ainda dentro daquele conceito contido nas cartas patrimoniais, com êxito restrito aos centros históricos como Ouro Preto onde a cidade já constitui o próprio perímetro urbano histórico.

Na década de 90, em pleno cenário de globalização da economia, começa-se a se esboçar um novo tipo de atuação sobre os Centros Históricos. Segundo Rolnik e Botler (2004), esta ação está atrelada a uma agenda internacional que passa a impor a reutilização das estruturas tradicionais como fator estratégico para o fortalecimento da capacidade competitiva das cidades de atrair investimentos, agora sob um contexto produtivo onde o papel das economias urbanas é marcado pelo fenômeno da desindustrialização e globalização. Cidades como Barcelona, Londres, Baltimore seriam os modelos a serem exportados no sentido de recuperar os centros tradicionais, que para isso deveriam obedecer um programa urbano comum às cidades globais. Este programa adotavam a renovação e modernização das infraestruturas que deveriam se adequar as novas exigências da gestão empresarial que para ali acorreriam (ARANTES, 2000).

Proliferam áreas tratadas como “bibelôs” urbanos, providas de equipamentos de lazer, ao gosto internacional, povoado de cafés, bares restaurantes e centros culturais, dentro das restritas opções que possuem as cidades brasileiras para integrar-se, de alguma forma, no cenário da economia globalizada (ROLNIK; BOTLER, 2004).

Como bem frisam Rolnik e Botler (2004), o processo de globalização atinge as economias urbanas dos países centrais num momento em que estes já garantiram para grande maioria da população a habitação digna, infraestrutura básica e equipamentos implantados. No caso das economias urbanas brasileiras, a nova agenda trazida pela globalização atinge cidades incompletas, precariamente assentadas e em plena expansão de suas fronteiras. Nesse contexto de esvaziamento das áreas centrais consolidadas, providas de equipamentos em cidades onde estes atributos estão longe de ser generalizados, este tipo de ação assume um significado perverso.

Sob outro aspecto, estas áreas, do ponto de vista da economia urbana, são setores da cidade que viram proliferar atividades ligadas ao setor informal. O processo vertiginoso de crescimento da informalidade ocupa parte significativa dos espaços públicos e juntamente com os moradores de rua, cortiços e favelas situadas em áreas centrais reiteram a especificidade dos processos por que passam as economias urbanas em nossas cidades (ROLNIK; BOTLER, 2004).

Uma política de reabilitação de áreas centrais, no contexto de um projeto de desenvolvimento incluyente, não pode ignorar estas especificidades, sob pena de aprofundar processos de exclusão territorial e degradação. Trata-se, neste âmbito, de uma política de reabilitação urbana que crie as condições e os instrumentos necessários para conter e reverter o processo de expansão, repovoando e dinamizando áreas centrais esvaziadas de forma multiclassista, rompendo com a cultura da periferização e da segregação urbana e melhorando as possibilidades de integração de vastos setores da economia urbana (SILVA, 2000 *apud* ROLNIK; BOTLER, 2004, p. 3).

Uma importante conquista dos planos de reabilitação dos centros tradicionais diz respeito aos mecanismos que possibilitam ao seu controle.

A operação de reabilitação dos Centros urbanos, segundo Maricato (2008) não prescinde da participação da sociedade em todos os níveis, como nas definições do plano, da legislação e dos programas. A operação demanda mais que a participação, segundo a autora, demanda fiscalização e o monitoramento do seu acompanhamento, uma vez que há muitos interesses em jogo, inclusive de agências internacionais.

Não cabe ingenuidade sobre a dimensão do conflito de interesses. A gestão democrática por meio de um conselho permitirá trazer à tona e numa mesma arena os agentes e os seus interesses. É ali que podemos interferir para defender o direito dos excluídos à cidade, até o nível que permitir a correlação de forças, de modo a garantir que essa cidade seja bela e agradável como são os espaços democráticos (MARICATO, 2008, p. 151).

Estes são, em parte, os princípios políticos que norteiam o PHRACF plano que foi elaborado no âmbito do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades cujo objetivo principal é o de fomentar a recuperação de áreas urbanas centrais com inclusão social e diversidade de usos, além de recuperar o estoque imobiliário subutilizado para uso habitacional, garantindo a função social da cidade e da propriedade como estabelece o estatuto da cidade.

As diretrizes do Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza alinham-se a preocupação clara de integrar desenvolvimento com sustentabilidade, de coibir a segregação sócio-espacial (ainda que setorial), de promover a multidimensionalização da área, senão vejamos:

- Recuperação do patrimônio arquitetônico histórico e paisagístico visando resgatar a identidade cultural e referencial históricos;
- Resgate dos elementos naturais presentes no Centro, principalmente através da recuperação do entorno do riacho Pajeú e na articulação do Centro com a orla marítima;
- A reabilitação do centro passa pela inclusão social através de políticas públicas que invistam na habitação de interesse social, geração de emprego e renda e regularização de assentamentos precários;

- Gestão democrática e participação popular em todas as etapas do plano, desde sua elaboração até implementação, com o objetivo de assegurar os interesses dos principais interessados.
- A discussão ampliada tem a intenção de provocar o conflito de interesses de diversos setores refratários aos ordenamentos do centro como forma de legitimar as decisões;
- Articulação institucional entre vários agentes do setor público e privado responsáveis pela integração dos diversos setores políticos. Dentre os objetivos desta articulação que deve ser coordenada por um grupo gestor, estão a fiscalização das metas propostas principalmente em seu momento de implementação, a captação de recursos públicos e privados e coautoria na elaboração e implementação do Plano;
- Por último o plano busca o aproveitamento de toda a rede cultural e de infraestrutura que hoje possui o Centro (subutilizadas) para propor um reordenamento do mesmo (FORTALEZA, 2009, p. 95).

Teremos, mais à frente, a oportunidade de confrontá-lo sobre seus aspectos metodológico-participativos, no sentido de estabelecermos uma conexão com a parte da nossa investigação que trata da questão interdisciplinar envolvendo questões socioambientais e afetivas.

4 POR UMA ONTOLOGIA DOS AFETOS

“A felicidade não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude; e não gozamos dela por refrearmos as paixões, mas, ao contrário, gozamos dela por podermos refrear as paixões.”

(ESPINOSA)

As memórias que abrem este trabalho a algumas dezenas de páginas atrás refletem cenas de um cotidiano relativamente longínquo e decisivamente marcado pela emotividade, período importante para minha história pessoal quando também estabeleci as primeiras bases cognitivas sobre a cidade.

Podemos partir nossa incursão pelo afeto com as seguintes indagações: Em que medida as emoções são importantes para o processo do conhecimento da cidade? De que forma, em seu registro, podem os sentimentos constituírem materiais, ou mesmo instrumentos mediadores no processo de significação ou representação da realidade?

Como afirma Ittelson (1973 *apud* CORRALIZA; BERENGUER, 2010), o ambiente é um território emocional. O processo de atribuição de significado, segundo estes autores, é a base sobre a qual se conforma a experiência emocional de um lugar. O autor distingue, na Psicologia Ambiental, duas orientações básicas sobre os estudos que se ocupam da questão do significado: uma que se apoia nos processos culturais, sociais e políticos na construção social do significado e outra que se referencia no lugar como fator gerador de significados.

Em que pese a importância do papel atribuído à emoção para constituição dos significados dados ao ambiente, poucas são as abordagens desta disciplina que assumem o fenômeno dos afetos como categoria central em suas investigações nas relações pessoa-ambiente.

Segundo Bomfim (2010), os fatores emocionais são ignorados na maioria dos trabalhos sobre conhecimento ambiental. Essa posição tem levado a Psicologia Social de base psicossocial a criticar a ênfase cognitivista de tais pesquisas.

Uma das práticas emancipatórias da Psicologia Social parte da noção de que as questões da opressão e alienação sociais, vividas pelas comunidades, não podem ser vistas apenas sob a ótica das determinações socioeconômicas. A teoria e a intervenção comunitária podem agregar dimensões sensíveis das emoções e sentimentos no cotidiano e que podem

realmente alcançar o ser humano em sua genericidade¹⁷ (BOMFIM, 2010). A autora cita Lane como a cientista social que constata a relevância das emoções na constituição do psiquismo humano, capaz de incluir a *Afetividade* como uma nova categoria, constituída pelos sentimentos mais duradouros.

Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos a afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam (LANE, 1994 *apud* BOMFIM, 2010, p. 53).

Para Sawaia (2004), as questões da *Afetividade* da forma como a autora a concebe¹⁸, quando não é desconsiderada pelas Ciências Humanas, é olhada negativamente como obscurecedora, fonte de desordem, empecilho para a aprendizagem, fenômeno incontrolável e depreciado sob o ponto de vista moral.

Heller, Vygotsky e Espinosa são os autores que inspiraram e subsidiaram Sawaia (2004) na construção da categoria *Afetividade*. Estes autores oferecem referenciais analíticos que, para Sawaia (2004), superam os vícios clássicos presentes na análise psicossocial da *Afetividade* por conceberem-na positivamente como constitutiva do pensamento e da ação coletivos e individuais, bons ou ruins, e como processo imanente que se constitui e se atualiza. Um fenômeno objetivo e subjetivo que constitui a matéria prima básica da condição humana.

As condições objetivas e subjetivas da experiência humana formam a grande base para as investigações psicossociais desenvolvidas por Vygotsky e que resultam em sua teoria Histórico-Cultural (GÓIS, 2005). Na presente pesquisa, esta é a base ontológica sobre a qual fundamos o nosso marco teórico no intento de investigarmos a *afetividade* dos moradores do Centro Histórico de Fortaleza-CE.

O caminho que leva a teoria histórico-cultural diretamente para as questões que envolvem a afetividade cumpre um roteiro que passa necessariamente pela forma como Vygotsky compreende o desenvolvimento humano.

¹⁷Termo conceituado por Heller (1970) para distinguir – de sua noção de ego – as experiências humanas em sociedade. “O genérico está “contido” em todo homem e mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. É possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana” (HELLER, 1970, p. 21).

¹⁸O sentido de afetividade para Sawaia (2004, p. 98) – e daqui em diante por nós adotado – é entendida como a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer, que não se refere a objetos específicos. 2) Emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta.

Para Vygotsky, qualquer fenômeno complexo implica reconstruir suas bases mais primitivas e simples e acompanhar seu desenvolvimento até a fase atual, ou seja, há que se estudar o processo histórico em seu conjunto (VAN DER VEER; VALSINER, 2006).

A herança filosófica cartesiana havia influenciado fortemente a base científico-metodológica das correntes psicológicas de então que orientavam seus métodos baseados na estrutura estímulo-resposta. A verdadeira essência da experimentação era evocar o fenômeno em estudo de uma maneira artificial controlável e estudar as variações nas respostas que ocorriam em relação às várias mudanças nos estímulos (VYGOTSKY, 1998).

Tanto as escolas psicológicas objetivas de Watson e Bekhterev, quanto à escola introspectiva de Wundt, adotavam essa metodologia. Ambas, contudo, limitavam-se a registrar os processos elementares das características psicofisiológicas. As funções psicológicas superiores não admitiam às incursões metodológicas desse tipo de experimentação (VYGOTSKY, 1998).

Vygotski desenvolve um método baseado na abordagem materialista dialética acreditando que o comportamento humano difere qualitativamente do comportamento animal, na mesma extensão em que diferem a adaptabilidade e desenvolvimento dos animais.

O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido. A aceitação dessa proposição significa termos de encontrar uma nova metodologia para a experimentação psicológica (VYGOTSKY, 1998, p. 80).

A natureza social das funções psíquicas superiores não havia sido levada em conta pelos psicólogos de então. Estes nunca haviam considerado o desenvolvimento da memória lógica ou da atividade voluntária como parte do desenvolvimento social da criança que se manifesta de forma individual, tanto em sua origem biológica como no final de seu desenvolvimento psíquico (VYGOTSKY; LURIA, 2007).

Somente a análise genética desvela o caminho que leva de seu ponto inicial ao final. E essa análise mostra que cada uma das funções psíquicas superiores foi anteriormente uma forma distintiva de cooperação psíquica e só posteriormente se converte em um modo individual de comportamento, transplantando uma estrutura ao interior do sistema psíquico da criança que, no transcurso dessa transferência, preserva os atributos essenciais de sua estrutura simbólica e somente sua situação é alterada (VYGOTSKY; LURIA, 2007, p. 51).

Segundo Bomfim (2010), a grande diferença da psicologia explicativa de Vygotsky sobre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, repousa no *significado* (destaque meu) como resultado dessa internalização dos signos, acima comentada.

Através de um método de pesquisa inovador (genético-experimental), cujo foco é o desenvolvimento dos processos psicológicos e não somente a compreensão dos seus estágios em determinados momentos, Vygotsky conclui, entre outras coisas, que a atividade humana implica uma atividade com significado, própria dos seres humanos e de suas estruturas sociais.

A ênfase dada por Vygotsky às ligações semânticas como agentes reatores do cérebro – inserindo-as também no processo neurológico – levaram Sawaia (2004) a inferir que as substâncias responsáveis pelas funções cerebrais, também conhecidas por neurotransmissores, são da ordem do simbólico. “O significado penetra na comunicação neurobiológica levando o homem a agir, não em resposta a uma estrutura e organização biológica, mas a uma ideia.” (SAWAIA, 2004, p. 103).

De que modo os processos psíquicos superiores se formaram no curso da história humana e de que modo se desenvolvem ao longo da vida de um indivíduo? Qual é a relação entre os seres humanos e seu entorno físico-social? Qual é a natureza da relação entre o uso de ferramentas e o desenvolvimento da linguagem e da consciência? (GÓIS, 2005, p. 77).

Dentre estas indagações – plenas de significados – suscitadas pelas investigações do mestre russo, a segunda ganha especial interesse para os nossos estudos em Psicologia Ambiental, pois lida com os conceitos de apropriação do espaço, aqui compreendida de forma diferente por Góis (2005), em seus trabalhos com a psicologia comunitária.

Sabemos da importância do conceito de apropriação, mas este não pode ser confundido com o conceito de *marcação*, apresentado por Pol (1996) em seus estudos de apropriação. Por exemplo, ao analisarmos o conceito de território, o vemos qualitativamente diferenciado quanto à sua aplicação ao ser humano [...]. Os indivíduos marcam seu território e o defendem de modo distinto dos outros animais. Nos seres humanos, essa atividade vai além do seu sistema biológico e dos sinais primários (visuais e, principalmente, olfativos), pois se caracteriza por ser uma atividade transformadora e semiótica, consciente, de ocupar e defender um território, usando meios tanto físicos como simbólicos, inclusive institucionais (GÓIS, 2005, p. 85).

Na perspectiva interacionista-dialética defendida por (GÓIS, 2005), esta relação entre o ambiente físico e indivíduo é compreendida no âmbito maior dos processos culturais, históricos e sociais.

Para Bomfim (2010, p. 59): “O homem cria uma cultura, transforma o ambiente e deixa sua marca como parte de um processo de hominização onde interfere em sua própria evolução.” Segundo a autora, a Psicologia Social, com base nessa abordagem, compreende as

emoções, não somente como resultado de um processo de significação da realidade, mas como uma dimensão mediadora.

O roteiro que leva a metodologia genético-experimental de Vygotsky até às questões relativas aos afetos estão, de certa forma, presentes em sua visão holística, na forma como considera o desenvolvimento humano imbricado num *continuum* biológico, psíquico e social onde o contexto histórico-cultural ganha especial relevância.

A principal tese que Vygotsky defendeu com respeito às emoções deu-se contra as teorias psicológicas que tratavam do tema. A obra “Teoria das Emoções” trata-se de um livro de estrutura complexa onde Vygotsky busca argumentar sobre a origem dualista que compõe o fundo epistemológico da teoria organicista das emoções defendidas por James e Lange. Estas se consideravam herdeiras da concepção monista (corpo x alma) de Espinosa (VAN DER VEER; VALSINER, 2006).

Profundamente influenciado pelo filósofo holandês Espinosa, Vygotsky buscou elaborar uma nova perspectiva que tratasse de outro modo as relações entre mente e corpo, afeto e cognição. Vygotski é enfático ao afirmar que uma compreensão completa do ser humano só se concebe afirmando-se as bases afetivo-volitivos de sua formação (KOHL; REGO, 2003). Para as autoras, a linguagem tem um importante papel na vida emocional já que fornece aos indivíduos dentro dos diversos contextos culturais e históricos, um conjunto de categorias concretas para definir seus conteúdos.

Nossos afetos atuam em um complicado sistema com nossos conceitos e quem não souber que os ciúmes de uma pessoa relacionada com os conceitos maometanos de fidelidade da mulher, são diferentes do de uma outra relacionada com um sistema de conceitos opostos, não compreende que esse sentimento é histórico, que de fato se altera em meios ideológicos e psicológicos distintos. (VYGOSKY, 1991 *apud* KOHL; REGO, 2003, p. 22).

Vygotsky e Espinosa, ao contrário da tradição do pensamento ocidental, não dissociam a dimensão afetiva da vida pensante, racional e que rege as ações humanas. Espinosa postula um racionalismo abrangente capaz de compreender a natureza humana de forma inteiramente holística ao propor a condição afetiva como necessária para o conhecimento e o agir.

Segundo Gleizer (2005), o afeto não é somente um fenômeno de ordem biológica como os racionalistas modernos supunham, mas também uma expressão do espírito. “Tanto as afecções que alteram a potência de agir do corpo, quanto às ideias destas afecções que alteram a potência de agir da alma, isto é, sua potência de pensar, são afetos.” (GLEIZER, 2005, p. 33).

Por afeto (*affectum*) entendo as afecções (*affectiones*) do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções. Quando, por conseguinte, podemos ser a causa adequada de uma dessas afecções, por afeto entendo uma ação; nos outros casos, uma paixão (ESPINOSA, 1973 *apud* GLEIZER, 2005, p. 33).

Sawaia (2004) apoia-se em Espinosa para ressaltar a faceta ética da *afetividade*. Para a autora a hipótese de Espinosa era a de que a paixão constitui caminho para compreensão e ao combate da servidão e da tirania. A paixão para Espinosa seria a base da ética, da sabedoria e da ação coletiva democrática, tornando-se negativa quando associada à ignorância e a superstição.

Segundo o projeto de liberação proposto pela Ética, só o conhecimento verdadeiro das causas dos mecanismos afetivos aos quais estamos submetidos permite elaborar uma técnica realista para moderar as paixões e reduzir os efeitos naturalmente obsessivos, ambivalentes e alienantes que explicam a experiência de desilusão de que partiu Espinosa (GLEISER, 2005, p. 10).

Para Espinosa, as paixões não são contrárias à nossa natureza como defendia Descartes. Elas são más, na medida em que não impedem a alma de conhecer.

Enquanto não somos dominados por paixões que são contrárias à nossa natureza, a potência da alma, pela qual ela se esforça por conhecer [...], não é impedida, e tem, portanto, até então, o poder de formar ideias claras e distintas e de deduzi-las umas das outras [...]; e conseqüentemente [...]; até então, temos o poder de ordenar e concatenar as afecções do corpo segundo a ordem do entendimento (CHAUÍ, 1995, p. 95).

A adequação e a inadequação como causas que nos afetam, positiva ou negativamente, vão depender, respectivamente, de causas internas e de causa externas. A primeira diz respeito à liberdade e a condição ativa do sujeito em reconhecer tal causa e racional ou conscientemente, resolvê-las. A segunda, fala da condição de passividade e passionalidade a que somos levados pela ignorância de nossa natureza (CHAUÍ, 1995).

O desejo realizado aumenta nossa força para existir e pensar. Chama-se *alegria*, definida por Espinosa como o sentimento que temos de que nossa capacidade de existir aumenta, chamando-se *amor* quando atribuímos esse aumento a uma causa externa (o objeto do desejo). O desejo frustrado diminui nossa força de existir e pensar. Chama-se *tristeza*, definida por Espinosa como sentimento que temos de que nossa capacidade de existir diminui, chamando-se *ódio*, se considerarmos essa diminuição existencial um efeito proveniente de uma causa externa (o objeto do desejo). Todos os demais apetites e afetos são derivados ou variantes dos três originários: desejo, alegria e tristeza (CHAUÍ, 1995, p. 65).

Bomfim (2010) destaca que a alegria como expressão da felicidade é ética e é política, porque é paixão adequada que potencializa a ação. Já a tristeza como expressão de paixão triste gera potência de padecimento.

Os bons *encontros* seriam pois aqueles que permitem a composição dos indivíduos com os outros (afecção dos corpos) que geram a potência de ação. “A afetividade é ética, porque propicia o encontro do indivíduo com sua capacidade de ação em prol da manutenção do ser, que remete a si mesmo e à coletividade.” (BOMFIM, 2010, p. 63).

Para Sawaia (2004), Espinosa apresenta um sistema de ideias onde o psicológico, o social e o político se entrelaçam e se revertem uns nos outros, constituindo todos eles em fenômenos éticos e da ordem do valor.

4.1 O Centro sobre o enfoque da Psicologia Ambiental e Psicologia Social

“O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.”
(SANTOS, 2006, p. 218).

Pareceria redundante falar sobre a importância do papel simbólico do espaço para o bem-estar dos indivíduos que habitam as cidades, se não houvesse uma grande e contrária tradição que costuma subsumir as relações homem x ambiente aos problemas unicamente da produção e seu corolário socioeconômico.

A crítica que Sawaia (2004) estende inclusive às Ciências Humanas pela pouca, ou nula, importância dada à *afetividade* em seus discursos, podemos aplicá-la – mais facilmente ainda – à abordagem dos problemas sociourbanos tratados pelas disciplinas que se debruçam sobre os fenômenos da cidade. No Planejamento Urbano, a abordagem tecnicista passa ao largo da dimensão simbólica do espaço, reduzindo-o aos contextos sociopolíticos que não dialogam com a experiência humana de forma íntegra, antes a transforma em dados estatísticos (SAWAIA, 2004).

Para Kohlsdorf (1985), o Planejamento Urbano, considera o espaço como um objeto de prática e não de especulação. As propostas físico-espaciais, segundo a autora, são formuladas a partir de diretrizes ou planos socioeconômicos e institucionais. Conclui pelo fato que assim ocorre, porque o espaço urbano, quando não é totalmente omitido, é pré-configurado através de outros campos disciplinares. Mesmo tendo sido escrito em 1985, concorda-se que estas assertivas trazidas pela autora, com raríssimas exceções, continuam atualizadas.

Em suas elaborações sobre o conceito de Homem Ambiental, os psicólogos ambientais Ittelson *et al.* (2005) afirmam que os arquitetos – e porque não incluir os urbanistas – tendem a confundir necessidades psíquicas com as necessidades de conveniência de seus clientes, quando nem sempre as mesmas coincidem. Falta uma compreensão por parte dos profissionais que trabalham com a produção do espaço (arquitetos, urbanistas e designers), sobre os fatores que o mesmo exerce no comportamento dos indivíduos. “Supõe-se que conforto e conveniência sejam atributos psicológicos e pouco esforço tem sido feito para distinguir as diversas bagagens culturais, econômicas e étnicas dos usuários.” (ITTELSON *et al.*, 2005, p. 6).

Wirth (1938 *apud* VALERA, 2002) crê que o urbanismo deveria considerar três aspectos estreitamente inter-relacionados em sua análise: a) a estrutura física, b) o sistema de organização social e c) conjunto de atitudes e constelação de personalidades em formas de comportamento coletivo sujeitos ao controle social. Seria a conjunção destes três elementos que definiria uma cidade e não somente uma determinada disposição de elementos físicos no espaço.

Segundo Pol e Valera (1994), o simbolismo do espaço urbano não é uma anedota supérflua. As pessoas e a coletividade precisam se identificar com um espaço físico próprio, tanto quanto com um grupo de pessoas que possam lhes fornecer as chaves para criar e compartilhar seu modo de ser.

Quando uma intervenção é vista como gratuita pela coletividade, ou seja, quando ela se contrapõe às referências ou valores da mesma ou não agrega novos elementos de identidade que se alinham com aquilo que valorizam ou daquilo que provavelmente carecem naquele momento, em troca da aceitação o que se gera é um sentimento de alienação e inibição ante o processo de transformação e gestão do espaço (POL; VALERA, 1994).

Todos os esforços institucionais, sociais e políticos, – propostos pelo PRHACF – na consecução de integrar novamente o Centro ao desenvolvimento urbano da cidade, podem resultar redundantes se as ações visam apenas o retorno funcional da habitação de interesse social. Ainda que o plano preveja uma série de ações paralelas no âmbito institucional e jurídico, para que essa volta se dê de forma eficaz e sustentável, essa relação especialmente complexa entre os usos mereceriam estudos mais aprofundados sobre os típicos processos de apropriação do espaço que uma ação dessa envergadura enseja.

O conceito de apropriação origina-se com Marx relacionado ao conceito de alienação, ambos compreendidos no processo produtivo como fatores ou aspectos de relacionamento entre o sujeito e o objeto que por ele é produzido. A alienação se dá quando o

sujeito não se identifica com os objetos que produz. A partir daí Marx propõe o termo apropriação como reintegração do objeto produzido mediante a atividade, redescobrimo-o partir de novos atos e adquirindo assim o *savoir faire* (POL, 1996).

A partir daí, Lefebvre estende a relação dialética alienação/apropriação a outras dimensões sociológicas, associando-os as questões espaciais e urbanas através da categoria vida cotidiana. A Vida Cotidiana, corresponde ao nível de realidade social que constitui o centro real da práxis. A apropriação, pois, não é tanto de natureza exterior, mas daquilo que está no âmbito do cotidiano, constituindo o que corresponde à vida privada (POL, 1996).

Sob o enfoque interdisciplinar dado pela Psicologia Ambiental, o conceito de apropriação ganha dimensões variadas e estabelece alinhamentos com várias outras disciplinas. Para Barbey, arquiteto e professor do Politécnico Federal de Lausanne, quando se analisa a forma do habitat levando-se em conta as diferenças de classes sociais, deve-se fazer a distinção entre as diferentes significações da apropriação, a partir de parâmetros vinculados por relações de temporalidade. Conclui por fim que o modo de apropriação de cada família e cada indivíduo com o seu lugar de moradia, depende de modelos culturais, papéis sociais, formas e estilos de vida (BARBEY, 1976 *apud* POL, 1996).

As características do espaço possuem, para Canter, vinculações estreitas com a forma de apropriação. O autor estabelece uma relação conceitual da apropriação com a criação de sentido do lugar. A concepção de um espaço tornado lugar é definida pelo resultado de ações, concepções e atributos físicos do espaço, dessa forma sua investigação propõe um modelo proativo de apropriação do lugar com base na análise da organização e utilização do espaço pelo grupo, os papéis que surgem em um grupo experimental composto, por exemplo, por arquitetos e psicólogos, etc. A concepção projetiva de lugar defendida por Canter visa à criação de “lugares” (aspas do autor) a partir da colaboração entre Psicólogos Ambientais e Designers urbanos independentemente da apropriação que o indivíduo ou a coletividade possa fazer dele (CANTER, 1977 *apud* POL, 1996).

Pol (1996), entretanto, defende que a forma de apropriação do espaço pelos indivíduos, acontece espontaneamente e, de forma simbólica, revela-se por duas posturas comportamentais distintas. O constructo que ele define por *Simbolismo a Priori* é justificado cada vez que o poder governamental modifica a qualidade do espaço na intenção de confirmar ou trazer novos significados para seu usuário. No entanto o teor ou a importância dessas mudanças que o executor público julga como estruturantes para a qualidade de vida do cidadão, pode ao contrário – se for uma intervenção desastrosa do ponto de vista cultural – ser ignorada e até mesmo rechaçada pela população. Por outro lado existem configurações

espaciais consideradas anódinas, vistas muitas vezes com desconfiança pelo olhar estrangeiro, que guardam em seus usuários sentimentos de pertença e profunda identidade cultural. Nessas relações de pertença com o entorno onde o tempo foi (é) fundamental para a construção da identidade de (com o) lugar (PROSHANSKI, 1976 *apud* POL, 1996), ocorrem autênticas apropriações do espaço. A esse tipo de apropriação simbólica do espaço, Pol e Valera (1994) nomeiam de *Simbolismo a Posteriori*. Nada impede, no entanto, que a vontade política transformada em intervenção urbana – ainda que inicialmente deponha negativamente contra os aspectos socioculturais de um segmento da população – seja passível de uma apropriação tardia como a que acontece no *Simbolismo a Posteriori*.

Quando se pensa em “repovoar” áreas com tão forte carga simbólica e com uma territorialidade tão bem definida como os Centros principais das grandes cidades, ocorre-nos às questões de vizinhança onde estas habitações serão implantadas.

Gifford define a territorialidade como um “padrão de conduta e atitudes sustentado por um indivíduo ou grupo, baseado no controle percebido, intencional ou real de um espaço físico definível, objeto ou ideia e que pode conduzir a ocupação habitual às posturas de defesa, a personalização e a sinalização deste.” (GIFFORD, 2007 *apud* CORRALIZA; BERENGUER, 2010, p. 129). Embora Gifford tenha atribuído a este conceito o caráter de territorialidade individual ou grupal a partir de situações pontuais e corriqueiras observadas no processo interacional cotidiano, se pensarmos a territorialidade do Centro a partir de sua posse, mais que consagrada, pela atividade comercial pode-se inferir que tipos de dificuldades adaptativas os futuros moradores poderão enfrentar dentro de uma estrutura rígida, e de pouquíssima flexibilidade como o nosso Centro. Uma vez que o PRHACF prevê não somente a recuperação e adaptação dos velhos edifícios para a moradia, mas também a possibilidade de inserir novas unidades habitacionais a partir do grande número de estacionamentos ilegais que hoje existem em nosso Centro, as questões de territorialidade que aí se impõem me parece abrir uma linha para futuros estudos da Psicologia Ambiental.

A questão da memória também assume importância primordial se queremos melhor compreender os problemas que tocam os aspectos da territorialidade e do patrimônio público, tema especialmente pertinente aos Centros Históricos.

Num enfoque que aporta considerações urbanísticas, sociais, antropológicas e psicológicas, Jodelet (2002), através da Psicologia Ambiental, aborda a cidade pelo aspecto da memória. Tomando como exemplo o caso de depredação do patrimônio público (histórico ou não), Jodelet (2002) cita o caso dos monumentos e estátuas. Para a autora, estas sempre estiveram presentes nas diversas formas culturais e também sempre foram questionados sobre

sua significação. O processo de degradação hoje vivido pelo Centro tem haver com questões multidimensionais já explicadas em capítulos anteriores, entretanto, antropologicamente considerando, o significado atribuído ao fato de monumento A ou B ter sido alterado por pichações *ou mesmo depredações* (destaque meu) não é relevante para compreensão do fenômeno, mas sim o entendimento de que todo monumento é, e sempre será, dotado de algum sentido, algum significado. A memória dos lugares não toca sua partitura sozinha, ela tem a necessidade das vozes e do trabalho daqueles que a buscam, nelas se encontram ou a constroem.

Ainda sob o ponto de vista antropológico, Augé interpreta o valor dessas pichações,

[...] que são encontradas em lugares públicos ou em monumentos antigos, como uma maneira de inscrever simbolicamente a história individual em uma história mais coletiva, na história dos outros, sobre a qual não se sabe necessariamente muita coisa, mas que é sugerida pela massa monumental. (AUGÉ, 1982 *apud* JODELET, 2002, p. 40).

Entendendo que o desenvolvimento moderno das cidades coincide com o desaparecimento dos efeitos da memória, Jodelet (2002) defende a valorização do fenômeno da memória como mecanismo de defesa das identidades, mas entendendo-a como uma grandeza que possibilita um desenvolvimento durável e que não estaria relacionada apenas à memória dos lugares, mas também à memória dos costumes, dos modos de vida, memória das técnicas que poderiam realizar o papel de reforçar e estabilizar – no sentido da duração e da proteção – a evolução social e material.

Do ponto de vista social, a memória coletiva é um bem comum que se solda a partir do interior, mas o mesmo não acontece quando a expressão identitária se inscreve no espaço. A delimitação do eu se faz então em função do outro, por meio da projeção em um território; Ela implica fundamentalmente a noção de diferença com o outro e de defesa contra a ameaça que ele representa, como mostram todas as análises que dizem respeito à territorialidade. (JODELET, 2002, p. 42).

Outro tema de relevância considerável para qualquer tipo de intervenção habitacional é aquele que versa sobre as questões da temporalidade inscrita nos ciclos de vida dos indivíduos e no tempo de ancoragem¹⁹ dos mesmos com relação ao seu habitat.

Moser (2001) considera a dimensão temporal indispensável para estudar as condições de bem-estar e para compreender os modos de ancoragem ambiental do indivíduo. Para o autor a ancoragem depende das diferentes perspectivas individuais de tempo e do ciclo

¹⁹A ancoragem é um período de assimilação de novas experiências dentro de uma rede de sentidos particulares onde a novidade sempre opera dentro de um repertório ou referência anterior que lhe permite dar um sentido configurando-se, a partir daí, em uma nova representação (FREIRE, 1997).

de vida no qual se encontra o indivíduo. Sentir-se bem está inserido a uma referência de tempo, dentro de um horizonte temporal.

Com referências aos processos de ancoragem, Moser (2001) tece várias considerações sobre as possibilidades de como ela pode se dar. Uma de suas possibilidades diz respeito às perspectivas individuais de tempo de moradia e ciclo de vida nos quais o sujeito está inserido. A história residencial do sujeito parece ser decisiva. Sentimentos nostálgicos em relação à antiga moradia despotencializam maiores investimentos com o novo habitat, ao contrário daqueles que foram capazes de construir uma identidade urbana.

Como afirma Jodelet (2002), o passado ambiental do sujeito é um *Pot-Pourri* de memórias, concepções, interpretações, ideias e sentimentos, a propósito dos diferentes espaços e lugares vivenciados ao longo da vida. Esse é o aspecto da memória que pode reforçar ou não a identidade de lugar do indivíduo.

Outro aspecto da ancoragem diz respeito ao envolvimento positivo com a vizinhança. Aqueles que foram capazes de investir emocionalmente nas relações sociais com sua vizinhança e aí se sentem bem, têm uma apreciação positiva da população local. Essas relações, contudo, dependem amplamente da duração de residência do sujeito (MOSER, 2001).

4.1.1 Significação social do espaço: cognição e afeto

O planejador urbano, Kevin Lynch considerado um dentre vários precursores da Psicologia Ambiental, estabeleceu o conceito de *legibilidade* ou *imaginabilidade* como a característica que há num objeto físico que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. Conceito que ele transplantou para o espaço urbano com objetivos claramente propositivos de influenciar a atividade do planejamento e do *design* urbano. Lynch (1999) aplicou a maior parte de seus conceitos para compreender como se dá o processo orientativo dos indivíduos no espaço urbano.

A partir do estudo morfológico de três cidades norte-americanas (Boston, Jersey e Los Angeles) Lynch fundamentou importantes constructos que até hoje são validados por aqueles que se debruçam sobre a morfologia urbana e suas representações simbólicas. O espaço urbano é formado basicamente, segundo Lynch (1999), pela sintaxe de cinco elementos que normalmente se interpenetram: *As vias, os limites, os pontos nodais, os bairros e os marcos*. Ele assume que a delimitação categórica desses elementos, nem sempre são reconhecidas com clareza. Dependendo da complexidade urbana, uma *via* pode ser

considerada um *limite*; um *bairro*, dependendo de sua especificidade pode ser entendido como um *ponto nodal*.

Segundo o Lynch (1999), uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. O autor americano, entretanto, não aprofundou o terceiro elemento da imagem ambiental: o significado. Todavia, os problemas que abordam a questão do significado na Psicologia Ambiental têm sido citados como fatores molares para compreensão do entorno, principalmente no contexto do desenvolvimento humano (BOMFIM, 2010).

Para Valera (2002), o significado espacial estava, implícito e explicitamente previsto na elaboração inicial de Lynch, ainda que se apresentasse de forma muito limitada, entretanto Milgran reconhece que aquilo que permite a qualificação dos mapas mentais (de uma forma geral) como verdadeiras representações sociais, seria a presença do significado social como aspecto integral de sua construção. “Havemos de perguntar-nos, entretanto, si as representações do entorno urbano se limitam a elementos físicos ou geográficos ou a categorias sociais, interpretando-as como pontos de significado.” (MILGRAM, 1984 *apud* VALERA, 2002, p. 12).

A concepção de significado espacial como “valor aderente” à informação cognitiva está presente na literatura sobre mapas cognitivos e na relação entre cognição e simbolismo, essa questão se resolverá claramente em favor da primeira. Valera (2002) irá questionar essa concepção de significado ambiental a partir dos mapas mentais ao reconhecer a insuficiência conceitual desta técnica como instrumento capaz apreender significados sociais. “Evidentemente, esta concepção de significado ambiental, circunscrita para os autores a um nome ou um pictograma representativo de uma cidade, resulta excessivamente limitada e carece de vários aspectos fundamentais.” (VALERA, 2002, p. 12).

Diferentemente, autores como Stokol Y Shumaker definem o campo social percebido de um lugar como a totalidade de significados funcionais, motivacionais e valorativos comunicados por um entorno físico a seus ocupantes: esta matriz de significados é essencialmente um conjunto de imagens coletivamente compartilhada, que se desenvolve como resultado da interação direta ou indireta com um lugar determinado (STOKOLS; SHUMAKER, 1981 *apud* VALERA, 2002).

Para que um espaço seja considerado simbólico, segundo Pol e Valera (1994), este deve ser percebido pelos indivíduos de um grupo como prototípico, isto é, ele deve ser representativo da categoria urbana sobre a qual a identidade social urbana de um grupo se fundamenta. Entretanto se falamos em espaço urbano temos que admitir suas características

físicas e estruturais que o determinam e neste sentido a imagem ambiental – no sentido que Lynch a determina – é um fator a se considerar como determinante para a prototypicalidade.

Se em Lynch a imaginabilidade de um espaço toma uma dimensão cognitiva baseada em características físicas e ambientais, o termo “imaginabilidade social” (aspas do autor) quando empregada por Stokols e Shumaker, toma uma dimensão simbólica com base aos significados subjacentes do espaço. A partir dessa ótica o espaço fundamenta o seu valor simbólico no significado ou significados que representa para o grupo ou comunidade implicados (POL; VALERA, 1994).

Citando Ittelson (1973), Corraliza e Berenguer (2010) entendem que a percepção do espaço se efetua em diferentes níveis relacionados entre si. O primeiro deles é a resposta afetiva, registrada como valorização emocional; o segundo é a resposta de orientação; em continuação a atividade de categorização, seguida de uma tarefa de sistematização, e finalmente manipulação. Estas etapas finais da percepção pressupõem, já, os aspectos cognitivos do espaço dos quais citamos acima, ou seja, percebidos enquanto estruturantes de significados.

Para Corraliza e Berenguer (2010), o significado de um ambiente define-se pelo conjunto de conteúdos que possibilitam a um sujeito compreender o que um lugar é para ele. Os autores tecem interessantes reflexões sobre determinadas situações espaciais nas grandes cidades que vem, ultimamente, ocupando o espaço midiático e o imaginário da população de uma forma geral. Para o autor, a construção do significado ambiental se realiza em função de diferentes variáveis. Uma das questões de maior interesse na problemática das cidades é a criação de espaços seguros. Bauman (2009) já discorreu com muita competência sobre a produção ideológica do medo e da insegurança nos espaços da sociedade globalizada.

A noção de um sujeito sobre a insegurança de um lugar não coincide necessariamente com um local onde se cometam delitos. O sentimento de insegurança e o medo sentidos são reais e estão baseados na construção do significado do lugar. Corraliza e Berenguer (2010) analisa esse fato sob dois aspectos. Uma primeira situação tem a ver com a própria configuração espacial do lugar que pode possuir “pontos cegos” que dificultem a visibilidade em eventual ação de delinquência, inviabilizando prováveis pontos de fuga. Um segundo aspecto diz respeito às variáveis culturais, sociais ou urbanísticas responsáveis pelo nível de deterioração do lugar, ou que apresentem indicativos que reflitam atividades marginais como a grafiteagem, por exemplo (FERNANDEZ RAMIREZ, 1995 *apud* CORRALIZA; BERENGUER, 2010).

Nossa pesquisa aborda a *afetividade* como categoria central de uma investigação que não a compreende de forma estanque aos processos cognitivos do espaço. Nesses estudos, percepção e cognição são as dimensões psíquicas consideradas para o processo de representação do espaço e orientação das condutas humanas. O aspecto simbólico e de significado é citado, mas segundo Bomfim (2010), pouco desenvolvido. Além do mais é o aspecto afetivo não é integrado ao processo de significação sendo desconsiderado nas questões que envolvem a orientação das condutas e as predisposições socioespaciais dos sujeitos.

A metodologia de apreensão dos afetos de Bomfim (2010) é orientada por uma avaliação dialética da afetividade sobre a cidade baseada na interação do investigador com o respondente. É o instrumento gerador dos Mapas Afetivos que cumpre o papel de mediar essa interação.

Por sua parte, os mapas mentais são concebidos dentro dos mapas afetivos porque a proposta psicossocial embasada pela categoria *afetividade* compreende que uma leitura simbólica do espaço é inseparável da condição afetiva e que percebê-los de forma estanque não ajuda a superar a dualidade (objetividade x subjetividade/ cognição x afeto) que limita uma compreensão mais abrangente dos significados socioculturais que o indivíduo e a coletividade estabelecem no (com) o ambiente (BOMFIM, 2010).

Partindo da análise dos Mapas Afetivos em estudantes de São Paulo e Barcelona, Bomfim (2010) considerou que os sentimentos e emoções relacionados a estas cidades geraram representações sociais, visões de mundo e outras formas de categorias sociais que podem ser resumidas no que a autora denomina por Estima de Lugar.

Estima de Lugar define, pois, a condição afetiva do sujeito para com o seu lugar, podendo dessa forma assumir aspectos de negatividade conforme o quadro de afetos, percepções e significados que o sujeito constrói em sua inter-relação socioespacial. Da mesma forma, a estima positiva de um lugar é estabelecida.

Uma estima positiva de lugar é um indicador da potência de ação e cidadania que se revelam pela implicação do sujeito com o lugar. O envolvimento dos indivíduos na cidade, a possibilidade de intervir, a participação em movimentos sociais ou em ações reivindicatórias e solidárias é para Sandoval (1994 *apud* BOMFIM, 2010), uma dimensão fundamental para uma construção mais global de uma consciência política.

Por outro lado uma estima negativa de lugar nos despotencializa do desejo de ir além das contingências urbanas que nos aprisiona, quando não nos permite expressar nossa condição ontológica de liberdade e de sermos felizes no encontro com a cidade (BOMFIM, 2010, p. 217).

4.2 A articulação entre dois saberes

O espectro do conhecimento sobre as cidades, como já vimos, avolumou-se admiravelmente após o grande *boom* científico do século XIX. Disciplinas como a Sociologia, Economia, Biologia, História, Antropologia, Geografia, Psicologia e outras mais, passariam – notadamente, a partir da segunda metade do século XX – a ter suas próprias miradas do fenômeno urbano inspiradas pela sua evidente polissemia fenomenológica.

Ao passo que a visão arquitetural (e depois urbanística) de cidade sempre tomou – ao longo da civilização – o próprio espaço como corte epistemológico em si, as disciplinas que se “iniciavam” na produção do conhecimento sobre as cidades, compreendiam-nas como processo, considerando o espaço como reflexo, o resultado ou residual das inúmeras atividades socioculturais nele estabelecidas (KOHLSDORF, 1985).

Segundo Kohlsdorf (1985), diante da contribuição maciça de outras disciplinas (ocorrida entre o fim da Segunda Guerra e a década de 60), a definição de cidade realizada pela arquitetura enfrentou a maior crise de sua história. Este fato provocou uma paralisação no estabelecimento das bases paradigmáticas da arquitetura, em contrapartida avançou-se na explicação da questão urbana enquanto fato sociológico, econômico e geográfico, onde o espaço é abordado, coerentemente, como um objeto sujeito àquelas disciplinas.

Já vimos nos primeiros capítulos deste trabalho o quanto autores como Lefebvre, Castells, Harvey, Hall, Mumford e Geddes (os quatro últimos, geógrafo, antropólogo, historiador e biólogo, respectivamente) contribuíram – quase todos na dimensão crítica – para ampliar o conhecimento sobre os fenômenos urbanos.

A metodologia da grande maioria daqueles autores possui sua base fundamental no próprio método histórico. Entretanto, como aponta Kohlsdorf (1985), o conhecimento pluridisciplinar das questões urbanas, passa também (da mesma forma que o planejamento que as reúne), a estar em função de ações que intervenham na realidade, abandonando, quase sempre, as pretensões científicas colocadas pelo urbanismo.

A cidade tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir *problemas* na mesma, e a propor *soluções* para eles, compondo um movimento de controle dos processos urbanos. Esta característica foi fazendo com que o Planejamento Urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometido. (KOLHSDORF, 1985, p. 34).

Assim posto, as questões referentes à produção do conhecimento sobre as cidades só puderam ganhar dois caminhos: aquele que toma parte das atividades eminentemente

técnicas – e multidisciplinares – na elaboração dos Planejamentos Urbanos e as pesquisas inter e transdisciplinares, praticamente limitadas ao âmbito da produção acadêmica.

A Psicologia Ambiental é oriunda dessa grande vertente produtiva que se voltou para o conhecimento do fenômeno urbano a partir do período pós-guerra. Disciplina tão jovem que Aragonés e Américo (2010) fixam seu período de pré-história (termo dos autores) entre os anos de 1940 a 1960. Segundo os autores, foram fundamentalmente os arquitetos e engenheiros os primeiros a se ocuparem – de forma mais decisiva – com as relações entre o meio ambiente e o comportamento a partir da experiência de ensaio e erro de seus projetos.

A afinidade entre esta disciplina e os problemas levantados pelo saber urbanístico e arquitetônico aparece fartamente evidenciada na breve historiografia da Psicologia Ambiental, relatada por Aragonés e Américo (2010). Muitos trabalhos interdisciplinares entre estes dois saberes foram e vem sendo produzidos principalmente na Europa. Nos EUA, a partir dos anos 60, importantes revistas científicas passaram a ser editadas e em 1968 realiza-se o primeiro encontro do *Environmental Design Research Association* (EDRA) (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2010), importante organização internacional fundada por profissionais de *design*, cientistas sociais, estudantes, educadores e gestores que tem por objetivo difundir os trabalhos em *design* ambiental, melhorando assim a compreensão das inter-relações entre pessoas e seu entorno construído e natural, ajudando a criar ambientes sensíveis às necessidades humanas. No entanto, nenhum trabalho interdisciplinar entre o Planejamento Urbano e a Psicologia²⁰ rendeu tantos desdobramentos para o primeiro (pelo menos na América Latina) quanto à obra “A Imagem da Cidade”, de Kevin Lynch. Lynch afirma que a percepção da cidade é essencialmente temporal e se organiza em função de uma série de vinculações existenciais, práticas e afetivas. O pensamento deste autor sobre a cidade e sobre o trajeto em espaços urbanos cristalizou-se numa concepção imagética da cidade como método para interpretar a informação e dirigir a ação do arquiteto (KOLHSDORF, 1985).

Todavia, a despeito de tanta afinidade, Moser (2005) aponta que os diferentes níveis e questões não apresentam os mesmos desafios para as profissões de *design* e planejamento e para cientistas sociais. Suas perspectivas de análises e intervenção possuem, frequentemente, pontos de partida divergentes. Os primeiros costumam focar no ambiente

²⁰Das correntes psicológicas que se debruçaram sobre a problemática do fenômeno urbano, Lynch alinha-se ao pensamento da chamada escola de *análise de percepção*. Juntamente com a escola *pragmática* da qual o maior expoente é Gordon Cullen, são tendências de uma corrente da psicologia conhecida como *psiquismo* a qual estuda as relações pessoa ambiente considerando a realidade ambiental a partir da codificação desta pelos indivíduos (KOLHSDORF, 1985).

construído, os segundos nas pessoas que nele vivem. Arquitetos e planejadores costumam intervir no processo de concepção e construção de contextos nos quais vivem as pessoas, as ciências sociais geralmente dirigem sua atenção para estruturas existentes (MOSER, 2005).

Diante da pertinência desta colaboração interdisciplinar para os estudos dos problemas urbanos, como enfim provocar o diálogo entre dois saberes que parecem se complementar, mas ao mesmo tempo possuem métodos de atuações tão distintas em sua forma de lidar com o conhecimento espacial?

Sabedores que os aspectos morfológicos do espaço não ganham qualquer sentido quando dissociados das relações sociais ali estabelecidas (e vice-versa), esse conceito – transplantado para o urbanismo – na verdade, passou a ser a chave que precisávamos para nortear a nossa investigação interdisciplinar entre o Urbanismo e a Psicologia Ambiental, já que esta última disciplina percebe o espaço como elemento indissociável dos fenômenos psicossociais nele estabelecidos. É basicamente aí que propomos a articulação entre o Urbanismo e a Psicologia Ambiental, uma vez que a esta última escapam questões pertinentes à dinâmica e morfologia urbanas, fenômenos que pertencem à alçada do Urbanismo.

Moser (2005) explica que na Psicologia Ambiental não há uma distinção precisa entre a pesquisa básica e a aplicada. Essa aplicabilidade da pesquisa é central para as questões pessoa-ambiente uma vez que estas se caracterizam pelo equilíbrio entre a monodisciplinaridade – necessária para pesquisa e para construção da teoria nas diferentes disciplinas implicadas às questões pessoa-ambiente – e a multi ou interdisciplinaridade, indispensável para a intervenção ambiental.

O funcionamento interdisciplinar consiste numa abordagem múltipla e paralela de um mesmo objeto ou problema. As diferentes disciplinas intervêm com sua lógica específica para analisar o tópico. Ao proporcionar uma solução com referência à sua própria lógica científica, mesmo que as soluções possíveis se mostrem específicas a tal ou qual disciplina, as confrontações interdisciplinares no estágio final garantem a pertinência ecológica da proposição (MOSER, 2005).

A interdisciplinaridade entre duas ou mais disciplinas segue o seguinte processo conforme o esquema exposto por Moser (2005):

- *Pesquisa e construção de teoria* → Monodisciplinaridade (conhecimento disciplinar).
- *Diagnóstico/exame* → Multidisciplinaridade (múltiplas lógicas disciplinares).
- *Intervenção* → Interdisciplinaridade (confrontação e/ou colaboração em torno de uma problemática comum).

Ao longo desse trabalho se verá que as nossas pesquisas tanto pela caracterização urbanística quanto pela metodologia aplicada dos Mapas Afetivos, buscaram seguir essa articulação.

Nossa abordagem em Psicologia Ambiental será orientada pelo enfoque denominado *Vision Transaccional del mundo* (ALTMAN; ROGOFF, 1987 *apud* ARAGONÉS; AMÉRIGO, 1998), justamente por onde a relação entre afetividade e ambiente mais se aproxima.

Dentre as três abordagens da psicologia ambiental categorizadas por Altman e Rogoff, o enfoque *transaccional* é o que mais se aproxima da proposta dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010). “O todo transaccional não está composto de elementos isolados, trata-se antes de uma confluência de fatores inseparáveis que dependem uns dos outros para sua definição e significado.” (ALTMAN; ROGOFF, 1987 *apud* ARAGONÉS; AMÉRIGO, 1998, p. 30).

Na proposta do Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza-CE, o Centro foi setorizado em três partes caracterizadas pelas suas diferentes conjunturas socioambientais.

Nosso trabalho objetiva investigar a *afetividade* (sentimentos e emoções) dos residentes do Centro de Fortaleza-CE avaliando, através da Estima de Lugar, as diretrizes propostas pelo PHRACF e visando contribuir potencialmente para o processo de apropriação dos atuais e futuros habitantes da região. Interessa-nos pesquisar o sentimento de pertença de residentes do Centro circunscritos aos Setores Estratégicos²¹ na intenção de identificarmos que tipos de respostas afetivas estes setores podem caracterizar.

Nosso confronto com o PRHACF, entretanto, dá-se apenas no nível teórico e discursivo, devido ao próprio objetivo e estrutura de nossa investigação.

²¹PRHACF estabeleceu metodologicamente 02 modalidades de intervenção para o Centro. As intervenções difusas abrangerão toda a região central que historicamente limita-se com os bairros da Aldeota, Meireles e Praia de Iracema à leste, Joaquim Távora, José Bonifácio e Benfica ao sul, Jacarecanga e Farias Brito à oeste. As intervenções difusas vão se concentrar principalmente na melhoria das condições de uso do espaço públicos tais como reordenamento do setor viário, a questão da mobilidade do pedestre através da recuperação de praças e passeios públicos, melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos e etc., tudo com o objetivo de fomentar o setor habitacional que se quer propor. Já as intervenções em setores estratégicos (ao todo 03) estão circunscritas ao chamado Centro Histórico e pela relevância simbólica da região é onde justamente a disponibilidade de imóveis vazios e subutilizados está mais presente e onde evidentemente a situação habitacional é mais carente. Daí uma série de medidas específicas de recuperação da paisagem ambiental e construídas que somadas àquelas previstas para o setor expandido do Centro, visam resgatar o potencial simbólico do antigo coração da cidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caráter interdisciplinar do presente estudo obrigou-nos a duas diferentes abordagens metodológicas. Em primeiro, a aproximação do objeto físico ambiente, efetuou-se pelo diagnóstico socioambiental das áreas recortadas. Diante do contexto urbano do Centro, identificamos conformações socioambientais que caracterizam a heterogeneidade espacial da área central em quatro microrregiões ou setores por nós cognominados de entornos.

Num segundo momento apresentamos a metodologia dos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010) seguida dos procedimentos metodológicos na aplicação do mesmo, incluídos os percursos da pesquisa. Complementando os procedimentos metodológicos, aplicamos questionário do tipo fechado sobre as condições sociourbanísticas do Centro. Concluímos este capítulo com a caracterização da amostra dos sujeitos.

5.1 A delimitação da área pesquisada

O polígono que compreende o Centro expandido da capital cearense abrange uma área total de 486 hectares e é limitado pelos seguintes eixos viários:

- A Sul, pela Rua Antônio Pompeu, em seu trecho compreendido entre as ruas Padre Ibiapina e João Cordeiro;
- A Leste, a Rua João Cordeiro, até atingir a Av. Monsenhor Tabosa, quando esse limite se estreita em direção ao Complexo Dragão do Mar e Praça Almirante Saldanha até o Poço da Draga;
- A Oeste a Rua Padre Ibiapina e seu prolongamento pela Av. Filomeno Gomes, até se encontro com a orla marítima;
- A Norte, a linha férrea a partir do seu cruzamento a Oeste com a Av. Filomeno Gomes, seu prolongamento pela Rua Senador Jaguaribe até a Praça dos Mártires (Passeio Público) e a partir daí a orla marítima até o Poço da Draga, no limite Leste (FORTALEZA, 2009).

Conforme dados do último censo demográfico ocorrido em 2010, a população residente nesse grande polígono é de 28.538 pessoas distribuídas em 9.717 unidades habitacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Optamos por restringir nossa área de investigação ao “miolo” enquadrado pelos bulevares traçados por Adolfo Herbster em 1875 e que constituem as atuais Av. Duque de Caxias (ao sul), Av. Tristão Gonçalves (a oeste) e Av. Dom Manuel (a leste). Estas avenidas

foram propostas, segundo Castro (1993), para solucionar problemas de articulação entre a antiga parte central (inicialmente traçada por Paulet e desenvolvida pelo próprio Herbster em 1859) e a extensa área de expansão situada ao sudeste, antes impossibilitada pelos limites naturais impostos pelo Riacho Pajeú.

Essa região do Centro continua praticamente inalterada em sua estrutura viária até os dias atuais e é tradicionalmente reconhecido como o Centro Histórico de Fortaleza. Nossa justificativa sobre o recorte recai sobre duas premissas necessárias: O Centro Histórico (de agora em diante apenas Centro), além de compreender um espaço bem menor que o expandido (aqui o fator tempo foi primordial) é o lócus – por excelência – que concentra razoável heterogeneidade de usos e ocupações. Contrariamente, a porção expandida do bairro caracteriza-se pelo uso praticamente monofuncional da habitação. Essa diversidade concreta de usos e ocupações sustenta a carga simbólica dos Centros Principais (VILLAÇA, 1997) e os põem numa condição privilegiada quando se quer investigar as subjetividades geradas pelas relações pessoa-ambiente.

Figura 8 – Limites do Centro expandido e limites do Centro Histórico de Fortaleza



Fonte: Fortaleza (2009).

Pelas características específicas do bairro Centro, o PHRACF estabeleceu duas linhas de intervenção baseadas em dois macroentornos específicos. Uma intervenção de âmbito geral que atende ao bairro como um todo e que chamou de *proposta de intervenção difusa*, e outra voltada especificamente para solucionar as demandas negativas de ordem

cultural, social, ambiental e – principalmente – habitacional do Centro. Pela importância histórico-cultural desse setor da cidade este conjunto de ações foi denominado de *proposta de intervenção para setores estratégicos*.

As propostas do PRHACF, surgidas a partir de um diagnóstico técnico-comunitário²² prefiguraram o Centro em 03 setores estratégicos que possuem características históricas, ambientais, culturais e sociais distintas. As propostas de *intervenção para setores estratégicos* serão resumidamente descritas a partir de agora.

O *setor estratégico 1* caracteriza-se como a área onde se deram as primeiras ocupações da cidade e foi objeto dos primeiros planos urbanísticos, por isso é dotada de grande significado histórico e ambiental. Esse espaço é constituído de várias praças abertas emolduradas por edifícios e conjuntos arquitetônicos significativos que margeiam o Riacho Pajeú. O diagnóstico ressalta o problema de degradação do Riacho Pajeú e da inadequação do comércio atacadista concluindo que o setor – em termos paisagísticos e arquitetônicos – possui forte vocação institucional e simbólica para o centro de Fortaleza-CE.

O *setor estratégico 2* é caracterizado pela forte presença do comércio popular varejista (formal e informal), situados na Rua 24 de Maio e na Rua General Sampaio, gerado pelo binário Av. Tristão Gonçalves e Av. do Imperador. Estas duas últimas avenidas são pontos de transbordo para os mais diversos bairros da cidade e região metropolitana. O comércio informal – concentrado principalmente nas duas ruas acima descritas – geram conflitos de circulação entre o transporte coletivo, veículos particulares e pedestres. A ocupação inadequada do comércio informal gera também problemas para a paisagem construída principalmente em relação às praças. É nesse setor que se apresentam famílias com rendimentos de até 3 s.m. e, também, onde estão localizadas moradias em condições bastante precárias de salubridade e segurança.

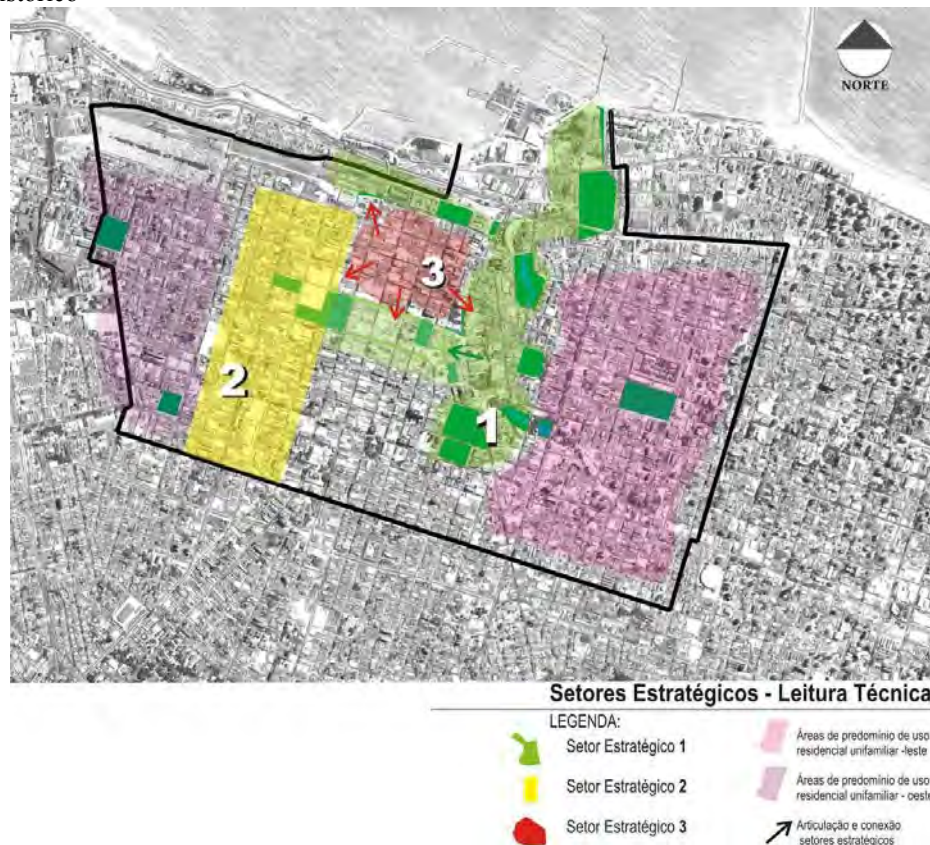
Por último, o *setor estratégico 3* caracteriza-se por servir de importante eixo de articulação entre os setores 1 e 2, entre o leste e o oeste da cidade, respectivamente. Geograficamente, está situado entre o platô onde se implantou o Centro de Fortaleza e a orla marítima. Este setor é emblemático para compreensão do processo de esvaziamento por que passa a área central da cidade e os problemas daí decorrentes. Ao mesmo tempo, é uma área

²²Conforme relatado na metodologia PRACHF o diagnóstico da área central de Fortaleza, elaborado a partir do levantamento técnico do escritório Piratininga Arquitetos Associados em conjunto com as informações e registros técnicos locais foi pactuado com a população que também contribuiu com sua visão sobre os principais problemas presentes na área central. As duas visões (técnica e comunitária) possuem – segundo o plano – vários pontos em comum, mas possui também pontos de dissenso que seriam debatidos e equacionados na implementação do plano.

que concentra importantes espaços abertos e conjuntos arquitetônicos bastante significativos para o patrimônio histórico e cultural da região como um todo.

É nesta região também onde encontramos a maior quantidade de imóveis vazios e subutilizados que por essa condição estão em péssimas condições de conservação. É um setor que possui grande potencial de articulação dos espaços públicos entre os setores 1 e 2.

Figura 9 – Representação cartográfica dos *setores de intervenção estratégica* para o Centro Histórico



Fonte: Fortaleza (2009).

Dentro do rol de ações propostas para reabilitação habitacional do bairro (como um todo), o Centro, por agregar um conjunto de elementos urbanísticos, culturais, ambientais, arquitetônicos, sociais e econômicos é considerado um território emblemático para os processos de ocupação e potencial transformação da área central da cidade. Pela forte carga simbólica e de usos que carrega, a intervenção estratégica visa uma maior confluência de forças entre setores da política pública, maior possibilidade de apropriação das intervenções por parte da população e maior impacto das ações no entorno imediato e na cidade como um todo. Por esse motivo são setores que definem a ordem de prioridade das intervenções e das aplicações de recursos públicos e privados (FORTALEZA, 2009).

Apesar da quase coincidência entre os setores (que doravante cognomino de entorno) delimitados pelo plano e aqueles que serviram de base para nossa pesquisa, decidimos incluir também o entorno que fica ao sul do Centro e que é gerado pela Av. Duque de Caxias.

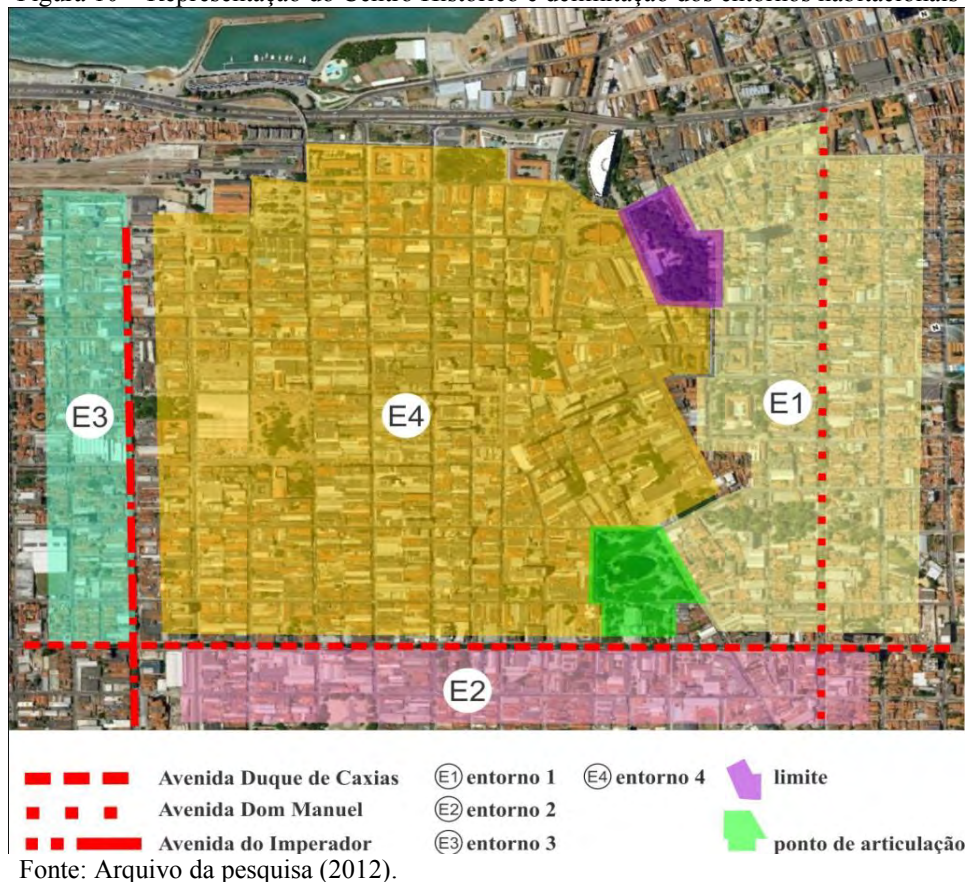
Para retratar a realidade urbana de cada entorno, buscamos a nomenclatura usada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza (FORTALEZA, 1998), a fim de identificar a classificação viária e as atividades existentes no lugar e que geram os usos e as ocupações. Por isso estabelecemos 02 (duas) categorias urbanas de análise que justificam, a priori, a especificidade de cada entorno. São elas: a estrutura hierárquica do *sistema viário* e os as atividades geradas pelos *usos e ocupações*.

Cada bulevar (Av. Dom Manuel, Av. Duque de Caxias e Av. Imperador), em sua relação com o sistema viário adjacente – mas não só por isso – geram situações específicas de dinâmicas espaciais promovendo relações específicas entre os seus usuários e o espaço que os envolvem.

O desenho urbano no qual o uso habitacional está inserido, isto é, a conformação e dinâmica do sistema viário associado aos outros tipos de uso e ocupação do solo urbano parecem – como veremos mais adiante – constituir fenômenos de experiências residenciais urbanisticamente diferenciadas. O que pomos em questão é: Até onde estas características podem revelar diferentes padrões de comportamento e subjetividade de seus usuários moradores?

É claro que os entornos articulam e dialogam entre si num processo sistêmico e em nossa análise não deixamos de reconhecer esse fato. Os fenômenos socioambientais não se apresentam de forma estanque, mas em conexão com outros fatores sociourbanos da cidade. Todos estes fenômenos ainda são parte de um contexto macroestrutural como já abordamos em capítulos anteriores. A separação por entornos é tão somente um recurso técnico-metodológico que busca analisar o uso habitacional como mais um dos fatores que cooperam para caracterizar o ambiente marcadamente heterogêneo do Centro.

Figura 10 – Representação do Centro Histórico e delimitação dos entornos habitacionais



5.1.1 Características socioambientais do Entorno 1

A Av. Dom Manuel ocupa a condição hierárquica de via arterial I²³ quando se articula ao sul com a Av. Aguanambi e ao norte, quando se conecta ao eixo de ligação leste-oeste formado pela Leste-Oeste (à esquerda) e Av. Monsenhor Tabosa (à direita). É uma avenida hoje caracterizada pelo uso misto com predominância comercial.

Ao tangenciar a região leste do Centro e ser interceptada pela Av. Duque de Caxias conforma duas situações distintas de desenho urbano que passamos a analisar resumidamente agora.

Ao leste da Av. Dom Manuel, encontramos um uso predominantemente habitacional já a partir da Rua Rodrigues Júnior. As quadras obedecem ao desenho reticulado ortogonal traçado por Herbster em 1875, quando o engenheiro propunha um plano de expansão para cidade que veio a concretizar-se plenamente. Este trecho é cortado em sua maior parte por vias locais tanto na direção norte-sul quanto na direção leste-oeste. Como

²³As vias arteriais I e II são destinadas a absorver substancial volume de tráfego de passagem de média e longa distância, a ligar polos de atividades, a alimentar vias expressas e estações de transbordo e carga, conciliando estas funções com a de atender o tráfego local com bom padrão de fluidez. (FORTALEZA, 1998).

exceção, temos apenas a via arterial I Santos Dumont e via arterial II Costa Barros, ambas responsáveis respectivamente pela fuga e acesso do Centro em sua ligação com os bairros ao leste da cidade (ver Mapa 4). O setor a oeste da Avenida Dom Manuel é também caracterizado pelo uso habitacional, mas em condições diferentes tanto no aspecto viário quanto na presença de usos e ocupações mais diversificadas.

Por estar nas proximidades das primeiras ocupações construídas no processo de desenvolvimento urbano da cidade, e implantadas em conformidade ao relevo do Riacho Pajeú (mais especificamente na margem oriental do riacho), encontramos quadras irregulares que fogem ao aspecto de quadrícula tão comum ao desenho urbano da cidade. As primeiras ocupações da cidade orientaram-se linearmente pelo curso do Riacho Pajeú e caminhos de penetração para o interior (CASTRO, 1993). Na verdade, trata-se de um espaço de transição, ou antes, de adaptação ao traçado que (ao leste) passava a ser regulado conforme balizamento imposto pela Av. Dom Manuel.

Esse aspecto de transição do desenho urbano – reforçado pelas características ambientais e forte presença institucional – condicionaram um sistema de ruas comerciais²⁴ razoavelmente protegidas contra o acesso invasor das ruas e avenidas que atravessam este entorno²⁵. As barreiras urbanas aliadas a essa configuração de acessos favoreceram a existência de espaços de aprazível conforto ambiental. É o caso de ruas como a Dep. Moreira da Rocha, Afonso Vizeu, Pedro Ângelo, Vila Romero, Cel. Ferraz, Pereira Filgueiras²⁶ e a própria 25 de Março onde não encontramos um tráfego tão intenso de veículos como nas demais vias comerciais dos outros entornos (ver Figura 7).

Num ambiente tão espacialmente heterogêneo em sua morfologia, em seu uso e ocupação, é fácil percebermos a conformação de microentornos ao norte entre a Av. Costa Barros e a Rufino de Alencar e ao sul entre a Av. Duque de Caxias e a Rua Pinto Madeira²⁷,

²⁴A via comercial são vias destinadas a atender o tráfego local nas Áreas de Urbanização Prioritária com baixo padrão de fluidez. Já a via local são vias destinadas a atender ao tráfego local, de uso predominante nesta via, com baixo padrão de fluidez (FORTALEZA, 1998).

²⁵A hierarquização atual do sistema viário fortalezense foi definida pela Lei nº 7987 de Uso e Ocupação do Solo (consolidada em 1996). O sempre crescente tráfego de veículos individuais vem acarretando inclusive a invasão de ruas, locais pelos motoristas de automóveis ávidos por fugir de congestionamentos cada vez mais frequentes.

²⁶Estas ruas apesar de receberem a hierarquia de comercial são propícias ao uso habitacional e de fato são majoritariamente ocupadas pela habitação, à exceção das ruas Dep. João Lopes e Rua Pedro Ângelo, ruas curtíssimas e ocupadas em sua maior parte por pequenas pousadas, ONGS e prestação de serviços leves.

²⁷As ruas Pinto Madeira e Pereira Filgueiras, apesar de serem classificadas hierarquicamente locais pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (1996) poderiam hoje – quase 16 anos depois – serem consideradas vias coletoras, não somente pelo tráfego que atualmente comportam, mas também pela conexão que estabelecem com algumas vias arteriais ao longo do seus percursos possibilitando a interligação direta e indireta de vários bairros. Funcionam hoje – mais fortemente – como vias auxiliares às vias arteriais Santos Dumont e Costa Barros.

este último (microentorno) reforçado pela presença do Parque Pajeú a “isolar” – com sua razoável massa verde – o intenso burburinho gerado pelo tráfego da Rua Pinto Madeira (ver Mapa 4). Estes dois microentornos constituem “ilhas” de uso habitacional, sendo mais comum, no restante oeste do *Entorno 1*, encontrarmos o uso combinado de comércio e habitação principalmente nos trechos compreendidos entre a Rua Pinto Madeira e Rua Costa Barros.

Figura 11 – Hierarquia do sistema viário no *Entorno 1*



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

No que toca ao aspecto dos demais usos e ocupações, o setor ao leste da Av. Dom Manuel é fortemente caracterizado pelo uso residencial de tipologia térrea (ou assobradada). Boa parte das residências (as mais antigas) enquadra-se no sistema de loteamento colonial, ou

seja, as edificações são implantadas no limite do alinhamento sem qualquer recuo frontal em relação ao passeio ou recuo lateral entre as edificações formando uma faixa de fachadas contínuas (casario). Essas fachadas são, por vezes, interrompidas por edificações que passaram por reformas ou novas construções que obedecem aos códigos de obra e postura mais atualizados.

No setor a oeste da Av. Dom Manuel, encontramos basicamente a mesma configuração tipológica de edificações residenciais, com a presença esparsa de tipologia residencial multifamiliar (apartamentos) de 03 (três) pavimentos no máximo²⁸. Entretanto o que marca a especificidade desse entorno é a presença de usos e ocupações institucionais que lhe conferem uma heterogeneidade espacial fortemente revestida de aspectos históricos e simbólicos importantes que para o PHRACF são primordiais para o estabelecimento dos processos identitários (ver Figura 11) (FORTALEZA, 2009).

Aqui, mais uma vez, as configurações morfológicas determinadas pelo uso e ocupação do solo (associados à estrutura viária) conferem características especiais para aqueles que residem nesse setor. Temos como exemplo a presença de duas áreas verdes que constituem espaços de articulação e barreira entre o *Entorno 4* (predominantemente comercial) e o *Entorno 1* como é o caso respectivamente da Praça Coração de Jesus e Parque Cidade das Crianças. Ambos os espaços, por suas dimensões, também isolam parte do *Entorno 1* do grande burburinho de pedestres provenientes do *Entorno 4* gerando aquele trecho ao sul do entorno que já havíamos comentado. O Parque Pajeú, com sua razoável massa verde, proporciona, ao transeunte, articulação inteiramente sombreada entre a Av. Dom Manuel e a Rua Sena Madureira. Logicamente, nem sempre essas conformações urbanas – como veremos mais adiante – são sentidas como positivas diante do cotidiano daqueles que vivem no Centro. O espaço urbano só ganha sentido (enquanto tal) quando pensado num contexto de relações socioambientais onde as práticas urbanas são estabelecidas. No limite oeste do *Entorno 1* encontramos uma parcela do uso dedicada ao comércio atacadista.

²⁸Uma isolada exceção à regra é o edifício Sky Tower com seus 22 andares situados na esquina da Rua 25 de Março com a Pereira Filgueiras.

Figura 12 – Usos e ocupações no *Entorno 1*



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Este uso, totalmente inadequado sob todos os pontos de vista – diante da estrutura há muito tempo obsoleta do Centro da cidade – é um dos grandes fatores (juntamente com a poluição do Riacho Pajeú) a responder pelo quadro de degradação ambiental do Centro Histórico.

O uso institucional também marca presença num grande conjunto arquitetônico de edificações de grande valor patrimonial. Praças e áreas verdes que começam com a Praça Filgueiras de Melo e o Colégio Justiniano de Serpa (antiga Escola Normal) implantado no centro da mesma. Logo à frente o colégio da Imaculada Conceição com a sua Igreja do Pequeno Grande, todos situados entre a zona atacadista e a área residencial. Aos fundos do Colégio Imaculada Conceição a grande mancha verde onde está implantada a Prefeitura Municipal de Fortaleza, uma área densamente ocupada por vegetação, mas sem qualquer ponto de acesso à mesma. O terreno onde está inserido o antigo Palácio do Bispo e a nova edificação da Prefeitura Municipal é cortado pelo Riacho Pajeú e trata-se de mais uma área verde “privatizada” pela falta de acessibilidade. Ao lado do Palácio do Bispo, a Catedral Metropolitana de Fortaleza encerra o circuito arquitetural/urbano que fica a oeste desta área residencial. Ao norte desta mesma área temos a Praça do Cristo Redentor com o Teatro São José, articulando a área residencial com o Complexo Dragão do Mar.

5.1.2 Características socioambientais do Entorno 2

A via arterial II Duque de Caxias, articulada à nova Av. José Bastos (a oeste) e à Av. Padre Antônio Tomás (ao leste)²⁹ garante a interligação do Centro com os bairros que estão a oeste e leste da cidade.

Esta avenida caracteriza-se pelo uso predominantemente Comercial dividido entre atividades de Varejo e Prestação de Serviços. Há também a presença pontuada pelo uso Institucional com raras ocupações de atividade mista (comercio embaixo e residência multifamiliar em cima).

Nossa área de investigação, referenciada pela Av. Duque de Caxias, compreende o trecho a partir de onde esta avenida é interceptada ao leste pela Av. Dom Manuel e a oeste pela Avenida Tristão Gonçalves. O entorno investigado, além da própria avenida de referência, compreende o conjunto de quadras compreendidas entre a Duque de Caxias e sua paralela Rua Clarindo de Queiroz.

As quadras que compõem esse entorno caracterizam-se por serem regulares e ortogonais, obedecendo ao balizamento da Av. Duque de Caxias, e adaptam-se – nas

²⁹O desejo de articular a Av. Duque de Caxias com a Av. Pe. Antônio Tomás foi realizado na gestão Juraci Magalhães na década de 90, com o prolongamento da Av. Heráclito Graça até a Rua Tibúrcio Cavalcante. A extensão, no entanto não articulou eficazmente as duas primeiras avenidas, sendo necessário para tal, acessar um pequeno desvio pela Rua Tibúrcio Cavalcante.

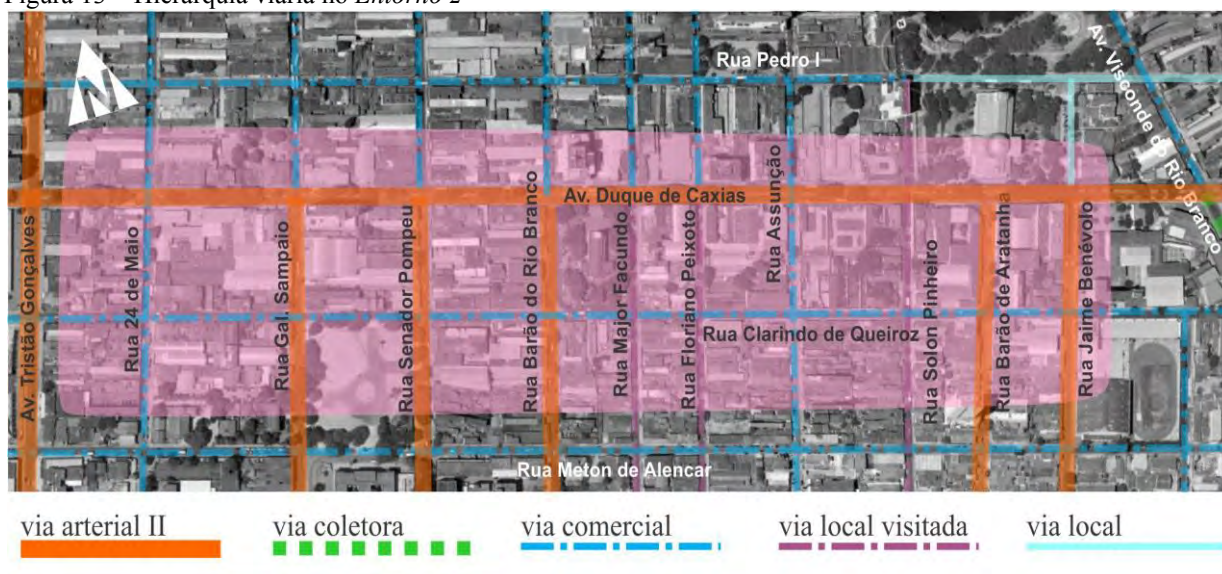
extremidades leste e oeste – aos antigos caminhos de Messejana (Av. Visconde do Rio Branco) e Maranguape (Av. Carapinima).

No trecho mais a oeste, onde o entorno é atravessado na direção norte-sul pelas vias arteriais General Sampaio, Barão do rio Branco e Senador Pompeu (as duas primeiras, vias de penetração do Centro e a última via de fuga), predomina o uso comercial com pouquíssima presença da habitação. Este uso é ainda intensificado pela presença de vias comerciais (na direção leste-oeste) que auxiliam o tráfego da Duque de Caxias, no caso a Rua Clarindo de Queiroz e Pedro I. Ambas auxiliam a articulação do Centro com as zonas leste e oeste da cidade. A partir da Rua Major Facundo inicia-se uma transição para o uso combinado entre comércio e habitação até a Rua Barão de Aratanha com a presença mais ou menos predominante do comércio sobre a habitação.

A predominância do uso habitacional, passamos a encontrar justamente ao longo das avenidas arteriais Br. de Aratanha e Jaime Benévolo. Mais uma vez, a conformação do desenho urbano encontrado no *Entorno 1* é responsável por esse fenômeno contraditório³⁰ uma vez que ambas as vias citadas confinam forçosamente com a Av. Duque de Caxias por conta da barreira imposta pelo Parque Cidade das Crianças (antiga Lagoa do Garrote). A primeira ligação direta norte-sul com o Centro é feita pela via comercial Solon Pinheiro, daí o fato desta rua possuir características de uso fortemente combinado entre a habitação e o comércio com forte tendência ao predomínio deste último.

Na verdade, todo o *Entorno 2* recebe, fortemente, o impacto do fluxo de pessoas e mercadorias que provém do setor sul da cidade. Não à toa o entorno é atravessado por 05 (cinco) vias arteriais. Somente ao sul da Av. Domingos Olímpio encontraremos maior presença do uso habitacional.

³⁰A tendência óbvia de ruas hierarquicamente superiores é concentrar o uso comercial ou no máximo combinado com o uso habitacional. Apesar de ser legalmente adequada a todo tipo de via, a ocupação residencial do tipo unifamiliar é mais comumente adequada para vias de pouco movimento, a chamada vias local. Nem sempre, porém essa lógica prevalece, seja pela condição histórica de determinados locais, seja pela dinâmica do desenvolvimento urbano.

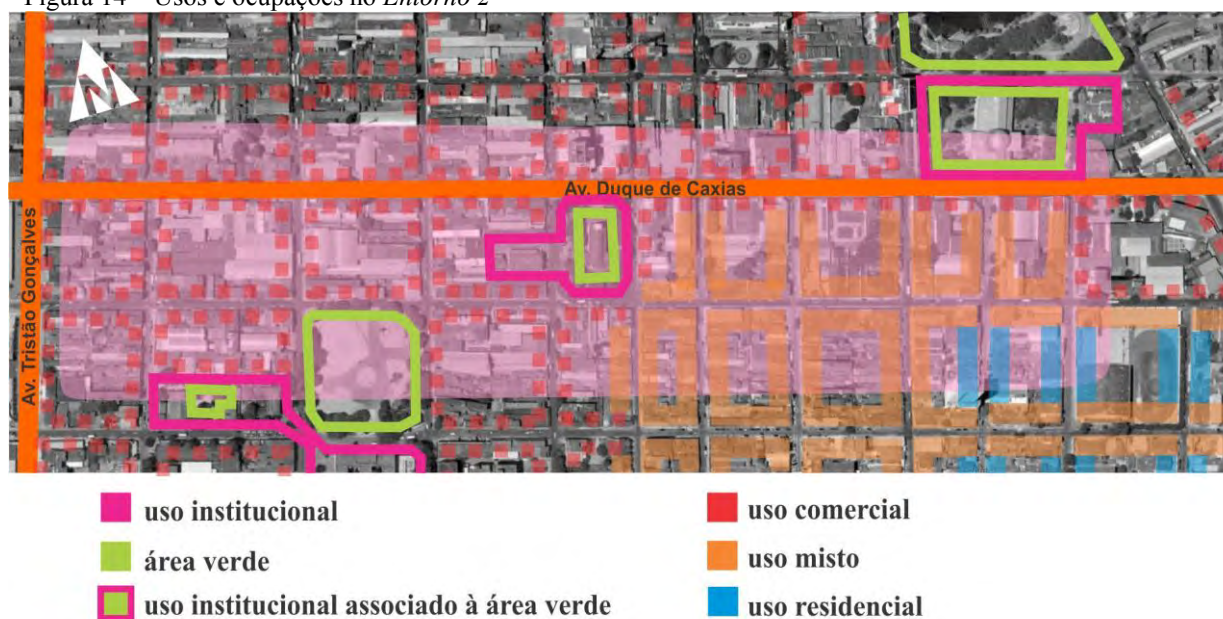
Figura 13 – Hierarquia viária no *Entorno 2*

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Encontramos no *Entorno 2* – como já foi mencionado – dois tipos de usos relativamente bem definidos: o uso Comercial e o uso misto (comércio e habitação) com algum resquício de uso habitacional mais ao leste (nas imediações da Av. Visconde do Rio Branco e após esta).

Partindo-se em diagonal a oeste da Rua Meton de Alencar em direção ao leste, encontramos um conjunto arquitetônico – de uso institucional – associado às áreas verdes num espaço relativamente curto entre estes usos.

A Casa das Artes com sua pracinha contígua aos fundos da casa do Barão de Aracati em conjunto com a Praça da Bandeira e Faculdade de Direito formam o ponto de partida desse roteiro que dista a apenas uma quadra do Instituto Geográfico, Histórico e Antropológico do Ceará. Este importante patrimônio histórico arquitetônico fica defronte a outro marco do Centro da cidade, a Igreja do Carmo com sua Praça. Prosseguindo o caminho em diagonal encontramos, a 03 (três) curtas quadras, o conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus com sua praça homônima avistando-se ao fundo a praça fechada do Parque Cidade das Crianças.

Figura 14 – Usos e ocupações no *Entorno 2*

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

5.1.3 Características socioambientais do Entorno 3

O eixo de referência deste entorno é a via arterial Av. do Imperador, principal eixo de articulação do Centro com os bairros localizados ao sul e oeste da região metropolitana. Esta avenida articula-se ao sul com as Avenidas Carapinima / José Bastos (antigo caminho de Maranguape) e é um dos grandes eixos radiais que estruturam o sistema urbano radioconcêntrico de Fortaleza. O trecho recortado que define o *Entorno 3* compreende o ponto onde esta avenida é interceptada pela Av. Duque de Caxias até a Praça da Estação João Felipe onde ela é confinada pelo pátio de manobra da antiga RFFSA, grande barreira que isola o Centro da orla marítima.

A Av. do Imperador e suas imediações ao leste (*Entorno 4*) é marcadamente definida pelo uso comercial do tipo popular. Esta via de pista dupla (até a Avenida Domingos Olímpio) é ocupada em seus dois lados (em certos trechos, no canteiro central também) por pontos terminais de transporte coletivo. Transformada em via de transbordo de vários bairros da cidade a Av. do Imperador, juntamente com a Gal. Sampaio (localizada no *Entorno 4*) são as maiores responsáveis pelo uso e ocupação do comércio popular formal e informal do Centro. Este último espreado pelas calçadas, galerias e praças entre estas duas vias vem se tornando – ultimamente – fonte das grandes queixas entre a população residente no Centro, independentemente do entorno em que esteja inserida a moradia destes.

Nosso recorte espacial, além da própria Av. do Imperador, compreende as quadras situadas entre a citada avenida e a sua paralela (Rua Princesa Isabel) adentrando no máximo 01 (hum) quarteirão a oeste.

A predominância do uso do solo no setor a oeste da Imperador também obedece à lógica da hierarquização do sistema viário encontrado em outros entornos, ou seja, margeando as vias comerciais transformadas em corredores de ônibus e as vias arteriais a tendência é encontrarmos o uso comercial ou combinado com a presença maior do uso habitacional encontrada nas vias comerciais orientadas na direção norte-sul.

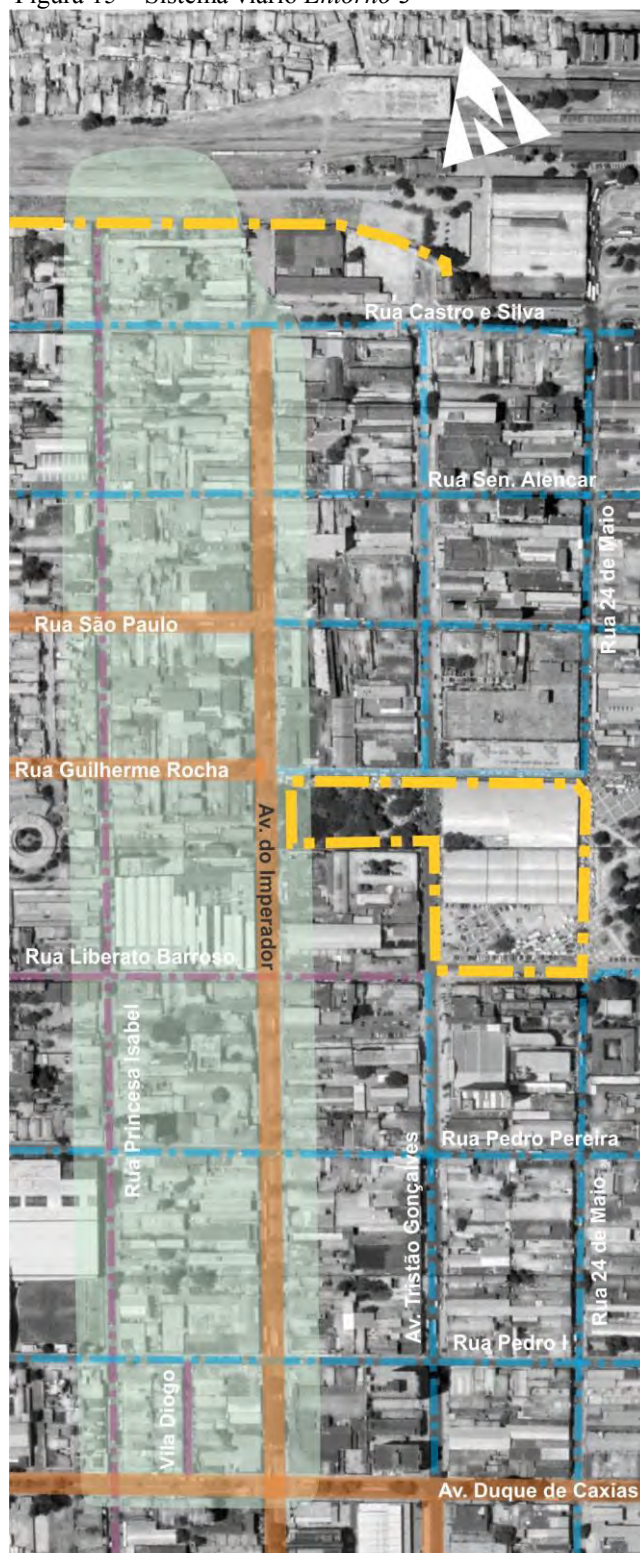
A tipologia mais constante na área é a residencial unifamiliar, ocupando loteamento estreito e comprido. Como se trata de setor mais antigo do que o encontrado ao leste do Centro, é mais comum observarmos implantações ao molde colonial: casas contíguas sem recuo lateral e alinhadas no limite do passeio formando uma faixa de casario.

O uso combinado acontece com maior presença nas quadras compreendidas entre a via arterial Duque de Caxias e as vias arteriais São Paulo e Guilherme Rocha. Esta última é o maior eixo de ligação direta entre o Centro e a zona oeste da metrópole³¹.

Ao norte da São Paulo, o uso é majoritariamente habitacional, mesmo com a presença de duas vias comerciais (Senador Alencar e Castro e Silva) fortemente servidas pelo transporte coletivo. A razão maior dessa predominância de uso repousa no fato de que todas as vias comerciais do *Entorno 3* (na direção norte-sul) confinam ao norte com o limite imposto pelo pátio de manobra da antiga RFFSA (ver Figura 8 acima).

Encontramos na extremidade sul no *Entorno 3* mais um caso típico de fato urbano que subverte a lógica da relação *uso e ocupação X sistema viário*. No cruzamento da Rua Princesa Isabel com Av. Duque de Caxias, encontramos a composição de 04 (quatro) pequenas quadras que conformam duas vilas (a Vila Elisa Diogo e Vila Jardim Santa Isabel) de uso majoritariamente habitacional. São quase 100 habitações dentre alguns poucos usos comerciais (não mais que cinco ou seis prédios).

³¹A via coletora Guilherme Rocha, a partir do cruzamento com a Av. Filomeno Gomes, muda seu topônimo pra Av. Francisco Sá, uma via arterial que atravessa vários bairros e se estende até a Barra do Ceará.

Figura 15 – Sistema viário *Entorno 3*

via arterial II



via comercial visitada



via comercial



barreira



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Quanto aos usos e ocupações de uma forma geral, o *Entorno 3* define-se pelo uso predominantemente comercial por todo o eixo da Av. do Imperador. Ao longo das vias comerciais Pedro I, Pedro Pereira e Liberato Barroso o uso é combinado (com predomínio do comercial sobre o habitacional) até a confluência com a via coletora³² Pe. Ibiapina. Esta última cumpre o papel de articular aquelas três vias comerciais à grande via arterial Bezerra de Meneses interligando o Centro da cidade com outros bairros a oeste da cidade e da região metropolitana de Fortaleza.

A presença marcante do uso comercial (de caráter popular) e misto no *Entorno 3*, associado à pobreza de áreas verdes e espaços abertos nas imediações (reforçado pelas barreiras físicas impostas pelas obras do METROFOR) vem causando graves problemas de circulação e conservação do espaço público tanto para os usuários incidentais do Centro, quanto para aqueles que residem na região. São fatores de ordens socioambientais que incidem fortemente na subjetividade de tantos quantos tenham uma relação mais estreita com a região. Logo mais a frente abordaremos o assunto.

A pouca presença do uso institucional no *Entorno 3* deve-se a presença pontual do Hospital César Cals, especificamente, e da Estação Central Prof. João Felipe e Fórum Autran Nunes estes dois últimos situados no *Entorno 4 e 2* respectivamente e instalados nas imediações do entorno em questão (ver Figura 9).

³²Via Coletora são vias destinadas a coletar o tráfego das vias comerciais e locais e distribuí-los nas vias arteriais e expressas, a servir de rota de transporte coletivo e a atender, na mesma proporção, o tráfego de passagem e local com razoável padrão de fluidez. (FORTALEZA, 1998).

Figura 16 – Usos e ocupações do *Entorno 3*

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

5.1.4 Características socioambientais do Entorno 4

O *Entorno 4* compreende a grande área incrustada entre as vias arteriais Av. do Imperador a oeste, Duque de Caxias ao sul e a especificidade do desenho urbano das primeiras ocupações da cidade situadas entre a margem (esquerda) do Riacho Pajeú e o bulevar Dom Manuel (já comentadas na caracterização do *Entorno 1*).

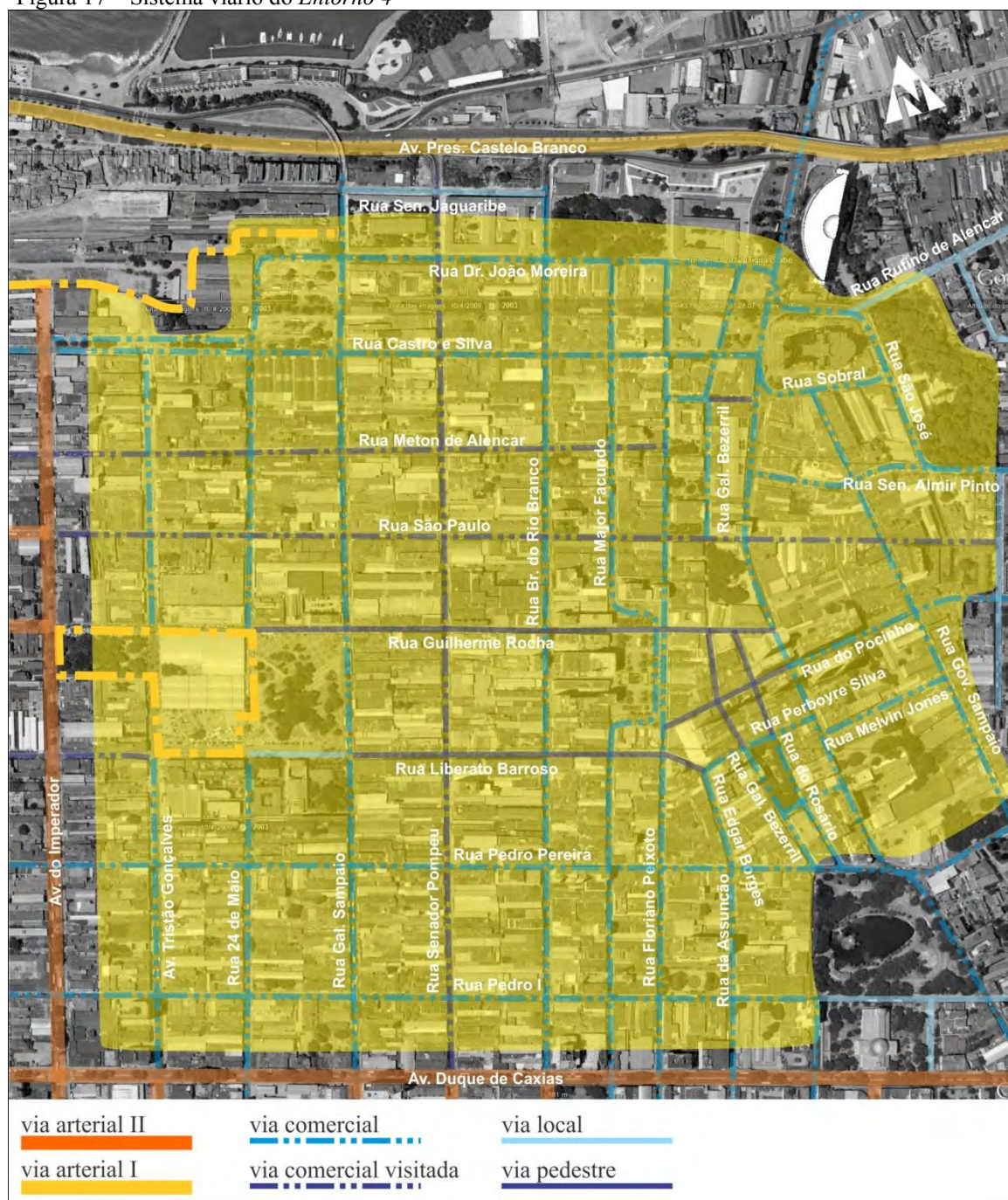
A presença do uso comercial em toda esta área foi sendo definida ao longo dos anos com a fuga do uso habitacional por parte das classes mais abastadas, primeiramente para Jacarecanga no início do século XX (1920) e, posteriormente, para o Benfica (1930 - 1940) situado ao sul do Centro. A ocupação da Aldeota ao leste a partir da década de 50 do século passado se deu principalmente a partir da disseminação do automóvel entre as classes socialmente mais favorecidas (DANTAS, 2009).

O traçado racionalizado em quadriculas foi idealizado inicialmente pelo engenheiro Silva Paulet, no início do século XIX (CASTRO, 1993), consagrando-se como uma marca do sistema viário fortalezense a partir dos planos de expansão propostos por Adolfo Herbster em 1859, 1875 e 1888.

Todo esse entorno desenvolveu-se sobre um planalto onde o desnível com a orla marítima, somado à implantação da estação Central Ferroviária Prof. João Felipe e o Cemitério São João Batista trariam grandes entraves para o futuro da articulação entre o Centro e a orla marítima (ao norte). Para complicar a implantação da via arterial Presidente Castelo Branco em 1979 acabou por isolar qualquer integração com a praia da Leste-oeste.

O bairro da Praia de Iracema (limitante ao nordeste com o Centro) localiza-se ao nível do mar, de forma que as principais interligações com o Centro (localizado no planalto) se dá através das Avenidas Conde D'Eu / Alberto Nepomuceno articulando-se com a Av. Pessoa Anta (onde se localizava a antiga alfândega e o primeiro porto da cidade) e também a partir do cruzamento entre as vias arteriais Monsenhor Tabosa e Dom Manuel.

A tipologia mais comumente encontrada nesse entorno é a residencial que foi adaptada – para o uso comercial – ao longo do desenvolvimento urbano do bairro. Entretanto, a partir de da década 30, o Centro de Fortaleza passaria a apresentar tipologias arquitetônicas à altura de sua importância comercial.

Figura 17 – Sistema viário do *Entorno 4*

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Foram aparecendo os primeiros hotéis e edifícios de tipologia comercial com vários pavimentos de altura. Na década de 80 foram implantados nas quadras irregulares próximas ao Riacho Pajeú alguns edifícios que fogem ao padrão de gabarito proposto para o Centro. É o caso dos 03 (três) edifícios construídos pelo grupo C. Rolim situados na Rua Pedro Borges (mais conhecido como o calçadão C. Rolim) onde antes já havia o Palácio do Progresso e posteriormente a sede da Caixa Econômica. Segundo Castro (1993) as dimensões e o formato irregular dessas quadras permitiram a implantação de edifícios com tais gabaritos.

A estrutura viária que compõe o “miolo” central do *Entorno 4* não possui uma hierarquia bem definida. Trata-se de vias consideradas comerciais, isto é cumprem apenas o papel de acessar o comércio local distribuído pelas quadras (ver figura 13). Na verdade o grande atrativo que quebra a monofuncionalidade do uso comercial é a presença marcante do uso institucional no setor norte do *Entorno 4*.

O uso habitacional por quase toda parte distribui-se de forma pontual em antigas edificações de 02 e 03 pavimentos que tiveram o uso comercial desativado no processo de abandono da região central. É comum antigas salas de escritório conviverem no mesmo edifício com a moradia adaptada. Encontra-se a quitinete ou cubículo – com mais constância – tanto mais nos aproximamos do limite norte e noroeste do *Entorno 4*. Este fato provavelmente acontece por alguns motivos que passamos a analisar. O setor norte é truncado pela falta de ligação entre o centro e a orla marítima, configurando-se espacialmente como um lócus do tipo “fim de linha”. Aliado a isso a presença forte do comércio popular e informal próximos às paradas de ônibus da Castro e Silva e Praça da Estação vem provocando ao longo do tempo sérios problemas de manutenção do espaço público, o que de certa forma inibe ações e investimentos do setor privado. Logicamente outros fatores sistêmicos devem ter algum papel no processo de abandono e degradação que esse setor do *Entorno 4* apresenta.

Há, porém, casos isolados de tipologia mista (comércio embaixo e residência em cima) de vários pavimentos é o caso do Edifício Paraguassu (esquina da Rua Pedro I com a Rua Solon Pinheiro) e do Edifício Senador Pompeu que fica na rua homônima defronte a loja Insinuante, ambos originalmente projetados para abrigar o uso misto.

O uso comercial predomina abundantemente em todas as direções do *Entorno 4*. O comércio informal de uma forma geral é difusamente encontrado no Centro, porém – obedecendo à lógica do melhor acesso – encontramos essa atividade massivamente concentrada ao longo de alguns corredores de transbordo do transporte coletivo, distribuindo-se estrategicamente pelas ruas de pedestres (Liberato Barroso e Guilherme Rocha) e por sobre as praças dificultando muitas vezes o livre fluxo do transeunte e até dos veículos (ver figura 14).

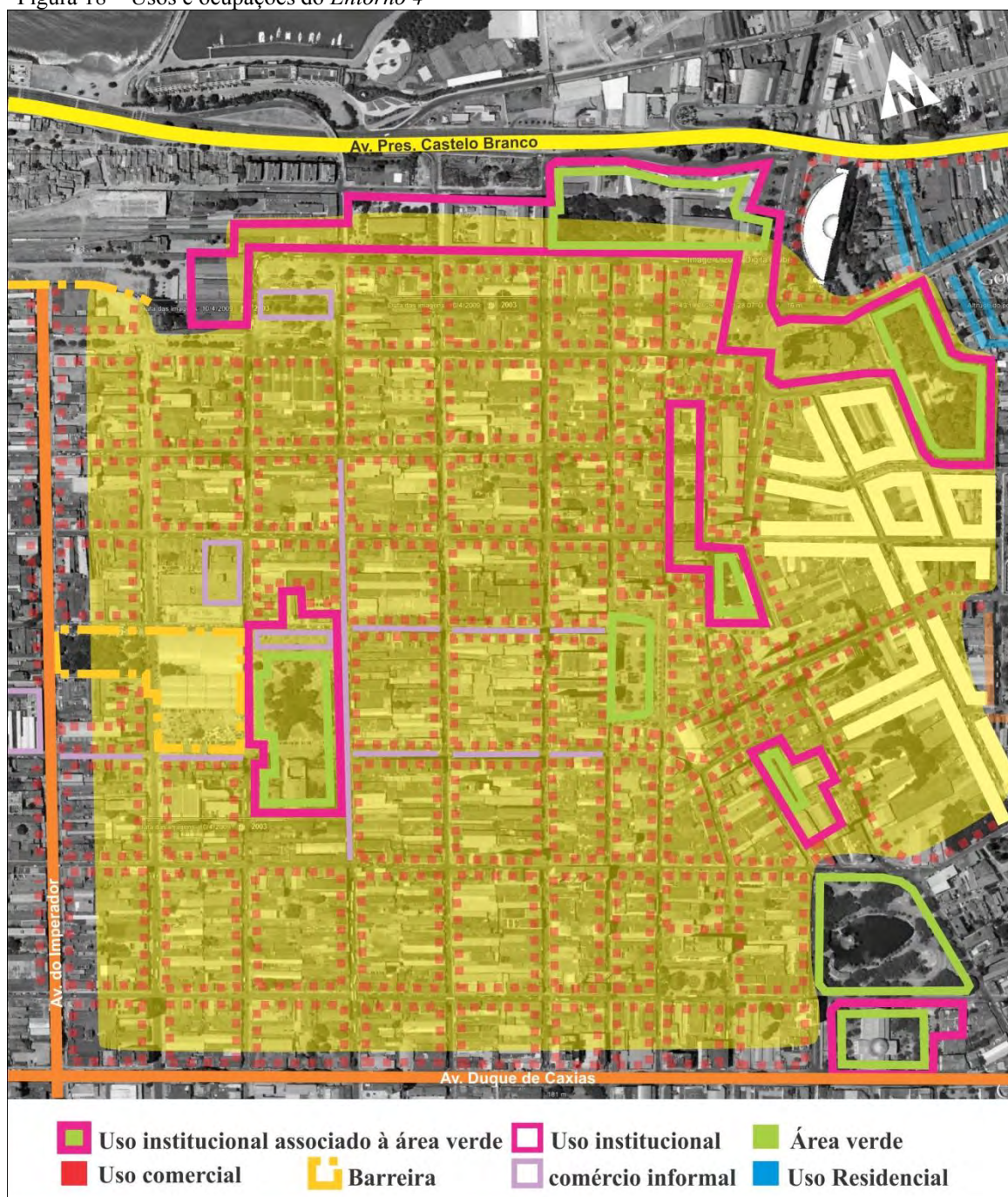
O comércio atacadista é outro grande entrave na história do desenvolvimento urbano da região Central. Situado no setor leste do *Entorno 4*, na fronteira com o *Entorno 1*, este tipo de atividade, pela especificidade de sua logística e pela posição geográfica que ocupa, foi determinante para delimitação do *Entorno 1*. A intensidade do tráfego de transportes pesados concentrados nessa área há muito vem provocando a degradação do meio

construído nas redondezas e que acabam por influenciar outros aspectos da convivência sociourbana.

É marcante a presença do uso institucional ao norte do *Entorno 4* principalmente na zona limítrofe do planalto onde está instalado o Centro. Acompanhando a linha da Rua Dr. João Moreira, temos a implantação de um cordão institucional sequenciado pela Estação Central Prof. João Felipe, a ENCETUR (antiga Cadeia Pública), a Santa Casa de Misericórdia, a área verde do Passeio Público e a 10ª Região Militar. Após a 10ª Região Militar (com seu Forte Shoonenborch), o caminho do espaço institucional vai desenhando-se em diagonal em direção ao sul. Contornando praticamente a antiga ribeira do Riacho Pajeú, encontramos o Largo São José com sua catedral e a sede da administração municipal logo por trás. Numa parte mais alta do relevo – à esquerda – encontramos aí mais outro conjunto arquitetônico de alto valor simbólico e cultural para Fortaleza: a Praça dos Leões e três das mais antigas edificações da cidade: A Igreja do Rosário, o Museu do Estado do Ceará (antiga assembleia estadual) e a Academia Cearense de Letras ocupando antigo Passo Municipal. Interligado a esse conjunto mais 03 (três) edificações intercaladas por 02 (duas) pequenas praças: A agência do Banco Itaú, outra do Banco do Brasil (antigo Palácio do Comércio e por último a Agência Central dos Correios). A presença forte do uso institucional é um dos pontos carinhosamente tocados pelo PRHACF como fator potencialmente positivo na recuperação ambiental do Riacho Pajeú bem como para implantação do uso habitacional no setor. Alguns metros à esquerda, situa-se o espaço com o qual boa parte dos fortalezenses identificam como o coração do Centro da cidade³³: o largo da Praça do Ferreira com seu conjunto arquitetônico em volta, caracteriza o que para Kevin Lynch (1999) seria um marco e ao mesmo tempo um ponto nodal (especialmente para pedestres), pois localiza-se no centro geométrico do Centro Histórico.

Um pouco mais ao sul (seguindo o contorno do Pajeú), temos ainda a aconchegante pracinha da Polícia Civil com a presença institucional de alguns órgãos públicos municipais.

³³Sobre as questões de identidade urbana ver a discussão dos resultados de nossa pesquisa mais a frente.

Figura 18 – Usos e ocupações do *Entorno 4*

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Por último, no setor oeste do *Entorno 4*, a presença da grande Praça José de Alencar com o seu teatro homônimo voltado para a Igreja do Patrocínio. Um dos espaços públicos mais prejudicados pela invasão do comércio informal. Ao lado dessa grande área, as obras do METROFOR (em estágio atrasado) vêm causando sérios transtornos na já conturbada circulação do Centro, contribuindo também para o agravamento da manutenção e ordem do espaço público. Os engarrafamentos constantes aliados ao intenso barulho e sujeira fazem desse setor do *Entorno 4* um dos mais problemáticos do Centro.

5.1.5 Panorama socioambiental do Centro

No campo pragmático, compreendido pelo pensamento técnico-racional dos planos e até mesmo na visão não especializada do senso comum, é óbvio que o Centro da cidade apresenta vários problemas de ordem física. Suas caixas viárias, por exemplo, estão subdimensionadas para o volume de tráfego que há muito comporta. Os passeios subdimensionados obrigam aos pedestres acotovelarem-se e dividirem os leitos carroçáveis (também subdimensionados) com automóveis e transportes coletivos, sem contarmos os excessos de estímulos visuais e auditivos que fazem do Centro um dos bairros (se não o mais) mais poluído da cidade nesses aspectos.

Aliados aos problemas físicos do lugar, os fatores sociais oriundos do processo de abandono paulatino do uso habitacional, do lazer, da cultura e de setores da economia ligados ao comércio e serviços de melhor padrão socioeconômico (que migraram para bairros social e economicamente mais atrativos) acabaram por provocar o processo de “periferização” do Centro, ou seja, a ocupação de vastas áreas de espaço público pelo comércio informal e de padrão popular (DANTAS, 2009).

A exacerbação da economia informal e popular movimentada atualmente muitos interesses em jogo, inclusive no âmbito imobiliário habitacional. Proprietários de imóveis antigos e decadentes (na maior parte abandonados) intervêm de forma precária em seus edifícios com o intuito de adaptá-los para moradia do tipo cubículo ou quitinetes. Estas habitações que antes ocupavam praticamente o setor ao norte do Centro, estão disseminadas por todas as ruas da região central onde haja antigas residências que estejam abandonadas e em pleno processo de ruína. Em boa parte dessas moradias as condições de instalação são as mais precárias possíveis. A falta de energia elétrica ou mesmo de abastecimento de água não são empecilhos para que estes edifícios sejam ocupados em condições muitas vezes sub-humanas por várias famílias que vivem do comércio informal e serviços auxiliares ao comércio de uma forma geral.

A subutilização (noturna e aos finais de semana) do Centro é uma realidade patente e também do conhecimento de todos e se deve logicamente a monofuncionalização comercial agravada nos últimos 40 anos associados à ausência de setores da economia ligados às atividades de cultura e lazer. Essa “desertificação” sazonal vem gerando o forte sentimento de insegurança dos centros brasileiros de uma forma geral.

A forte presença de atividades informais bem como o uso comercial do tipo atacadista tem acelerado o processo de degradação urbana e ambiental de uma área de grande

importância simbólica e afetiva para o Fortalezense. Além do mais é justamente o status de área urbanizada fortemente consolidada dos centros principais das grandes cidades brasileiras que tem ensejado a realização de programas de recuperação de áreas Centrais tendo como foco principal das ações a reabilitação do uso habitacional.

Algumas ações e parcerias, ainda que no campo da intervenção arquitetônica / patrimonial, inspiradas pelo PHRACF, já se fazem presentes. Dentre algumas, destacam-se: a recuperação do antigo prédio do INSS (em fase final de acabamento), a vinda da SECULT para o edifício do Cine São Luís (atualmente fechado) implica o retorno de sua sala de cinema (agora também teatro), a reforma do teatro da ENCETUR (fechado desde a década de 80), a restauração da Igreja do Rosário e Edifício da Caixa, a vinda do CREA, a construção da nova sede da administração municipal, as torres residencial Sky Tower (construída no *Entorno 1*) e Edifício da Cidade (Guilherme Rocha nas imediações do *Entorno 3*), recuperação da Praça e fachadas da Igreja do Carmo e etc., são algumas das mais relevantes ações.

Esta retomada do capital institucional toma parte das são ações previstas pelas diretrizes do PHRACF que visam, efetivamente, consubstanciar a reabilitação da área Central de Fortaleza no intuito de acolher um perfil populacional com renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos.

As diretrizes do plano apontam para um sem número de ações de ordem urbanística, econômica, jurídica, institucional e política para que a efetivação do uso habitacional se dê de forma integrada ao desenvolvimento urbano da cidade.

Compreendemos o quanto as propostas do PHRACF foram (e são) importantes para o processo de consolidação do planejamento participativo, mas a metodologia de envolvimento e capacitação do público alvo, utilizada nestes planos, obedece ainda a premissas de ordem pragmática, que focam nas necessidades e prioridades do público alvo em questão, ignorando – muitas vezes – os processos sociais e intersubjetivos que surgem das relações que se dão no (e com) o espaço urbano.

Na intenção de captar os processos de cotidianidade vividos, lançamos a hipótese inicial de que os diferentes contextos socioambientais apresentados pela heterogeneidade espacial do Centro resultam em diferentes condições perceptivas e afetivas por parte de seus habitantes que redundam em diversas formas de apropriação do espaço.

Com isso, não queremos negar a importância do trabalho feito pelo PAA³⁴ (que teve a parceria da equipe técnica municipal da HABITAFOR), mas apenas contribuir para

³⁴Piratininga Arquitetos Associados. Empresa paulista responsável pela confecção do PRHACF.

uma visão que abranja aspectos propriamente humanos já que os planos de reabilitação, diferentemente dos planos de renovação, se propõem tratar questões de cunho eminentemente socioambientais buscando integrar – por via participativa e democrática – segmentos da população historicamente excluídas do processo de elaboração dos planos.

5.2 O instrumento gerador dos Mapas Afetivos e o questionário

“Para esclarecer filosoficamente o problema da imagem poética, é preciso chegar a uma fenomenologia da imaginação. Esta seria um estudo do fenômeno da imagem poética quando a imagem emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade.”

(BACHELARD)

Nosso processo de coleta de dados se deu basicamente através de dois instrumentos: Os Mapas Afetivos e os questionários do tipo fechado.

Os Mapas Afetivos são questionários formulados a partir de uma metodologia embasada na pedagogia histórico-cultural vygostkiana e ontologia filosófica de Espinosa sobre os afetos, ou seja, a metodologia proposta não faz a clássica distinção entre os processos cognitivos e afetivos, antes busca integrá-los (inclusive com o espaço vivido) para uma compreensão holística do fenômeno pessoa-ambiente.

Dessa forma, distinguimos pelo menos 02 (duas) dimensões entrelaçadas de atividades afetivo-cognitivas encontradas nesse instrumento e que são intercaladas dentro de uma sequência que se inicia pela elaboração de um desenho (atividade poética cognitiva), seguido das primeiras impressões sobre o mesmo onde o próprio investigado explica-lhe o significado (atividade racional-cognitiva). Os dois itens seguintes propõem-se às primeiras incursões sobre as dimensões afetivas do sujeito na tentativa de desabrochar os sentimentos a partir das primeiras expressões registradas pelo desenho inicial e significado do mesmo. Todo esse encadeamento de questões iniciais é formulado no sentido de conduzi-lo à representação do lugar sintetizada por uma imagem metafórica.

Esta é, basicamente, a estrutura que define os Mapas Afetivos, um instrumento formulado por Bomfim (2010) na tentativa de apreender os afetos dos habitantes de Barcelona e São Paulo com relação às suas cidades.

A tese da autora que resultou na criação do instrumento constava dos seguintes itens: 1) Desenho; 2) Significado do desenho; 3) Sentimentos; 4) Palavras síntese (ligadas ao sentimento); 5) O que pensa da cidade; 6) Categorias da escala Likert: a) Pertencimento, b)

Contrastes, c) Agradabilidade e d) Insegurança; 7) Comparação de cidade (metáfora); 8) Caminhos percorridos; 9) Participação em Associação; 10) Participação eventual em movimentos sociais; 11) Características sociodemográficas (BOMFIM, 2010).

Alguns itens desse instrumento foram, obviamente, adaptados tendo em vista os objetivos e o contexto socioambiental de nossa investigação. Dessa forma, passamos a detalhar cada item que passou a compor a nossa investigação.

1) DESENHO

Nesse item foi pedido ao sujeito que desenhasse o Centro da maneira como o próprio representava, sentia ou via o bairro em que morava. Esse item inicial é de fundamental importância para “quebrar o gelo”, para assim deflagrarmos aos conteúdos afetivos do sujeito com o lugar.³⁵

2) SIGNIFICADO DO DESENHO

Aqui, o próprio sujeito dispõe-se a registrar, através da escrita, os sentidos e significados daquilo que ele desenhou. Em nenhum momento o pesquisador intervém neste processo e não lançará qualquer hipótese a partir do mesmo.

3) SENTIMENTOS

Neste item pede-se ao pesquisado que volte mais uma vez ao desenho e descreva que tipos de sentimento o desenho lhe desperta. Busca-se nesse item o início de um processo de afinamento dos conteúdos afetivos.

4) PALAVRAS SÍNTESES

O processo de refinamento dos sentimentos continua neste item, onde é pedido ao sujeito que sintetize em 06 (seis) palavras os sentimentos que o desenho, em conjunto com os itens anteriores, podem despertar nele. É comum encontrarmos entre os sentimentos algumas

³⁵É interessante registrar que muitas pessoas não quiseram iniciar a pesquisa justamente por conta da obrigatoriedade do desenho, inclusive constatamos uma resistência geral por parte dos pesquisados – independentemente do grau de escolaridade - em submeter-se à atividade de desenho.

palavras que, a primeira vista, nada tem a ver diretamente com a sugestão proposta pelo item, tais como: substantivos, palavras indicando qualidade e locuções adjetivas. Para Bomfim (2010), essa reação corresponde a uma superação do instrumento pelo próprio investigado.³⁶

5) O QUE PENSA DO BAIRRO

Nesse item o sujeito é questionado sobre o que ele próprio pensa do bairro onde habita. Aquilo que responde – associado aos itens anteriores – será fundamental para “fechar”, compor a imagem e o “conceito” que tem do lugar.

6) COMPARAÇÃO DO BAIRRO

É sugerido ao sujeito que ele compare o seu bairro, no caso o Centro, com algo, qualquer coisa que preencha sua imaginação, mas que ao mesmo tempo cumpra algum sentido para ele, sujeito. É o retorno à uma nova poética (iniciada com o desenho), desta vez própria às analogias e metáforas da palavra escrita. Nesse caso a imagem-síntese de um lugar, possibilita uma compreensão que vai além dos processos cognitivos (porque também o compreende) estudados por Lynch (1999)³⁷.

7) A ESCALA LIKERT

Essa é uma questão complementar aos Mapas Afetivos, ou seja, faz parte do instrumento, mas é analisada paralelamente através de metodologia estatística.

³⁶Essa superação por parte do investigado, a nosso ver, corresponde às dificuldades encontradas pelos sujeitos em expressar seus afetos pela linguagem escrita. Muitos comentavam – principalmente aqueles com baixo grau de instrução – que se a pesquisa fosse realizada pelo depoimento seria bem mais cômodo para eles. Esta fase inicial de captação dos afetos pela linguagem escrita constituiu-se para nós, pesquisadores, o momento crítico no processo de aplicação do instrumento. De fato, a fase que vai do item 1 (desenho) ao item 6 (metáfora) é uma fase estruturante para os Mapas Afetivos uma vez que é neste intervalo que o sujeito registra praticamente todas os seus sentimentos e emoções com respeito ao lugar. Os demais itens daí por diante buscam a confirmação dos afetos que foram estruturados nesta fase.

³⁷O conceito de imageabilidade estudado por Lynch (1999), diz respeito aos códigos formais do espaço, de como estes são mais ou menos percebidos pelo indivíduo de acordo com a legibilidade das cidades. Esses códigos de leitura são o que Lynch classifica por Mapas Mentais. Baseados no instinto de orientação, todo indivíduo forma seus Mapas Mentais a partir das experiências que estabelecem com o espaço. A imagem afetiva do lugar configura outra dimensão do vivido e que não está dissociada do aspecto cognitivo, antes compartilha com este a função de estabelecerem as bases de uma percepção poética caracterizada por uma imagem metafórica do lugar. Esta imagem pode ser retrato de um momento vivido pelo indivíduo, como também pode representar um forte indicativo de como o indivíduo está ou não implicado com o local onde mora.

A escala Likert é composta por um questionário onde o respondente terá que optar entre assertivas previamente estruturadas a partir das categorias definidas na fase de pré-teste. As respostas encontradas em nosso caso geraram 06 (seis) tipos de categorias afetivas: *Atração, Contraste, Agradabilidade, Destruição, Pertença e Insegurança*. Estas categorias – definidas pela análise de conteúdo – expressam tanto nuances de afetividade positivas sobre o lugar a exemplo das categorias *Atração, Agradabilidade e Pertença*, como sentimentos e emoções ligadas à negatividade vivida no lugar a exemplo das categorias de *Destruição e Insegurança*. A categoria *Contraste*, pela dualidade com que é expressa, representa aspectos de teor positivo e negativo que geralmente se chocam pela antítese de percepções e sentimentos. Todas estas categorias que servem de base para formulação das assertivas são distribuídas pela escala Likert de forma intercalada conforme os aspectos positivos e negativos que expressam. Ao todo são 18 assertivas (03 para cada categoria). Estas são optadas pelo respondente a partir de uma escala de concordância numerada com a seguinte graduação: 1 – discordo totalmente, 2 – discordo, 3 – não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente.

Pela qualidade diretiva deste tipo de questionário – diferente da parte eminentemente qualitativa dos Mapas – é comum encontrarmos o predomínio de até três categorias afetivas como resultados de resposta dos sujeitos.

As assertivas contêm os elementos formadores da Estima de Lugar³⁸ (ALENCAR, 2010).

8) CAMINHOS PERCORRIDOS NO CENTRO

Esse item é inspirado, em parte, na metodologia dos Mapas Mentais proposta por Lynch (2001) e sugere que o sujeito descreva os elementos ou cenas urbanas que lhe chame atenção no percurso que com mais frequência realiza pelo Centro da cidade³⁹.

³⁸A Estima de Lugar é uma categorial social conceituada por Bomfim (2010) a partir da análise dos Mapas Afetivos. Em seu aspecto psicossocial a categoria está relacionada com a imagem como expressão dos significados na cidade. Relacionada com a psicologia ambiental a categoria é indicadora de um processo de apropriação dos habitantes, de identificação e de ação-transformação. Fonseca (2010) fundamentou sua investigação com jovens estudantes em condição de vulnerabilidade adotando a hipótese da associação entre a Participação Social e a Estima de Lugar.

³⁹Neste item, boa parte dos respondentes teve que ser insistentemente estimulados e esclarecidos para que pudessem responder a questão. Como não incluímos a metodologia das trilhas urbanas tivemos que puxar pelos Mapas Mentais dos indivíduos. Muitos deles relataram cenas urbanas ao invés de elementos da paisagem.

9) O QUE GOSTA E O QUE NÃO GOSTA NO CENTRO

Trata-se, ainda, de uma última avaliação sobre determinados aspectos do Centro que agradam e desagradam aqueles que lá residem. Um item que confirma as categorias dos aspectos afetivos do sujeito em relação ao lugar.

10) DADOS PESSOAIS

Último item do instrumento trata-se de um registro contendo os dados sociodemográfico do sujeito: sexo, idade, renda familiar, situação laboral, tipologia residencial e tempo de moradia.

O instrumento gerador dos Mapas Afetivos, como já vimos, é metodologicamente estruturado para registrar os conteúdos afetivos do sujeito. Entretanto, no processo de análise dos sentidos e significados do mesmo, Bomfim (2010) formulou uma grade ou tabela que permite ao pesquisador registrar em colunas a sequência dos itens estruturantes da pesquisa. Esta tabela é o Mapa Afetivo e por sua *gestalt* permite-nos o acesso sintético de todo o conteúdo relevante fornecido pelos respondentes orientando a construção da categoria *sentido*. Esta ocupa a última coluna da tabela e é destinada à análise do pesquisador. A categoria *sentido* surge, pois, como síntese de todo o conteúdo relevante registrado no Mapa Afetivo, inclusive do desenho, que também faz parte dos conteúdos afetivos, mas não estar inserido diretamente na tabela deve vir adjacente a esta para facilitar a leitura do todo.

O tratamento qualitativo foi feito através da articulação dos núcleos de significados extraídos de cada categoria sequenciada pelo Mapa Afetivo. Este método segue a concepção proposta por Vygotski. Cada categoria do Mapa – do desenho à metáfora – carrega em seu bojo núcleos de significação que devem primeiramente ser articulados num processo construtivo/interpretativo. Para completar, o processo de análise não deve ser restrito à fala do respondente, a fala deve ser articulada com o contexto sociopolítico, econômico, em síntese, histórico ao qual pertence o sujeito. Essa amplitude de articulação busca um acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Apresentaremos agora o modelo de Mapa Afetivo que guiou a nossa análise qualitativa. A duração de aplicação de cada Mapa Afetivo durou em média 40 minutos.

Quadro 1 – Modelo do instrumento voltado para elaboração do Mapa Afetivo do Centro

Identificação	Desenho	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
Código	<i>Estrutural:</i> Mapas Cognitivos de Lynch (vias, marcos, pontos nodais, limites e bairros) <i>Metafórico:</i> desenho que expressa por analogia o estado de ânimo ou o sentimento do sujeito.	Explicação do desenho dada pelo próprio sujeito.	Atributos do desenho e do Centro apontados pelo respondente.	Expressão afetiva do respondente ao desenho e ao Centro.	Comparação do Centro com algo pelo respondente, que tem a função a elaboração das metáforas.	Interpretação dada pelo investigador a partir da articulação das qualidades e sentimentos e metáforas atribuídas ao Centro.
Sexo						
Idade						
Renda fam.						
Situação lab.						
Tempo de moradia						
Tipologia residencial						
Grau de instrução						

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

O instrumento do questionário foi proposto para avaliarmos as condições estruturais de moradia dos respondentes assim como para captar-lhes – objetivamente – as percepções sociourbanas sobre o bairro Centro.

Este questionário foi fundamentado pelo conceito de Moradia Digna ou Adequada definido pelo IBGE (2010), que assim a considera a partir da presença de fatores estruturantes, tais como: a existência de uma infraestrutura básica como água encanada por abastecimento geral, saneamento básico e coleta de lixo. Além disso, para ser inclusa no critério de digna, os dormitórios da moradia deverá suportar até dois moradores.

Para Raquel Rolnik a moradia adequada não se trata somente do espaço residencial em si. “A moradia adequada, para os direitos humanos é a porta de entrada para outros direitos. Direito à educação, direito à saúde, direito ao trabalho e acesso aos meios de sobrevivência.” (ROLNIK, 2012, p.15) A aplicação dos questionários durou em média 5 minutos.

5.3 Procedimentos metodológicos e percursos da pesquisa

Nosso processo de pesquisa de campo inicia-se em finais de 2011 com o reconhecimento de campo das áreas a serem cobertas. Durante dois domingos seguidos

percorri, de automóvel, cada rua e avenida da região que iria investigar. Detendo-me sobre os contextos de vizinhança destas residências (entornos), a tipologia predominante, os locais onde estas eram mais ou menos concentradas... Enfim, realizei uma pré-análise das diferentes situações ambientais de uso e ocupação habitacionais.

Em janeiro de 2012, estabelecemos de fato a primeira incursão de campo ao aplicarmos o pré-teste dos Mapas Afetivos. Durante três finais de semana seguidos investigamos 18 sujeitos, distribuídos entre os 04 (quatro) entornos, com o objetivo de identificarmos as categorias afetivas e propormos a formulação das assertivas usadas pela escala Likert.

A priori identificamos – por saturação – 05 categorias afetivas, a saber: *Atração, Contraste, Pertencimento, Destruição e Agradabilidade*. Posteriormente, em encontros realizados, primeiramente com a orientadora, e depois com os integrantes do LÓCUS, debatemos os resultados categoriais encontrados bem como as assertivas adaptadas para o Centro. Acordamos todos que uma nova categoria deveria ser acrescentada às cinco anteriores. Desta forma, a categoria *Insegurança* passaria também a compor as assertivas categoriais da escala Likert.

Estas categorias foram formuladas a partir das palavras-chave dos sujeitos pesquisados no pré-teste reveladoras de qualidades e sentimentos:

A categoria *Pertencimento* foi definida por palavras chaves tais como: *harmonia, vida, conhecimento, amor, respeito, preservação, amizade*.

Já na categoria *Atração* encontramos as palavras *comércio bom, proximidade, tempo*.

Na categoria *Contraste* observamos: *poluição, religião, ladrão, felicidade*.

A categoria *Destruição* revelou-se nas seguintes *palavras: angústia, medo do futuro, abandono, desrespeito, raiva, nojo, tristeza*.

A categoria *Agradabilidade* definiu-se por poucas palavras-chave: *tranquilidade, bem-estar, coisas boas, alegria*.

Por último, a categoria *Insegurança*, formulada a partir de palavras chaves como: *abandono, violência, mendigos, medo, insegurança, assalto*.

Novas reuniões no LÓCUS (mais duas) foram realizadas para montarmos a equipe de pesquisadores, transmitirmos as instruções e estabelecermos um cronograma de trabalho. De 07 (alunos) alunos integrantes do laboratório (que compareceram) pudemos contar com apenas 02 (dois) para iniciarmos os trabalhos de campo.

No dia 17/03/2012 iniciamos “oficialmente” as pesquisas de campo. O processo desgastante da abordagem, as longas caminhadas e a difícil coleta de dados⁴⁰ associado às obrigações acadêmicas dos pesquisadores foram desestimulando os mesmos a prosseguirem na dura jornada. Em pouco mais de duas semanas, ambos já haviam desistido da empreitada. No dia 25/04/2012, finalizamos a última aplicação dos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos e questionário.

A forma de abordagem dos sujeitos se deu por conveniência no próprio local de moradia através do contato direto com os pesquisadores (todos portando crachás personalizados), seguido de uma sucinta exposição dos objetivos propostos pela pesquisa. Após o aceite de participação, o pesquisador fornecia-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver apêndice) para uma apreciação mais detalhada da investigação ficando ciente, o pesquisado, de sua condição voluntária (bem como de sua liberdade em prosseguir ou não com a pesquisa) e do sigilo de suas informações garantido pelo anonimato de sua participação.

Ao final da aplicação dos instrumentos de pesquisa, todos os sujeitos – assim como o pesquisador – assinavam o TCLE, dando por concluído o processo investigativo.

5.4 Caracterização da amostra

Nossa amostragem optou por selecionar apenas os sujeitos residentes no Centro Histórico e imediações mais próximas como foi devidamente explicitado na caracterização espacial.

A preferência pelo nicho residencial como local propício para aplicação dos instrumentos científicos foi a princípio norteadada pela primeira hipótese de nossa investigação (logo descartada) que apostava na tipologia residencial como um dos fatores determinantes para o processo afetivo do sujeito para com o seu bairro. O diagnóstico socioambiental do Centro realizado pelo PHRACF inspirou-nos a reorientar a hipótese espacial para o entorno em vez da tipologia habitacional em si. No entanto mantivemos o lócus habitacional como ideal para aplicação dos Mapas Afetivos devido às circunstâncias espaciais intrínsecas ao Centro da cidade, já que a aplicação dos Mapas Afetivos (pelo menos na versão que adotamos) requer certa configuração de fatores ambientais para que possa ser eficazmente aplicado.

⁴⁰Sobre as dificuldades de Aplicação dos Mapas Afetivos falaremos no item dedicado aos Mapas Afetivos.

Bertini (2006) aplicou parte do instrumento gerador dos Mapas Afetivos (em seu pré-teste) em idosos no Centro de Fortaleza explicando a extrema dificuldade de executá-los em logradouros públicos devido à profusão de estímulos sonoros e visuais que a área oferece. Como nossa pesquisa não incluía o usuário não residente do Centro, não fazia sentido tornar, mais penoso ainda, o nosso processo de coleta. Quase toda a aplicação do instrumento gerador dos Mapas Afetivos (assim como o questionário) foi realizada no interior do ambiente residencial (quase sempre na sala de visitas).

Para Da Matta (1985), a casa representa o domínio da autonomia do indivíduo, o local onde ele é reconhecido como pessoa. Já a rua, ou espaço urbano, é o local que se caracteriza pelo perigo e onde o sujeito é destituído de seu aspecto familiar que se caracteriza pela impessoalidade, daí ser fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora. Essa diferença de domínio territorial existente entre rua e casa acaba, segundo o autor, por influenciar também as posturas morais do indivíduo dependendo do espaço em que ele se encontre. As opiniões costumam ser mais conservadoras sob a proteção do lar do que quando o indivíduo está no espaço público. Essa distinção temporal/espacial, no entanto, não se configura em oposição dicotômica. A oposição casa/rua nada tem de estática e absoluta, ao contrário, é dinâmica e relativa. Hão espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se uma ‘casa’, ou seu ‘ponto’ assim como existem espaços no interior da casa devotados ao encontro social (DA MATTA, 1985).

Dentro de um universo de 100 pesquisados, em apenas 05 (cinco) ocasiões aplicamos o instrumento dos Mapas Afetivos e questionário fora do espaço de moradia dos sujeitos, especificamente em logradouros públicos (caso único) ou em ambiente de trabalho próximos às residências dos mesmos.

Tabela 1 – Caracterização geral da amostra dos habitantes do Centro. Fortaleza, 2012

Variável	Níveis	<i>f</i>	%*
Sexo	Masculino	40	40
	Feminino	60	60
Faixa Etária	Menos de 28 anos	18	18
	Entre 29 e 40 anos	15	15
	Entre 41 e 53 anos	28	28
	Entre 54 e 65 anos	26	26
	Entre 66 e 78 anos	7	7
	Mais de 79 anos	6	6
Escolaridade	Sabe ler, mas não foi à escola	2	2
	Ensino Fundamental Incompleto	2	2
	Ensino Fundamental Completo	5	5
	Ensino Médio Incompleto	10	10
	Ensino Médio Completo	26	26
	Ensino Superior Incompleto	21	21
	Ensino Superior Completo	34	34
Moradia	Casa	74	74
	Apartamento	15	15
	Quitinete	11	11
Trabalha	Sim	56	56
	Não	44	44
Renda Mensal	Menos de um salário	1	1
	Entre um e dois salários	22	22,9
	Entre dois e cinco salários	47	49
	Mais de cinco salários	26	27,1
Situação laboral	Empregado	24	24,2
	Desempregado	9	9,1
	Profissional liberal	8	8,1
	Autônomo	21	21,2
	Outros	37	37,4

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Nota: *Porcentagem válida (desconsiderando as pessoas que não responderam).

Os sujeitos dessa amostragem foram selecionados em virtude de um único critério de escolha: o contexto sócio ambiental de cada entorno específico no qual estavam inseridos.

Os dados sociodemográficos constantes no instrumento dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010) revelam – o mais representativamente possível – o perfil da população residente do Centro, visto que, a priori, não restringimos nossa amostragem a qualquer variável ou categoria sociodemográfica que não fosse imposta pelos limites cognitivos impostos pela faixa etária.

Entre as datas 17/03/2012 e 25/04/2012 aplicamos 200 (duzentos) instrumentos de pesquisa; 100 (cem) instrumentos dos Mapas Afetivos e 100 (cem) questionários do tipo fechado.

Como os Mapas Afetivos respondiam pela parte qualitativa da pesquisa, iniciamos com a sua aplicação seguida da aplicação do questionário contendo 15 perguntas objetivas relacionadas aos parâmetros de concepção da ONU para moradia digna.

Alguns números expostos na tabela acima podem estranhar pela expressividade, principalmente os dados que se referem ao grau de escolaridade dos participantes e a quantidade bem superior das mulheres sobre os homens.

De fato, num país (e mais ainda num estado) em que o grau de escolaridade está longe de configurar o desejável é de admirar que 55% (mais da metade da amostra) dos sujeitos pesquisados estejam entre aqueles que possuem instrução superior incompleto (21%) e superior completo (34%).

Pequeno (2009), em seu estudo sobre as categorias sócio-ocupacionais distribuídas pela região metropolitana, mapeou as regiões por onde se distribui os 08 (oito) tipos sócio-ocupacionais categorizados pela CBO⁴¹. Estes números expressam com mais exatidão o perfil da população encontrado no *Entorno 1*, setor do Centro que pela história do desenvolvimento urbano da cidade, certamente concentram a maior parte da categoria sócio-ocupacional do tipo *médio superior*⁴². Já em relação à supremacia da tipologia residencial unifamiliar (74%) deve-se à forma de moradia majoritariamente encontrada em toda a região central. Pelo número expressivo do uso habitacional encontrado no *Entorno 1* aplicamos o instrumento dos Mapas Afetivos em 49% do total da população pesquisada, seguidos de 23% no *Entorno 2*, 20% no *Entorno 3* e apenas 8% no *Entorno 4*. Esta frequência de amostragem seguiu, pois, a realidade da presença do uso habitacional de cada entorno.

Outro dado que chama atenção é a quantidade expressiva de mulheres sobre o número dos sujeitos masculinos. Esses números, se cotejados com a situação laboral dos sujeitos enquadrados em “Outros” 37% (categoria que – especificamente nesta pesquisa – foi

⁴¹CBO – Classificação Brasileira de Ocupação descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para ocupação).

⁴²A *tipologia médio superior* aproxima-se da *tipologia superior* quanto às categorias que a compõe, no caso as classes dirigentes, intelectuais e empregadores. Essas são as categorias que mais tem acesso às oportunidades de trabalho e ao ensino superior. A diferença básica entre as duas categorias (superior e média superior) é que o Centro e os eixos viários que dele partem em direção aos bairros oeste, sudoeste e sul são as primeiras alternativas de ocupação preferida por tais classes (PEQUENO, 2009).

associada em grande parte ao trabalho doméstico) veremos que essa modalidade de atividade – apesar da sempre crescente adesão das mulheres ao mercado de trabalho – pertence historicamente ao gênero feminino.

A renda mensal familiar de maior frequência (entre dois e cinco salários mínimos) também coincide com a maior presença da categoria sócio ocupacional *superior média* estudada por Pequeno (2009).

Em nossa análise qualitativa, entretanto, selecionamos 45% do material coletado subdividindo-o de forma igualitária por entornos. Dessa forma pinçamos 12% dos pesquisados do *Entorno 1*, 12% do *Entorno 2* e 13% do *Entorno 3*. Os resultados quantitativos, tanto da escala Likert, quanto do questionário, foram integralmente computados.

Todos os pesquisados do *Entorno 4* foram selecionados em virtude da pouca frequência apresentada durante nosso processo de coleta, ou seja, todos os 8% dos sujeitos entraram na análise qualitativa. O critério de seleção para análise qualitativa buscou pautar-se pelo grau de expressividade⁴³ dos sujeitos registrados em cada entorno, menos, obviamente, do *Entorno 4*.

Afirmamos anteriormente que a totalidade da população pesquisada fora escolhida por conveniência a partir da possibilidade do acesso direto às moradias dos mesmos. Não encontramos grande problema para realizar a pesquisa junto àqueles que habitam em residência do tipo unifamiliar. A dificuldade maior, experimentamos ao acessar as tipologias do tipo cubículos (quitinete) e principalmente os condomínios de apartamento. Com os primeiros, conseguimos a grande custo (e a golpe de sorte), penetrar nos velhos e decadentes edifícios do Centro que abrigam esse tipo de habitação.

Por questões de controle, a maior parte destas moradias mantém o seu acesso principal trancafiado por correntes e cadeados, fato que dificultou sobremaneira a abordagem junto aos sujeitos. Com os apartamentos, não houve jeito. Todos os moradores de residência multifamiliar (ao todo 15), pelas barreiras administrativas impostas pelos condomínios, foram-nos indicados por amigos ou pessoas conhecidas. Com todos eles tivemos dia e hora predeterminados para executar nossa pesquisa.

Para garantir o anonimato dos sujeitos e, ao mesmo tempo, identificar os entornos e tipologias habitacionais onde fixam suas residências estabelecemos um código alfa

⁴³Foi interessante constatar, no processo de pesquisa, que a fluidez na escrita e o grau de expressividade pictórica dos sujeitos com grau de instrução entre médio incompleto e superior completo não apresentaram distinções marcantes. Fato não constatado entre aqueles que possuíam até o fundamental completo. Para estes foi extremamente penoso o processo do desenho e principalmente da escrita (ver descrição dos Mapas Afetivos).

numérico de identificação que passamos a explicar sinteticamente: Por exemplo, o código **3 M K E2**.

O número inicial representa a sequência numérica seguido da letra que representa o gênero. Depois a tipologia residencial que habita e o entorno onde estão inseridos o sujeito e sua moradia. No caso específico, esse seria o sujeito masculino de nº 3 que mora numa quitinete localizada no *Entorno 2*.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo buscamos estabelecer elementos que possibilitem a articulação entre a sintaxe urbana e os dados revelados pelos sujeitos em nossa pesquisa. Para isso nos utilizamos de recursos imagéticos (fotografias e mapas) a partir dos entornos identificados e que serviram de apoio à nossa análise qualitativa gerada pela aplicação dos mapas afetivos.

6.1 Articulando os dados

A heterogeneidade sócio-ocupacional encontrada na região Central, identificada por Pequeno (2009), deve-se às presenças das tipologias sócio-ocupacionais médias e trabalhadoras ligadas ao terciário especializado que agrupam, juntas, mais de 50% das pessoas ocupadas. A proximidade ao local de trabalho, assim como aos benefícios urbanos concentrados na tipologia sócio-ocupacional superior (que lhe é adjacente), contribuem para condição diferenciada deste tipo (PEQUENO, 2009).

Os dados oferecidos por Pequeno (2009), quando associados à nossa análise socioambiental, são reveladores para compreendermos a diversidade de situações espaciais encontradas no Centro.

Nosso percurso analítico segue, a partir de agora, a proposta de articulação dos dados técnicos e informações urbanísticas aos achados psicossociais gerados pela aplicação dos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos. Para tal empreitada vamos buscar articular, interdisciplinarmente, os dados obtidos com a intenção de explicitar a associação entre as características socioambientais intrínsecas aos entornos recortados e a resposta afetiva dos sujeitos a partir da análise dos Mapas Afetivos.

Para tanto, usaremos do recurso imagético (fotografias locais, de satélite) como meio de apoiar o discurso do sujeito em dada situação específica.

Nas fotos de satélite procurarei identificar alguns elementos urbanos baseados na classificação de Lynch (1999) no sentido de eventualmente reforçar tanto o discurso do sujeito quanto a minha análise socioambiental.

Conforme nossa análise qualitativa as imagens afetivas encontradas – quando associadas aos entornos recortados – apresentaram-se em diferentes proporções. Inferimos que os sujeitos residentes do *Entorno 1*, por coabitarem com a maior diversidade de usos e ocupações, além de estarem relativamente isolados do tráfego mais intenso do Centro, foram aqueles que apresentaram um maior equilíbrio nas imagens afetivas encontradas – tanto na

frequência com que cada imagem apareceu, quanto na diversidade de situações afetivas. Já os sujeitos dos *Entornos 2 e 3*, apresentaram respostas afetivas bastante semelhantes. O convívio com o tráfego agressivo, com a relativa pobreza de áreas verdes e – em contrapartida – a presença ostensiva da atividade comercial (formal e informal), é algo em comum aos dois entornos e podem ter resultado no forte desequilíbrio em favor das imagens negativas, especialmente a de **Destruição**. Já os sujeitos do *Entorno 4* foram aqueles que apresentaram a menor variação de imagens afetivas. É o entorno que – relativamente – apresenta o menor número de unidades habitacionais e as condições mais precárias de moradia do Centro Histórico. Por ser o setor que mais sofre com a sazonalidade funcional do Centro, as imagens geradas praticamente dividiram-se entre as qualidades contraditórias do **Contraste** e as negativas de **Destruição**.

Abaixo temos o quadro síntese das imagens afetivas encontradas no Centro Histórico.

Quadro 2 – Quadro síntese das imagens afetivas encontradas no Centro

Imagens	Qualidade encontrada nos entornos	Sentimentos encontrados nos entornos
<i>Atração</i>	Alegria, desafios, metas, sustentabilidade, facilidades, economia, lazer, oportunidade, diversão, local de encanto,	Satisfação, facilidades, desafios constantes
<i>Contraste</i>	Calor humano/correria, amor/sobrevivência, Alegria/degradação, Beleza/destruição, Infância/sujeira, Lazer/ Moradores de rua, Ladrão/próximo à igreja, perigo/saudade, comércio/desprezo Impotência/Vida, Amizade/insegurança	Tristeza/companheirismo, União/tristeza, Bom/perigo, Amor/desprezo, Angústia/esperança,
<i>Pertencimento</i>	Afeto, cuidado, amizade, tradição, natureza, segurança, referência, proteção, identidade, história, humanidade, tranquilidade, calma, segurança	Carinho pelo centro, Carinho pelos vizinhos, afeto, colo de mãe, amorosidade, proximidade do povo.
<i>Destruição</i>	Assaltos, gambiarras, invasão, poluição, terror, domínio, lixo, sujeira, descaso, carro, esquecimento, abandono, poluição sonora, mendigos, degradação, desrespeito, tráfico, uso de crack, prostituição, tiroteio, desmoralização, barulho, drogas, casa abandonada, marginais, desorganização, trânsito opressor, fiação congestionada, mau cheiro, falta de arborização, buracos,	Insegurança, descaso público, indignação, tristeza, revolta, desprezo, humilhação, medo, insegurança, raiva, nojo, vergonha.
<i>Agradabilidade</i>	Ar puro, calma, ventilação, tranquilidade, acessibilidade, mobilidade, família,	Alegria, felicidade, calma
<i>Insegurança</i>	Abandono, insegurança, tráfico, prostituição, ladrões, prisão, encarceramento, falência do centro, despreparo, incapacidade, desprezo, falta de atenção	Medo, desejo de liberdade, insegurança,

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

6.1.1 Entorno 1 e suas Imagens Afetivas

Encontramos todas as 06 imagens afetivas na análise qualitativa dos 12 sujeitos do *Entorno 1*, foram elas: **Pertencimento** (02), **Contraste** (04), **Destruição** (03) e **Insegurança** (01), **Agradabilidade** (01) e **Atração** (01).

Esta variedade de imagens afetivas tende a ser o reflexo – como afirmamos anteriormente – da riqueza de aspectos socioambientais deste entorno. Este, ao mesmo tempo em que possui áreas que oferecem ótimas condições de moradia, apresentam também microrregiões, no entorno do Riacho Pajeú, cronicamente degradadas seja pelo uso de atividades inadequadas (comércio atacadista), seja pelo histórico desprezo ambiental daquele curso d'água que originou a cidade de Fortaleza.

Quadro 3 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no *Entorno 1*

IMAGENS <i>ENTORNO1</i>	QUALIDADES	SENTIMENTOS	METÁFORA
ATRAÇÃO	Metas, sustentabilidade, ambiente saudável, construção	Alegria, desafio constante	Uma peça de teatro
CONTRASTE	Calor humano / correria, sobrevivência / amor, beleza / degradação, paz / destruição, infância / sujeira, lazer / moradores de rua	Tristeza / companheirismo, Não gosto do Centro Antigo / As partes mais modernas são mais bonitas	Colméia, destruição-degradação, caixa de presente, comércio.
PERTENCIMENTO	Cuidado, tradição, amizade, natureza, segurança, referência, proteção, identidade, história, elo.	Carinho pelo centro e pelos vizinhos, amorosidade, afeto.	Shopping Center, Ninho
DESTRUIÇÃO	Assaltos, gambiarras, invasão, poluição, terror, domínio, lixo, descaso, carro, abandono, esquecimento, desprezo	Insegurança, indignação, tristeza	Favelão, lixão, Coleta de lixo
AGRADABILIDADE	Ar puro	Alegria e felicidade	Empresa
INSEGURANÇA	Insegurança, violência, abandono,	Tristeza, esperança	Boa qualidade de comida onde se quer mais qualidade.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

A cada subitem de análise de resultados dos Mapas Afetivos, vamos iniciar os estudos com uma breve iconografia dos eixos viários que referenciam os seus respectivos entornos. Assim procedemos para não perder o foco central de nossa investigação.

FOTOS DA AV. DOM MANUEL

Figura 19 - Av. Dom Manuel c/ Duque de Caxias sentido norte-sul.



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 20 - Av. Dom Manuel c/ Duque de Caxias sentido oeste-leste



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 21 - Av. Dom Manuel. Uso misto



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 22 - Av. Dom Manuel. Uso residencial

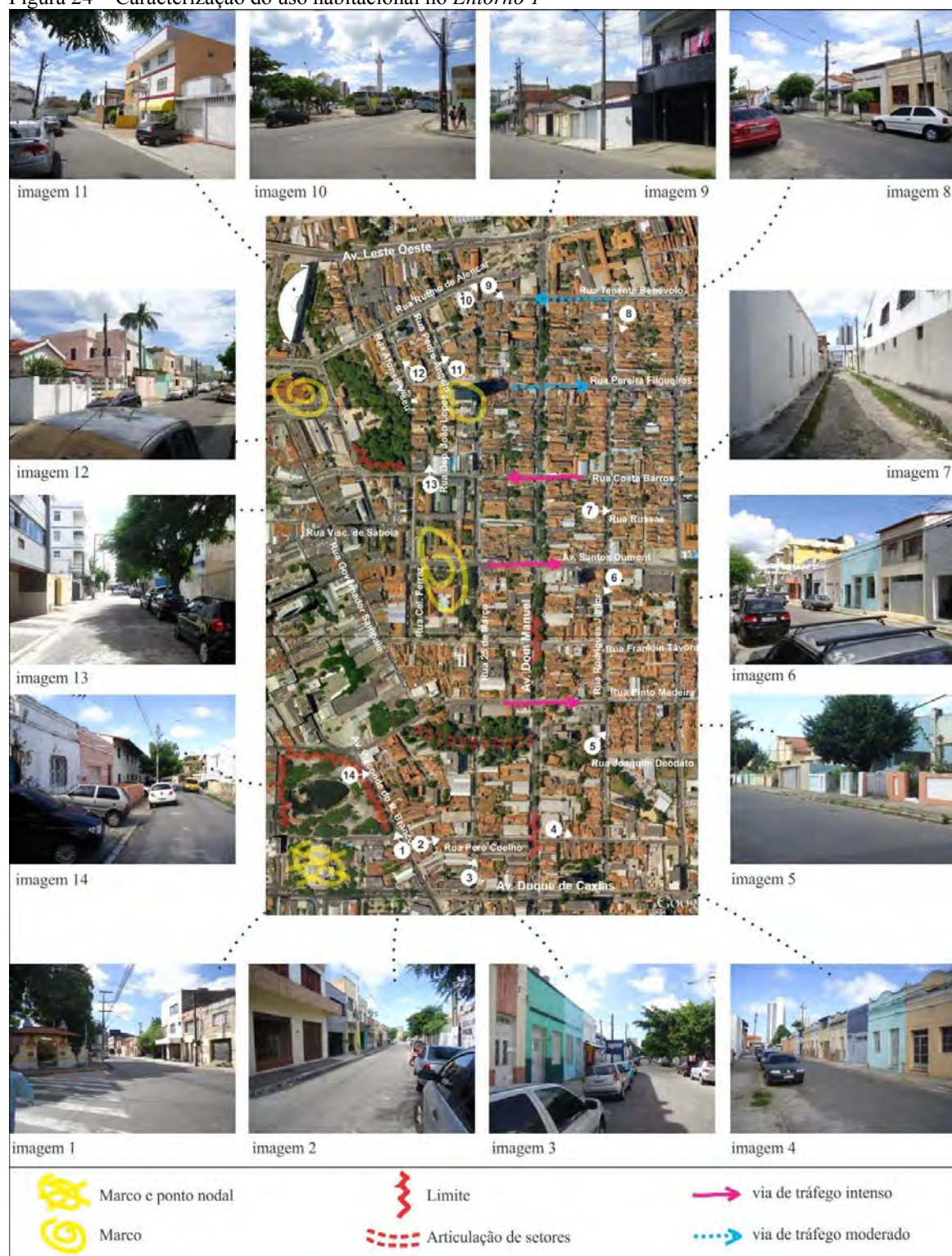


Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 23 – Av. Dom Manuel com Rua Pero Coelho
Residência remanescente



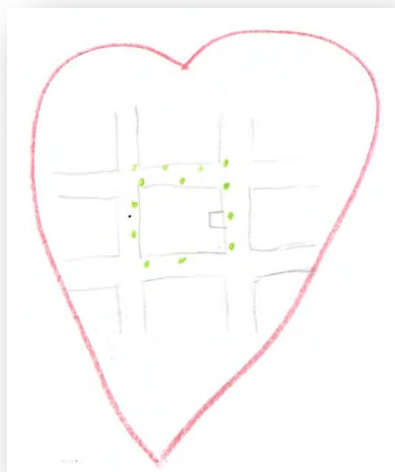
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 24 – Caracterização do uso habitacional no *Entorno 1*⁴⁴

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

⁴⁴A legenda utilizada nesta e noutras fotos de entorno estão fundamentadas nos elementos urbanos de Lynch (1999): Vias, Marcos, Pontos Nodais, Limites e Bairros. A marcação dos elementos na foto obedeceu à análise dos caminhos percorridos pelos moradores e também à leitura técnica realizada pelo autor.

IMAGENS DE PERTENCIMENTO DO ENTORNO 1



O centro *shopping center* é aquele cuja imagem de **Pertencimento** encontra-se sentimentos de afeto, amizade, tradição, natureza e segurança despertando nos sujeito o carinho pelo centro e pelos vizinhos que ajudam o mesmo.

Quadro 4 – Mapa Afetivo do sujeito 1ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 1ME1C Sexo Masculino Idade 40 anos Renda Familiar + de 5 salários mínimos Situação Laboral Autônomo Tempo de Moradia 07 anos Tipologia da moradia Residência Unifamiliar Grau de Instrução superior incompleto	Metáforica O símbolo do coração envolvendo o que seria a quadra e o entorno onde ele mora.	Um quarteirão de pessoas que cuidam e vivem próximas a quase tudo que precisam.	Afeto, cuidado, amizade, tradição, natureza e segurança.	Carinho pelo Centro e pelos vizinhos que nos ajudam.	Shopping Center.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Os afetos expressos neste Mapa de um respondente do *Entorno 1* revelam claros sentimentos de *pertencimento* do sujeito para com o Centro. Ao delimitar a quadra onde reside com o símbolo do coração, o sujeito demonstra o quanto tem afinidade pela vizinhança mais imediata. A situação de ajuda mútua entre vizinhos é comum em bairros tipicamente residenciais que se caracterizam pelo aspecto contíguo de suas residências. Essa implantação do tipo colonial é o padrão de ocupação residencial do Centro, por sua vez a Rua Pero Coelho é uma daquelas onde o uso comercial é mais ausente, caracterizando-se como uma via tipicamente local.



O centro *Ninho* é o bairro do **Pertencimento** pelo sentimento de afeto e amorosidade gerados a partir da identidade, história, proteção e o elo com o lugar. Referências fortes que inclusive levam o sujeito a compará-lo a um “colo de mãe”.

Quadro 5 – Mapa Afetivo do sujeito 8FE1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 8FE1C Sexo Feminino Idade 46 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral empregada Tempo de Moradia 03 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Metafórico Desenho representando um aspecto da vida natural.	Acolhimento, proteção, afeto, origem, cuidado, vida, referência.	Referência, afeto, proteção, identidade, história, elo.	Afeto, colo de mãe, amorosidade	Um ninho.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Os afetos do sujeito, expressos através de imagens tão poéticas, remete-nos aos conceitos da poética do espaço residencial evidenciados por Bachelard (1993) em sua obra “A Poética do Espaço”. Retornaremos mais a frente sobre o tema. O sujeito em questão mora no setor ao sul da Rua Rodrigues Júnior, próximo à Av. Duque de Caxias. Sua residência situa-se, provavelmente, no setor mais aprazível desta rua que é de uso essencialmente residencial.

IMAGEM DE AGRADABILIDADE DO ENTORNO 1



O Centro *empresa* é o bairro que em que a **Agradabilidade** gera sentimentos de alegria e felicidade proporcionada pelas belezas das Praças e a Cidade das Crianças.

Quadro 6 – Mapa Afetivo do sujeito 2ME1K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 2ME1K Sexo Masculino Idade 28 anos Renda Familiar - de 1 salário mínimo Situação Laboral Desempregado Tempo de Moradia 01 ano Tipologia Residencial Quinete Grau de Instrução Médio incompleto	Metafórica Elementos da natureza (árvore, pássaros).	As belezas das Praças. Cidade das Crianças.	Alegria, felicidade, ar puro, muito bom.	Alegria e felicidade.	Como uma empresa.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O caso específico desse sujeito, residente em uma quinete situada na Rua Visconde do Rio Branco, parece ser emblemático para nossa pesquisa. Desempregado e vindo do Maranhão com a esposa para ser tratada no HGF, seu único “passa tempo” (segundo o próprio declarou) era flunar pelas praças do Centro. Sua residência, além de ficar defronte à Praça Cidade das Crianças, situa-se a poucos metros de um conjunto de praças que o sujeito diz visitar diariamente: Praça da polícia civil, Ferreira e Leões, com destaque para esta última onde o indivíduo passa a maior parte do tempo.

IMAGEM DE CONTRASTE DO ENTORNO 1



O centro *destruição-degradação* é o bairro do **Contraste** pela alegria e paz associadas à beleza, troca e diversão da zona leste do Centro, mas também se traduz em sentimento de desgosto pela “parte mais antiga da cidade” com sua feiura, falta de cuidado e poucas possibilidades de convivência e trocas.

Quadro 7 – Mapa Afetivo do sujeito 17ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 17ME1C Sexo Masculino Idade 49 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral desempregado Tempo de Moradia 02 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Estrutural Desenho do urbano representado num conjunto de relações entre os elementos urbanos (carros, sistema viário, edifícios, etc.)	É um desenho sobre o meu bairro que é o centro. Procurei retratar a praça da CEART, que é um espaço de convivência, bonito, bem cuidado, onde as pessoas podem se encontrar para se divertir, distrair, brincar. Essa praça é muito bem frequentada, por famílias, crianças, etc.	Alegria, beleza, paz, convivência, troca, diversão.	Não gosto do Centro de Fortaleza. É a parte mais antiga da cidade, já um pouco degradada, onde não existe beleza, cuidado. Outras partes mais modernas são mais bonitas. Não me parece ser um local de trocas e convívências.	Degradação, destruição.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Os aspectos bucólicos do desenho, juntos com o significado e as qualidades conferidas pelo sujeito em relação ao Centro, contrastam com o sentimento e imagem metafóricas formadas pelo mesmo. Mesmo morando nos limites do Centro Histórico o sujeito possui uma percepção ambiental associada aos bairros que estão mais ao leste, inclusive ao confundir a praça da CEART (coração da Aldeota) como logradouro do Centro. Encontramos – direta e indiretamente – em outros moradores do setor leste o mesmo tipo de percepção socioambiental.

IMAGEM DE ATRAÇÃO DO ENTORNO 1



O centro como *uma peça de Teatro* é o bairro que possibilita a **Atração** pelo sentimento de alegria de ser personagem de um bairro que instiga ao desafio, à construção, à sustentabilidade e busca por um ambiente mais saudável.

Quadro 8 – Mapa Afetivo do sujeito 36ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 36ME1C Sexo Masculino Idade 62 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral aposentado Tempo de Moradia 04 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Metafórica Desenho de um elemento urbano isolado, no caso a própria casa do sujeito.	Uma casa em construção	Alegria, desafios, construção, metas, sustentabilidade, ambiente saudável	Desafios constantes.	Uma peça de Teatro, onde seus moradores são os personagens e os administradores seus incentivadores.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito, morador da bucólica Rua Dep. João Lopes, situada ao norte do *Entorno 1*, possui um grau de envolvimento afetivo com o lugar pouco encontrado entre os pesquisados, mesmo dentre aqueles onde registramos imagens de identificação com o lugar, nenhum mostrou-se tão comprometido – em seu discurso – com as causas que assolam as questões do patrimônio, da limpeza, do ordenamento, numa palavra, da sustentabilidade urbana do Centro.

A Foto 6 expõe os setores do *Entorno 1* onde a presença do uso habitacional predomina folgadoamente sobre o uso comercial. Além do mais o uso comercial encontrado em ruas como a 25 de Março e Rodrigues Júnior, Dep. João Felipe, Pedro Ângelo, Pero Coelho, Afonso Vizeu, locais incluídos nas fotos, distingue-se por pertencerem à grande categoria de Serviços, especificamente aos subgrupos Serviço Pessoal (academia de dança, ginástica, esporte e natação, atelier de profissional autônomo, instituto de massagens, termas,

sauna e ducha etc.), Prestação de Serviço (serviços de publicidade e propaganda, prestação de serviços jurídicos, serviços de engenharia, arquitetura e serviços técnicos e etc.) e Hospedagem (pequenas pousadas).⁴⁵ A pouca atividade comercial vinculada à categoria Varejo encontramos em microempresas ligadas ao ramo alimentício (pequenas mercearias).

Algumas metáforas encontradas parecem aparentemente contradizer o conteúdo afetivo expressado por parte dos sujeitos. É o caso, por exemplo, das analogias expressas pelos sujeitos 1ME1C, 2ME1K (exemplificados neste item). A metáfora do Centro *Shopping Center* (expressada pelo sujeito 1ME1C) é comumente associada à categoria de **Atração** como se verá em vários exemplos. O uso predominantemente comercial do *Entorno 4* e muitos dos problemas associados a esse tipo de uso e ocupação, fazem parte do imaginário não só daqueles que residem no Centro, mas de todos os habitantes da cidade que de alguma forma estabelecem relações com o bairro em questão. Interessante, entretanto, é observar a inversão de ideias, uma vez que o conceito de *Shopping Center* – em termos histórico e funcional – trata-se de uma alternativa que se contrapõe ao modelo de centro tradicional sendo a sua existência bastante recente na história da humanidade. Este tipo de metáfora, ligada à imagem de **Pertencimento**, só pode ser mais bem compreendido diante do contexto histórico cultural de globalização em que vivemos, onde os *shoppings centers* – dependendo de seu porte – ocupam um grau de abrangência na dinâmica das cidades determinante para o processo de transformação da mesma. Essa importância reflete-se, obviamente, sobre os aspectos simbólicos na subjetividade dos indivíduos.

Entendemos que a fala do sujeito 1ME1C possui uma vinculação afetiva intrínseca à vizinhança específica onde está inserido chegando mesmo a explicitar esse fato através do desenho.

Já a metáfora do Centro *Empresa* (sujeito 2ME1K) não possui um vínculo representacional tão óbvio com a categoria de **Agradabilidade**. O sujeito não nos deixa muitas pistas para fazermos uma inferência dos conteúdos significativos de seus relatos. Uma vez que o mesmo gosta de experimentar a estrutura urbana do Centro através do caminho pelos logradouros públicos, principalmente na visita das praças. Muitas leituras podem ser feitas a partir daí, uma delas é a de que, por percorrer e gostar de andar pelas ruas e praças situadas no *Entorno 4*, a onipresença do uso comercial nesse setor pode ter contribuído para o sujeito a associar o Centro com as atividades empresariais que nele se estabelecem. Esta

⁴⁵Classificação catalogada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza, Lei nº 7987 de 23 de dezembro de 1996.

percepção de Centro está ligada ao roteiro que o sujeito estabelece em sua cotidianidade e relaciona-se também fortemente com o ponto geográfico onde o mesmo reside.

Imagens tão fortes de **Pertencimento** quanto à metáfora do Centro *Ninho*, confirmam-se em várias falas usadas pelo sujeito 8FE1C, principalmente através dos caminhos que o mesmo costuma percorrer com objetivo de realizar passeios, compras e pagamentos. A Igreja Coração de Jesus e o Parque das Crianças são marcos importantes notados em seu trajeto: “*Chamam atenção as praças, os prédios antigos, locais que lembram grandes personagens da nossa história*” (8FE1C – 46 anos).

Em seu estudo sobre a poética dos espaços, Bachelard (1993) tece considerações sobre a casa percebida como *Ninho*. “A casa-ninho nunca é nova. Poderíamos dizer, de um modo pedante, que ela é o lugar natural da função habitar. Volta-se a ela, sonha-se voltar como o pássaro volta ao ninho, como a ovelha volta ao aprisco.” (BACHELARD, 1993, p. 111). O fato de o sujeito ter associado o seu bairro a um *Ninho* (ou seja, à sua própria casa) supõe-nos uma conjuntura de fatores socioespaciais onde a habitação cumpre um papel fundamental em sua relação (principalmente geográfica) com o bairro. Aqui já encontramos uma percepção espacial mais abrangente do bairro, as referências expressas com a ambiência geral do Centro são também explicitadas.

No setor ao leste da Av. Dom Manuel, investigamos alguns sujeitos que não se reconhecem moradores do Centro por se acharem vinculados à Aldeota. Interessante reforçar que não penetramos nesse setor além da Rua Rodrigues Júnior, ou seja, não adentramos mais que 01 (uma) quadra ao leste da Av. Dom Manuel. Com o sujeito 17ME1C acontece fenômeno análogo. O desenho, seu significado, as qualidades e sentimentos sobre o mesmo, foram todos atribuídos aos bairros vizinhos da Aldeota e Praia de Iracema. De fato, as “fronteiras” do Centro expandido limitam com estes bairros, entretanto, como já afirmamos, não fomos além da primeira rua paralela ao leste da Av. Dom Manuel. “*Costumo muito ir, pelo menos uma vez por semana, à Praia de Iracema e também, fazendo o mesmo caminho, ao restaurante que gostamos de frequentar. Gosto desse caminho, pois é em uma área que eu acho bonita, bem cuidada e bem frequentada, com prédios bonitos e praças novas*”. Já quando se refere ao Centro Histórico sua fala muda radicalmente: “*Percorro muito o caminho para o Centro da cidade, pois preciso fazer pagamentos em bancos, fazer alguma compra, etc. Esse já é um caminho que não gosto de fazer, pois acho uma parte da cidade mais antiga, feia, desprezada que não favorece a convivência, a troca. É sem beleza*” (17ME1C – 49 anos).

Esse fenômeno de não reconhecimento como morador pertencente ao Centro deve-se, obviamente, a fatores socioambientais e históricos na medida em que a expansão do setor ao leste da Dom Manuel originou a hoje chamada velha Aldeota. Além do mais o fato envolve questões de ordem sociocultural. Segundo Corraliza e Berenguer (2010), há um conjunto de sinais que permitem a compreensão de um lugar em função das diferentes variáveis que resultam importantes para o sujeito. O valor do status social de um bairro, a funcionalidade do mesmo, a população residente do bairro, etc. Essa postura só reforça a nossa visão sobre a heterogeneidade socioambiental do Centro e sua influência sobre os afetos e comportamentos dos sujeitos.

Por último, a total identidade do sujeito 36ME1C com o espaço do Centro revelando um alto grau de comprometimento político com os problemas inerentes ao Centro. A consciência política do mesmo revela-se até mesmo quando o instrumento pede para apontar aquilo que não o agrada no Centro: “*A falta de educação do povo para preservar melhor o nosso Centro*” (36ME1C – 62 anos).

Apesar do *Entorno 1* ser relativamente estruturado do ponto de vista socioambiental e urbano os dados qualitativos apontaram para uma Estima de Lugar **negativa** por parte de seus moradores. Ao mesmo tempo em que a região oferece boas possibilidades de moradia, o entorno ambientalmente degradado do Riacho Pajeú e a presença agressiva da atividade comercial atacadista são passíveis de serem sentidos como “bolsões” de insegurança pelas características socioambientais significadas pelos moradores e usuários locais (CORRALIZA; BERENGUER, 2010).

6.1.2 Entorno 2 e suas imagens de Destruição

Em nossa análise qualitativa com os sujeitos do *Entorno 2*, registramos 05 imagens afetivas: **Atração** (02), **Pertencimento** (02), **Destruição** (06), **Contraste** (01) e **Insegurança** (01). A categoria **Agradabilidade** não foi encontrada na análise qualitativa. Vale destacar uma das imagens de **Pertencimento**, especificamente aquela que encontramos no sujeito 52FE2C (ver apêndice 2). O conteúdo saudosista encontrado nas expressões deste sujeito (revelando profundos laços identitários com o bairro) alinha-se à categoria **Pertencimento ao passado**, categoria proposta por Bertini (2006) em seu trabalho de investigação sobre a afetividade dos idosos residentes e frequentadores do Centro de Fortaleza.

Quadro 9 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no *Entorno 2*

IMAGENS ENTORNO 2	QUALIDADES	SENTIMENTOS	METÁFORA
ATRAÇÃO	Médico, economia, lazer, oportunidade, facilidades, diversão, local de encanto, compras, lanchonetes	Satisfação	Paz e tranquilidade, Comodidade,
CONTRASTE	Esquecimento/aproximação, abandono/união	Tristeza/amor	Sertão Nordestino
PERTENCIMENTO	Fé, amizade, comodidade, acesso, tempo, agilidade, Calor humano, tranquilidade, saudosismo, calma, segurança	Boas lembranças, saudades, proximidade	Pequena cidade, Ilha
DESTRUIÇÃO	Trânsito caótico, desprezado, sem higiene, poluição sonora, mendigos, falta de educação, degradação, barulho, buraco, ônibus demorado, abandono	Revolta, indignação, tristeza, desprezo, humilhação, medo	Favela, Limão, Casa de prostituição, Grande mercado, Algo de valor que me foi tirado, Bom shopping
AGRADABILIDADE	—————	—————	—————
INSEGURANÇA	Tráfego, prostituição, ladrões, prisão, encarceramento	Medo, desejo de sentir mais livre	Cidade de Deus

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Da mesma forma que a Av. Dom Manuel com a presença de seus antigos e remanescentes casarões – misturados ao uso Comercial – prefigura o entorno próximo, a Avenida Duque de Caxias, com seu uso eminentemente comercial dá-nos a pista do que iremos encontrar de usos e ocupações localizadas ao sul de seu eixo. Estas ocupações, e principalmente seus usos, associados à composição de seu sistema viário, irão refletir-se nas respostas afetivas dos sujeitos que passamos a relacionar.

FOTOS DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS

Figura 25 – Av. Duque de Caxias. Ao fundo o Banco Central e o Cond. Ed. Coronado



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 26 – Conjunto de quitinetes defronte ao Colégio Marista Cearense



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 27 – Comércio na Av. Duque de Caxias



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 28 – Edifício Fortaleza ao fundo à esquerda



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 29 – Quitinete defronte a Praça do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 30 – Condomínio Ed. Jalcy ao fundo



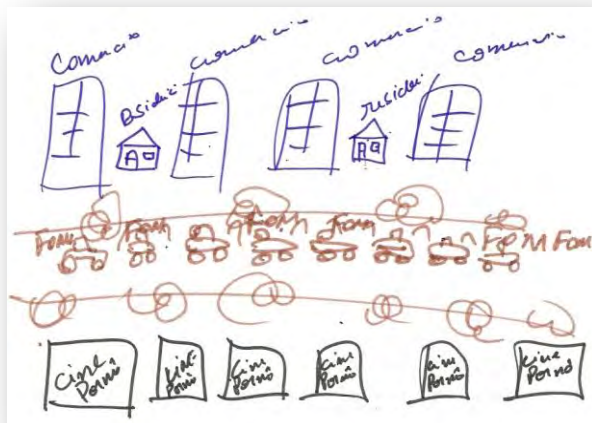
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 31 – Caracterização do uso habitacional no *Entorno 2*



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

IMAGENS DE DESTRUIÇÃO DO ENTORNO 2



O centro “Limão” é o bairro da **Destruição** que gera sentimentos de desprezo por um lugar que não tem higiene e policiamento, onde à poluição sonora e ruas sem sinalização acrescenta-se a presença dos mendigos.

Quadro 10 – Mapa Afetivo do sujeito 48FE2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 48FE2C Sexo Feminino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 10 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Estrutural Representação de vários elementos urbanos em relação sistêmica.	Muito comércio e pouca residência. Muito lixo nas calçadas, engarrafamento, poluição sonora e cines pornô em grande quantidade, que chega a incomodar nos finais de semana.	Desprezado, sem higiene, falta de policiamento, poluição sonora, sem sinalização, mendigos.	Sentimento de desprezo por que um lugar que poderia ser turístico, por ser o início da cidade, se tratando do comércio, poderia ser comércio e famílias, assim tínhamos mais oportunidades de crescimento econômico e familiar.	Posso comparar com um “limão” dependendo da pessoa pode se fazer uma deliciosa limonada.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O elenco de problemas relatados por esse sujeito, morador da Rua Floriano Peixoto, reflete claramente os sentimentos do mesmo para com o Centro. Alguns dos problemas são reconhecidamente localizados como o caso dos cines Pornôs que invadem a Rua Assunção e Floriano Peixoto e a presença ostensiva do comércio a atrair o tráfego de veículos. Outros problemas referem-se ao Centro de uma forma geral: lixo nas calçadas, poluição sonora, pedintes etc.



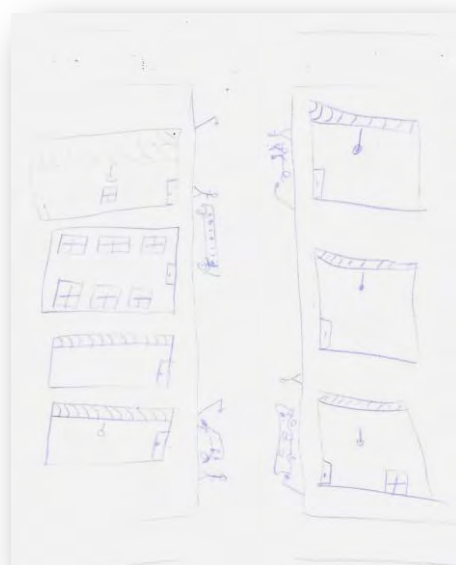
O centro *Grande mercado* é o bairro da Destruição pelo sentimento de tristeza gerado pela falta de segurança, barulho, sujeira, deficiências no transporte público e ruas esburacadas.

Quadro 11 – Mapa Afetivo do sujeito 28ME2K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 28ME2K Sexo Masculino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 03 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Elementos urbanos representados e relacionados em sistema.	Muitos marginais na Praça Coração de Jesus. Não é o que eu gostaria de ver. Queria ver cidadão de verdade. As ruas eu gostaria que fosse mais sinalizadas, menos buraco, com policiais nas ruas.	Segurança (falta), barulho, Limpeza (falta), ruas sem buraco, ônibus demorado.	Me desperta um sentimento de tristeza. Não tem segurança. O centro é uma coisa boa, Eu gosto do Centro.	Um Grande mercado.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Bancário aposentado, esse sujeito, morador de um grande prédio de quitinete na Rua Solon Pinheiro destaca os aspectos de negatividade encontrados no Centro. O local específico onde mora é uma das vias mais conturbadas pelo tráfego de automóveis e transportes coletivos. Por atuar na Praça Coração de Jesus, é ali onde foca a maior parte dos problemas que vive em sua cotidianidade e de onde tira o sustento que complementa sua renda de aposentado.



O Centro *Casa de prostituição à céu aberto* é o bairro da **Destruição** que provoca sentimentos de tristeza e humilhação, pela falta de educação, degradação, falta de paz, igreja e orientação psicológicas de pessoas que não procuram outros meios “mais educativos” para trabalhar.

Quadro 12 – Mapa Afetivo do sujeito 25ME2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 25ME2C Sexo Masculino Idade 54 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 48 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Estrutural Elementos urbanos representados e relacionados em sistema.	Uma rua de pouca iluminação onde ficam pessoas procurando fazer a vida de uma maneira não aconselhável, que seria jovens fazendo programa com homens e vice-versa.	Tristeza, humilhação, falta de educação, degradação, orientação psicológica, falta paz e igreja.	É uma pena para aquelas pessoas que não procuram outros meios mais educativos para trabalhar.	Uma casa de prostituição a céu aberto.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito em nenhum momento levanta os problemas recorrentes da região Central e que se liga, obviamente, à sua estrutura física de usos e ocupações. Por morar na Rua Barão de Aratanha, num setor onde a presença residencial predomina sobre a comercial, o sujeito destaca aspectos negativos de cunho eminentemente moral sobre determinados comportamentos ligados à prostituição tecendo juízos de valores sobre os indivíduos em questão.



O centro *Bom shopping* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de tristeza, medo e insegurança provocados pelo abandono, falta de amor ao próximo, desrespeito, pelo número cada vez maior de drogados e “pelas autoridades que deveriam prestar mais atenção” com o local.

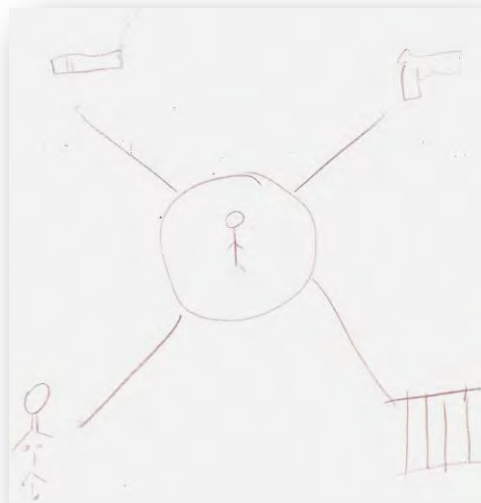
Quadro 13 – Mapa Afetivo do sujeito 37ME2A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 37ME2A Sexo Masculino Idade 47 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Autônomo Tempo de Moradia 28 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Metafórico. Elementos de uma cena urbana.	Que as autoridades deveriam prestar mais atenção no Centro, principalmente nos pontos onde hoje está concentrado um número cada vez mais crescente de drogados.	Tristeza, medo, insegurança, desrespeito, falta de amor ao próximo, abandono.	Tristeza, medo, desrespeito, insegurança, principalmente para quem visita o centro e não conhece os riscos. O melhor lugar para se morar se não fosse tudo isso que acabei de citar.	Um bom Shopping que tem tudo que você necessita.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O sujeito em questão, morador do Condomínio Ed. Jalcy, um dos edifícios de apartamento mais tradicionais do Centro, é mais um dos muitos sujeitos investigados a responsabilizar o poder público pelos problemas concentrados em seu setor de moradia, no caso específico os drogados e os riscos que a vizinhança imediata oferece.

IMAGEM DE INSEGURANÇA DO ENTORNO 2



O centro *Cidade de Deus* é o bairro da **Insegurança** que provoca no sujeito sentimento de medo no pelo tráfico, prostituição e ladrões. Fatores que o coagem ao autoencarceramento limitando o seu direito de ir e vir.

Quadro 14 – Mapa Afetivo do sujeito 24ME2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 24ME2C Sexo Masculino Idade 44 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral empregador Tempo de Moradia 37 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Sup. incompleto	Metafórico Elementos urbanos representados em forma de diagrama.	Eu sendo o Centro das observações de bandidos, traficante, prostituição e me sentindo preso ao mesmo tempo.	Tráfico, prostituição, ladrões, prisão, medo, encarceramento	Desejo me sentir mais livre e com o intuito de sair a noite e não ter medo de voltar a noite.	Cidade de Deus – com menos Deus no coração da pessoas.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito, morador da Rua Solon Pinheiro, sente-se refém no seu próprio lar diante da extrema insegurança que experimenta. Sua residência funciona – na parte da frente – como ponto comercial e o seu medidor de energia havia sido arrebatado recentemente por atos de vandalismo. Percebe-se que a metáfora utilizada pode ser uma referência ao famoso filme brasileiro homônimo.

Na Foto 13, encontramos as principais ruas onde aplicamos os instrumentos de pesquisa. Fora os sujeitos moradores em apartamentos (todos residentes na Av. Duque de Caxias) a maior frequência de levantamento de dados ocorreram nas ruas Solon Pinheiro, Floriano Peixoto e Major Facundo, Assunção, Jaime Benévolo e Barão de Aratanha. As

quatro últimas, por caracterizarem vias de tráfego moderado são justamente aquelas onde a presença do uso habitacional mais se faz notar, não por acaso, a maior parte dos dados provém das residências situadas nestes logradouros. O restante das vias que compõe o *Entorno 2*, caracteriza-se pela tendência do uso Comercial quanto mais se aproxima da Av. Tristão Gonçalves (a oeste) tendendo para o uso misto ou combinado (comércio e habitação) a partir da Rua Major Facundo em direção ao leste até encontrarmos, nas três últimas ruas (direção norte-sul), a presença maior do uso habitacional. O tipo de Comércio encontrado (principalmente no setor mais a oeste) é o subgrupo Varejo inclusive com a presença do subgrupo Inflamáveis.

Por ser um entorno intensamente invadido pelo tráfego de automóveis e transportes coletivos que vêm das zonas sul e leste da cidade, os problemas com manutenção das vias e poluição sonora e residual são uma constante na reclamação daqueles que ali residem.

Alguns dos sujeitos que selecionamos para esta análise expressam um forte teor de emotividade em seus relatos escritos. O processo de estruturação na construção do significado de determinado ambiente obedece à execução de distintos níveis perceptivos relacionados entre si e o primeiro destes níveis é a resposta afetiva registrada em forma de valoração emocional (CORRALIZA; BERENGER, 2010).

Há que se buscar – de forma mais precisa – a integração entre os aspectos afetivos e cognitivos para definir a imagem do sujeito 48FE2C. Apesar de toda a carga de negatividade referente ao seu local de moradia (como primeira resposta), o mesmo utiliza-se da metáfora do *limão* (ao final) inspirada no provérbio popular, afinal o espaço que supostamente se apresenta como dificuldade, pode ser revertido em ações positivas desde que haja um potencial para isto, fato que ele reconhece no Centro. Para ele o bairro passa pela atual situação por questões de cunho administrativo, por não haver a valorização (evidentemente, por parte do poder público) do potencial turístico e econômico do Centro histórico. Apesar de revelar sentimento negativo de desprezo por tudo que vem vivenciando no bairro, o sujeito quando questionado sobre o que pensa do bairro, reconhece aspectos bastante positivos que dizem respeito à potencialidade do Centro, tais como a vantagem de morar perto de uma área comercial, a beleza arquitetônica das edificações, a presença de serviços e instituições no bairro e a proximidade da Beira-mar.

São percepções cognitivas que devem ser levadas em consideração na determinação da imagem afetiva do sujeito que se mostra expressamente negativa. Pelo lado das emoções sua percepção é focada no entorno mais imediato, entretanto pela dimensão mais

cognitiva ele possui uma visão mais abrangente do bairro inclusive em nível de projeção, pois toca num tema caro para o PHRACF, qual seja a possibilidade de integrar amigavelmente o uso comercial e o residencial.

O que verificamos no sujeito 24ME2C já impressiona pelo nível de insegurança vivida com o seu lócus de moradia. As qualidades negativas que ele atribui ao Centro é toda focada nos aspectos sociais do entorno. O ambiente altamente estressor, por conta do tráfego intenso e da poluição sonora e residual (gases), não é citado (ou percebido) pelo mesmo, mas a presença de “bandidos e traficantes” na área. Provavelmente, pela incidência cada vez maior de imóveis em estado de ruína que estão sendo superpovoados ora por famílias, ora por grupos inteiros de pessoas que buscam sobreviver das vantagens socioeconômicas (excusas ou não) proporcionadas pelo Centro. Os cortiços, com seus ocupantes, são uma constante na reclamação dos moradores de classe média do Centro. Os sentimentos de medo e insegurança expressados por este sujeito vêm se tornando inclusive empecilho para exercer o seu direito de ir e vir. Segundo Corraliza e Berenger (2010), o sentimento de insegurança ou medo por um lugar está fundamentado na construção do significado relacionado ao mesmo em seu conjunto de situações espaciais e sociais.

Já a imagem de **Destruição** revelada pelo sujeito 28ME2K é menos explícita que a encontrada no primeiro sujeito desta análise do *Entorno 2*. Ao grande repertório de qualidades negativas expressas pelo sujeito, este declara em contrário (quase de forma incidental): “*Penso que é uma coisa boa. Eu gosto do Centro*” (28ME2K – 57 anos).

O caso do sujeito 25ME2C parece ser o mais emblemático do ponto de vista socioespacial. Residente na Rua Barão de Aratanha, uma rua de tráfego relativamente moderado, se comparado com a Solon Pinheiro. Nada das qualidades negativas expressas diretamente pelas condições agressivas do ambiente (seja em sua condição física, seja por fatores socioculturais ligados à insegurança) é registrada por ele. Entretanto a presença de indivíduos ligados à prática do *trottoir* é aquilo que mais o incomoda na situação socioambiental vivida por ele, a ponto de comparar o bairro inteiro com um “prostíbulo a céu aberto.” O caso de percepção ambiental do sujeito 25ME2C é sintomático para compreendermos a relevância dos aspectos socioambientais sobre a construção de significados dos sujeitos.

A maior parte desse entorno – recortado em todos os sentidos por vias de tráfego intenso – caracteriza-se pela extrema agressividade do ambiente tão patente na fala dos sujeitos e expressa nas imagens de **Destruição** dos mesmos.

Para completar a má conservação das praças e patrimônios arquitetônicos, associados ao sistema viário obsoleto que os circundam, impossibilita o usufruto seguro destes logradouros por parte de usuários e moradores.

Podemos perceber que a *Estima de Lugar* dos sujeitos residentes no *Entorno 2* é explicitamente **negativa** e nem poderia ser diferente, esta região é atravessada por todo o fluxo de veículos motorizados que provém da região sul, leste e oeste da cidade. Essa condição reflete-se na má conservação das vias, na poluição sonora e no intenso uso comercial encontrado neste setor onde todas as calçadas são transformadas em estacionamentos. Contribui ainda para a Estima negativa do Lugar a presença cada vez maior de edificações degradadas que são reaproveitadas para o aluguel de cortiços. A presença deste tipo de moradia vem sendo sentida, pelos moradores em geral, como intrusiva e responsável por grande parte das mazelas sociais do Centro.

6.1.3 Entorno 3 e a predominância das imagens de Destruição

Dentre todos, o *Entorno 3* foi aquele onde as respostas qualitativas relacionadas ao Centro estiveram mais vinculadas às experiências imediatas dos sujeitos com os seus ambientes de moradia. Tamanho é o predomínio da imagem **Destruição** que de 13 mapas analisados, 08 (oito) foram referentes a esta categoria. O restante das imagens assim apresentaram-se: 01 (uma) de **Insegurança**, 01 (uma) de **Agradabilidade**, 02 (duas) de **Contraste** e 01 (uma) de **Atração**. Portanto 10 Mapas Afetivos (de 13 analisados) apontaram imagens negativas do sujeito para com o seu bairro (ver apêndice 4).

Quadro 15 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no *Entorno 3*

IMAGENS ENTORNO 3	QUALIDADES	SENTIMENTOS	METÁFORA
ATRAÇÃO	Facilidade, locomoção, comércio, farmácia, merendas	Facilidades	Melhor que qualquer bairro.
CONTRASTE	A vila é boa / ladrão, Amo / perigo, saudade / desprezo	Bom / perigoso, Amor / desprezo	Carro, Um Filme
PERTENCIMENTO	_____	_____	_____
DESTRUIÇÃO	Tráfego, desprezo, desrespeito, uso de crack, prostituição, falta de zelo, assalto, tiroteio, moradores de rua, falta de fiscalização, drogas, barulho, sujeira, casa abandonada, marginais, lixo, caos, fiação congestionada, fachadas descascadas, trânsito opressor,	Medo, raiva, tristeza, desmoralização, nojo, muito ruim, vergonha, indignação	Rua 25 de Março, Bom Jardim (bairro), Conjunto Vila Velha, bairro da periferia, Genibaú, Acampamento de Ciganos, Lixão, Pior que a Periferia
AGRADABILIDADE	Calmaria, ventilação, acessibilidade, mobilidade, família	Calma, tranquilidade, felicidade	Ponto de partida
INSEGURANÇA	Falência do centro, despreparo, incapacidade, insegurança	Sentimento de perda	Minha infância

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O *Entorno 3* não apresentou a imagem de **Pertencimento** e de longe foi o entorno onde a imagem **Destruição** surgiu com maior frequência. Igualmente ao *Entorno 2* este setor caracteriza-se pelo intenso tráfego de transporte coletivos que o atravessa, embora em menor proporção que o primeiro, pois neste o tráfego provem basicamente dos bairros situados ao oeste da cidade. É porém neste entorno onde se origina boa parte dos problemas que hoje afligem a zona central como poderemos ver mais adiante.

FOTOS DA AVENIDA DO IMPERADOR

Figura 32 – Hospital César Cals à esquerda



Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 33 – Novas instalações do Beco da Poeira



Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 34 – Barracas no canteiro central



Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 35 – Av. do Imperador com Pedro I



Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 36 – Av. do Imperador



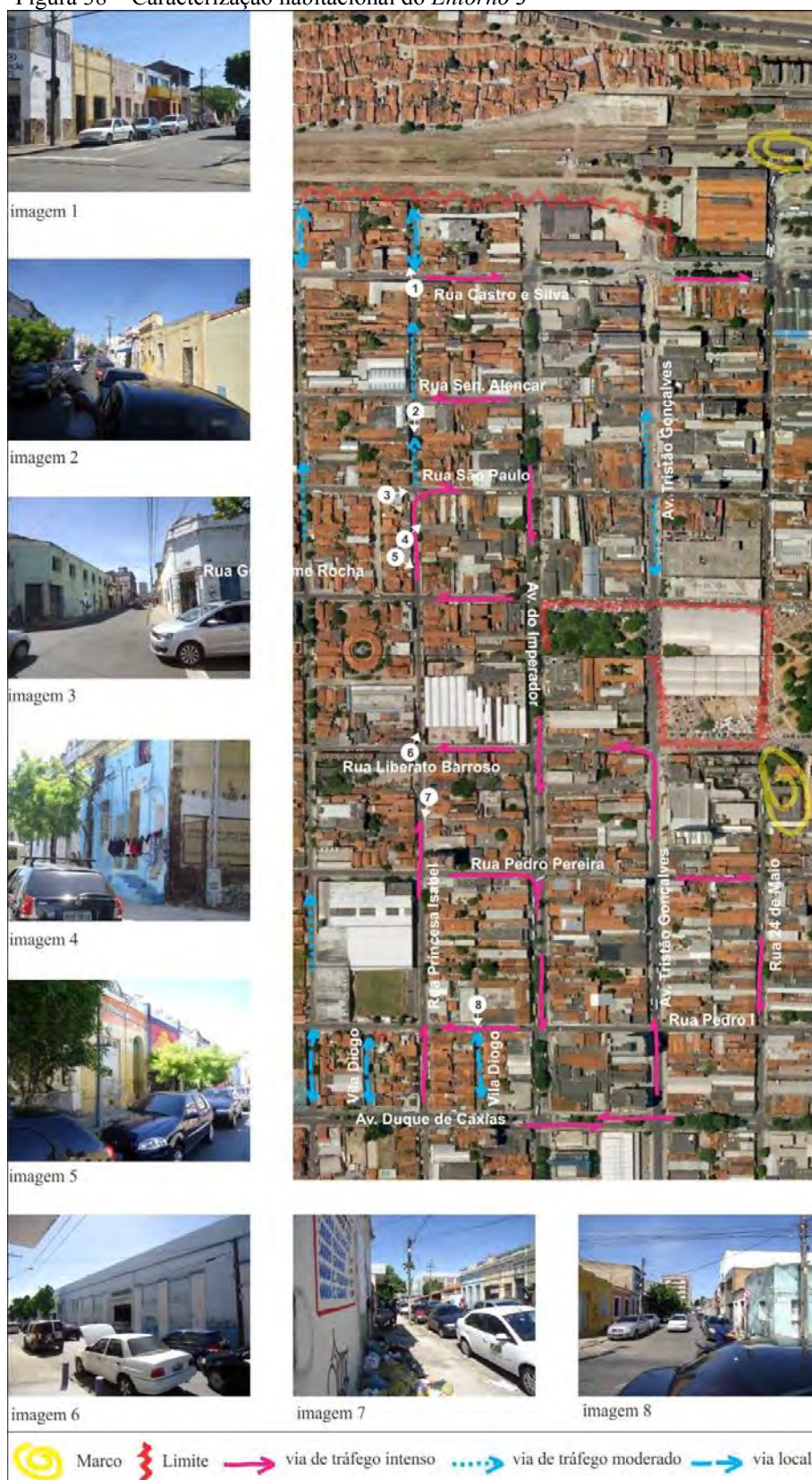
Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 37 – Início da Av. do Imperador



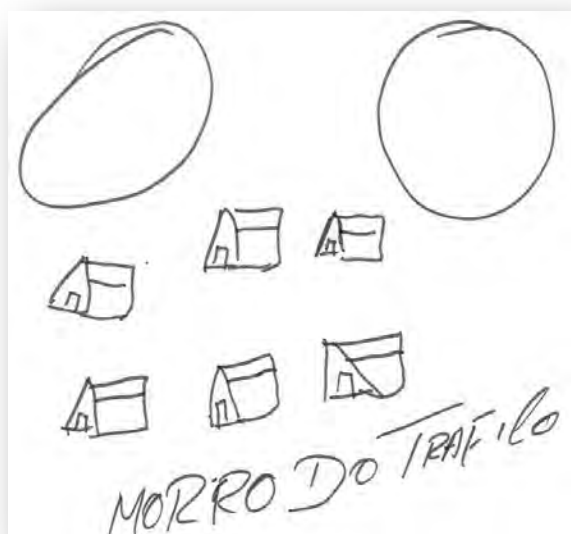
Fonte: Arquivo do autor (2012).

Figura 38 – Caracterização habitacional do Entorno 3



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

IMAGENS DE DESTRUIÇÃO DO ENTORNO 3



O Centro *Bom Jardim* é o bairro onde está presença a **Destrução** pelo sentimento de raiva em não poder criar os filhos, tendo de mantê-los trancafiados o dia inteiro por conta do tráfico, do uso de crack, da prostituição, do assalto e tiroteio.

Quadro 16 – Mapa Afetivo do sujeito 11ME3K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 11ME3K Sexo Masculino Idade 47 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral Autônomo Tempo de Moradia 15 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Fundamental incompleto	Estrutural Elementos urbanos configurados num espaço de lazer.	Que aqui tá pior que o morro do tráfico. A polícia come toco dos traficantes.	Tráfico, uso de crack, prostituição, assalto, tiroteio.	Raiva em não poder criar os filhos. 24 horas trancados.	Bom Jardim (bairro)

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito, morador de uma quitinete da Rua Princesa Isabel, representa um padrão de comportamento recorrente encontrado em alguns dos moradores do citado logradouro. A imagem de Destrução ligada a bairros da periferia é uma característica constante por parte dos moradores do Centro como um todo.



O Centro *Conjunto Vila Velha* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de nojo vivido com a presença das drogas, dos assaltos e da falta de segurança da Rua Princesa Isabel.

Quadro 17 – Mapa Afetivo do sujeito 30ME3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 30ME3C Sexo Masculino Idade 59 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Profissional liberal Tempo de Moradia 16 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Metafórico Desenho do rosto do demônio.	O diabo A Rua Princesa Isabel	Drogas, assaltos, Barulho, segurança (falta), sujeira.	Drogas, assaltos, nojo, Princesa Isabel	Conjunto Vila Velha (Barra do Ceará)

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Se compararmos este Mapa com o anterior, perceberemos o quão afetivamente idênticos eles são em qualidade, sentimento e metáfora. No entanto, ao analisarmos os dados sociodemográficos, é notória a diferença de renda, de grau de instrução e até mesmo de situação tipológica de moradia.



O centro *Bairro Genibaú* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de vergonha e raiva provocada no sujeito pela falta de respeito com as pessoas que frequentam o lugar, desorganização, falta de limpeza e pela sujeira em torno de tudo.

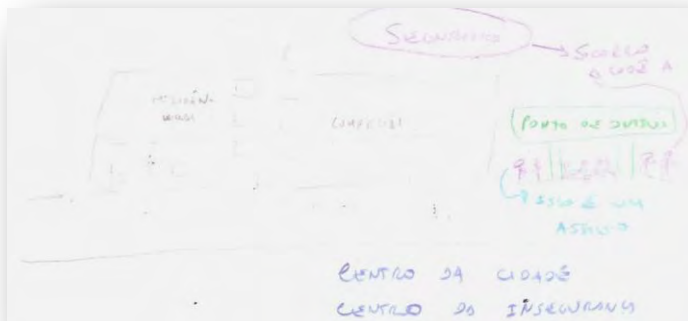
Quadro 18 – Mapa Afetivo do sujeito 51ME3A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 51FE3A Sexo Feminino Idade 23 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral outros Tempo de Moradia 05 anos Tipologia Residencial Residência multifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Estrutural Elementos urbanos (árvores, lixo, passeio) representados em conjunto.	Árvores com lixo em volta, pedras soltas em volta da praça. Sujeira em torno de tudo.	Falta de respeito, desorganização, desrespeito, falta de limpeza, vergonha, raiva.	Vergonha, raiva, falta de respeito, com as pessoas que frequentam esse lugar.	Parecendo com o bairro Genibaú, desordem total.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito morador de apartamento situado na Rua Guilherme Rocha, quase esquina com a Imperador, vivencia todos os problemas inerentes ao local (um dos principais pontos de acesso dos transportes coletivos que ligam o Centro aos bairros situados ao seu oeste) o burburinho, a presença dos camelôs da Praça da Lagoinha (cercada pelos tapumes das obras do METROFOR) e a sujeira concorrem para imagem de caos do lugar.

IMAGEM DE INSEGURANÇA DO ENTORNO 3



O Centro *Minha infância* é o bairro da **Insegurança** pelo sentimento de medo e insegurança que se refletem na perda da própria identidade do sujeito com o bairro em vista do despreparo, incapacidade, falência do local e insegurança total pela falta de policiamento.

Quadro 19 – Mapa Afetivo do sujeito 32ME3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 32ME3C Sexo Masculino Idade 34 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral empregador Tempo de Moradia 34 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Representação de elementos urbanos através de edificações diferenciadas alinhadas ao longo de uma via.	Insegurança total do centro e uma bela falta de policial.	Medo, insegurança, falência do Centro, despreparo, incapacidade.	Desperta um sentimento de perda da minha própria liberdade.	Com minha infância.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

A metáfora da Infância, se associada às imagens de insegurança atualmente vividas pelo sujeito, revelam aspectos de saudosismo quando o próprio sujeito percebe a perda de um sentimento de liberdade que supostamente vivera com o bairro, onde nascera e se criara há 34 anos (como podemos constatar nos dados sociodemográficos).

IMAGEM DE CONTRASTE DO ENTORNO 3



O centro *Carro* é o bairro do **Contraste** porque ao mesmo tempo em que é bom pela proximidade da igreja e do mercado é perigoso por conta dos muitos assaltos, dos ladrões e dos alagamentos no período de chuva.

Quadro 20 – Mapa Afetivo do sujeito 33FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 33FE3C Sexo Feminino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral autônoma Tempo de Moradia 07 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução: Médio completo	Estrutural Elementos urbanos configurados de forma esparsa no espaço.	O centro é muito bom de morar, mas tem muito perigo, muito assalto, mas tem os benefícios porque é perto de tudo. Tem o problema da chuva porque o saneamento todo é entupido.	A vila é boa, ladrão, perto da Igreja, perto do mercado, facilidade de escola dentro do centro.	Bom porque é perto da Igreja, perigoso porque tem muito assalto ou porque fica tudo alagado quando chove.	Com um carro, porque o carro leva a qualquer lugar e no Centro você resolve tudo.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Este sujeito morador da Vila Elisa Diogo representa as polaridades afetivas próprias das imagens de Contraste. Os aspectos positivos expressados pelo sujeito é a representação da imensa maioria dos sujeitos investigados no Centro, ou seja, a positividade associada quase sempre aos aspectos utilitários ofertados pelo Centro. Em contrapartida, os aspectos negativos são bem variados, como podemos ver pelo mapa

Uma sequência de 04 (quatro ruas) na direção norte-sul conforma uma grande área de transbordo, receptáculo dos habitantes provindos de bairros os mais diversos da cidade. São elas: a Rua Gal. Sampaio, Rua 24 de Maio, Av. Tristão Gonçalves e Av. do Imperador. Esta última marca o limite oeste do Centro, e o seu eixo, por constituir o maior número de pontos terminais de transporte coletivo, vem marcando a paisagem deste entorno de forma decisivamente negativa. Sujeira, desordem, má conservação do espaço urbano, invasão do espaço público pelo comércio informal, violência ligada à delinquência e ao

tráfico de narcóticos, boa parte dos problemas hoje encontrados no Centro possuem seu foco no *Entorno 3*.

A oeste da Av. do Imperador, encontramos duas situações de uso. Na extremidade sul do entorno (margeando a Av. Duque de Caxias), a presença pontual de duas vilas (Elisa Diogo e Jardim Santa Isabel) respondem pelo uso predominantemente habitacional encontrado neste entorno. Outra conformação onde predomina o uso habitacional encontra-se no extremo oposto, ao norte do entorno. Nesta segunda situação, o pátio de manobras da antiga RFFSA, bem como o Cemitério São João Batista, impõem barreiras físicas confinando as ruas que se orientam na direção norte-sul, transformando estas vias comerciais – a partir da Rua São Paulo – em vias de uso praticamente local.

Da Rua Pedro I até a Rua São Paulo, o uso é misto com a presença mais ou menos equilibrada entre o uso residencial e o uso comercial ligado ao pequeno varejo (bodegas e pequenas mercearias) e Prestação de Serviços. Marcante, entretanto, tem sido a presença massiva dos cortiços. Antigos casarões situados nas ruas Princesa Isabel e Tereza Cristina vêm sendo sistematicamente (e precariamente) reformados com objetivo de auferir renda aos seus proprietários. Este fenômeno de “encortiçamento” do Centro, notadamente nos setores oeste e norte desta região, vem tomando proporções quase endêmicas pela proliferação dessa modalidade de moradia e a situação preocupante em que se encontram os indivíduos alojados em tais habitações.

A presença desses moradores dividindo o espaço com famílias de baixa renda, vindas do interior do estado e da periferia juntamente com os antigos moradores das ruas em questão, vem acarretando sérios problemas de relacionamento de ordem sociocultural que refletem diretamente sobre as questões da ambiência do lugar.

Nosso levantamento de dados foi em grande parte colhido na Rua Princesa Isabel, logradouro onde se avolumam boa parte dos problemas do *Entorno 2*, principalmente no que toca aos aspectos dos usos e ocupações da área. As ruas Guilherme Rocha, São Paulo e Vila Diogo foram os outros logradouros onde aplicamos o instrumento gerador dos Mapas Afetivos.

No processo de coleta aleatório, percebemos na Rua Princesa Isabel, duas situações socioambientais distintas conviventes lado a lado e separadas por alguns poucos metros, apenas. Os sujeitos 11ME3K e 30ME3C, bem como outros que possuem suas residências compreendidas entre o citado trecho desta rua, revelaram fortes cores emocionais em suas falas, bem como em suas expressões pictóricas, de modo que a vizinhança com os

cortiços e toda uma gama de problemas oriundos dessas condições de moradia tem provocado verdadeiros sentimentos de terror com a situação vivida.

O bairro Centro, em ambas as situações, foi associado a um problema estritamente “setorial” visto que a própria rua onde o sujeito 30ME3C reside (no caso a Princesa Isabel) é representada pela figura do “Diabo”.

Na mesma Rua Princesa Isabel (após a Rua São Paulo – sentido sul/norte), apenas alguns metros distantes da presença dos cortiços, há uma ligeira divergência nos significados atribuídos ao Centro. Não se pode deixar de reconhecer o conteúdo afetivo de negatividade dos mesmos, porém não encontramos o grau emotivo abertamente expressado dos primeiros. Apesar das imagens de insegurança expressadas, o sujeito 32ME3C faz uma referência nostálgica de um tempo perdido, comparando o Centro com a própria *infância*, ciclo de sua vida onde certamente o bairro oferecia-lhe mais liberdade para o desfrute de seus espaços.

Aplicamos 03 (três) instrumentos dos Mapas Afetivos na Vila Elisa Diogo – uma travessa situada entre a Duque de Caxias e a Pedro I – logradouro onde o acesso às residências se dá por uma viela de circulação local. Interessante constatar que apesar da relativa proximidade do já mencionado setor crítico da Princesa Isabel, as imagens encontradas em três integrantes desta Vila ficou dividida entre a Atração e o Contraste. O sujeito 33FE3C, morador da vila além de queixar-se dos problemas inerentes à violência, expressa sua insatisfação com os problemas da infraestrutura local, entretanto não deixa de perceber também as vantagens funcionais de residir no Centro. Diferentemente, o sujeito 51FE3A, morador da Guilherme Rocha, ressalta outros tipos de problemas, mais especificamente às questões referentes à conservação urbana. De fato, o local onde mora o sujeito em questão é um dos ambientes mais agressivos do entorno (praticamente esquina com Av. do Imperador). A proximidade dos camelôs ocupando toda a lateral da Praça da Lagoinha e o intenso tráfego de automóveis e transportes coletivos (que fluem pela Guilherme Rocha) contribui fortemente para degradação ambiental do lugar.

As poucas áreas verdes do local são ocupadas pelo comércio informal, inclusive o canteiro central da Av. do Imperador. O trecho que sobra da Praça da Lagoinha – hoje interditada pelas obras do METROFOR – está também inteiramente ocupado pelos camelôs. Os poucos exemplares de patrimônio histórico arquitetônico situado na área estão em péssimo estado de conservação.

As condições socioambientais extremamente agressivas do *Entorno 3* não possibilitaram nenhuma imagem de **Pertencimento**. Para nós este fato é um aspecto que reforça a Estima de Lugar **negativa** de seus moradores. A imagem de **Destruição** permeia

quase todas as falas dos sujeitos. A presença do comércio informal, as ações criminosas (associadas quase sempre aos moradores dos cortiços), a sujeira e a má conservação do espaço público são percebidos como os principais transtornos do lugar.

6.1.4 Entorno 4: entre o Contraste e a Destruição

Na pesquisa qualitativa, encontramos somente 03 (três) tipos de categoria afetiva: **Destruição** (03), **Contraste** (04) e **Insegurança** (01), portanto três categorias de afetividade ligadas aos aspectos negativos do bairro e, no caso em questão, intimamente vinculadas ao entorno mais imediato onde estão implantadas as residências dos sujeitos.

Quadro 21 – Quadro síntese das imagens afetivas e metáforas encontradas no *Entorno 4*

IMAGENS ENTORNO 3	QUALIDADES	SENTIMENTOS	METÁFORA
ATRAÇÃO	_____	_____	_____
CONTRASTE	Mudar o Centro / mendigo, Insegurança Noturna / Amizade de dia	Felicidade / abandonado desejo de melhoras, tristeza / melhor que antigo bairro	Senhor Charmoso, Selva-Deus dará, Lembra o meu interior, De tudo tem de tudo falta
PERTENCIMENTO	_____	_____	_____
DESTRUIÇÃO	Desorganização, sujeira, muito buraco, mau cheiro, falta de arborização, Excesso de contramão, dificuldades, tempo perdido, Lixo, buraco, muita muriçoca	Raiva	Rua 25 de Março, Tumulto, Favela
AGRADABILIDADE	_____	_____	_____
INSEGURANÇA	Falta segurança noturna, policial nos pontos de ônibus	Insegurança e Medo	Cemitério abandono

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Para PRHACF, o setor norte do *Entorno 4* é a região mais emblemática do Centro tanto por representar a área mais abandonada e degradada, quanto por ser dotada de presença de forte uso institucional, visto como plano como um dos grandes potenciais da área.

Boa parte desses valiosos patrimônios histórico-culturais e arquitetônicos, conforme descritos na caracterização do *Entorno 4*, foram construídos nas encostas do planalto onde o Centro se desenvolveu numa implantação que “negou” a presença da orla marítima.

A situação agrava-se quando em 1973 inaugura-se a Av. Pres. Castelo Branco (na gestão do prefeito Vicente Carvalho Fialho), construída para interligar zona industrial da Barra do Ceará à zona portuária do Mucuripe.

FOTOS GERAIS DO CENTRO HISTÓRICO

Figura 39 – Galeria Liberato Barroso



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 40 – Pedro I esq. com Gal. Sampaio



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 41 – Rua Gal. Sampaio



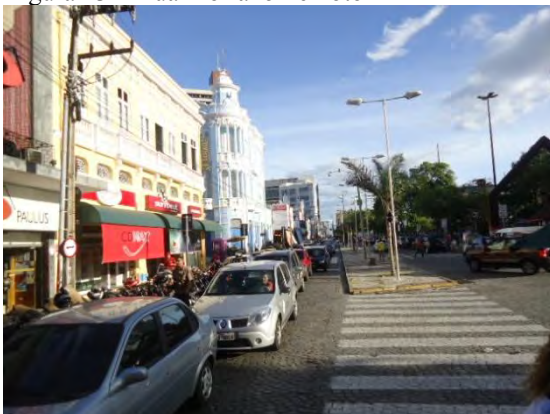
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 42 – Rua Pedro Pereira



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 43 – Rua Floriano Peixoto



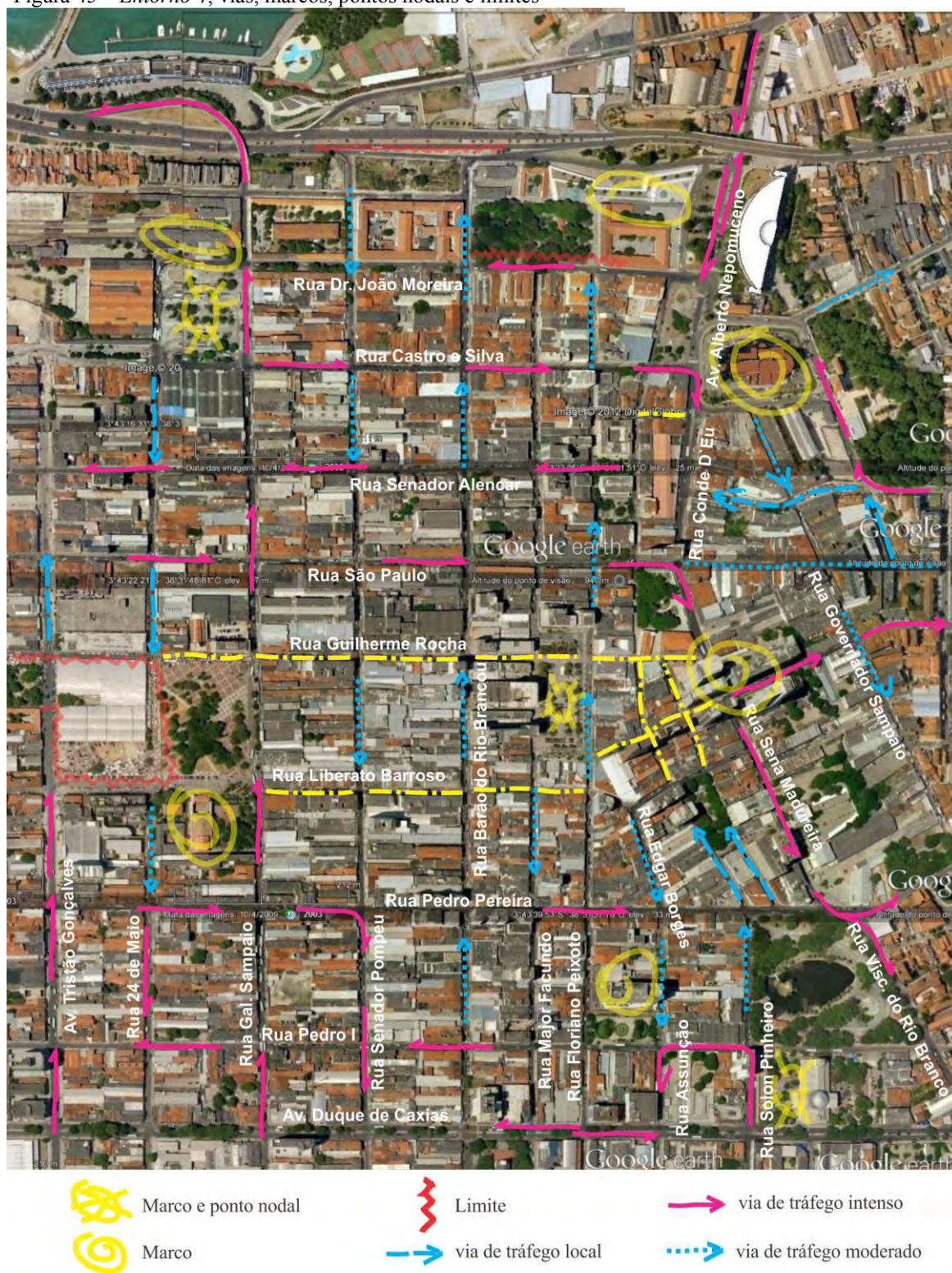
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 44 – Gal. Sampaio esq. com Pedro Pereira



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 45 – Entorno 4, vias, marcos, pontos nodais e limites



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

LOGRADOUROS PESQUISADOS DO CENTRO HISTÓRICO

Figura 46 – Rua São Paulo (quitinetes)



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 47 – Rua São Paulo (quitinetes)



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 48 – Rua Senador Alencar (quitinetes)



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 49 – Rua Senador Alencar (quitinetes)



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 50 – Rua Senador Pompeu (quitinetes)



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Figura 51 – Rua Liberato Barroso



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

IMAGEM DE DESTRUIÇÃO DO ENTORNO 4



O Centro *25 de Março* é o bairro da **Destruição** percebida pela tremenda falta de atenção com um bairro que geram a desorganização, sujeira, buraqueira, mau cheiro e falta de arborização e pelas calçadas, tomadas por vendedores ambulantes

Quadro 22 – Mapa Afetivo do sujeito 10ME4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 10ME4K Sexo Masculino Idade 39 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral empregado Tempo de Moradia 21 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Estrutural Vários elementos urbanos representados de forma desconexa.	Significa uma desorganização no que diz respeito aos prédios no Centro. São muitos antigos, poucos tem reforma. As lojas também são prédios velhos e os donos não se preocupam em reformá-los.	Desorganização falta de atenção, sujeira, muito buraco, mau cheiro, falta de arborização.	Uma tremenda falta de atenção com o centro, um bairro tão bem visitado pelos moradores de outros bairros. As calçadas são tomadas por vendedores ambulantes.	Com a Rua 25 de Março em São Paulo.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Morador da Rua Liberato Barroso esquina com a Av. Tristão Gonçalves, esse sujeito vivencia – como muitos inseridos no *Entorno 4* e imediações (*Entorno 3*) – um conjunto de fatores problemáticos do ponto de vista sociourbano. As obras do METROFOR, em seu trecho no bairro, arrastam-se há longos anos, fato que vem provocando transtornos na circulação de veículos e pedestres, exacerbados ainda pela massiva presença dos camelôs nas calçadas e muitas vezes no leito carroçável das ruas.

IMAGENS DE CONTRASTE DO ENTORNO 4



O centro “*Senhor charmoso*” é bairro do **Contraste** pelo sentimento de angústia, impotência, raiva e impaciência de viver num local sem lei, sem respeito e sem ética, mas ao mesmo tempo é o local de Vida, onde se deve lutar por ela, onde se devem ouvir as coisas de “poesia, amor e cuidado” que esse “Senhor Chamoso” tem a nos contar em sua vontade de ser reconhecido.

Quadro 24 – Mapa Afetivo do sujeito 39ME4A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 39ME4A Sexo Masculino Idade 39 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 04 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Metafórico Elementos de representação de uma cena urbana.	Tentei ver o centro pelo lado mais simpático, mas o momento que estou vivendo não me deixa pensar em outra coisa. Estou a beira do desespero, mas vou continuar lutando contra a ignorância dos “chefes” e a falta de cuidado com o nosso Centro.	Impotência, Angústia, Raiva, Impaciência, Ignorância, Vida (lutar por ela)	Angústia de viver num lugar sem lei, sem respeito e sem ética.	Comparava com um “Senhor” charmoso, mas maltratado, sem roupas, sem dentes. Empobrecido por não haver mais trabalho na sua área, “poesia, amor e cuidado”. Esse senhor está cheio de coisas pra falar, histórias pra contar e vontade de ser reconhecido.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O sujeito é morador da Rua Visconde de Sabóia (continuação da São Paulo) num trecho que fica praticamente dentro da famigerada zona atacadista da área central. Pelos seus relatos, desenhos e expressões ele vive num ponto do Centro onde as condições sociourbanas são extremamente estressoras. Sobre a metáfora escolhida pelo mesmo comentaremos mais adiante.



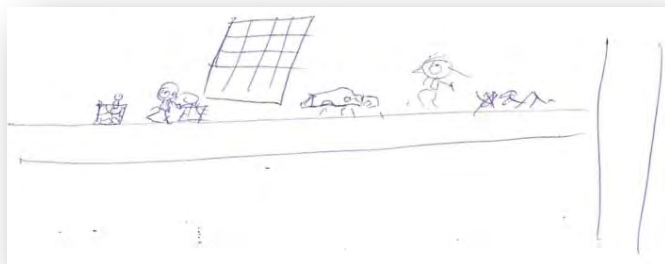
O Centro *Selva – Deus dará* é o bairro do **Contraste** pela felicidade em ter um canto não só pra si, mas para todos que moram no Centro, da comodidade de morar no bairro, pois é ruim morar longe e ter que pegar ônibus, mas ao mesmo tempo é bairro do abandono, dos mendigos que dormem na praça, dos prédios velhos que precisam ser reformados, do local que só dá drogado.

Quadro 25 – Mapa Afetivo do sujeito 41FE4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 41FE4K Sexo Feminino Idade 58 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral autônoma Tempo de Moradia 07 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Metafórica A tomada de um único elemento do urbano pelo urbano como um todo.	Casas para todos no Centro. O centro está abandonado, só drogado.	Mudar o centro, Moradia no centro, reformar os prédios velhos, nas praças dorme mendigo.	Felicidade em ter um canto, não só eu mas todos aqui no centro. Morar longe é ruim tem que pagar ônibus.	O centro está que nem uma selva, está a Deus dará.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O sujeito em questão – assim como o sujeito 23ME4K – mora justamente na área considerada pelo PRAHCF como a mais emblemática do Centro pelo estado de abandono e deterioração das residências presentes, o já comentado Setor Estratégico 3. Mesmo morando em plena Rua São Paulo e reconhecendo as mazelas urbanas do Centro, o sujeito ressalta o potencial de se morar no Centro, inclusive sugerindo temas que presentes nas diretrizes do PRAHCF tais como a recuperação de prédios antigos com objetivo de adaptá-los à moradia.



O centro que *Lembra o meu interior* é o bairro do **Contraste** pelo sentimento de insegurança noturna decorrente do abandono, da falta de assistência das autoridades, mas também do movimento de sobe e desce diurno, com a presença de muitas amizades durante o dia e da vontade de ver o lugar restaurado e modificado para que não seja necessário as pessoas terem de sair do bairro.

Quadro 26 – Mapa Afetivo do sujeito 40ME4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 40ME4K Sexo Masculino Idade 65 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral empregador Tempo de Moradia 20 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Esboço de elementos urbanos.	A minha rua: Prédios e muita gente, bastante movimento, pois somente o movimento é durante o dia, pois a noite é bastante abandonado e sem assistência das autoridades.	O movimento de sobe e desce, Taxi estacionado indevidamente, Insegurança noturna, Muita amizade durante o dia, restaurantes não funcionam à noite, quando aqui cheguei era calmo.	Um prédio de dois pavimentos e estou residindo no mesmo a 30 anos, pois conheço todos os comerciantes e frequentadores, pois gostaria que tudo isso fosse restaurado e modificado, para que as pessoas ter o que fazer e não fosse necessário sair para outro lugar.	Gosto da convivência pois lembra o meu interior.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Dono de pequena indústria de aviamentos instalada em antigo edifício na Rua São Paulo, esse sujeito, como muitos outros que possuem pequenas empresas no Centro, também mora na mesma edificação onde exerce suas atividades. Da mesma forma que o sujeito 41FE4K, ressalta a importância da recuperação e restauro dos edifícios como forma de manter no bairro aqueles que trabalham e moram no local.

A implantação da Av. Leste-Oeste – margeando a praia – impossibilita, com sua estrutura (e tráfego) de via arterial, a livre articulação do Centro com a orla marítima constituindo, em conjunto com o Cemitério São João Batista, Estação João Felipe, Passeio Público e a 10ª Região Militar em grande faixa ou paredão que ao longo do tempo foi

limitando o fluxo de pessoas e mercadorias nas ruas com sentido sul-norte e, por consequência, os investimentos no setor produtivo e mesmo habitacionais.

Assim, é comum notarmos, especificamente no setor mais ao norte do Centro – a partir da Rua São Paulo – a presença maior de edifícios comerciais fechados ou em vias de fechar. Os problemas com a conservação de imóveis são também mais patentes neste setor ao norte, local onde aplicamos a maioria dos nossos instrumentos de pesquisa (ao todo 08, pelos motivos já explicados). O uso habitacional no *Entorno 4*, com raríssimas exceções, é a tipologia de cubículos (quitinetes) e dessa forma encontramos basicamente três padrões de edificação: A quitinete ocupando antigos casarões do Centro (a que apresenta piores condições de moradia), as salas de antigos escritórios (ocupadas sem qualquer adaptação) e por último a demolição da edificação antiga (total ou parcial) e a autoconstrução⁴⁶ de cubículos para moradias.

Apesar de ser o *Entorno 4* o lugar onde se concentra a maior parte dos monumentos, os marcos visuais, a presença maciça do comércio, toda essa estrutura vista como vantagem pelos moradores de outros entornos, não encontramos na pesquisa qualitativa, nenhum sujeito que ressaltasse tais qualidades. Quando encontramos alguma referência ao comércio ela é expressa de forma negativa como é o caso do sujeito 10ME4K ao comparar o Centro com a Rua 25 de Março. Essa associação com a folclórica e problemática rua paulistana evidentemente diz respeito à “posse” do espaço público (vias, praças e passeios) por parte do comércio informal, os camelôs. Comparação encontrada em outras ocasiões e sempre no mesmo sentido. Outro problema que o mesmo sujeito frisa, e que comentamos acima, é a falta de manutenção do espaço de uma forma geral.

O sujeito 23ME4K já destaca outro ponto preocupante neste setor que é o problema da insegurança noturna. Por ser uma das áreas mais abandonadas mesmo durante o dia, o sujeito ressentia-se da falta de liberdade por não poder usufruir o Centro durante à noite em suas caminhadas necessárias. A presença de focos de delinquência principalmente nas praças da redondeza e a falta de policiamento em tais locais são queixas constantes em sua fala que o fizeram comparar o Centro a um “cemitério abandonado”.

O sujeito 39ME4A é um dos mais emblemáticos do *Entorno 4*, a carga emotiva que vivencia por residir praticamente dentro do setor comercial de uso atacadista contrastam tão fortemente com os conceitos e entendimentos que possui do bairro que não deixam dúvidas quanto à sua imagem afetiva atual do Centro. No caso específico desse sujeito o

⁴⁶Toda e qualquer construção executada sem os processos formais de projeção ou planejamento e geralmente realizada à revelia dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização edilícia.

tempo de moradia só tem agravado a sua situação. Ao que tudo indica, ele está numa situação limite onde a perda de elasticidade⁴⁷ progressiva, em função da persistência da exposição às pressões ambientais, provocam condições comportamentais de vulnerabilidade que respondem pela diminuição significativa da resistência aos acontecimentos estressantes, gerando dessa forma uma irritabilidade mais forte em quem vivencia tais situações (MOSER, 2001).

Destacamos no sujeito 41FE4K e 40ME4K, ambos moradores de quitinete, preocupações similares quanto ao destino habitacional do Centro. Mesmo sem o conhecimento do plano habitacional para o bairro, ambos tocam sobre a importante questão da moradia no Centro como um desejo, quase em tom de sonho, em ver o Centro modificado com a presença do uso habitacional, com a reforma dos prédios antigos (provavelmente para servir a este uso), sonhos estes contemplados pelo discurso do PRAHCF que prevê a reforma e adaptação de antigos edifícios de escritório bem como a construção de novas unidades habitacionais principalmente para este setor do Centro.

No sujeito 41FE4K, o interesse é evidentemente habitacional, já no sujeito 40ME4K a intenção de incremento do uso habitacional do Centro parece ir de encontro aos seus interesses comerciais, pois o mesmo é empregador de uma fabriqueta de aviamentos e seus clientes estão (ainda), em sua grande maioria, instalados no Centro.

Na pesquisa qualitativa, nenhuma imagem positiva foi por nós apreendida. A Estima de Lugar **negativa** dos sujeitos deste entorno parece apontar – implícita e explicitamente – para as questões do abandono sazonal (noite e final de semana) que o Centro experimenta. Entretanto, de todos os entornos analisados, foi o que apresentou a maior quantidade de imagens de **Contraste**. Essa imagem revela-se nas expressões dos sujeitos que percebem a grande vantagem de habitar num lugar que lhes possibilitam a comodidade do fácil acesso às suas atividades diárias. Fator que será claramente explicitado na análise complementar dos Mapas Afetivos.

⁴⁷Moser (2001), para compreender os graus de comportamento (reação) dos indivíduos frente às condições ambientais estressoras como o barulho, o calor, a poluição, ou a densidade, constatou que as pesquisas anteriores em Psicologia Ambiental não haviam levado em conta a dimensão temporal. Em seus estudos incluindo o fator tempo percebeu que os indivíduos submetidos a tais condições ambientais parecem obedecer a uma *lei de elasticidade* que permite distinguir três particularidades comportamentais essenciais, onde conjugado às questões ambientais, sociais e cognitivas temos o tempo como fator importante para o processo de resposta comportamental.

6.1.5 Análise estatística complementar dos Mapas Afetivos

A análise estatística complementar dos Mapas Afetivos comprovou, em grande medida, os resultados encontrados na aplicação qualitativa do instrumento. Confirmou-se, de fato, que a heterogeneidade espacial do Centro pode definir grupos de comportamento sobre seus moradores a partir das especificidades socioambientais já comentadas.

Tabela 2 – Diferença de médias entre as imagens Agradabilidade, Contraste, Destruição, Atração, Pertença e Insegurança em função do Entorno (n=100)

Variáveis	Grupos	M	dp	F
Agradabilidade	Entorno 1	3,63	0,52	5,83*
	Entorno 2	3,56	0,66	
	Entorno 3	2,97	0,66	
	Entorno 4	3,54	0,87	
Contraste	Entorno 1	3,74	0,62	2,74
	Entorno 2	3,79	0,55	
	Entorno 3	3,37	0,82	
	Entorno 4	4,05	0,23	
Destruição	Entorno 1	2,42	0,78	4,38**
	Entorno 2	2,67	0,82	
	Entorno 3	2,70	0,95	
	Entorno 4	3,58	1,05	
Atração	Entorno 1	3,88	0,70	8,88*
	Entorno 2	3,55	0,55	
	Entorno 3	3,12	0,44	
	Entorno 4	4,14	0,66	
Pertença	Entorno 1	3,41	0,81	4,48**
	Entorno 2	3,30	0,90	
	Entorno 3	2,56	1,04	
	Entorno 4	2,95	0,89	
Insegurança	Entorno 1	3,32	0,82	3,34
	Entorno 2	3,56	0,74	
	Entorno 3	3,78	0,93	
	Entorno 4	4,17	0,69	

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Nota: * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,01$.

Foi realizada uma Análise de Variância (ANOVA) levando em consideração cada categoria da escala Likert e entornos. Os resultados indicaram diferenças significativas entre os níveis **Agradabilidade** ($F = 5,83$, $p < 0,001$), **Destruição** ($F = 4,83$, $p < 0,01$), **Atração** ($F = 8,88$, $p < 0,001$) e **Pertencimento** ($F = 4,48$, $p < 0,01$) quando comparados os Entornos (1,

2, 3 e 4). Nas demais categorias (Contraste e Insegurança) não foram encontradas diferenças de médias significativas entre os Entornos. Conforme os resultados da Tabela 2, apenas dois entornos revelaram-se estatisticamente significativos quanto às categorias afetivas investigadas. No *Entorno 1* sobressaíram-se significativamente as categorias **Pertencimento** e **Agradabilidade** quando comparado aos outros entornos.

Em nossa análise qualitativa, a presença equilibrada de categorias afetivas no *Entorno 1*, atribuímos à diversidade socioambiental específica do entorno ou seja, a presença de usos e ocupações diversificados, da maior quantidade de áreas verdes, dos diferentes desenhos urbanos e sua influência sobre tráfego local, dos diferentes padrões sociais encontrados etc.

Outro contexto onde as categorias afetivas se evidenciaram de forma significativa foi o *Entorno 4*. Neste setor do Centro (maior de todos em área física e menor em área efetivamente ocupada pelo uso habitacional), prevaleceram as categorias de **Destruição** confirmado também na pesquisa qualitativa e a categoria **Atração** quando comparados aos outros entornos, esta última para nós de certa forma surpreendente pois na análise qualitativa não aparece em nenhum momento.

Importante evidenciar que das categorias que não apresentaram margem significativa em nenhum entorno (**Insegurança e Contraste**), ambas alcançaram maiores médias também no *Entorno 4*. Fato que se justifica pelos níveis de abandono noturno, mas também pela pujança do comércio e do tráfego constante de pessoas e veículos motorizados.

A maior surpresa para nós, entretanto, foi perceber que as categorias **Destruição** ou **Insegurança** não apresentaram frequência significativa no *Entorno 3* apesar das médias encontradas neste entorno só ficarem abaixo do *Entorno 4*. Foi justamente naquele entorno onde colhemos as impressões mais negativas de seus moradores por parte dos mapas afetivos.

Essas divergências são passíveis de ocorrer devido ao objetivo diretivo e parcialmente fechado da escala Likert, onde o sujeito dispõe de todas as categorias distribuídas uniformemente pelo questionário tendo que, necessariamente, optar por uma dentre cinco alternativas objetivas. Também podemos inferir sobre a validade de algumas assertivas, ou seja, a precisão do instrumento para medir estas categorias afetivas.

Fizemos também o cruzamento de dados entre as 03 (três) diferentes tipologias residenciais habitadas pelos sujeitos e as categorias afetivas da escala Likert. Essa correlação estava inicialmente em nossos planos uma vez que não podemos compreender as questões da vizinhança ignorando as relações que existem entre esta e o fator residencial (AMERIGO; LOPEZ, 2010). No caso específico do Centro a maior tipologia encontrada foi a residencial

unifamiliar (casa térrea ou assobradada), porém não nos restringimos a essa tipologia, nos deparamos também com a presença marcante de moradias do tipo cubículo (quitinetes) e a tipologia residencial multifamiliar (apartamentos). Pelas razões antes expostas, a tipologia que predominou fortemente foi a residencial unifamiliar (ver Tabela 3 a seguir).

Tabela 3 – Diferença de médias entre as imagens Agradabilidade, Contraste, Destruição, Atração, Pertença e Insegurança em função do tipo de moradia (n=100)

Variáveis	Grupos	<i>m</i>	<i>dp</i>	F
Agradabilidade	Casa	3,52	0,64	1,94
	Apartamento	3,17	0,55	
	Kitinete	3,60	0,84	
Contraste	Casa	3,70	0,67	0,81
	Apartamento	3,53	0,63	
	Kitinete	3,86	0,50	
Destruição	Casa	2,46	0,83	5,31*
	Apartamento	3,00	0,53	
	Kitinete	3,21	1,25	
Atração	Casa	3,68	0,71	0,67
	Apartamento	3,47	0,55	
	Kitinete	3,75	0,63	
Pertença	Casa	3,25	0,92	0,93
	Apartamento	3,11	1,00	
	Kitinete	2,84	0,88	
Insegurança	Casa	3,39	0,83	4,46
	Apartamento	3,97	0,69	
	Kitinete	3,90	0,87	

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Nota: * $p \leq 0,01$.

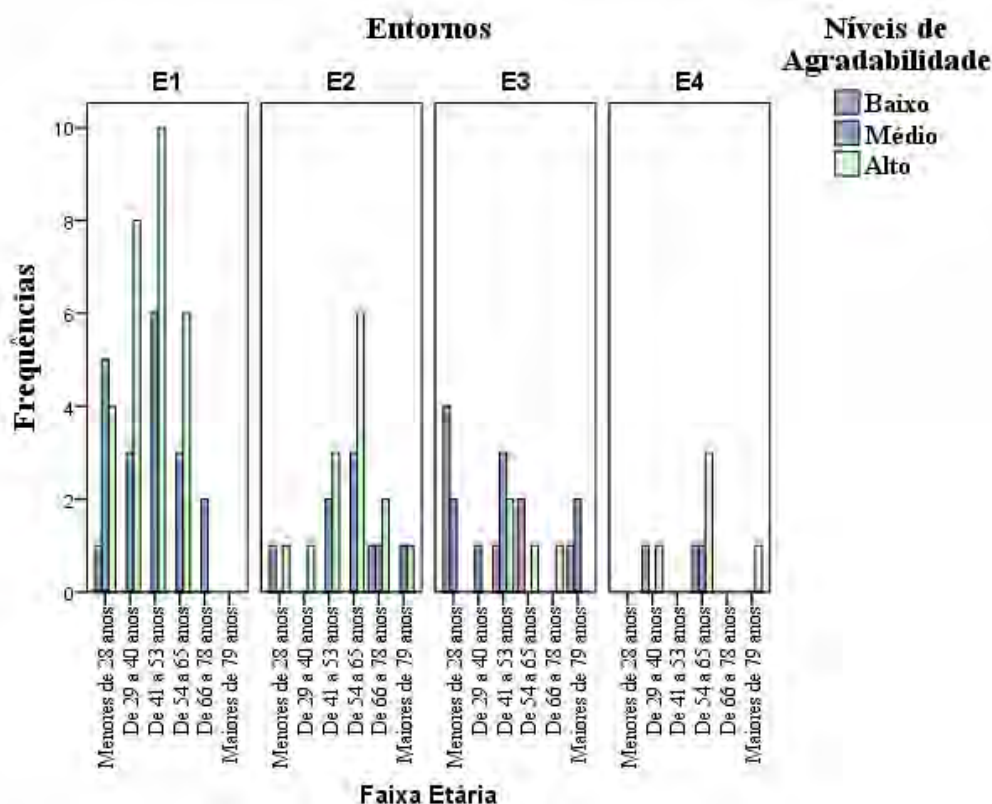
Os resultados indicaram diferenças de médias significativas na categoria Destruição ($F = 5,31$, $p < 0,01$) quando comparados os moradores de Casa ($m = 2,46$; $dp = 0,83$), Apartamento ($m = 3,00$; $dp = 0,53$) e Kitinete ($m = 3,21$; $dp = 1,25$). Nas demais categorias não foram encontradas diferenças significativas em relação ao tipo de moradia. Os moradores de quitinete apresentaram – de forma significativa – o sentimento de **Destruição** maior quando comparados com outros dois tipos de moradia investigados. Habitando em condições totalmente inadequadas, boa parte destes indivíduos, jovens e adultos, dado à precariedade física desses ambientes, são forçados a viver boa parte do dia fora de suas unidades habitacionais a buscar também alternativas de sobrevivência. À vulnerabilidade ambiental que vivenciam soma-se a vulnerabilidade psicossocial inclusive em suas relações

de vizinhança com a classe média, por quem são – na maioria das vezes – associados aos problemas de insegurança vividos no Centro.

6.1.6 A Dimensão Temporal e a Afetividade

Veremos agora qual a correlação entre o ciclo de vida dos sujeitos e os níveis afetivos categorizados. Esta correlação foi vinculada aos entornos onde os mesmos estão inseridos.

Gráfico 1 – Relação faixa etária x **Agradabilidade** entre os diferentes entornos



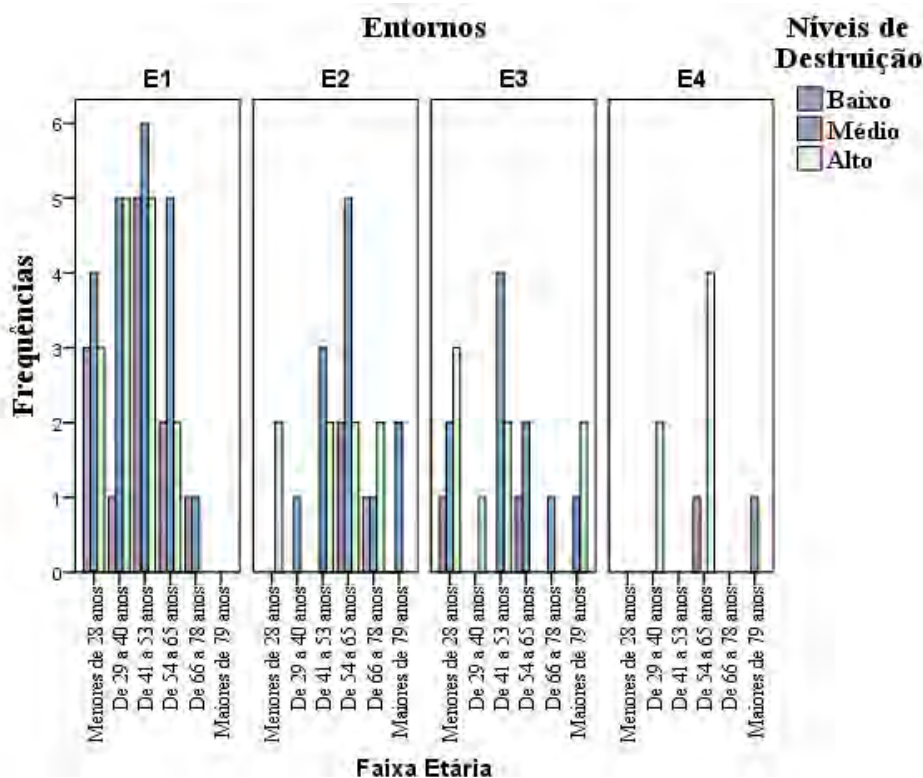
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Conclui-se, como se vê no Gráfico 1, que os níveis de **Agradabilidade** mais altos do *Entorno 1* (área onde essa categoria é significativa em comparação com os demais entornos) estão expressivamente situados entre as faixas etárias de 41 a 53 anos de idade. Essa tendência decai gradativamente tanto para faixas etárias situadas abaixo como acima desse ciclo de vida. Interessante observar que os níveis mais baixos de **Agradabilidade** estão justamente no *Entorno 3*, aquele, qualitativamente aludido, como entorno da “**Destruição**” em nossa análise qualitativa. No *Entorno 3* são justamente os indivíduos jovens (menores de

28 anos) que apresentam os menores níveis de **Agradabilidade**, talvez por estarem mais expostos ao contato direto com o meio externo vulnerável onde vivem.

Em relação à categoria de **Destruição**, encontrada com maior frequência no *Entorno 4*, podemos constatar, conforme o Gráfico 2, que esta imagem é predominantemente marcante entre aqueles que estão numa faixa etária de 54 a 65 anos, ou seja, na faixa de idade em que é mais comum encontrar-se as referências sociais e ambientais em vivências passadas que confrontam com as dificuldades vividas pela atualidade. Na pesquisa de Bertini (2006) com os idosos do Centro de Fortaleza, realizada em sua maior parte no nosso cognominado *Entorno 4*, destacaram-se as categorias de **Contraste e Destruição**. A imagem de **Destruição** além das características que já expomos foi também associada à comparação feita a partir das memórias de um Centro do passado que para muitos idosos na atualidade foram destituídas de seus significados (BERTINI, 2006).

Gráfico 2 – Relação faixa etária x **Destruição** entre os diferentes entornos



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

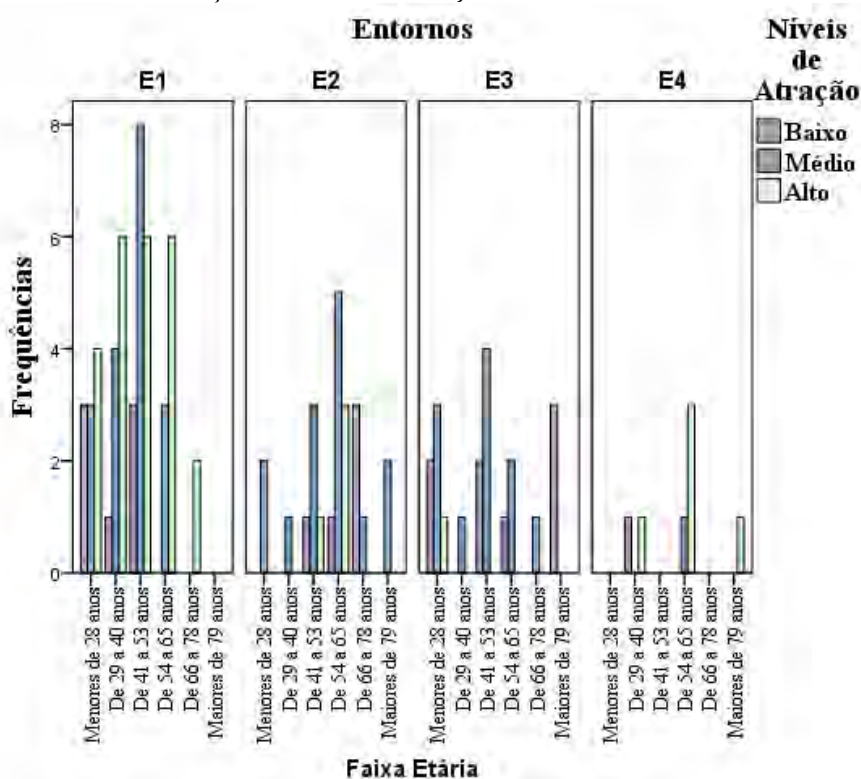
Aos níveis relativamente altos de **Destruição** encontrados no *Entorno 1* (também presentes nas faixas etárias consideradas maduras), inferimos à maioria dos problemas encontrados no *Entorno 4* (local para onde todos os moradores convergem em sua cotidianidade). Problemas sociourbanos repetidamente expressados pelos sujeitos de todos os

entornos, quais sejam: a presença de camelôs, os mendigos, a sujeira, a falta de policiamento, o caos urbano, o deterioro patrimonial, etc.

Se a categoria **Destruição** mostrou-se significativa no *Entorno 4*, especialmente entre a faixa etária já referida, será neste mesmo ciclo de vida (e no mesmo entorno) onde encontraremos a melhor expressão da categoria **Atração**. O fato de residir “dentro” do Centro Comercial foi visto com positividade por aqueles que possuem problemas óbvios de acessibilidade mesmo o Centro não oferecendo qualquer parâmetro de segurança para os indivíduos idosos, entretanto por estarem na proximidade de quase tudo a imagem de **Atração** revelou-se significativa entre os sujeitos do *Entorno 4*.

As comodidades de se morar nas imediações do chamado “Centro comercial” foi algo ressaltado com positividade por quase todos os entornos, menos o *Entorno 3* onde o baixo nível de percepção da atratividade do Centro foi especialmente forte entre as faixas etárias mais elevadas. Fato perfeitamente compreensível, uma vez que os idosos, como é de senso comum, são o alvo preferido das pequenas ações contra o patrimônio (assaltos, furtos, etc.).

Gráfico 3 – Relação faixa etária x **Atração** entre os diferentes entornos

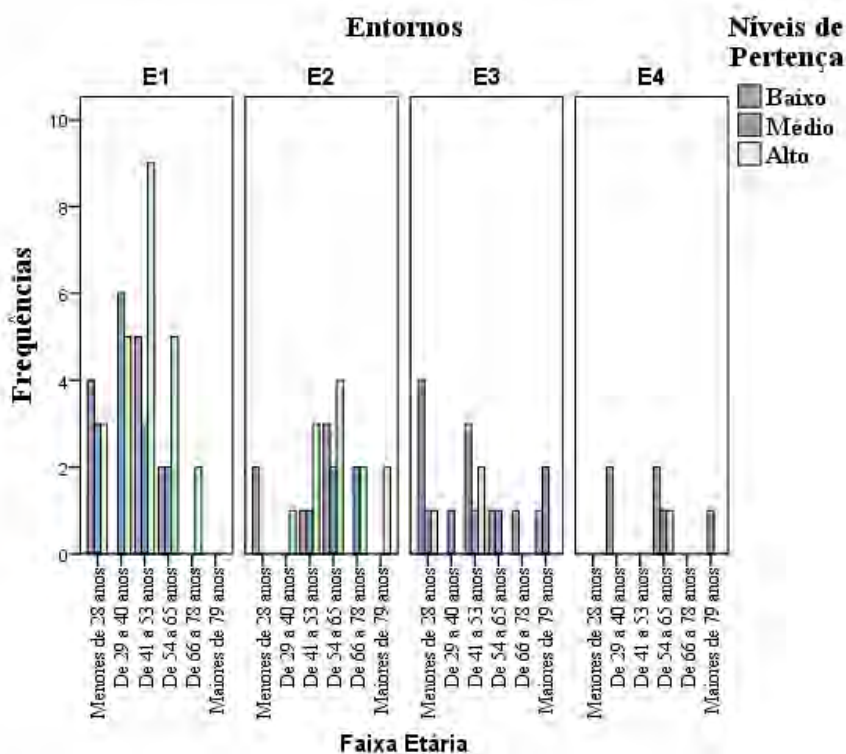


Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Em parâmetro de faixa etária, a categoria **Pertencimento** (Gráfico 4 abaixo) obedece praticamente à mesma configuração da imagem de **Agradabilidade**, ambas largamente significativas no *Entorno 1*, ou seja, os sujeitos compreendidos entre os 41 e 53 anos de idade foram aqueles onde o nível de pertença ao lugar ocupa o topo de uma formação em vórtice, ou seja, as faixas etárias à esquerda e à direita tendem a reduzir seus níveis de pertença. Esta imagem é encontrada ainda de forma a ser destacada entre os moradores do *Entorno 2* situados numa faixa etária de 54 a 65 anos. Há uma tendência – tanto no *Entorno 1*, quanto no *Entorno 2* – de alto nível de pertencimento nas faixas etárias de 66 anos para cima.

Percebe-se que entre os *Entornos 3 e 4*, este tipo de imagem afetiva praticamente inexistente:

Gráfico 4 – Relação faixa etária x **Pertencimento** entre os diferentes entornos



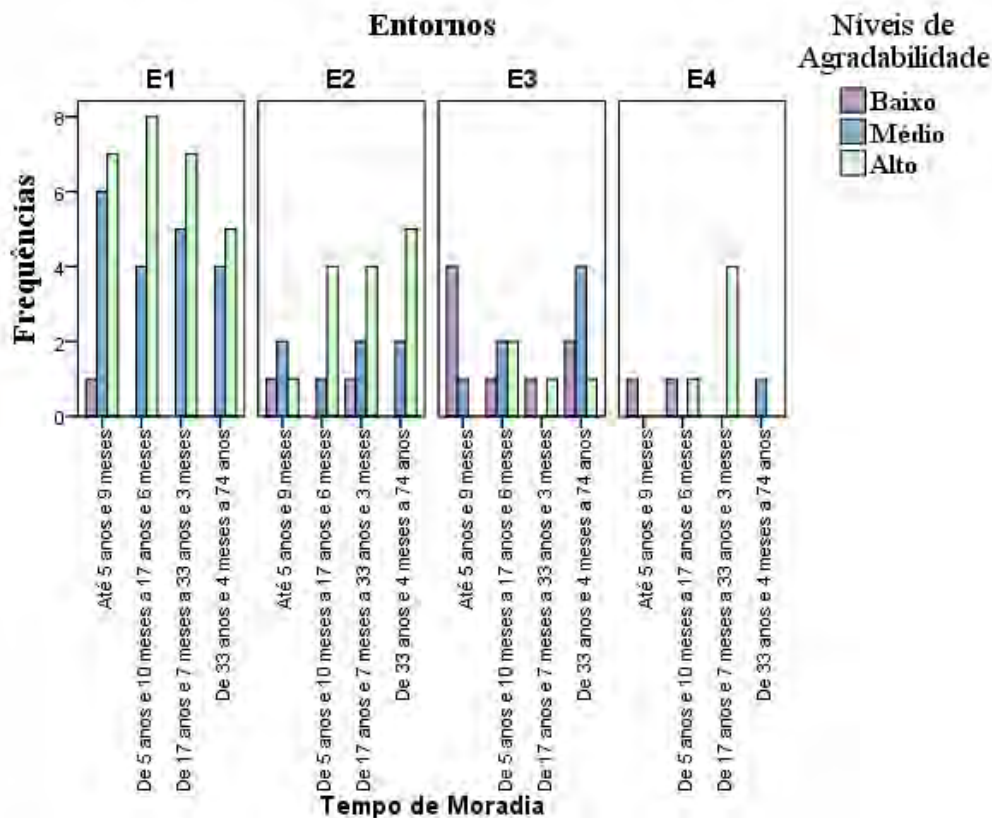
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Partimos agora para ver as correlações entre o tipo de entorno, o tempo de moradia e os níveis de afetividade.

Buscando trabalhar apenas com as categorias que se mostraram significativas com relação aos seus entornos, vamos proceder exatamente com a mesma sequência.

Tomando-se como parâmetro o tempo de moradia, os níveis mais altos de agradabilidade ao local, registrados no *Entorno 1*, encontramos dentro de um período definido entre os 05 e 17 anos (ver Gráfico 5 abaixo) de moradia no Centro.⁴⁸

Gráfico 5 – Relação tempo de moradia x **Agradabilidade** entre os diferentes entornos



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Esta resposta em alto nível de agradabilidade ao local praticamente se repete nos *Entornos 2 e 4* verificando-se no primeiro uma percepção maior ainda a partir dos 33 anos de moradia.

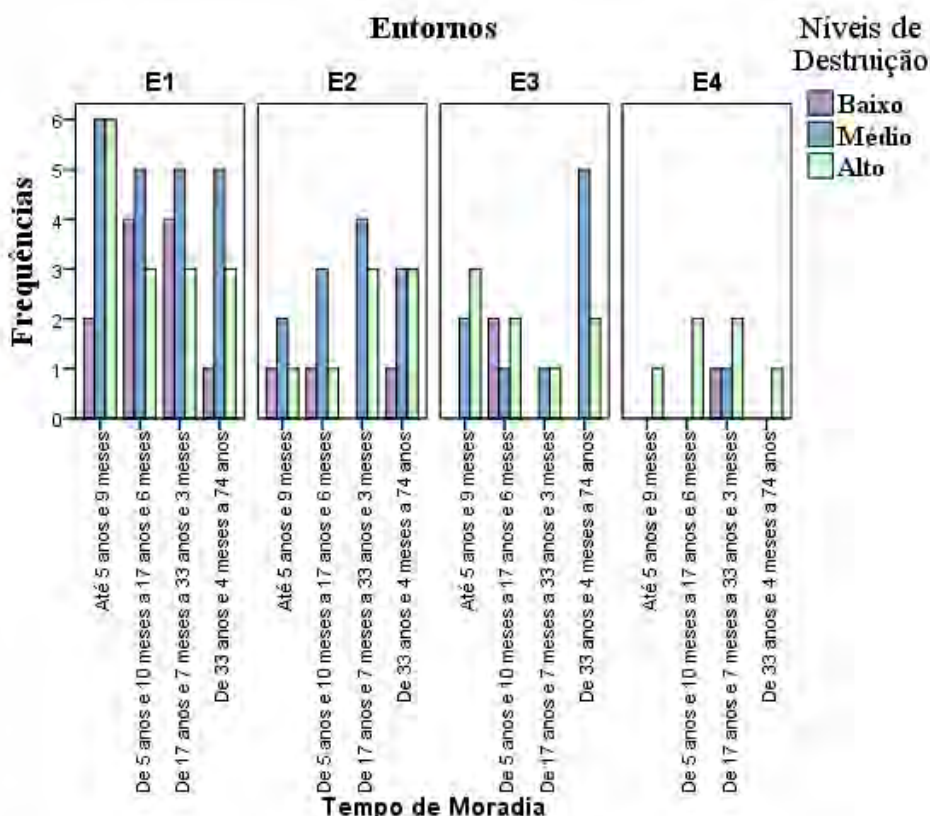
Quando passamos a correlacionar tempo de moradia com a imagem de **Destruição** percebemos que no *Entorno 4* ela quase não possui diferenciação entre os diferentes períodos de fixação dos sujeitos. Os altos níveis de destruição são encontrados (em menor escala) entre os sujeitos que moram até 05 anos e acima de 33 anos no local. Enquanto

⁴⁸O tempo de moradia não foi definido em função do entorno atual de moradia do sujeito, mas do Centro como um todo. No pré-teste percebemos que muitos sujeitos já haviam morado em outras áreas do Centro, inclusive em entornos e situações socioambientais diferentes das atuais, por isso associamos o tempo de moradia à região central de uma forma geral. Às vezes os sujeitos diziam que haviam se afastado temporariamente do Centro e haviam retornado depois, estes também foram considerados moradores ininterruptos.

as maiores escalas então entre aqueles que estão na faixa compreendidas por um tempo de moradia que varia de 05 a 33 anos de residência no Centro.

Moradores residentes no *Entorno 3* até 5 anos também demonstraram ter altos níveis de imagens negativas ligadas à **Destruição**, enquanto que a tendência dos moradores mais antigos do local (geralmente os mais idosos) tendem mais a níveis mais medianos de destruição.

Gráfico 6 – Relação tempo de moradia x **Destruição** entre os diferentes entornos

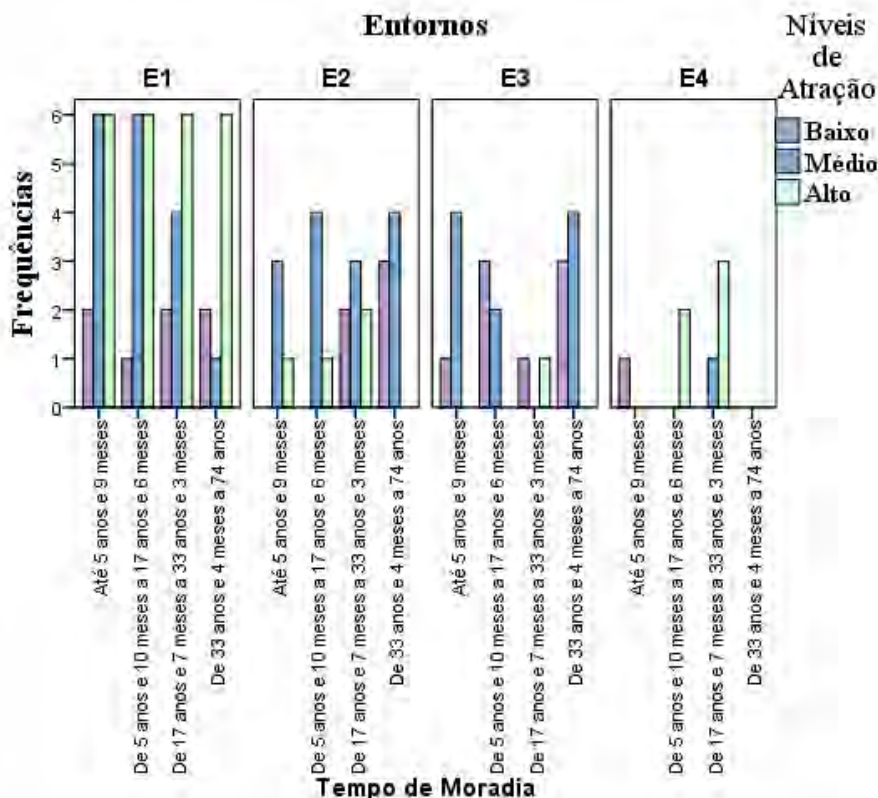


Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Interessante verificar que apesar de ter sido no *Entorno 4* onde a imagem de **Atração** obteve índice de relevância significativa, quando associamos o tempo de moradia com a categoria afetiva da **Atração** (ver Gráfico 7 abaixo), notamos que no *Entorno 1* encontramos altíssimos níveis de atratividade em relação ao Centro em todos os períodos de fixações residenciais, maiormente entre aqueles que habitam na área há mais de 17 anos, tendência esta verificada também no *Entorno 4*. Isso se deve, evidentemente, porque a imagem de **Atração**, especificamente no Centro, está associada a uma série de fatores que promovem a comodidade para os indivíduos principalmente em relação aos afazeres e obrigações cotidianas.

O *Entorno 3* apresenta frequências de baixíssimos níveis de atratividade principalmente em duas situações: a primeira entre os sujeitos que moram na área de 5 a 17 anos, a seguinte entre aqueles que ali residem há mais de 33 anos.

Gráfico 7 – Relação tempo de moradia x **Atração** entre os diferentes entornos



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

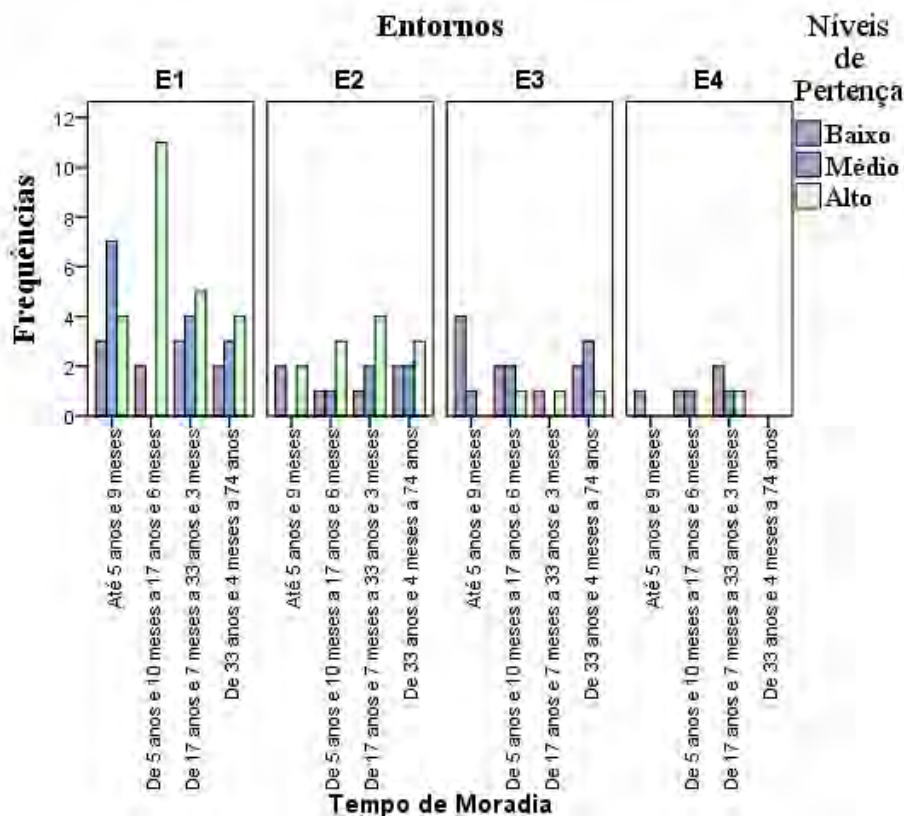
Voltemos ao *Entorno 1* para analisar os níveis de pertencimento, desta vez associados ao tempo de moradia dos sujeitos. Desta vez ganha bastante destaque o tempo de ancoragem compreendido entre os sujeitos que moram no lugar entre 5 e 17 anos, tendência que decai bruscamente em forma de vórtice à proporção que nos afastamos para os períodos de moradia mais extremos.

Mais uma vez, encontramos no *Entorno 2* a tendência a altos níveis de frequência de **Pertencimento**, desta vez, entre os moradores que se encontram na área à partir dos 05 anos de moradia sendo maiormente encontrados naqueles que estão no local de 17 a 33 anos.

Em nenhum momento, nos *Entornos 3 e 4*, encontramos a tendência a altos níveis de pertença por tempo de moradia mas ao contrário, a tendência de baixos níveis de pertença se mostra nesses entornos praticamente em todos os tempos de ancoragem dos indivíduos com o local. Com destaque para o *Entorno 3* que apresenta os mais baixos índices de pertença

justamente nos sujeitos que ali moram há menos de 05 anos, período coincidente onde o processo de “favelização” do entorno.

Gráfico 8 – Relação tempo de moradia x **Pertencimento** entre os diferentes entornos



Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Associando as categorias da escala Likert com variáveis temporais (ciclo de vida e tempo de moradia) podemos divisar outras dimensões que estão por trás dos processos de apropriação do espaço e nem sempre levados em consideração pela Psicologia Ambiental (MOSER, 2001).

Ao articularmos os processos temporais às descobertas propiciadas pelos Mapas Afetivos, pudemos perceber nas falas dos nossos sujeitos – ainda que palidamente⁴⁹ –, dois dos três níveis de análises propostos por Moser (2001) quando se busca avaliar a influência da dimensão temporal sobre o processo de ancoragem dos sujeitos: A história residencial do

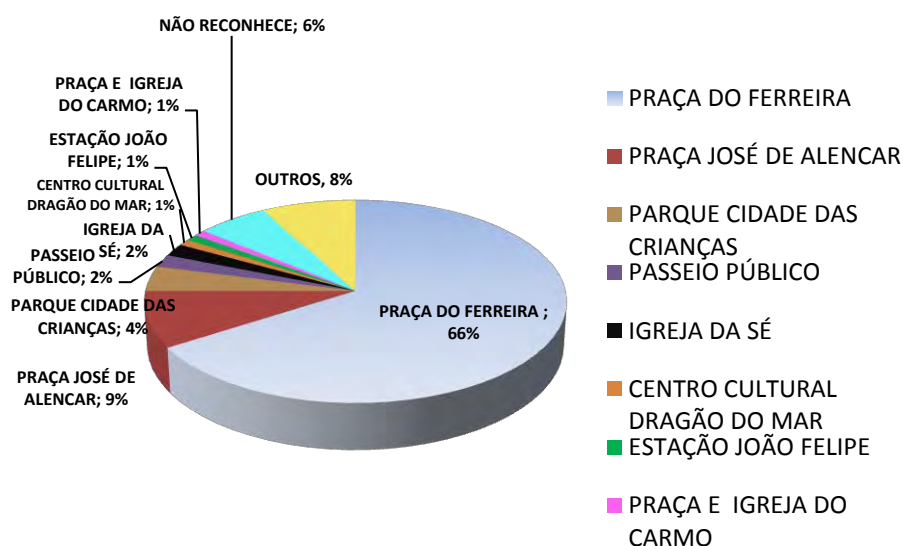
⁴⁹Pudemos perceber implícita às respostas de muitos sujeitos, a interferência da dimensão temporal principalmente quando os mesmos faziam referência ao passado ou avaliavam as facilidades de locomoção e a comodidade de morar “perto” do Centro, mas nossa investigação não disporia de espaço (nem tempo) para fazermos uma análise aprofundada da dimensão temporal sobre a afetividade dos sujeitos moradores do Centro.

sujeito e como o horizonte temporal e ciclo de vida condicionam necessidades ou gera ou fracassa na criação de um investimento positivo (MOSER, 2001).

6.1.7 Outros resultados

Os instrumentos geradores dos Mapas Afetivos, além das assertivas categorias da escala Likert, estabelecem outras questões qualitativas que pela objetividade de suas formulações podem resultar em grupos de respostas com significado similares ou afins. Dessa forma exporemos num arranjo quantitativo e por entornos as respostas surgidas a partir das seguintes questões: *Indique o lugar que para você representa o Centro, O que gosta no Centro e O que não gosta no Centro.*

Gráfico 9 – Local que representa o Centro



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Do total de 100 sujeitos pesquisados, 66% identificaram a Praça do Ferreira como local representativo do Centro de Fortaleza. Esse número não surpreende, a despeito deste lócus vir sofrendo transformações que foram modificando sua estrutura em função das necessidades urbanas e de interesses políticos.

Além disso, a Praça do Ferreira agrega em seu entorno, edificações profundamente significativas do ponto de vista histórico-cultural e arquitetônico que em seus usos representaram – em época áurea – toda a efervescência política e cultural da cidade e

como defende Villaça (1997) a simbologia de um lugar é definida em função de suas condições materiais.

A primazia da Praça do Ferreira como ponto “coronário”, guindado a Centro cívico da cidade, começa de fato a partir dos anos 30 do século XX quando o Passeio Público – até então o ponto de lazer e diversão da elite e de nem tão eleitos assim – passa a sofrer a concorrência de outras atrações de entretenimento como o cinema, os clubes e os banhos de mar. O fato que acelera o processo de esvaziamento do passeio Público a partir desta década é a transformação do Centro em área comercial obrigando a migração das elites e classe média para outras zonas urbanas (PONTE, 1993).

Ao mesmo tempo, a Praça do Ferreira passava a aglutinar boa parte desses usos comerciais onde o serviço e o lazer buscavam copiar a grande referência cultural da época, no caso, Paris. Foi no Café Java (um dos quatro chalés ao estilo francês erguidos nos quatro cantos da praça), em 1892, que Antônio Sales e parceiros tiveram a ideia de fundar uma agremiação literária (PONTE, 1993) que para muitos foi precursora da moderna literatura brasileira surgida no movimento de 1922: a Padaria Espiritual.

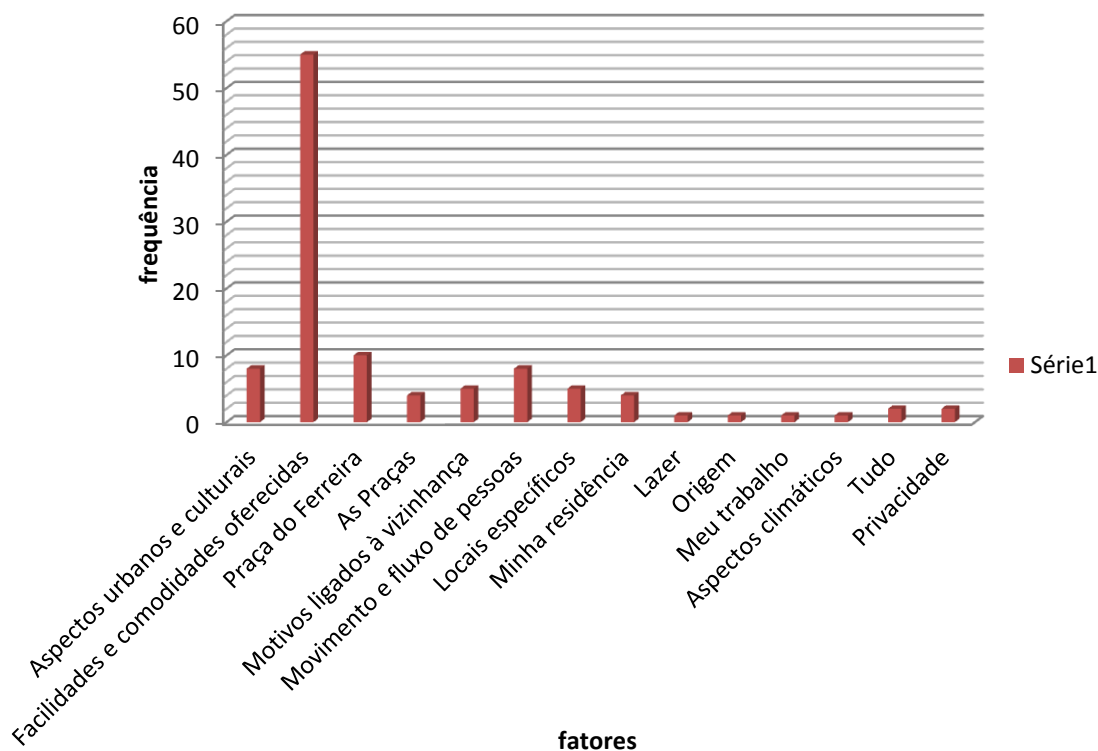
A confirmação da Praça do Ferreira como lócus representativo do Centro nos dias de hoje – mesmo sem os atrativos culturais e de lazer perdidos a partir dos anos 70 e fuga institucional de importantes órgãos gestores do poder – atualiza-se diante do papel que o Centro passou a assumir nos últimos 30 anos, qual seja, a tendência de sua transformação em “lócus” do consumo (DANTAS, 2009), tendência inteiramente confirmada a partir dos relatos escritos onde a grande maioria dos sujeitos destacam os atrativos do comércio, de uma forma geral, como aquilo que mais gosta no Centro. A Praça do Ferreira na opinião de Dantas (2009) passa a ser o símbolo do Centro quando a expressão da tendência dessa transformação do bairro em lócus de concentração de bens e serviços a serem consumidos reflete-se na superação do Passeio Público pela Praça do Ferreira como denotação da vitória do negócio sobre o ócio.

Em segundo lugar – bem atrás da Praça do Ferreira – a Praça José de Alencar com 9% das escolhas representa hoje – mais que nunca – um logradouro fundamentalmente associado às atividades e manifestações ligadas aos setores mais populares da cidade. Mesmo entre os sujeitos residentes do *Entrono 3*, a partir do qual esta praça é bem mais próxima, encontramos uma supremacia representacional da Praça do Ferreira sobre aquela. Importante considerarmos que o espaço tomado entre as duas praças (formado pelas quadras situadas entre a Rua Liberato Barroso e Rua Guilherme Rocha) forma o corredor de comércio informal

mais antigo do Centro, praticamente desde a época em que as duas ruas supracitadas foram transformadas em via para pedestres na década de 80.

Os outros pontos emblemáticos do Centro foram escolhidos em função da proximidade relativa de seus entornos. Foi o caso de lugares como o Parque Cidade das Crianças, eleito apenas pelos residentes de seus entornos mais imediatos, no caso o *Entorno 1* (03) e *Entorno 2* (01), 4% no total. Lugares tradicionais no Centro da cidade como o Passeio Público (2%), a Praça e Igreja do Carmo (1%) e Estação João Felipe (1%) enquadram-se, também, como ícones ou marcos bem localizados e vinculados aos seus entornos. Quando pedimos aos sujeitos investigados que expressassem os fatores que os agradavam no Centro as respostas foram quase unânimes em apontar os atrativos do comércio de uma forma geral.

Gráfico 10 – O que o sujeito gosta no Centro



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

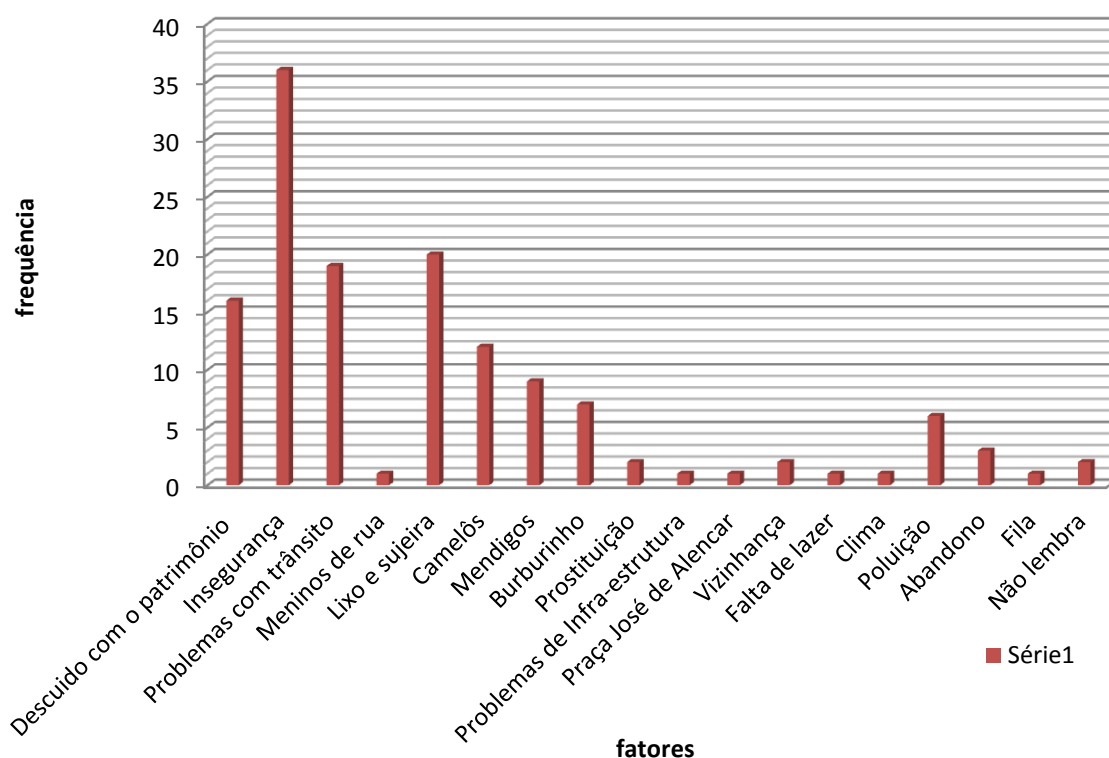
Por essa pequena amostra, fica patente na expressão de Dantas (2009), o conceito de Centro como lócus do consumo. A Praça do Ferreira, pelo seu apelo evidentemente comercial, só não foi incluída no grupo motivo das facilidades e comodidades de morar perto do comércio, porque alguns sujeitos que a citaram o fizeram ressaltando outros aspectos como agradabilidade, bate-papo, amizade, etc.

No grupo *aspectos urbanos e culturais* foram incluídos todos aqueles que gostam do Centro pelo potencial patrimonial que o mesmo representa em termos urbanos e culturais. Juntamente com o grupo *movimento e fluxo de pessoas* ocupam o terceiro lugar na preferência dos moradores. Em quarto e quinto lugares estão respectivamente os *motivos ligados à vizinhança* e as *praças*, aqui apontadas de uma forma genérica.

O restante dos motivos assinalados está mais ligado aos aspectos de ordem estritamente pessoal dos sujeitos (ver Gráfico 10)

A lista das coisas que desagradam aos sujeitos parece ser bem mais extensa e equilibrada.

Gráfico 11 – O que o sujeito não gosta no Centro



Fonte: E Arquivo da pesquisa (2012).

De qualquer forma, o grupo *insegurança*⁵⁰ domina disparado sobre os demais fatores.

O *lixo e a sujeira* ocupa o segundo posto dentre as causas que mais desagradam os moradores do Centro. Em terceiro lugar vem os *problemas com o trânsito* (incluído aí o trânsito de pedestres pelas calçadas obsoletas do Centro, os estacionamentos inadequados, o

⁵⁰Alguns dos indicadores do Gráfico 11 foram construídos a partir da associação de qualidades referidas ao Centro. No caso do indicador **insegurança** todos as qualidades associadas à aspectos negativos como assalto, drogas, violência, insegurança noturna, falta de policiamento e etc., foram agrupadas no indicador insegurança.

congestionamento, fumaça dos carros, etc.). Em quarto lugar na lista, vem o grupo *descuido com patrimônio* (incluído todos aqueles que de uma forma ou de outra lamentam pela situação de deterioro patrimonial do Centro, edifícios, praças, inclusive ruas). Os *camelôs* só vão ocupar o quinto lugar entre os indicadores negativos dos moradores do Centro. Logo atrás dos camelôs, os *mendigos* e o *burburinho* (associado este à movimentação de pessoas e máquinas, muita gente, etc.) respectivamente. A *poluição*, por exemplo, (sonora, ambiental dos cursos d'água e visual) só vem a ocupar o oitavo lugar entre os desafetos dos moradores.

Em nosso questionário sobre a estrutura urbana, pedimos aos sujeitos que marcassem o tipo de poluição que mais os incomodavam no Centro, podendo os mesmos, inclusive, marcarem mais de uma opção. O resultado bate com a relevância dada ao problema da *sujeira* por mim separada da *poluição* no Gráfico 11. Individualmente ou associado a outros tipos de poluição, o lixo é, para o morador do Centro, o pior tipo de poluição, entretanto todos foram unânimes (no referido questionário) em objetivar que a coleta municipal de lixo passava regularmente em suas vias duas, às vezes três vezes por semana (ver Tabela 4 abaixo).

Diante desse fato, o que determina uma votação tão expressiva da *sujeira* (ver Gráfico 11) como algo que desagrada no Centro? Seria a produção diária da atividade informal? A má conservação do patrimônio público? Os gases expelidos pelos veículos? Provavelmente o somatório de tudo isso e muito mais.

Tabela 4 – Frequência dos tipos de poluição (n=100)

Tipo de poluição	f	%*
Sonora	10	10,2
Visual	4	4,1
Residual	19	19,4
Sonora e Visual	3	3,1
Sonora e Residual	23	23,5
Visual e Residual	6	6,1
Sonora, Visual e Residual	15	15,3
Nenhum	18	18,4

Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

Os fatores que determinam o grau de atratividade pelo Centro – segundo os resultados encontrados – me parecem um tanto quanto óbvios, inclusive pela disparidade encontrada entre o grupo das *facilidades e comodidades oferecidas* e a *Praça do Ferreira* (ver Gráfico 10). Ambas até que se complementam e poderiam formar um grupo só de tanto que a Praça do Ferreira está associada à atividade comercial. O que nos surpreende, entretanto, é a

frequência encontrada na sequência da “lista negra” do Centro. Nela até mesmo o grupo *descuido com o patrimônio* supera o grupo *camelôs*. O caos gerado pelo uso indevido do espaço público é notório nos Centros das grandes cidades brasileiras e tem merecido infindáveis trabalhos acadêmicos em todas as áreas das Ciências Humanas. É também considerado o nó górdio para as administrações públicas em suas soluções para minimizar tal problema especificamente nas regiões centrais das metrópoles.

O fato de os moradores do Centro elegerem o comércio informal como problema – supostamente – de 5ª ordem, não implica o desconhecimento (por parte deles) da gravidade da questão, uma vez que os mesmos não a percebem de forma sistêmica, mas sim, local e fenomenicamente. Contudo, muitos dos outros fatores apontados por eles tais como o lixo, deterioração do patrimônio público, o burburinho e os problemas com o trânsito, possuem relações causais diretas e indiretas com o comércio informal.

A percepção de forma estanque do problema não é um apanágio dos moradores do Centro, mas do leigo de uma forma geral e no âmbito da percepção cognitiva qualquer outro indivíduo de qualquer outro bairro, verá no camelô apenas o lado conturbado de sua atividade no meio urbano. Não perceberá as implicações econômicas, geográficas, sociais e urbanas dessa atividade como os expertises das respectivas áreas.

Dessa forma, a percepção dos moradores do Centro pode, sim, ajudar a “desconstruir” algumas imagens preconcebidas sobre a região Central por parte de indivíduos de outros bairros, principalmente daqueles considerados mais “nobres”.

7 CONFRONTO COM AS DIRETRIZES URBANAS DO PHRACF

As 06 (seis) diretrizes propostas pelo PHRACF para reabilitar a região central de Fortaleza são estruturadas por um conjunto de importantes intenções no âmbito técnico, jurídico, político, administrativo e social. Transformadas em ações, que entendemos serem perfeitamente necessárias para o sucesso do plano, estas diretrizes defendem novas formas de gestão do espaço urbano que, historicamente, sempre foi planejado e executado à revelia dos interesses e dramas de seus principais usuários (MARICATO, 2000, 2008), principalmente daqueles que os vivenciam em sua cotidianidade⁵¹.

A criação de um Conselho Gestor, representado por amplo espectro da sociedade civil e classista, é uma das estratégias encontrada pelo Estatuto das Cidades para que se cumpra o papel de fomentar – além da fiscalização de todo o processo que envolva a movimentação dos recursos e a destinação das prioridades – o debate entre os diferentes jogos de interesses que são, muitas vezes, os principais “responsáveis” (aspas do autor) pelo entrave das questões relativas às regiões centrais (FORTALEZA, 2009). Portanto a participação popular por si só não garante o processo democrático, este só será alcançado em sua plenitude com a fiscalização das etapas de implantação e gestão das diretrizes propostas (MARICATO, 2008).

As propostas metodológicas de envolvimento e capacitação das comunidades seguem a metodologia dos fóruns, normativamente executadas pelos planos urbanísticos desde o advento do Estatuto das Cidades. No caso específico, estas atividades foram precedidas de um diagnóstico técnico e comunitário dos problemas e potencialidades da região, resultando numa caracterização socioambiental do Centro como um todo. A partir daí às diretrizes propriamente urbanas foram divididas pelo PHRACF em 03 (três) eixos temáticos: *uso do solo*, *sistema viário e mobilidade* e *habitação*.

Os fóruns foram divididos em atividades expositivas e atividades participativas. A coordenação do plano expôs – aos participantes – os eixos temáticos e subtemas respectivos e, a partir daí, a estrutura e a forma como iriam ser debatidos nas oficinas participativas. Nas oficinas os participantes, subdivididos em grupos, debateram e comentaram cada subtema gerando respostas e propostas que serão anexadas ao futuro plano se forem consensuais aos preceitos de viabilidade técnica e econômica estudados pela coordenação. As propostas que

⁵¹Infelizmente falhamos ao não incluir, no instrumento gerador dos Mapas Afetivos, o problema do local de trabalho dos moradores do Centro. A nosso ver, essa questão poderia ser fundamental para melhor avaliarmos os processos afetivos do sujeito para com o Centro.

apresentaram dissenso entre o corpo técnico do Plano e os participantes não foram descartadas. A coordenação do plano resguardou tais propostas tipificando-as como “pontos de conflito” (aspas do Plano). Estas ideias terão seu debate postergado para a fase (futura) de implementação do Plano.

Devido o volume das informações produzidas pelo PHRACF, nos propomos a confrontar 03 situações distintas a partir dos eixos temáticos já comentados: *uso do solo; sistema viário e mobilidade; habitação*.

Estes 03 (três) eixos integram todas as diretrizes urbanas propostas para os Setores Estratégicos (também em número de 03 e por nós já comentados) que, em sua maior parte, ocupam setores do chamado Centro Histórico, superpondo-se em boa parte às áreas por nós investigadas e cognominadas de entornos.

Definimos nosso cotejamento da seguinte forma: 01 (um) único eixo temático por Setor Estratégico e apenas 01 (um) único subtema referente a este eixo. Em seguida copiamos do Plano as propostas dos participantes (referentes a cada subtema) e só depois tecemos os nossos próprios comentários cotejando estas informações aos dados de nossa pesquisa.

Iniciemos pelo eixo temático *sistema viário e mobilidade* e o subtema **regulamentação dos estacionamentos**. A partir desse subtema, vejamos os comentários produzidos pelos participantes para o Setor Estratégico 1 que corresponde mais ou menos à nossa área cognominada de *Entorno 1*:

- *Construção de edifícios-garagens nos atuais estacionamentos;*
- *Criação de estacionamentos para bicicletas;*
- *Promover caminhos viáveis aos catadores de lixo e para ciclovias;*
- *Construção de passagens suspensas entre os prédios públicos e criar no topo desses prédios áreas para serviços (creches) e lazer (mirantes);*
- *Retirada de interferências nos percursos dos pedestres.*

De todas as proposições acima elencadas a única que se mostra presente na fala, não só dos sujeitos residentes do *Entorno 1*, mas de todos os sujeitos das demais áreas pesquisadas, é aquela que trata do problema das interferências encontradas nos percursos dos pedestres. Interferências que, em sua maior parte, são motivadas pelo uso privado do espaço público, sejam pelas atividades comerciais regularizadas, sejam pelas atividades informais. Fato este agravado pelas condições exíguas e má conservação de calçadas e logradouros públicos do Centro.

Algumas das proposições acima são francamente fantasiosas (como a penúltima) e mesmo assim foram incorporadas ao texto final do plano. Os pontos de dissenso entre a

equipe técnica e os participantes, incluídos nos chamados “pontos de conflito” foram os seguintes: Retirada do comércio atacadista da região, retirada dos ambulantes das áreas de circulação dos pedestres, e obrigatoriedade de estacionamentos para as novas unidades habitacionais.

Ora, precisamente, os dois primeiros pontos chamam a nossa atenção em virtude da grande importância que representaram para os sujeitos a partir de nossas pesquisas. É fato que apenas um dos nossos sujeitos, por morar nas proximidades do comércio atacadista, sofre de forma aguda e direta a presença dessa atividade no Centro, entretanto, os fatores diretos e indiretos gerados por essa atividade, é algo que se revelou constante nas falas dos moradores do *Entorno 1*. Os problemas com a degradação do patrimônio público, a sujeira, a insegurança são fatores diretos e indiretos provocados em grande parte pela logística do comércio atacadista.

A retirada dos ambulantes das áreas de circulação de pedestres, outro ponto de dissenso, também esteve intensamente presente na fala de todos os sujeitos investigados. O Plano entende que estas são propostas delicadas pelo conteúdo político e social que representam.

Passando agora para o eixo temático *uso do solo* e subtema **estimular a implantação de equipamentos e serviços de maior porte**, vejamos os comentários propostos pelos participantes para o Setor Estratégico 2 (área correspondente ao nosso *Entorno 3*).

- Área para edificação social;
- Corredor viário – construção mista ou só residencial;
- Habitação de interesse social;
- Área de lazer;
- Área para uso misto;
- Remanejamento e transformação para área de comércio informal;
- Revitalização da Praça da Lagoinha;
- Área para uso misto ou residencial;
- Melhorias habitacionais.

Acima sublinhamos quatro propostas que com certeza estão implícitas nas falas indignadas dos sujeitos do *Entorno 3*.

O processo de degradação dessa área provocado pelo intenso tráfego de veículos pesados, associado ao uso desordenado da atividade informal vem afetando negativamente a Estima de Lugar desses sujeitos (BOMFIM, 2010). As imagens de **Destruição** clamam por

uma tomada de decisão que possa minimizar a aflição vivida por esses moradores. Somente a intervenção nas condições habitacionais dos cortiços do referido entorno, já trariam grande melhoria socioambiental para área assim como a revitalização da Praça da Lagoinha (atualmente interditada pelas obras do METROFOR). Na fala dos moradores locais não cabe o discurso técnico sobre as tipologias residenciais e ocupacionais sugeridas pelos comentários acima, o que de forma alguma seja o caso de ignorar a importância dessas propostas para a dinâmica do processo de reabilitação do setor.

Dentre os 02 (dois) “pontos de conflito” destacados pela coordenação do plano, somente o segundo não se encontra nem explícita, nem implicitamente associados às falas dos sujeitos deste entorno: implantação ou não de edifícios residenciais próximos aos corredores de ônibus; implantação de passarelas de acesso entre o setor e a faixa litorânea (proposição x realização).

Quanto ao primeiro ponto de dissenso, qualquer ação que venha a implantar a moradia adequada para as Av. do Imperador e Tristão Gonçalves (os corredores de ônibus aludidos) pensamos que pode ser benéfico para dinâmica social desse setor, caracterizado por ser um ambiente extremamente agressivo pela presença massiva de transportes coletivos bem como dos usos e ocupações comerciais formais e informais.

Para concluir nossa breve análise passemos ao eixo temático da *habitação* e subtema **implantar empreendimentos habitacionais**, desta vez proposto para o Setor Estratégico 3 (correspondente ao trecho norte do nosso cognominado *Entorno 4*).

Seguem as propostas dos participantes:

- Direcionar edifícios mais altos, com elevador, para famílias com renda acima de 3 s.m., observando bloqueio à ventilação pelos edifícios altos, pois este público poderá pagar condomínio.

- Estudar alteração de código de postura para permitir que prédios antigos com mais de 4 andares e sem elevador, possam ser aproveitados para fins de moradia sem instalar elevador;

- Estudar alteração de código de posturas para permitir edifícios habitacionais sem estacionamentos;

- Atualizar cadastro de cortiços para definir se existem mais cortiços (ex. rua São Paulo);

- Ver avaliação de cadastro para atender demanda;

- Priorizar o atendimento de pessoas que trabalham no Centro, para evitar maior fluxo de carros (comerciários, bancários e estudantes).

Considerando que a maioria das propostas e comentários acima – a despeito do conteúdo profundamente técnico que revelam – foram elencadas pelo processo participativo, podemos afirmar que estamos bem próximos das reais necessidades expressadas por aqueles que moram no *Entorno 4*. Todas as melhorias acima, com exceção da primeira que possui conteúdo claramente discriminativo, atendem perfeitamente às necessidades implícitas e explícitas dos sujeitos investigados.

Os moradores do *Entorno 4*, apesar da prevalência das imagens de **Destruição e Contraste**, encontradas na análise qualitativa, desejam e torcem para verem melhorados os problemas específicos daquele entorno, principalmente dentre aqueles que apresentam a imagem de **Contraste** (no caso a maioria).

Não à toa que no cômputo da escala Likert, o único entorno em que a imagem de **Atração** apresentou frequência significativa foi justamente o *Entorno 4*.

Os “pontos de conflito” detectados pelo PRHACF no Setor Estratégico 3 foram: *desocupação do pavimento inferior do Passeio Público pelo Exército; Obrigatoriedade de estacionamento em novos empreendimentos habitacionais na área central; Implantação do programa de locação social e obrigatoriedade de elevador.*

Conforme nossa investigação, destacamos como relevante para as necessidades dos sujeitos do *Entorno 4*, o *programa de locação social*⁵² por contemplar setores da população de baixíssima renda evitando assim que esta parcela da população habite em quitinetes clandestinas e construções destituídas das condições mais básicas de moradia.

Não acompanhamos integralmente⁵³ o processo de elaboração participativa do PHRACF, mas daquilo que observamos de seus resultados, podemos afirmar que se trata de um plano muitíssimo bem elaborado sob o ponto de vista técnico. As diretrizes urbanas, desdobradas em subtemas para serem discutidos pelos participantes, revelam em seu formato final – como pudemos observar – discursos e intenções de teor claramente tecnicista confirmando de fato a tradição do Planejamento Urbano, ainda que este seja elaborado sob a égide dos preceitos participativos.

Não incluímos ou adaptamos nenhuma questão referente à reabilitação do Centro nos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos, primeiramente por recearmos que se assim o fizéssemos estaríamos inserindo um tema bastante restrito ao conhecimento dos moradores como de fato constatamos em nossa pesquisa de campo. Em segundo lugar por acreditarmos

⁵²O aluguel social constitui manifestação da dimensão positiva do direito à moradia, íntima e indissolúvelmente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana. (RIO DE JANEIRO, 2011).

⁵³Estive no último fórum realizado pelo plano quando o coordenador da HABITAFOR apresentou-o, (já finalizado) em seus pontos básicos, para uma plateia constituída por vários seguimentos da sociedade civil.

que as próprias emoções e sentimentos dos moradores nos forneceria as leituras mais aproximadas à respeito dos problemas, anseios, e potencialidades da região central, constituindo-se por si só um diagnóstico socioambiental “vivo” em virtude dos padrões de subjetividade contidos em suas falas. Não é à toa que as propostas do Plano mais voltadas para as questões sociais foram aquelas que mais coadunaram com as vivências e práticas dos moradores reveladas pela nossa pesquisa.

Entretanto, algumas questões que nos parecem excessivamente técnicas para terem sido “concebidas” pela comunidade, revelam-se também pertinentes e propositivas a partir dos vínculos diretos e indiretos que estabelecem com os anseios dos moradores por uma habitação de qualidade e um bairro reabilitado. Assim mostrou-se a maioria das propostas participativas para o Setor Estratégico 3 (nosso *Entorno 4*).

8 CONCLUSÃO

Ao travar conhecimento sobre o conteúdo do Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza em 2010 vi que, em parte, minha problematização perdia a sua consistência original uma vez que o discurso amplamente inclusivo dos planejamentos pós-Estatuto das Cidades atendiam finalmente ao apelo histórico de tantos quanto lutaram pela reforma urbana deste país e que agora tinham oportunidade de expressar seus anseios e opiniões de forma a que estas fossem incorporadas ao corpo do Plano.

A metodologia de apreensão da opinião popular sobre temas sociourbanos é eficaz para o processo participativo em si e uma vez corretamente conduzida na etapa de implementação do Plano pode realmente surtir efeitos bastante positivos para o processo de gestão da cidade, entretanto, ainda que o processo participativo na elaboração dos planos insira diretamente o elemento humano, não abrange as práticas sociais que se desenvolvem na dimensão concreta do espaço urbano, não apreendem as trocas simbólicas que daí decorre e que doam sentido tanto às práticas quanto aos lugares onde elas são desenvolvidas.

A metodologia aplicada dos instrumentos dos Mapas Afetivos, assim como vários enfoques metodológicos da Psicologia Ambiental, investiga o sujeito inserido em dado espaço fenomenológico, busca compreender as conexões estabelecidas entre os sujeitos e destes com o ambiente, interações que dotam de sentidos, significados e afetos, os espaços urbanos, em fim, busca inserir compreensões a partir de parâmetros humanos (e não técnicos) que distingam verdadeiramente os lugares. Todavia, nessas aplicações e análises, é comum perdermos a visão abstrata, prospectiva e sistêmica, próprias à forma de pensar das disciplinas tipicamente espaciais como por exemplo a arquitetura, o urbanismo e a geografia. Saberes que oferecem as macrovisões tão necessárias ao planejamento.

A título de exemplo do que acima tentamos explicitar, gostaríamos de iniciar uma breve reflexão citando uma das propostas técnicas do Plano e a necessidade de estabelecermos esse intercambio disciplinar entre o Urbanismo e a Psicologia Ambiental

Pelo que representa de elementos simbólicos e históricos, o entorno do Riacho Pajeú é um dos pontos mais emblemáticos do Centro. Desde o Plano Saboya Ribeiro (1947) vem sendo desejo do poder público estabelecer caminhos que possam articular o nosso Centro à faixa litorânea. A ideia do Parque Pajeú é pois um projeto antigo que visava (visa ainda), desde o seu início, a implantação de um grande centro cívico capaz ao mesmo tempo de solucionar os graves problemas de escala do Centro (com sua estrutura obsoleta desde a década de 40) e articular, abrir percursos que interliguem o Centro à franja litorânea.

A degradação ambiental do riacho e a atividade comercial atacadista, ali presentes, são problemas diagnosticados desde o plano de Hélio Modesto (1963). Modesto propunha uma grande intervenção para aquele setor com a retirada da atividade atacadista e de vários outros edifícios. Seguindo a ideia de Saboya Ribeiro, Modesto propunha transformar toda aquela área do Pajeú central num grande parque cívico dotado de extensa área verde e pontuado por edificações de usos institucionais e culturais. Esta ideia, ressalvada de seus conteúdos modernistas, foi também comprada pelo PHRACF.

Como sabemos a retirada do comércio atacadista foi identificada pelo Plano como ponto de dissenso, ou seja, houve discordância entre a opinião popular (que deseja a retirada) e os técnicos que postergaram o aprofundamento desse debate para o processo de implementação do Plano. O que questionamos aqui sob o ponto de vista da apropriação do espaço, estudada pela Psicologia Ambiental, é que quando se intervém de forma impactante sobre o espaço urbano, ainda que a ação seja executada sob o signo da participação, deve-se visar não somente as consequências esperadas pela dinâmica sociourbana (embora não raro esta frustrate as intenções projetivas), mas também há que se levar em conta a dinâmica histórica e sociocultural daqueles mais diretamente envolvidos ao entorno. Uma ação verdadeiramente inclusiva pela reabilitação e reintegração do Centro ao contexto produtivo da cidade precisa considerar a possibilidade de equacionar (projetivamente) os fatores macroestruturais à realidade das questões sociais locais. Há que se respeitar os contextos culturais envolvidos dos setores diretamente afetados e que se revelam nas relações “domésticas” de seus usuários com o espaço. Conforme analisamos anteriormente, o *Entorno I* apresenta excelentes condições de habitabilidade. Os moradores do Centro, em especial aqueles que residem neste entorno (entorno do Pajeú) podem, sim, ter os seus sentimentos de **Pertencimento e Agradabilidade** ameaçados por tais intervenções se estas não levarem em conta determinados aspectos subjetivos ou culturais da dinâmica local.

Os dados de nossa pesquisa confirmam que a reabilitação do Centro com foco na questão habitacional é um tema que, de fato, permeia (explícita ou implicitamente) a fala dos sujeitos que habitam o nosso bairro de origem. A importância do tema habitação, bem como parte das propostas encontradas pelo plano para minimização dos imbrólios sociourbanísticos, já se encontram implicitamente sugeridas nos significados e sentidos que foram apreendidos pelos instrumentos geradores dos Mapas Afetivos. Anseios, alegrias, frustrações, carinho, raiva, amor, cuidado, comodidades, pertencimentos, indignação... compõem, ainda que indiretamente, orientações, indicativos e sugestões que podem perfeitamente serem aproveitados pelos planos. Estes sentimentos, ora identificam os

problemas à causas mais localizadas (tópicas), ora expressam de forma difusa e generalizada a problemática que representa viver no Centro, mas estão todos respaldados pela experiência pessoal de quem conhece e habita o lugar.

A investigação dos processos afetivos nos apontou para a forma como o sujeito se implica com o seu bairro. O Centro não possui nenhuma associação de moradores que represente os seus interesses. Neste sentido, a Estima de Lugar negativa apreendida pela análise qualitativa (em todos os entornos), pode ser um reflexo da despotencialização dos moradores do Centro com relação às causas que os afligem. As mensagens de alertas, pedidos de socorro, brados de raiva e indignação se dispersam no anonimato quando não há foco ou organização que os congregue e os represente. Não foi a toa que a quase totalidade dos sujeitos investigados demonstraram desconhecer totalmente a existência do PHRACF. Por outro lado, as características sócio-ocupacionais e socioambientais do Centro podem de fato ter algum papel nesse descompromisso comunitário com as causas do Centro. O *Entorno 4*, praticamente de uso comercial, acaba por desarticular os setores leste, oeste e sul (mais fortemente habitados), fragmentando espacial e socialmente o Centro em setores que se dividem historicamente por renda familiar e, obviamente, por interesses divergentes. Esta desmobilização do morador do Centro poderá inclusive prejudicá-lo na etapa de implementação do Plano, uma vez que este processo requer a fiscalização da aplicação das metas e recursos que proporcionarão a reabilitação do bairro além de promover o confronto necessário entre os vários interesses que hoje recaem sobre a região.

Por outro lado, a Estima de Lugar positiva revela-se em sinais de potencialidade pelo reconhecimento, satisfação, tranquilidade e bem-estar e confirmam as positivities do Centro que deveriam ter suas motivações buscadas e mantidas pelo PHRACF.

Quando optamos por investigar a *Afetividade* dos moradores do Centro queríamos fazê-lo de forma que o estudo agregasse algum marco legal do planejamento urbano que servisse de parâmetro para o estabelecimento de nossa problematização interdisciplinar. Esta se fundamentava no fato de que os planos urbanos, de uma forma geral, passavam ao largo de questões caras às experiências humanas no contexto urbano. É óbvio que, por motivos vários, a abordagem tecnicista e pragmática dos planos não contempla os problemas de primeira ordem resultantes da imbricada relação pessoa x ambiente, nossa intenção, entretanto, se voltou para explicitar o quanto a investigação psicossocial em Psicologia Ambiental pode contribuir efetivamente para o incremento do planejamento urbano.

Na medida em que as análises qualitativas e as estatísticas complementares dos Mapas Afetivos revelaram não somente certos padrões sociais de percepção, comportamento

e representação diante dos contextos espaciais recortados, mas que também mostrou haver correlação entre a *Afetividade* e a referida heterogeneidade socioambiental do Centro, julgamos que os aspectos afetivos resultantes da relação pessoa x ambiente confirmam-se – conforme nossos objetivos – relevantes para o processo de elaborações das diretrizes urbanas.

A importância dos significados do espaço urbano, atribuídos pelos próprios sujeitos, e dos sentidos, interpretados pelo pesquisador, constituem fatores relevantes para orientação das decisões programáticas encetadas pelos planos na medida em que definem com mais propriedade os problemas que realmente importam aos usuários, uma vez que estes (problemas) são tomados como vividos.

As contribuições da Psicologia Ambiental, se inseridas na fase pós-diagnóstico socioambiental dos planos e se, de forma sistêmica, forem reanalisadas, podem trazer contribuições não só ao processo de elaboração das diretrizes participativas, mas inclusive, e principalmente, devem reforçar a fase mais importante do plano que é justamente a sua etapa de implementação fiscalizada. Uma vez que os dados contidos nos Mapas Afetivos, especificamente, revelam os problemas e as potencialidades do Centro sob o viés da *afetividade* de seus próprios moradores, os coordenadores do conselho fiscal teriam parâmetros mais realistas das partes mais diretamente interessadas, já que o principal objetivo de reabilitação do Centro é a possibilidade de repovoá-lo a partir de contingentes populacionais advindos de outras experiências sociourbanas de bairros.

Como toda nova sugestão, estas também se encontram no campo hipotético o que equivale afirmar que não estão isentas de conflitos e contestações caso um dia venham a ser aplicadas.

O desafio a que esse trabalho se propõe cumprir é o de provocar a reflexão e sugerir caminhos para a possibilidade de integrar os aspectos vividos pelos sujeitos em suas experiências atualizadas, imediatas e afetivas com o espaço urbano à visão prospectiva, mediada e racionalizada dos planejamentos urbanos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.
- ALENCAR, H. F. **Participação social e estima de lugar**: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. Psicología Ambiental: Aspectos conceituales y Metodológicos. *In*: _____. **Psicología ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1998. p. 21-42.
- ARANTES, O. B. F. Cultura e transformação urbana. *In*: PALLAMIN, V. M. (Org.). **Cidade e Cultura**: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. *In*: OTÍLIA, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolsos).
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).
- BAUMANN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BERTINI, F. M. A. **Centro de Fortaleza, lugar de transformações**: o idoso e os afetos implicados. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- BOMFIM, Z. A. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Programa de Reabilitação de Áreas Centrais. **Relatório analítico de experiências exitosas de reabilitação de Áreas Centrais do Brasil (Produto 7)**. Fortaleza, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Cidade 10 anos**: avançar no planejamento e na gestão urbana. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2011.
- CARTA de Atenas: Assembleia do CIAM. Brasília, DF: IPHAN, 1933.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. (Coleção Pensamento Único).

CASTRO, J. L. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. Separata de: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, v. 108, p. 43 - 90 , 1994.

CHAUÍ, M. **Espinosa**: uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Logos).

CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORDEIRO, J. A. **Coisa de cearense**. Fortaleza, 2012. Blog: Coisa de Cearense. Disponível em: <<http://www.coisadecearense.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

CORRALIZA, A.; BERENGUER, J. Emoción y ambiente. *In*: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. **Psicología ambiental**. 3. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2010. p. 59-71.

DA MATTA, R. **Casa e a Rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANTAS, E. W. C. O Centro de Fortaleza na contemporaneidade. *In*: DANTAS, E. W. C. *et al.* **De cidade a metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 187-227.

FERNANDES, R. C. **Transformações espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento do Município. Lei de uso e ocupação do solo: Lei nº 7987, de 23 de dezembro de 1996 – consolidada. **D.O.M.**, Fortaleza, n. 11.466, p. 268. 30 out. 1998. Suplemento.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano Habitacional para reabilitação da área Central de Fortaleza**. Fortaleza, 2009.

FREIRE, C. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GARCIA, F. **Os boulevards de Adolfo Herbster**. 2011. Blog: Fortaleza em fatos e fotos. Disponível em: <<http://fortalezaemfotos.blogspot.com.br/2011/03/os-boulevards-de-adolfo-herbster.html>>. Acesso em: 10 maio 2012.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de Alexandre Figueiredo *et al.* 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2005.

GLEIZER, M. A. **Espinosa & a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária**: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa i racionalidad de la acción y racionalización social**. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1999.

HALL, P. G. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed, São Paulo: Loyola, 1998.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

ITTELSON, W. H.; PROSHANSKY, H. M.; RIVLIN, L. G.; WINKEL, G. H. **O homem ambiental**. Brasília, DF: Laboratório de Psicologia Ambiental, 2005. (Série: Textos de Psicologia Ambiental, n. 14).

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JODELET, D. A cidade e a memória. *In*: DEL RIO, V.; RHEINGHANTZ, P. A.; DUARTE, C. R. **Projeto de lugar**: colaboração entre a psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: PROARQ, 2002. p. 31 – 43.

KOLH, M. O.; REGO, T. C. Vygotsky e as complexas relações entre cognição e afeto. *In*: Arantes, V. A. (Org.). **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003. p. 13-34.

KOLHSDORF, M. E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. *In*: FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade**. São Paulo: Projeto, 1985. p. 15 – 74.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACHADO, E. G. **Planejamento urbano, democracia e participação popular**: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003 – 2008). 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: OTÍLIA, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MOSER, G. Psicologia ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 1/2, p. 131-140, 2005.

MOSER, G. Psicologia ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal. *In*: TASSARA, E. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 189-210.

MUMFORD, L. **A cidade na história**. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

PEQUENO, L. R. Estrutura Intraurbana Socio-ocupacional & Condição Desigual de Moradia na Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: DANTAS, E.; COSTA, M. C. L. (Org.). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 55-97.

PLANEFOR. Um processo conjunto envolvendo comunidade, governo e iniciativa privada nas soluções dos problemas dos municípios, em Fortaleza. **Revista Cidades do Brasil**, Curitiba, edição 22, jul. 2001. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=17&newcod=408>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

POL, E. La apropiación del espacio. *In*: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Coord.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Monografies Socioambientales, 1996. p. 26-78.

POL, E.; VALERA, S. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Anuario de Psicología**, Barcelona, n. 62, p. 5-24, 1994.

POLIÃO, M. V. **Da Arquitetura**. Tradução e notas de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

PONTE, S. R. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública. **Informações sobre o aluguel social**. Blog: Defensoria Pública de Nova Friburgo. 2011. Disponível em: <<http://www.defensoriapublicanovafriburgo.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

RODRIGUEZ, M. S.; SEGRE, R. **Do Coração da Cidade – a Otterlo (1951-59)**: discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/096.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ROLNIK, R. Moradia acima do espetáculo. **O Povo on-line** seção páginas azuis, Fortaleza, 02 julho 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 02 agosto 2012.

ROLNIK, R.; BOTLER, M. Por uma política de reabilitação de centros urbanos. *In*: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (Org.). **Urbanismo**: dossiê São Paulo. Rio de Janeiro. Campinas: PUCAMP: PROURB, 2004. p. 141-149.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de José da Nóbrega Sousa Martins. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.

SALES, J. A. M. **O desenho da cidade moderna em Fortaleza**: um estudo dos planos Saboya Ribeiro e Hélio Modesto. 1996. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

SANTOS, M. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: _____. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 97-118.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 2. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

SILVA, J. B. Formação socioterritorial urbana. *In*: DANTAS, E. W. C. *et al.* **De cidade a Metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 87-141,

SOUZA, M. S. Uma análise da estrutura urbana. *In*: DANTAS, E. W. C. *et al.* **De cidade a Metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 13-86.

SPOSITO, M. E. B. Gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_3_sposito.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2012.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: OTÍLIA, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-104.

VALERA, S. Medio ambiente y representación social: Una visita a La ciudad como representación social. *In*: MIRA, R. G.; SABUCEDO, J. M. C.; MARTINEZ, J. R., **Psicología y medio ambiente**: aspectos psicossociales, educativos y metodológicos. Asociación Galega de estudios e Investigación Psicosocial. Galicia, España: Asociación Galega de Estudos e Investigación Psicosocial, 2002. p. 133-147.

VALERA, S. Análisis de los aspectos simbólicos del espacio urbano: perspectivas desde la Psicología Ambiental. **Revista de Psicología Universitas Tarraconensis**, Tarragona, Spain, v. 18, n. 1, p. 63-84, 1996.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotski, uma síntese**. Tradução de Cecília C. Bartalotti. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

VICENTINI, Y. Teorias da cidade e as formas urbanas contemporâneas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço Intraurbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para história do planejamento urbano do Brasil. *In: O processo de urbanização do Brasil*. DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999. p. 171-241

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño**. Madrid: Fundación Infancia y aprendizaje, 2007.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa: ESTUDO DA AFETIVIDADE DE MORADORES DO CENTRO DE FORTALEZA-CE FRENTE AO PLANO DE REABILITAÇÃO HABITACIONAL DA AREA CENTRAL

Pesquisador: Brennand de Sousa Bandeira

Caro(a) participante,

Solicitamos, através deste termo, a sua colaboração voluntária para pesquisa acima informada. Sua participação fará parte de uma atividade obrigatória do curso de mestrado de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Com o seu consentimento gostaríamos que você participasse de algumas atividades que a partir de agora lhe explicamos com detalhe.

Na primeira atividade você vai fazer um desenho que represente o seu bairro, ou seja, esse desenho deve ser a “cara” do seu bairro. Depois você vai escrever, em poucas palavras, algumas opiniões sobre o desenho que você mesmo fez e por último vai responder, de forma resumida, o seu sentimento sobre o bairro. Caso seja necessário vamos precisar que você mesmo tire algumas fotografias do Centro, em lugares que tenham alguma importância para você. Essa atividade vai demorar mais ou menos 01 (uma) hora. Queremos saber de que maneira você está envolvido com o seu bairro, o que sente pela casa e pelo bairro onde mora.

A segunda atividade é uma entrevista gravada. Serão feitas algumas perguntas que você vai ter toda a liberdade de responder como quiser. Essa atividade vai demorar mais ou menos 30 minutos. O que foi gravado será passado para o papel, com isso queremos entender quais são os problemas que mais lhes desagradam e também aquilo que tem de bom em seu bairro.

Na terceira atividade você vai responder um questionário também contendo 19 (dezenove) perguntas. São questões que você vai responder simplesmente marcando as opções. Não se preocupe se vai responder certo ou errado, só queremos a sua opinião. Escolha a que você considera que é realidade de seu bairro. Essa atividade não deve demorar mais que quinze minutos e o objetivo é também saber se a sua residência e o seu bairro são satisfatórios para seu bem-estar, tais como: quantidade de quartos e de banheiros de sua casa, a existência de saneamento básico, de segurança, de transporte coletivo, de coleta de lixo regular, etc. Algumas questões sobre sua situação social devem ser marcadas também.

As três atividades propostas, não vão lhe causar nenhuma despesa, mas como já foi dito, precisaremos de um tempo mínimo para que todas elas possam ser realizadas de forma satisfatória.

O local é muito importante para o resultado da pesquisa, por isso as três atividades deverão preferencialmente ser conduzidas em sua residência, no local onde lhe for mais

cômodo. Em caso de não querer realizá-la em casa você poderá escolher outro local desde que seja nas proximidades de sua residência.

O seu nome e endereço não serão identificados em nenhuma situação. O resultado dos desenhos, das respostas escritas, das fotografias, da gravação, ou de qualquer outra informação fornecida por você, vai fazer parte de um trabalho final e serão protegidos pelo sigilo do anonimato. Isto significa que seu nome, endereço ou qualquer informação que lhe identifique não será usado em nenhum momento.

A pesquisa tem previsão de término para junho de 2012.

A qualquer tempo, durante a pesquisa, você poderá solicitar seu desligamento, apenas informando a sua decisão ao pesquisador pelo telefone (85) 3226.1517, (85)8606.1060 ou pelo e-mail b_nnn_d@yahoo.com.br. Estes contatos servirão também para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

A participação nesta pesquisa não vai lhe trazer nenhum problema legal. Os procedimentos que vão ser utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a *Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde*. Nenhum destes procedimentos vai oferecer riscos à sua dignidade.

Para maiores informações sobre essas questões, pode-se entrar em contato com o COMEPE (Comitê de Ética em Pesquisa da UFC) através do telefone (85) 3366-8344.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento que implica na sua participação nesta pesquisa, livre e consciente das informações esclarecidas acima. Para tanto, precisamos que preencha os itens que seguem.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo o uso das informações por mim fornecidas e aceito participar desta pesquisa.

Nome e assinatura do participante voluntário da pesquisa

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

Brennand de Sousa Bandeira
Aplicador do TCLE

APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS

Código _____ **Data:** ____ / ____ / ____.

1. Primeiramente, obrigado pela sua colaboração! Esta é uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará e tem como objetivo saber como você vê, sente e representa o Centro de Fortaleza. Pedimos, primeiramente, que você desenhe como você sente o Centro e posteriormente faremos perguntas relacionadas a este local.

2. As seguintes perguntas é sobre o desenho que você acabou de fazer. Não pense em resposta certa ou errada, boa ou ruim, o que importa são suas opiniões e impressões.

2.1 Explique brevemente o que esse desenho significa para você.

2.2 Descreva que sentimentos este desenho lhe desperta.

2.3 Escreva 6 palavras que esse desenho lhe desperta.

- | | |
|-----------|-----------|
| 1 - _____ | 4 - _____ |
| 2 - _____ | 5 - _____ |
| 3 - _____ | 6 - _____ |

Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre o Centro da cidade de Fortaleza. Lembre-se que não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas sim sua opinião.

3. Se alguém lhe perguntasse sobre o que pensa do Centro. O que você responderia?

4. Se tivesse de fazer uma comparação do Centro com algo, com o que você faria a comparação?

5. A seguir você encontrará algumas afirmações sobre seu bairro com as quais poderá ou não concordar. Gostaríamos que você indicasse o quanto concorda ou discorda com cada uma destas afirmações. Concentre-se nas afirmações e dê a sua sincera opinião.

1	2	3	4	5
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE

01. O Centro é um bairro agradável pra se viver.	1	2	3	4	5
02. É um bairro que oferece facilidades, mas estressa.	1	2	3	4	5
03. É um bairro poluído e abandonado.	1	2	3	4	5
04. É um bairro que oferece boas oportunidades de emprego.	1	2	3	4	5
05. É um bairro que causa medo nos seus moradores.	1	2	3	4	5
06. É um bairro onde existe amizade e boa vizinhança.	1	2	3	4	5
07. É um bairro que possui lugares bonitos e de fácil acesso.	1	2	3	4	5
08. É um bairro ótimo, apesar do problema da violência.	1	2	3	4	5
09. É um bairro pelo qual sinto vergonha e desprezo.	1	2	3	4	5
10. É um bairro que oferece diversão e lazer.	1	2	3	4	5
11. É um bairro de trânsito movimentado e perigoso.	1	2	3	4	5
12. É um bairro de paz e boas relações.	1	2	3	4	5
13. É um bairro que dispõe de boa área verde e clima agradável.	1	2	3	4	5
14. É um bairro maravilhoso, mas ninguém cuida.	1	2	3	4	5
15. É um bairro que provoca raiva e indignação.	1	2	3	4	5
16. É um bairro onde encontro tudo. É perto de tudo	1	2	3	4	5
17. É um bairro que não oferece segurança.	1	2	3	4	5
18. É um bairro que comparo com minha casa.	1	2	3	4	5

6. Descreva os caminhos que você percorre com frequência em seu bairro. (Utilize nomes de lugares de origem e destino. Detalhes que chamem atenção durante o trajeto. Indique também com que finalidade você percorre esse caminho.

CAMINHO 1

CAMINHO 2

7. Indique o lugar que para você, representa o Centro.

8. O que você gosta no Centro.

9. O que você não gosta no Centro.

10. Dados pessoais e socioeconômicos

10.1 Sexo: Masculino () Feminino ()

10.2 Idade: _____

10.3 Você trabalha? Sim () Não ()

Se sim, em quê? _____

11. Qual seu grau de instrução?

- () Analfabeto
 () Sabe ler, mas não foi à escola
 () Fundamental incompleto (1º grau)
 () Fundamental completo (1º grau)
 () Médio incompleto (2º grau)
 () Médio completo (2º grau)
 () Superior incompleto (universitário)
 () Superior completo (graduado)
 () Não sabe

10.4 Renda mensal familiar:

- () Menos de 01 salário mínimo
 () Entre 01 e 02 salários mínimos
 () Entre 02 e 05 salários mínimos
 () Mais de 5 salários mínimos

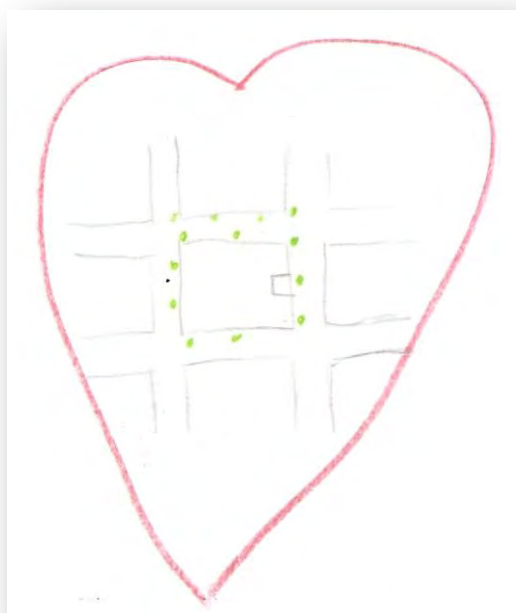
10.5 Qual sua situação laboral?:

- () Empregado
 () Desempregado
 () Profissional Liberal
 () Autônomo
 () Outros

12. Quanto tempo mora no Centro?

13. Entorno / tipologia

APÊNDICE C – MAPAS AFETIVOS



O centro *shopping center* é aquele cuja imagem de **Pertencimento** encontra-se sentimentos de afeto, amizade, tradição, natureza e segurança despertando nos sujeito o carinho pelo centro e pelos vizinhos que ajudam o mesmo.

Mapa Afetivo do sujeito 1ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 1ME1C Sexo: Masculino Idade: 40 anos Renda Familiar: + de 5 salários mínimos Situação Laboral: autônomo Tempo de Moradia: 07 anos Tipologia Residencial: Residência Unifamiliar Grau de Instrução: Superior incompleto	Metáforica O símbolo do coração envolvendo o que seria a quadra e o entorno onde ele mora.	Um quarteirão de pessoas que cuidam e vivem próximas a quase tudo que precisam.	Afeto, cuidado, amizade, tradição, natureza e segurança.	Carinho pelo Centro e pelos vizinhos que nos ajudam.	Shopping Center.



O Centro *empresa* é o bairro que em que a **Agradabilidade** gera sentimentos de alegria e felicidade proporcionada pelas belezas das Praças e a Cidade das Crianças.

Mapa afetivo do sujeito 2ME1K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 2ME1K Sexo: Masculino Idade: 28 anos Renda Familiar: - de 1 salário mínimo Situação Laboral: desempregado Tempo de Moradia: 01 ano Tipologia Residencial: Quitinete Grau de Instrução: Médio incompleto	Metafórica Elementos da natureza (árvore, pássaros).	As belezas das Praças. Cidade das Crianças.	Alegria, felicidade, ar puro.	Alegria e felicidade.	Como uma empresa.



O centro *colmeia* é o bairro que pelo seu **Contraste** gera o sentimento de amor pelo calor humano, vida e construção, mas ao mesmo tempo desperta sentimentos de corresponsabilidade com as pessoas e com o mundo pela correria e necessidade das pessoas tentando sobreviver.

Mapa afetivo do sujeito 7ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 7ME1C Sexo Masculino Idade 45 anos Renda Familiar Entre 2 e 5 salários mínimos Situação Laboral Empregador Tempo de Moradia 45 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Metafórica Explosão de uma bomba.	A qualquer momento pode haver acidentes gravíssimos, calçadas só para camelôs. Pedestres são excluídos, etc.	Assaltos, gambiarras, invasão, poluição, terror, domínio.	Insegurança, descaso público.	Favelão.



O centro *favelão* é o bairro da **Destruição** que provoca terror e insegurança pelos assaltos, gambiarras, invasão, poluição e pelo domínio das calçadas por parte dos camelôs.

Mapa afetivo do sujeito 8ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 8ME1C Sexo Masculino Idade 44 anos Renda Familiar + de 5 salários mínimos Situação Laboral empregado Tempo de Moradia 07 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Cognitivo Desenho de elementos urbanos e humanos representados de forma esparsa.	Um aglomerado de prédios, monumentos, lojas e pessoas de um lado para o outro, cada um com suas necessidades e problemas tentando sobreviver.	Calor humano, correria, vida, sobrevivência, amor e construção.	Sentimento de que o mundo gira e nós somos responsáveis pelos nossos atos e que o mundo é o que as pessoas são. Nós formamos o mundo que vivemos.	Uma Colmeia



O centro *destruição-degradação* é o bairro do **Contraste** pela alegria e paz associadas à beleza, troca e diversão da zona leste do Centro, mas também traduz-se em sentimento de desgosto pela “parte mais antiga da cidade” com sua feiura, falta de cuidado e poucas possibilidades de convivência e trocas.

Mapa afetivo do sujeito 17ME1C

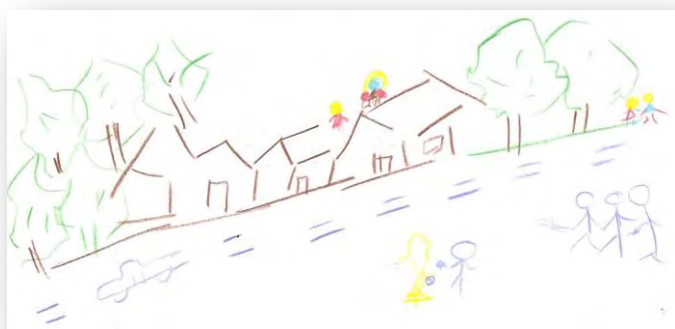
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 17ME1C Sexo Masculino Idade 49 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral desempregado Tempo de Moradia 02 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Estrutural Desenho do urbano representado num conjunto de relações entre os elementos urbanos (carros, sistema viário, edifícios, etc.).	É um desenho sobre o meu bairro que é o centro. Procurei retratar a Praça da CEART*, que é um espaço de convivência, bonito, bem cuidado, onde as pessoas podem se encontrar para se divertir, distrair, brincar. Essa praça é muito bem frequentada, por famílias, crianças, etc.	Alegria, beleza, paz, convivência, troca, diversão.	Não gosto do Centro de Fortaleza. É a parte mais antiga da cidade, já um pouco degradada, onde não existe beleza, cuidado. Outras partes mais modernas são mais bonitas. Não me parece ser um local de trocas e convivências.	Degradação, destruição.



O centro como *uma peça de Teatro* é o bairro que possibilita a **Atração** pelo sentimento de alegria de ser personagem de um bairro que instiga ao desafio, à construção, à sustentabilidade e busca por um ambiente mais saudável.

Mapa afetivo do sujeito 36ME1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 36ME1C Sexo: Masculino Idade: 62 anos Renda Familiar: + de 05 salários mínimos Situação Laboral: aposentado Tempo de Moradia: 04 anos Tipologia Residencial: Residência Unifamiliar Grau de Instrução: Superior Completo	Metáforica Desenho de um elemento urbano isolado, no caso a própria casa do sujeito.	Uma casa em construção	Alegria, desafios, construção, metas, sustentabilidade e, ambiente saudável.	Desafios constantes.	Uma peça de Teatro, onde seus moradores são os personagens e os administradores seus incentivadores.



O Centro *boa qualidade de comida onde se quer mais qualidade* é o bairro da **Insegurança** que desperta sentimentos de tristeza no sujeito pelo abandono, insegurança, violência e ela esperança de se retornar ao passado materno do sujeito.

Mapa afetivo do sujeito 5FE1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 5FE1C Sexo Feminino Idade 32 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Empregada Tempo de Moradia 15 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Estrutural Desenho representando elementos urbanos em associação.	O Centro da cidade era um paraíso, agora está totalmente abandonada, a gente só vê violência atrás de violência. Os moradores viraram presos e os delinquentes cidadãos.	Abandono, segurança futura, insegurança, “harmonia”, tristeza.	Esperança de voltar o que era ainda da época de minha mãe onde as pessoas brincavam na calçada e contribuía para o bem estar do outro. Segurança de todos.	Com a boa qualidade de comida, onde você quer mais qualidade.



O Centro *Caixa de Presente* é o bairro do **Contraste** pelo sentimento de tristeza causado pela sujeira, vendedores ambulantes, mendigos e construções, mas ao mesmo tempo provoca sentimentos de companheirismo e possibilidades pela infância vivida no local, pelo pouco do verde que ainda resta e pelo encontro.

Mapa afetivo do sujeito 7FE1C

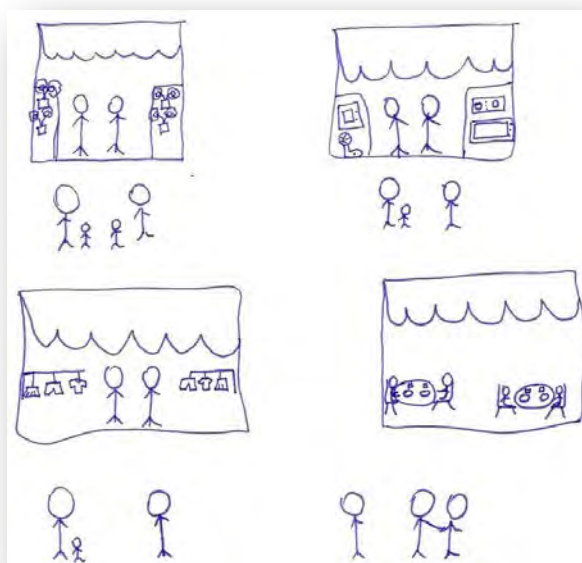
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
<p>N – 7FE1C</p> <p>Sexo Feminino</p> <p>Idade 42 anos</p> <p>Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos</p> <p>Situação Laboral Empregada</p> <p>Tempo de Moradia 22 anos</p> <p>Tipologia Residencial Residência Unifamiliar</p> <p>Grau de Instrução Superior completo</p>	<p>Estrutural</p> <p>Desenho em planta de ruas quadras e edificações da vizinhança</p>	<p>Para mim o Centro é minha morada, nasci e me criei neste espaço. Ao caminhar encontro pouco do verde no Parque das crianças, vejo gentes de todos os tipos, vendedores passantes, pedintes e muito lixo (nosso!)</p>	<p>Infância, sujeira, construções, espaço, caminho, encontro.</p>	<p>Tristeza, companheirismo, possibilidade (esperança)</p>	<p>Como uma Caixa de Presente, onde a embalagem, aparentemente, é pouco convidativa, quase feia, mas dentro está aquilo que você gosta.</p>



O centro *Ninho* é o bairro do **Pertencimento** pelo sentimento de afeto e amorosidade gerados a partir da identidade, história, proteção e o elo com o lugar. Referências fortes que inclusive levam o sujeito a compará-lo a um “colo de mãe”.

Mapa afetivo do sujeito 8FE1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 8FE1C Sexo Feminino Idade 46 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral empregada Tempo de Moradia 03 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Metafórico Desenho representando um aspecto da vida natural.	Acolhimento, proteção, afeto, origem, cuidado, vida, referência.	Referência, afeto, proteção, identidade, história, elo.	Afeto, colo de mãe, amorosidade	Um ninho.



O centro *Comércio* é o bairro do **Contraste** pelo que representa de consumo, lazer, os encontros, mas também pela presença de moradores de rua, e falta de policiamento.

Mapa afetivo do sujeito 10FE1K

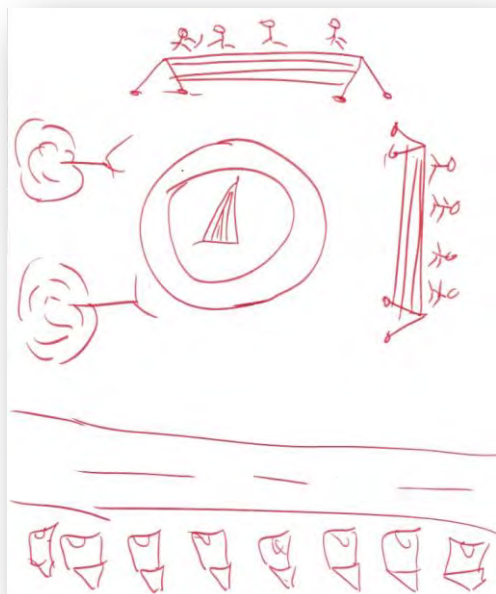
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 10FE1K Sexo Feminino Idade 32 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral Desempregada Tempo de Moradia 32 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Superior completo	Estrutural Referência ao comércio e seus usuários numa configuração de inter-relação	Significa a comercialização.	Comércio, Lazer, ponto de encontros, Moradores de rua, a falta de policiamento.	Com o passar do tempo, o comércio vai tomar todo o centro.	Com o Comércio.



O Centro *Lixão* é o bairro da **Destruição** pela indignação provocada pelo lixo, os pedintes na calçada, os carros que estacionam inadequadamente, a falta de oportunidade e também da inexistência de uma boa administração.

Mapa afetivo do sujeito 15FE1C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 15FE1C Sexo Feminino Idade 47 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 30 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Desenho representa em fachadas elementos urbanos(edifícios, residência, automóveis e elementos humanos) relacionados em conjunto	Que as ruas são sujas, cheias de fios caídos, muito lixo e pedintes nas calçadas. Os carros estacionados dos dois lados da rua, não respeitam placas.	Lixo, carro, descaso, sujeira, falta de oportunidade, falta de prefeitura boa.	Indignação e a falta de preocupação dos governantes.	Com um lixão.

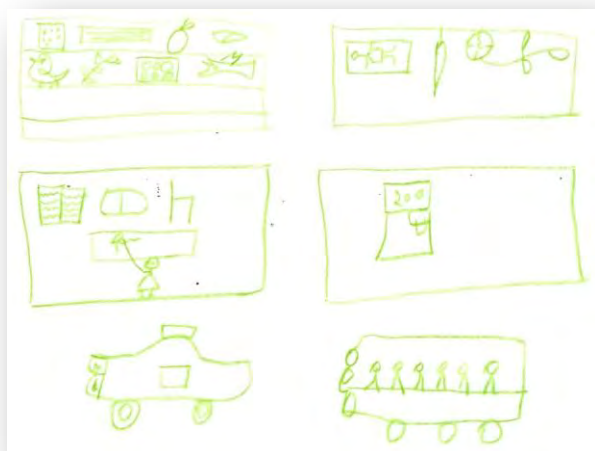


O centro *Coleta de Lixo* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de tristeza e desprezo constatado pelo abandono, esquecimento, da “vagabundagem”, da falta de segurança e de cuidado com as praças que poderiam dar mais conforto aos turistas e às pessoas que moram na cidade.

Mapa afetivo do sujeito 59FE1K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 59FE1K	Estrutural				
Sexo Feminino	Elementos urbanos	Muito vagabundo,	Tristeza, esquecimento,	Sentimento de tristeza porque a Praça do	Como uma Coleta de Lixo.
Idade 22 anos	configurados num espaço de lazer.	muitas pessoas sentadas, saindo do emprego,	abandono, desprezo.	Ferreira poderia ser mais visualizada, mais bem tratada para que assim dê mais conforto aos turistas e a gente que mora na cidade.	
Renda Familiar - de 01 salário mínimo		jovens namorando e idosos jogando coisas fora, mas dentro disso tudo onde a segurança que a gente não vê?			
Situação Laboral Desempregada					
Tempo de Moradia 02 anos					
Tipologia Residencial Quitinete					
Grau de Instrução Médio completo					

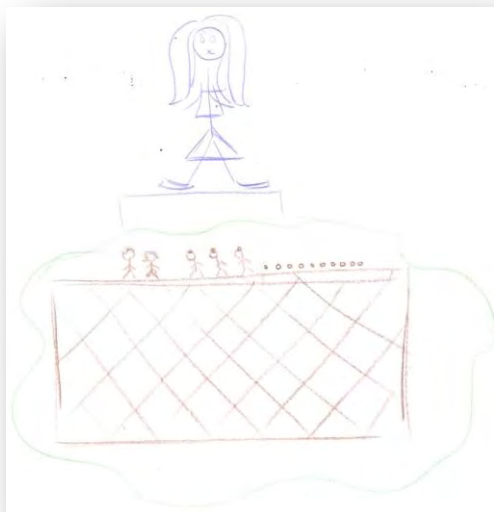
MAPAS AFETIVOS DO ENTORNO 2



O Centro de Muita *Paz e Tranquilidade* é o bairro da **Atração**
Pelo sentimento de satisfação proporcionado pelas facilidades, lazer, oportunidade, economia, educação, a saúde permitindo a comodidade de ter tudo ao seu dispor e não precisar sair do bairro em que mora.

Mapa afetivo do sujeito 38FE2A

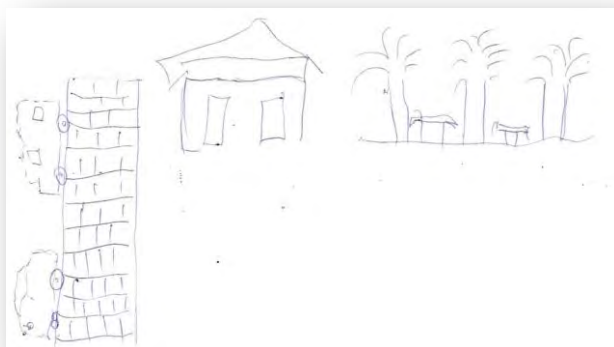
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 38FE2A Sexo Feminino Idade 61 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 38 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Elementos urbanos configurados em sistema.	Todos os desenhos representam para mim o que existe de bom no Centro da Cidade: supermercado, escolas, hospital, bancos, coletivo e taxi.	Médico, professora, facilidades, economia, lazer, oportunidade.	O meu sentimento é de satisfação, porque você não precisa sair do bairro que você mora para resolver o que precisa, pois tem tudo no centro da cidade.	Comparo o Centro com muita Paz e Tranquilidade



O Centro *Sertão Nordestino* é o bairro do **Contraste** porque é sentido com tristeza pelo esquecimento, desprezo e abandono atuais, mas ao mesmo tempo é o lugar que – pelo próprio sujeito – é identificado com o seu *self*, inspirando-lhe ainda sentimentos de amor e união.

Mapa afetivo do sujeito 40FE2A

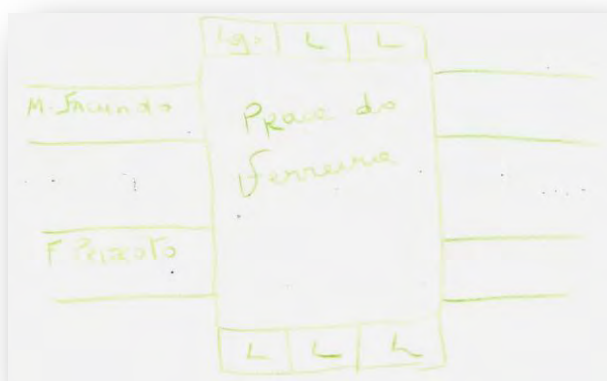
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 40FE2A Sexo Feminino Idade 53 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 01 ano Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Metafórico Elementos simbolizando espaço e configuração ou história familiar.	Significa o Eu mais sólido. Estrutura familiar.	Esquecimento, abandono, desprezo.	União, tristeza, aproximação e amor.	Tem como figura o Sertão Nordestino, pelo seu abandono



O Centro *Favela* é bairro da **Destruição** que desperta sentimentos de raiva, indignação e revolta pelo trânsito caótico, pelo descaso das autoridades com a cidade de um modo geral, pela falta de perspectivas no poder público.

Mapa afetivo do sujeito 45FE2C

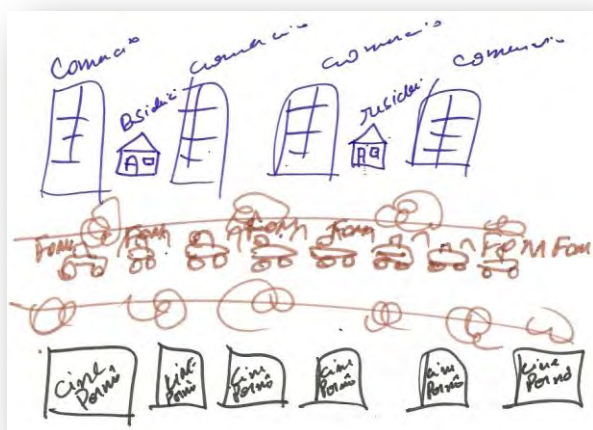
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 45FE2C Sexo Feminino Idade 67 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral Profissional liberal Tempo de Moradia 18 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Estrutural Elementos urbanos configurados de forma desconexa.	O desenho demonstra o descaso que os governantes tem com a cidade de modo geral com as praças, trânsito, manutenção do patrimônio público. A sujeira também.	Trânsito caótico, indignação, revolta, ser brasileira, tristeza.	Todo esse descaso dos nossos governantes traduz no sentimento de revolta, de indignação e o pior que cada gestão, principalmente municipal, a tendência é piorar.	Comparo o centro com uma Favela, pois todas as praças de Fortaleza estão e estarão tomadas pelos vendedores ambulantes.



O Centro *Comodidade* é o bairro de **Atração** pelas oportunidades que o mesmo oferece em diversão, lazer, compras, encanto e pelos atrativos da Praça do Ferreira. Com relação específica à Praça do Ferreira, o sujeito ressentia-se da falta do cinema. Visto como local de diversão em seu passado pessoal.

Mapa afetivo do sujeito 46FE2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 46FE2C Sexo Feminino Idade 60 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 01 ano Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Representação da Praça do Ferreira e entorno.	A praça do Ferreira, suas lojas, feiras e eventos. As lojas que frequento: Otoch, Marisa, Riachuelo, farmácia.	Diversão, local de encanto, lazer, compras, lanchonetes.	Eu assistia muito filme no Severiano Ribeiro. Sinto falta do cinema Severiano ribeiro. Era uma diversão que eu sempre ia.	A comodidade.



O centro “Limão” é o bairro da **Destruição** que gera sentimentos de desprezo por um lugar que não tem higiene e policiamento, onde à poluição sonora e ruas sem sinalização acrescenta-se a presença dos mendigos.

Mapa afetivo do sujeito 48FE2C

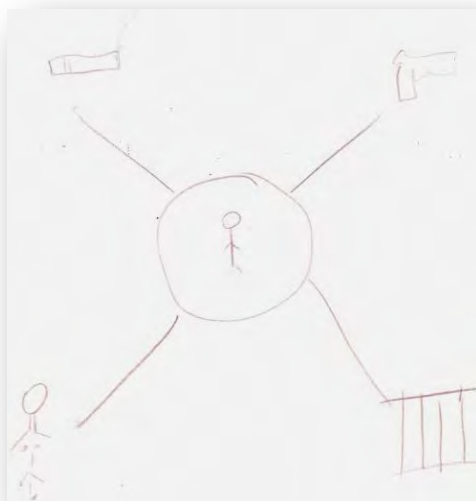
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 48FE2C Sexo Feminino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 10 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Estrutural Representação de vários elementos urbanos em relação sistêmica.	Muito comércio e pouca residência. Muito lixo nas calçadas, engarrafamento, poluição sonora e cines pornô em grande quantidade, que chegam a incomodar nos finais de semana.	Desprezado, sem higiene, falta de policiamento, poluição sonora, sem sinalização, mendigos.	Sentimento de desprezo por que um lugar que poderia ser turístico, por ser o início da cidade, se tratando do comércio, poderia ser comércio e famílias, assim tínhamos mais oportunidades de crescimento econômico e familiar.	Posso comparar com um “limão” dependendo da pessoa pode se fazer uma deliciosa limonada.



O Centro *Pequena cidade povoada* é o bairro do **Pertencimento** pelo sentimento de identificação e saudades por um lugar que lhe transmite fé, comodidade, amizade e ao mesmo tempo proporciona a comodidade, agilidade e acessibilidade.

Mapa afetivo do sujeito 52FE2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 52FE2C Sexo Feminino Idade 74 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 74 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Estrutural Elementos urbanos configurados em forma de sistema cartográfico.	Significa a localização de minha casa. Sempre indico a Igreja do Carmo como ponto de referência. É a Igreja que frequento e dou minha colaboração como voluntária nas pastorais.	Fé, amizade, comodidade, agilidade, acesso, tempo.	Lembranças: Nasci no centro; Nesta Igreja eu me batizei e me crismei. Saudades: Sinto falta das famílias que moravam no quarteirão. Hoje tudo é comércio. Só existe minha casa como residência.	Uma pequena cidade povoada porém deserta, por falta de moradores.



O centro *Cidade de Deus* é o bairro da **Insegurança** que provoca no sujeito sentimento de medo no pelo tráfico, prostituição e ladrões. Fatores que o coagem ao autoencarceramento limitando o seu direito de ir e vir.

Mapa afetivo do sujeito 24ME2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
<p>N – 24ME2C</p> <p>Sexo Masculino</p> <p>Idade 44 anos</p> <p>Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos</p> <p>Situação Laboral empregador</p> <p>Tempo de Moradia 37 anos</p> <p>Tipologia Residencial Residência Unifamiliar</p> <p>Grau de Instrução Sup. incompleto</p>	<p>Metafórico</p> <p>Elementos urbanos representados em forma de diagrama.</p>	<p>Eu sendo o Centro das observações de bandidos, traficante, prostituição e me sentindo preso ao mesmo tempo.</p>	<p>Tráfico, prostituição, ladrões, prisão, medo, encarceramento.</p>	<p>Desejo me sentir mais livre e com o intuito de sair a noite e não ter medo de voltar a noite.</p>	<p>Cidade de Deus – com menos Deus no coração das pessoas.</p>



O Centro *Casa de prostituição à céu aberto* é o bairro da **Destruição** que provoca sentimentos de tristeza e humilhação, pela falta de educação, degradação, falta de paz, igreja e orientação psicológicas de pessoas que não procuram outros meios “mais educativos” para trabalhar.

Mapa afetivo do sujeito 25ME2C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 25ME2C Sexo Masculino Idade 54 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Autônomo Tempo de Moradia 48 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior Completo	Estrutural Elementos urbanos representados e relacionados em sistema.	Uma rua de pouca iluminação onde ficam pessoas procurando fazer a vida de uma maneira não aconselhável, que seria jovens fazendo programa com homens e vice-versa.	Tristeza, humilhação, falta de educação, degradação, orientação psicológica, falta paz e igreja.	É uma pena para aquelas pessoas que não procuram outros meios mais educativos para trabalhar.	Uma casa de prostituição a céu aberto.



O centro *Ilha* é o bairro do **Pertencimento** sentido como segurança, calor humano, humanidade, segurança, tranquilidade e calma pela proximidade das pessoas e dos diversos setores da atividade econômica, “ao contrário de outros bairros que induz ao isolamento”.

Mapa afetivo do sujeito 27ME2C

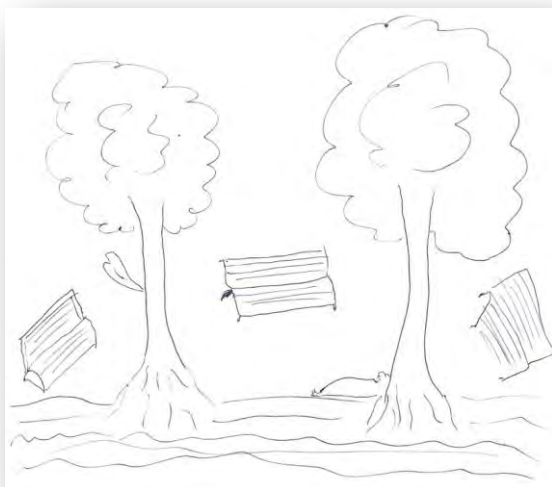
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 27ME2C Sexo Masculino Idade 69 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 22 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Estrutural Elementos urbanos representados em quadras e edificações.	A proximidade com os diversos setores da atividade econômica e as pessoas	Calor humano, segurança, humanidade, tranquilidade, saudosismo, calma.	A proximidade com o povo de um modo geral, diferentemente de certos bairros que induz ao isolamento.	Ilha



O centro *Grande mercado* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de tristeza gerado pela falta de segurança, barulho, sujeira, deficiências no transporte público e ruas esburacadas.

Mapa afetivo do sujeito 28ME2K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 28ME2K Sexo Masculino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 03 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio completo	Estrutural Elementos urbanos representados e relacionados em sistema.	Muitos marginais na Praça Coração de Jesus. Não é o que eu gostaria de ver. Queria ver cidadão de verdade. As ruas eu gostaria que fossem mais sinalizadas, menos buraco, com policiais nas ruas.	Segurança (falta), barulho, Limpeza (falta), ruas sem buraco, ônibus demorado.	Me desperta um sentimento de tristeza. Não tem segurança. O centro é uma coisa boa, Eu gosto do Centro.	Um Grande mercado.



O centro *Algo de valor que me foi tirado* é o bairro da **Destruição** que gera sentimentos de medo, tristeza, indignação e saudade por um lugar que possui belezas e riquezas, mas pelo fato de estar abandonado é dominado pela violência que afugenta os atrativos de lazer que antes haviam quando o Centro “não era tão perigoso como hoje”.

Mapa afetivo do sujeito 34ME2K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 34ME2K Sexo Masculino Idade 46 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral Empregado Tempo de Moradia 17 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Estrutural Representação de elementos urbanos encontrados em praças.	No desenho apresentado estou me referindo ao problema principal que é o abandono e é por intermédio dele que vem a violência. Não existe uma atração nos finais de semana e em minha opinião o centro poderia ser resgatado sim.	Medo, Tristeza, abandono, indignação, riqueza do Centro, Beleza do Centro.	Em mim gera um sentimento de tristeza e saudade do Centro de vinte anos atrás. Nos finais de semana a sociedade vinha para o cinema existia até praça de alimentação e não era tão perigoso como é hoje.	Comparo com algo de valor que eu tinha e me foi tirado.



O centro *Bom shopping* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de tristeza, medo e insegurança provocados pelo abandono, falta de amor ao próximo, desrespeito, pelo número cada vez maior de drogados e “pelas autoridades que deveriam prestar mais atenção” com o local.

Mapa afetivo do sujeito 37ME2A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 37ME2A Sexo Masculino Idade 47 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Autônomo Tempo de Moradia 28 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Metafórico. Elementos de uma cena urbana.	Que as autoridades deveriam prestar mais atenção no Centro, principalmente nos pontos onde hoje está concentrado um número cada vez mais crescente de drogados.	Tristeza, medo, insegurança, desrespeito, falta de amor ao próximo, abandono.	Tristeza, medo, desrespeito, insegurança, principalmente para quem visita o centro e não conhece os riscos. O melhor lugar para se morar se não fosse tudo isso que acabei de citar.	Um bom Shopping que tem tudo que você necessita.

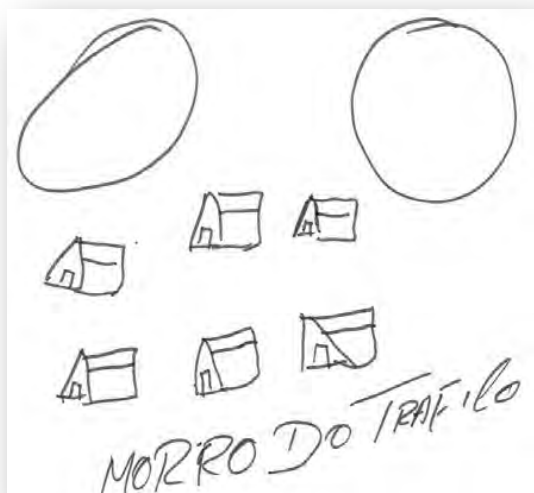
MAPAS AFETIVOS DO ENTORNO 3



O centro 25 de Março é o bairro da **Destruição** que desperta o medo pelos assaltos constantes, pelo lixo e sujeira nas ruas, pela falta de respeito com a sinalização, pela aglomeração de pessoas nas calçadas e a falta de segurança noturna.

Mapa afetivo do sujeito 5ME3A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 5ME3A Sexo Masculino Idade 26 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 05 meses Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Médio Completo	Cognitivo Elementos urbanos (vias, carros, edifícios, cenas urbanas) configurados em relação	A aglomeração de pessoas nas calçadas do centro da cidade, a falta de compreensão do espaço, assaltos constantes, muito lixo nas ruas e insegurança à noite.	Medo, sujeira, desrespeito, falta de respeito com sinalização, zelo (falta) e segurança (falta).	Falta um pouco mais de conscientização da população e da prefeitura.	Rua 25 de Março – São Paulo.



O Centro *Bom Jardim* é o bairro onde a imagem de **Destruição** é gerada pela raiva em não poder criar os filhos, tendo de mantê-los trancafiados o dia inteiro por conta do tráfico, do uso de crack, da prostituição, do assalto e tiroteio.

Mapa afetivo do sujeito 11ME3K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 11ME3K Sexo Masculino Idade 47 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 15 anos Tipologia Residencial Quinete Grau de Instrução Fundamental incompleto	Cognitivo Elementos urbanos configurados num espaço de lazer.	Que aqui tá pior que o morro do tráfico. A polícia come toco dos traficantes.	Tráfico, uso de crack, prostituição, assalto, tiroteio.	Raiva em não poder criar os filhos. 24 horas trancados.	Bom Jardim (bairro)



O Centro *Pior que a periferia* é o bairro da **Destruição** que causa imensa tristeza no sujeito pela falta de fiscalização e policiamento, pelo abandono do Centro, da presença dos moradores de rua, da desmoralização dos poderes públicos, dos assaltantes e dos camelôs que tomaram de conta.

Mapa afetivo do sujeito 29ME3A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 29ME3A Sexo Masculino Idade 87 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 15 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução: Superior completo	Metafórico Garranchos representando a sujeira e o lixo.	Significa que o Centro está sujo, esburacado, fedorento e cheio de rato. Os moradores de rua tomam banho na Praça do Ferreira.	Tristeza, desmoralização, falta de fiscalização, falta de policiamento, centro abandonado, moradores de rua.	Uma desmoralização, uma tristeza imensa. Desmoralização dos poderes públicos. Os camelôs tomaram conta. Ninguém pode andar nas calçadas. Assaltantes roubam bolsas e celulares das mulheres.	Pior que a periferia.



O Centro *Conjunto Vila Velha* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de nojo vivido com a presença das drogas, dos assaltos e da falta de segurança da Rua Princesa Isabel.

Mapa afetivo do sujeito 30ME3C

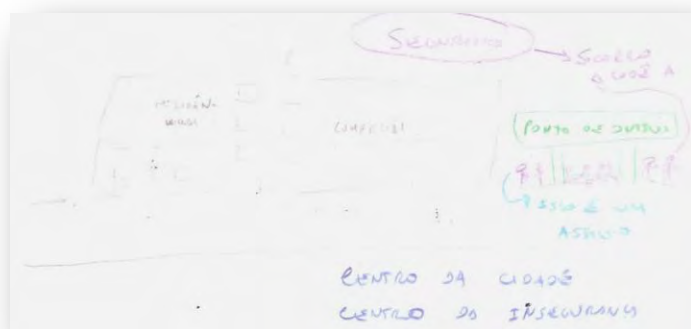
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 30ME3C Sexo Masculino Idade 59 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Profissional liberal Tempo de Moradia 16 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Metafórico Desenho do rosto do demônio.	O diabo A Rua Princesa Isabel	Drogas, assaltos, Barulho, segurança (falta), sujeira.	Drogas, assaltos, nojo, Princesa Isabel	Conjunto Vila Velha (Barra do Ceará)



O Centro *Ponto de partida* é o bairro da **Agradabilidade** pelos sentimentos de calma, tranquilidade e felicidade que a presença da família, da ventilação, da acessibilidade, mobilidade e a calma do lugar representam.

Mapa afetivo do sujeito 31ME3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 31ME3C Sexo Masculino Idade 28 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 06 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Cognitivo Elementos urbanos (via e arborização) configurados em inter-relação.	Significa o verde do Centro e sua tranquilidade.	Calmaria, ventilação, tranquilidade, acessibilidade, mobilidade, família	Calma, tranquilidade, felicidade.	Ponto de partida.



O Centro *Minha infância* é o bairro da **Insegurança** pelo sentimento de medo e insegurança que refletem-se na perda da própria identidade do sujeito com o bairro, em vista do despreparo, incapacidade, falência do local e insegurança total pela falta de policiamento.

Mapa afetivo do sujeito 32ME3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 32ME3C Sexo Masculino Idade 34 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral empregador Tempo de Moradia 34 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio completo	Cognitivo Representação de elementos urbanos através de edificações diferenciadas alinhadas ao longo de uma via.	Insegurança total do centro e uma bela falta de policial.	Medo, insegurança, falência do Centro, despreparo, incapacidade.	Desperta um sentimento de perda da minha própria liberdade.	Com minha infância.



O centro *Carro* é o bairro do **Contraste** porque ao mesmo tempo em que é bom pela proximidade da igreja e do mercado é perigoso por conta dos muitos assaltos, dos ladrões e dos alagamentos no período de chuva.

Mapa afetivo do sujeito 33FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 33FE3C Sexo Feminino Idade 57 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral autônoma Tempo de Moradia 07 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução: Médio completo	Cognitivo Elementos urbanos configurados de forma esparsa no espaço.	O centro é muito bom de morar, mas tem muito perigo, muito assalto, mas tem os benefícios porque é perto de tudo. Tem o problema da chuva porque o saneamento todo é entupido.	A vila é boa, ladrão, perto da Igreja, perto do mercado, facilidade de escola dentro do centro.	Bom porque é perto da Igreja, perigoso porque tem muito assalto ou porque fica tudo alagado quando chove.	Com um carro, porque o carro leva a qualquer lugar e no Centro você resolve tudo.



O centro *Bairro da periferia* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de impotência em não poder fazer nada, pela presença de gente sem educação, do lixo, da casa abandonada, dos marginais fazendo o que não devem.

Mapa afetivo do sujeito 50FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 50FE3C Sexo Feminino Idade 90 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 43 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Fundamental completo	Cognitivo Elementos urbanos (camelôs, lixo, edificações) representados de forma esparsa e isolada.	Tem casas mais ou menos, casas abandonadas, marginais fazendo o que não deve, muito lixo, o pessoal bota antes do dia. Não se pode falar. Ninguém pode fazer nada.	Lixo, casa abandonada, marginais, gente sem educação, o Centro não é o mesmo.	É muito ruim pra gente. Aqui já foi Princesa Isabel de verdade. Hoje não tem nem comparação. Vivemos trancados.	Comparo o Centro com os bairros da periferia.



O centro *Melhor que qualquer bairro* é o bairro de **Atração** pela comodidade de resolver todas as precisões, pelo acesso aos pontos de ônibus, “comércio, farmácias e merendas”.

Mapa afetivo do sujeito 34FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 34FE3C Sexo Feminino Idade 77 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 36 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Superior completo	Cognitivo Elementos urbanos (representação de quadras, praça, vias e veículo)	Lojas, próximo ao comércio e a acesso aos ônibus e também aos bancos.	Facilidade, locomoção, comércio, farmácia, merendas.	Facilidades de resolver todas as precisões.	O centro para mim é melhor do que qualquer bairro, pois nele existe tudo que preciso.



O centro *Bairro Genibaú* é o bairro da **Destruição** pelo sentimento de vergonha e raiva provocada no sujeito pela falta de respeito com as pessoas que frequentam o lugar, desorganização, falta de limpeza e pela sujeira em torno de tudo.

Mapa afetivo do sujeito 51FE3A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 51FE3A Sexo Feminino Idade 23 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral outros Tempo de Moradia 05 anos Tipologia Residencial Residência multifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Cognitivo Elementos urbanos (árvores, lixo, passeio) representados em conjunto.	Árvores com lixo em volta, pedras soltas em volta da praça. Sujeira em torno de tudo.	Falta de respeito, desorganização, desrespeito, falta de limpeza, vergonha, raiva.	Vergonha, raiva, falta de respeito, com as pessoas que frequentam esse lugar.	Parecendo com o bairro Genibaú, desordem total.



O centro *Acampamento de ciganos* é o lugar que gera imagens de **Destruição** pelo sentimento de indignação, raiva e vergonha provocado pelo descaso, caos, sujeira, calçadas cheias de camelôs e avenidas mal- conservadas.

Mapa afetivo do sujeito 53FE3C

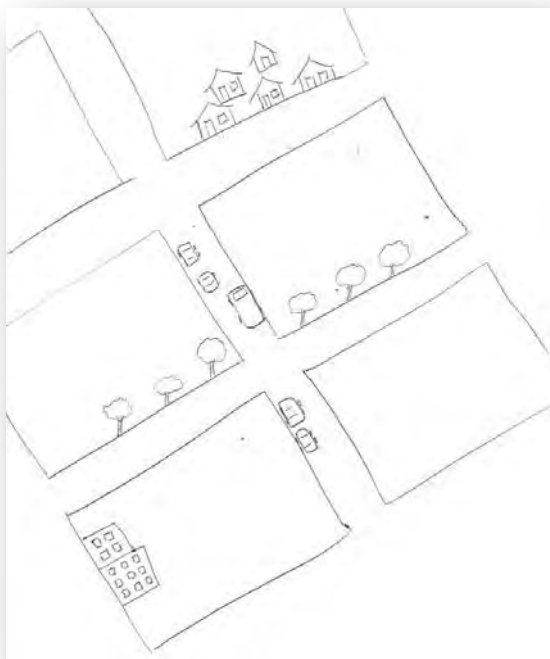
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 53FE3C Sexo Feminino Idade 26 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral Desempregada Tempo de Moradia 05 anos Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio Completo	Cognitivo Elementos urbanos configurados em planta mostrando passeios, via, canteiros, etc.	Calçadas cheias de barracas de camelô, avenidas e ruas com buracos, canteiros cheios de lixo.	Raiva, vergonha, descaso, caos, sujeira.	Indignação, porque pagamos impostos caros por nada.	Com um acampamento de ciganos.



O centro *Lixão* é o bairro da **Destruição** que provoca sentimento de caos e confusão gerados pela sujeira, o aperto, os camelôs aglutinados, o barulho, o trânsito opressor, o patrimônio mal conservado, as quitinetes em quantidade, o ônibus lotado e de difícil acesso para deficientes.

Mapa afetivo do sujeito 54FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
<p>N – 54FE3C</p> <p>Sexo Feminino</p> <p>Idade 52 anos</p> <p>Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos</p> <p>Situação Laboral empregada</p> <p>Tempo de Moradia 50 anos</p> <p>Tipologia Residencial Residência Unifamiliar</p> <p>Grau de Instrução Superior completo</p>	<p>Cognitivo</p> <p>Grande variedade de elementos urbanos configurados em conjunto.</p>	<p>Casas conjugadas, antigas e compridas, às vezes mal cuidadas. Muitos kitinetes (cortiços pobres e lixo) Muito engarrafamento e barulho</p> <p>Ônibus lotado e de difícil acesso para deficientes.</p>	<p>Barulho, fiação congestionada, trânsito opressor, lixo, calçadas quebradas, fachadas descascadas.</p>	<p>Sinto nosso Centro tão sujo, tão apertado, tantos camelôs aglutinados, tanta desordem nas calçadas (tristeza e abandono)</p>	<p>Um lixão, guardadas as devidas proporções, até porque fezes de cachorros e ratos bem próximos.</p>



O Centro como *um Filme* é bairro de **Contraste** porque mistura sentimentos de amor e a nostalgia pelo comércio, pelas saudades, pelo desejo de melhoras, ao mesmo tempo em que sente a pena e o desprezo pelo perigo e abandono.

Mapa afetivo do sujeito 57FE3C

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 57FE3C Sexo Feminino Idade 49 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral autônoma Tempo de Moradia ----- Tipologia Residencial Residência Unifamiliar Grau de Instrução Médio Completo	Cognitivo Elementos urbanos desenhado em estrutura cartográfica.	Meu bairro	Amo, saudade, perigo, melhoras, comércio, desprezo.	Mistura de amor e nostalgia, pena e desprezo	Um filme.

MAPAS AFETIVOS DO ENTORNO 4



O Centro *25 de Março* é o bairro da **Destruição** percebida pela tremenda falta de atenção com um bairro que geram a desorganização, sujeira, buraqueira, mau cheiro e falta de arborização e pelas calçadas, tomadas por vendedores ambulantes

Mapa afetivo do sujeito 10ME4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 10ME4K Sexo Masculino Idade 39 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral empregado Tempo de Moradia 21 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Cognitivo Vários elementos urbanos	Significa uma desorganização no que diz respeito aos prédios no Centro. São muitos antigos, poucos tem reforma. As lojas também são prédios velhos e os donos não se preocupam em reformá-los.	Desorganização, falta de atenção, sujeira, muito buraco, mau cheiro, falta de arborização.	Uma tremenda falta de atenção com o centro, um bairro tão bem visitado pelos moradores de outros bairros. As calçadas são tomadas por vendedores ambulantes.	Coma a Rua 25 de Março em São Paulo.



O centro *Tumulto* é o bairro da **Destruição** que provoca no sujeito, o sentimento de raiva pelo excesso de contramão, de tempo perdido, das dificuldades e dos motoristas mal-educados.

Mapa afetivo do sujeito 12ME4A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 12ME4A Sexo Masculino Idade 63 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral Empregado Tempo de Moradia 35 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Fund. Completo	Cognitivo Desenho de uma grelha representando o sistema de quadricula.	A dificuldade de acesso com carro da Senador Pompeu par Imperador.	Excesso de contramão,Temp o perdido, dificuldades, Pessoas, motoristas mal educados.	Raiva	Tumulto



O Centro *Cemitério abandonado* é o bairro da **Insegurança** pela insegurança e medo de andar a noite por ruas e praças abandonadas pela ausência do policiamento noturno (também nos ônibus), pela desatenção e desprezo das autoridades.

Mapa afetivo do sujeito 23ME4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 23ME4K Sexo Masculino Idade 62 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 08 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Metafórico Forma esquemática que representa um roteiro da violência.	Significa a maneira muito difícil de caminhar a noite. As praças precisam voltar a ter pelo menos dois policiais à noite com viatura. Precisa em todas as praças.	Mais policial, segurança noturna (falta), Policial nos pontos de ônibus (falta), Desprezo pelo Centro, Atenção das autoridades.	O centro é mais desprezado pelas autoridades quando na Aldeota não faltam policiais. O centro tá desprezado. Insegurança e medo quando ando a noite.	Um cemitério abandonado.



O centro “*Senhor charmoso*” é bairro do **Contraste** pelo sentimento de angústia, impotência, raiva e impaciência de viver num local sem lei, sem respeito e sem ética, mas ao mesmo tempo é o local de Vida, onde se deve lutar por ela, onde se devem ouvir as coisas de “poesia, amor e cuidado” que esse “Senhor Chamoso” tem a nos contar em sua vontade de ser reconhecido.

Mapa afetivo do sujeito 39ME4A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 39ME4A Sexo Masculino Idade 39 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral autônomo Tempo de Moradia 04 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Superior incompleto	Metafórico Elementos de representação de uma cena urbana.	Tentei ver o centro pelo lado mais simpático, mas o momento que estou vivendo não me deixa pensar em outra coisa. Estou a beira do desespero, mas vou continuar lutando contra a ignorância dos “chefes” e a falta de cuidado com o nosso Centro.	Impotência, Angústia, Raiva, Impaciência, Ignorância, Vida (lutar por ela)	Angústia de viver num lugar sem lei, sem respeito e sem ética.	Comparava com um “Senhor” charmoso, mas maltratado, sem roupas, sem dentes. Empobrecido por não haver mais trabalho na sua área, “poesia, amor e cuidado”. Esse senhor está cheio de coisas pra falar, histórias pra contar e vontade de ser reconhecido.



O centro *favela* é o bairro da **Destruição** que provoca no indivíduo o desejo de mudar para um bairro que não se pareça com o Centro por causa do lixo, buraco, carros em cima das calçadas, ladrão correndo com a bolsa, das muriçocas.

Mapa afetivo do sujeito 13FE4K

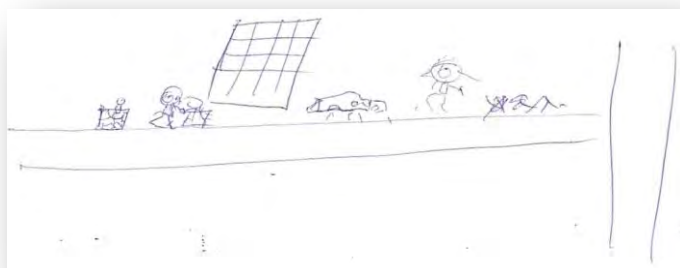
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 13FE4K Sexo Feminino Idade 59 anos Renda Familiar Entre 01 e 02 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 32 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Sabe ler, mas não foi à escola.	Metafórico Elementos urbanos	Lixo, buraco, carro em cima das calçadas, ladrão correndo com bolsa, muita muriçoca.	Morar em casa própria, Um bairro mais ou menos próximo do centro, Mais segurança, supermercado perto.	De me mudar pra uma casa boa, um bairro bom que não pareça com o Centro.	Uma favela, a maioria só mora gente ruim.



O Centro *Selva* – *Deus dará* é o bairro do **Contraste** pela felicidade em ter um canto não só pra si, mas para todos que moram no Centro, da comodidade de morar no bairro, pois é ruim morar longe e ter que pegar ônibus, mas ao mesmo tempo é bairro do abandono, dos mendigos que dormem na praça, dos prédios velhos que precisam ser reformados, do local que só dá drogado.

Mapa afetivo do sujeito 41FE4K

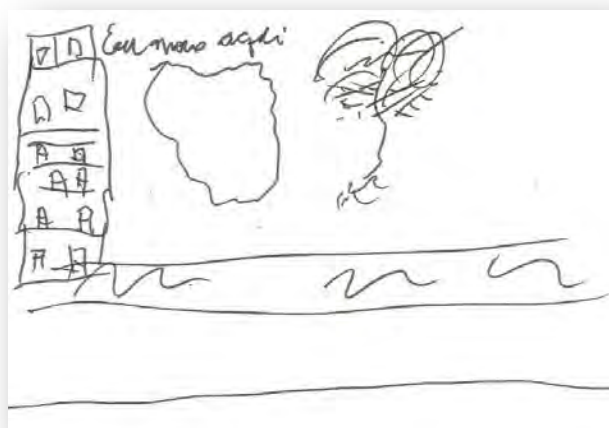
SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 41FE4K Sexo Feminino Idade 58 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral autônoma Tempo de Moradia 07 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio incompleto	Metafórico A tomada de um único elemento do urbano pelo urbano como um todo.	Casas para todos no Centro. O centro está abandonado, só drogado.	Mudar o centro, Moradia no centro, reformar os prédios velhos, nas praças dorme mendigo.	Felicidade em ter um canto, não só eu mas todos aqui no centro. Morar longe é ruim tem que pagar ônibus.	O centro está que nem uma selva, está a Deus dará.



O centro que *Lembra o meu interior* é o bairro do **Contraste** pelo sentimento de insegurança noturna decorrente do abandono, da falta de assistência das autoridades, mas também do movimento de sobe e desce diurno, com a presença de muitas amizades durante o dia e da vontade de ver o lugar restaurado e modificado para que não seja necessário às pessoas terem de sair do bairro.

Mapa afetivo do sujeito 40ME4K

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 40ME4K Sexo Masculino Idade 65 anos Renda Familiar + de 05 salários mínimos Situação Laboral empregador Tempo de Moradia 20 anos Tipologia Residencial Quitinete Grau de Instrução Médio completo	Cognitivo Esboço de elementos urbanos.	A minha rua: Prédios e muita gente, bastante movimento, pois somente o movimento é durante o dia, pois a noite é bastante abandonado e sem assistência das autoridades.	O movimento de sobe e desce, Taxi estacionado indevidamente, Insegurança noturna, Muita amizade durante o dia, restaurantes não funcionam à noite, quando aqui cheguei era calmo.	Um prédio de dois pavimentos e estou residindo no mesmo a 30 anos, pois conheço todos os comerciantes e frequentadores, pois gostaria que tudo isso fosse restaurado e modificado, para que as pessoas ter o que fazer e não fosse necessário sair para outro lugar.	Gosto da convivência pois lembra o meu interior.



O centro *De tudo tem, de tudo falta* é o bairro do **Contraste** provocando o sentimento de tristeza pela presença de tanto comércio e camelôs onde antes só havia casas e mais tranquilidade, pelo descuido, a falta de conservação, pela dificuldade de caminhar, pela ausência de arborização e nivelamento nas calçadas, mas ao mesmo tempo é um bairro que proporciona o bem estar do sujeito em relação ao bairro anterior onde residia.

Mapa afetivo do sujeito 43FE4A

SUJEITO	ESTRUTURA	SIGNIFICADO	QUALIDADE	SENTIMENTO	METÁFORA
N – 43FE4A Sexo Feminino Idade 83 anos Renda Familiar Entre 02 e 05 salários mínimos Situação Laboral (outros) Tempo de Moradia 21 anos Tipologia Residencial Residência Multifamiliar Grau de Instrução Médio Completo	Cognitivo Elementos urbanos	Significa o prédio onde moro. São 12 andares. As calçadas cheias de buracos. A árvore que substituiu a antiga na rua Senador Pompeu.	Descuido, Menos conservação, dificuldade de caminhar, falta de nivelamento, falta de arborização.	Sinto tristeza, porque a rua não tinha tantas casas comerciais, camelôs. Era mais tranquilo, mais calmo. Melhorou pro meu bem estar pois morava no Montese.	Igual a qualquer bairro, de tudo tem de tudo falta.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM MORADORES DO BAIRRO CENTRO DE FORTALEZA-CE

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DO BAIRRO CENTRO DE FORTALEZA-CE

Código: _____ **Sexo:** _____ **Idade:** _____ **Data:** ____ / ____ / _____

1. Quantas pessoas moram em sua casa?
 - a. de 1 a 4 pessoas
 - b. de 5 a 8 pessoas
 - c. mais de 8 pessoas

2. Quantos dormitórios existem em sua casa?
 - a. Nenhum
 - b. 01 (um)
 - c. 02 (dois)
 - d. 03 (três)
 - e. mais de 03 (três)

3. Quantos banheiros existem em sua casa?
 - a. Nenhum
 - b. 01 (um)
 - c. 02 (dois)
 - d. Mais de 02 (dois)

4. Sua casa está ligada à rede de saneamento?
 - a. Nenhum
 - b. 01 (um)

5. Sua casa possui abastecimento da CAGECE?
 - a. sim
 - b. não
 - c. não sei

6. Sua casa está ligada à rede de energia da COELCE?
 - a. sim
 - b. não
 - c. não sei

7. O caminhão do lixo passa regularmente em sua rua?
 - a. sim
 - b. não
 - c. não sei

8. Você considera seu bairro bem servido de transporte coletivo?
- sim
 - não
 - não sei
9. Você considera a quantidade de escolas suficiente em seu bairro?
- sim
 - não
 - não sei
10. Quanto aos postos de atendimento à saúde? São satisfatórios em qualidade e em quantidade?
- sim
 - não
 - não sei
11. Você considera seu bairro poluído?
- sim
 - não
 - não sei
12. Se considera seu bairro poluído, qual tipo de poluição mais incomoda você?
- sonora (muito barulho)
 - visual (muita placa e informação)
 - residual (lixo e gases)
13. Existem praças e áreas verdes suficientes em seu bairro?
- sim
 - não
 - não sei
14. O registro do imóvel está no nome da família?
- sim
 - não
 - não sei
15. Se o imóvel não pertence à família, mora:
- de aluguel
 - de favor
 - outros

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



Universidade Federal do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. Nº 408/11

Fortaleza, 16 de dezembro de 2011.

Protocolo COMEPE nº 345/11


Pesquisador responsável: Brennard de Sousa Bandeira

Título do Projeto: "Estudo da afetividade dos moradores do centro de Fortaleza-Ce: frente ao plano de reabilitação habitacional da área central"

Levamos ao conhecimento de V.S^a., que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – COMEPE, dentro das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e complementares, aprovou o protocolo e o TCLE do projeto supracitado na reunião do dia 15 de dezembro de 2011.

Outrossim, informamos, que o pesquisador deverá se comprometer a enviar o relatório final do referido projeto.

Atenciosamente,



Dr. Fernando A. Frota Bezerra
Coordenador do Comitê
de Ética em Pesquisa
COMEPE/UFCE